UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Alexandre Pinheiro Ramos

O Integralismo entre a família e o Estado: Uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)

Rio de Janeiro
2008

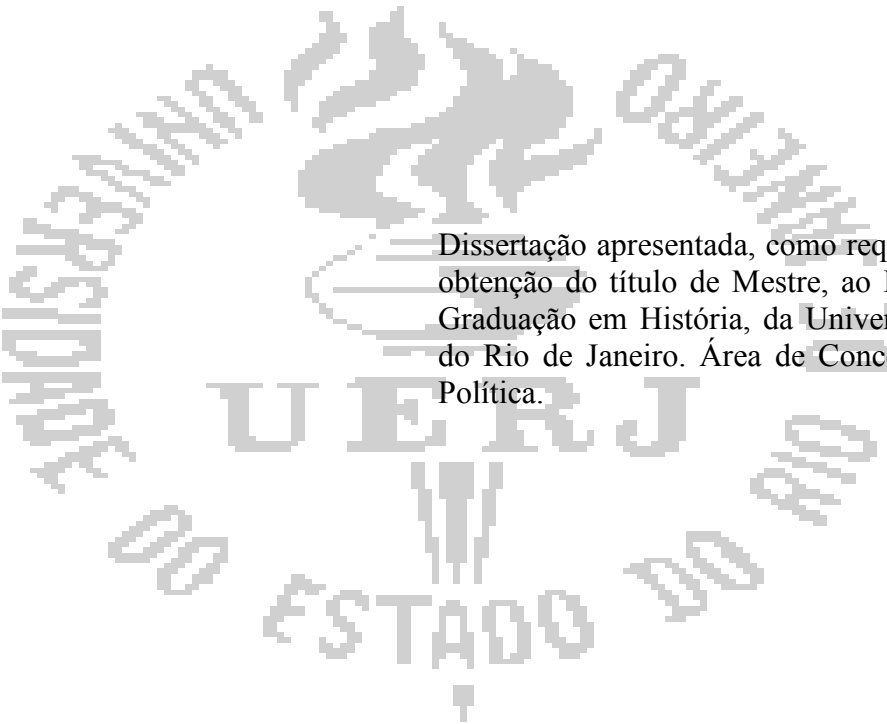
Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Alexandre Pinheiro Ramos

O Integralismo entre a família e o Estado: Uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Emília Prado
Co-Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Faria

Rio de Janeiro
2008

Ficha Catalográfica

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

R175 Ramos, Alexandre Pinheiro.
O integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937) / Alexandre Pinheiro Ramos. - 2008.
270 f. : il.

Orientadora: Maria Emília Prado.
Co-orientador: Fernando Antonio Faria.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia: f. 263-270.

1. Integralismo – Brasil - Teses. 2. Totalitarismo - Brasil – Teses. 3. Salgado, Plínio, 1895-1975. 4. Reale, Miguel, 1910-2006. I. Prado, Maria Emília. II. Faria, Fernando Antonio. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IV. Título.

CDU- 329.18(81)

Alexandre Pinheiro Ramos

O Integralismo entre a família e o Estado:
Uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)

Dissertação de Mestrado apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Sociedade.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dra. Maria Emília Prado (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – História/UERJ

_____
Prof. Dr. Fernando Antonio Faria (Co-orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – História/UERJ

_____
Prof. Dr. Antonio Carlos Peixoto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Ciências Sociais/UERJ

_____
Prof. Dr. Ricardo Benzaquen de Araújo
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Sociologia/IUPERJ

_____
Prof. Dr. Ricardo Ismael de Carvalho (Suplente)
Pontifícia Universidade Católica – Ciências Sociais/PUC-RJ

_____
Prof. Dr. Ronaldo Oliveira de Castro (Suplente)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Ciências Sociais /UERJ

***A todos os* espíritos livres –**

Tão pouco valorizados nos dias de hoje

AGRADECIMENTOS

Ao professor Fernando Faria, orientador desta dissertação de mestrado, que aceitou prosseguir com a pesquisa iniciada na graduação, estando presente em todos os momentos da elaboração deste trabalho, mostrando-se sempre solícito e atencioso.

À professora Maria Emília Prado, que possibilitou a realização da Defesa e tudo o que ela envolve. Talvez não saiba, mas sua contribuição para este trabalho, por meio da disciplina *Culturas Políticas e Sistemas de Poder*, foi de enorme importância.

À professora Márcia Motta, pelos elogios e sugestões dadas na qualificação.

Ao professor Ricardo Benzaquen de Araújo, não só pelos mesmos motivos expostos acima como por ter produzido as obras que foram essenciais para esta dissertação.

Ao professor Antonio Carlos Peixoto, por ter aceitado participar da banca.

Aos professores Ricardo Ismael e Ronaldo Oliveira por aceitarem participar da banca como suplentes.

À minha mãe, Albaléa, por, na medida do que foi humanamente possível nestes últimos conturbados anos pelos quais vamos passando, ter possibilitado um ambiente em que fosse possível elaborar esta dissertação.

À minha irmã, Andréa, pelo mesmo motivo exposto acima, além da ajuda com o resumo em francês.

Ao meu pai, Antonio, cujo estímulo para continuar neste caminho foi e continua sendo decisivo, e por continuar depositando sua confiança em mim e no trabalho que venho desenvolvendo desde a graduação.

Aos membros do GrPesq *Idéias, Intelectuais e Instituições*, pelo produtivos encontros: Bruno (obrigado pela dissertação da PUC-SP), Daniel (admirador da boa música), Gleudson, Nathacha, Renata, Renato, Ricardo, Rodrigo, Sérgio e quem quer mais que eu possa ter esquecido.

À Andréa Galvão, pela ajuda com o resumo em espanhol.

Ao comandante Leonardo Silva Mattos, por ter gentilmente encomendado alguns livros por meio da sua conta na *amazon.com*.

A todos os autores dos livros que li.

Ao *site* Estante Virtual e a todos os sebos a ele conectados.

Às bandas que ouvia enquanto escrevia este trabalho: Ramones, Pantera, Motörhead, Superjoint Ritual, Down, Stone Sour, Slipknot, Staind, Rammstein, Slayer, Pennywise, Muderdolls, etc.

Aos criadores e programadores do jogo *Neverwinter Nights*.

A mim – pois fui capaz de fazer o que outros em situação semelhante, ou melhor, não teriam feito.

E à minha namorada Helena, a quem agradeço duas vezes: a primeira porque estava devendo por uma outra ocasião; e a segunda, por continuar comigo, me amparando, apoiando, incentivando, amando, elogiando, ouvindo e todas aquelas coisas que nosso atual mundo líquido considera um entrave à sua deturpada noção de liberdade e felicidade.

Se se examinassem os juízos da razão não deformada em várias pessoas que pensam, com a sinceridade de um arbítrio incorruptível, que pesa de tal forma as razões das duas partes em conflito que, pelo pensamento, se coloca no lugar daqueles mesmos que as apresentam, para as sentir tão fortes como elas poderiam alguma vez ser, para então poder, em primeiro lugar, imaginar a que parte se quer consagrar, haveria então muito menos discórdia entre as opiniões dos filósofos; e uma não fictícia naturalidade para aceitar para si, no grau que fosse possível, o assunto oposto, unificaria em breve, num único caminho, as cabeças que investigam.

Immanuel Kant

RESUMO

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Integralismo entre a Família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)*. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Considerado o primeiro partido político de massas do Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 pelo escritor paulista Plínio Salgado, foi um movimento de feições políticas e culturais de intensa atuação (legal) até 1937, quando foi colocado na ilegalidade pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Organização hierárquica, possuidora de toda uma ritualística elaborada (contava com uniforme, milícia, bandeira, hino, datas comemorativas e toda uma sorte de rituais para diversas ocasiões), a Ação Integralista Brasileira serviu de pólo aglutinador de uma série de idéias contrárias ao liberalismo e ao comunismo e que propunham uma nova forma de estrutura política, social e econômica para o País. Diversos intelectuais congregaram-se sob a AIB, concedendo-lhe, assim, outra característica marcante: a existência de variadas propostas no interior do Integralismo as quais propiciaram a elaboração de *integralismos*, isto é, proposições que, por vezes, distinguiam-se de outras, conferindo considerável heterogeneidade ao movimento. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar e compreender os *integralismos* de dois de seus principais intelectuais, Plínio Salgado e Miguel Reale, que produziram propostas não só de visível abrangência (trazendo diversos elementos para suas reflexões) como bastante distintas entre si. De um lado Plínio Salgado elaboraria um *integralismo* de feições totalitárias, enquanto do outro, Miguel Reale ocupar-se-ia com um caracteristicamente conservador, dotado de traços autoritários. Por meio de uma análise isolada de cada proposta, procurar-se-á, em um primeiro momento, demonstrar quais elementos no pensamento de cada autor viabilizam sua aproximação do totalitarismo, do conservadorismo e do autoritarismo, para em seguida destacar onde residem algumas das principais diferenças entre eles.

Palavras-chaves: Integralismo. Plínio Salgado. Miguel Reale. Totalitarismo. Conservadorismo. Autoritarismo.

ABSTRACT

Considered Brazil's first mass party, the Ação Integralista Brasileira (AIB), founded in 1932 by the paulista writer Plínio Salgado, was a political and cultural movement with intensive (legal) activity until 1937, when it was put on illegality by Getúlio Vargas' Estado Novo. Hierarchical organization with an elaborated ritualistic (it counted with an uniform, a militia, a flag, an anthem, celebrations dates and all sort of rituals for different occasions), the Ação Integralista Brasileira worked as an attraction pole for a series of ideas which were against liberalism and communism and, therefore, proposed a new form of political, social and economic structure for the country. Several intellectuals joined the AIB, giving it another important characteristic: the existence of various proposals inside the Integralismo which allowed the creations of *integralismos*, i.e., propositions that were different from the others, conferring a great heterogeneity to the movement. Thus, the objective of this work is to analyse and to understand the *integralismos* of two of its main intellectuals, Plínio Salgado e Miguel Reale, whom elaborated proposals that were quite different, almost the opposite from each other. Plínio Salgado created an *integralismo* with totalitarian characteristics, and Miguel Reale, with conservative and authoritarian ones. By analysing each proposal, one isolated from the other, this work is going to, first, try to demonstrate which elements in the thought of each author allows its approach to the totalitarianism, the conservatism and the authoritarianism; and then, put in relief the main differences between them.

Key-words: Integralismo. Plínio Salgado. Miguel Reale. Totalitarianism, Conservatism. Authoritarianism.

RESUMEN

Considerado el primer partido político de masas de Brasil, la "Ação Integralista Brasileira (AIB)", fundada en 1932 por el escritor Plínio Salgado, fue un movimiento político y cultural de intensa actuación (legal) en Brasil hasta 1937, cuando fue puesto en la ilegalidad por el "Estado Novo" de Getúlio Vargas. Organización jerárquica, poseedora de todo un ritualismo elaborado (tenían uniforme, milicia, bandera, himno, fechas conmemorativas y una gran cantidad de rituales para diversas ocasiones), la "Ação Integralista Brasileira" sirvió de polo aglutinador de una serie de ideas contrarias al liberalismo y al comunismo y que proponían una nueva forma de estructura política, social y económica para el país. Diversos intelectuales se congregaron sob la AIB, le concediendo, así, una outra característica marcante: la existencia de variadas propuestas en el interior del Integralismo a las cuales propiciaron la elaboración de *integralismos*, o sea, proposiciones a las cuales, por veces, se distinguían de otras, conferiendo considerable heterogeneidad al movimiento. Así, este trabajo tiene por objetivo analizar y comprender los *integralismos* de dos de sus pricipales intelectuales, Plínio Salgado y Miguel Reale, que produjeron propuestas no solamente de visible abarcamiento (trayendo diversos elementos para sus reflexiones) como muy distintas entre sí. De un lado Plínio Salgado elaboraría un *integralismo* de rasgos totalitarios, mientras de otro, Miguel Reale se ocuparía con un caracteristicamente conservador, dotado de rasgos autoritarios. Por medio de un análisis aislado de cada propuesta, se buscará, en un primer momento, demostrar cuales elementos en el pensamiento de cada autor hace visible su aproximación del totalitarismo, del conservadorismo y del autoritarismo; para en seguida destacar donde residen algunas de las principales diferencias entre ellos.

Palabras clave: Integralismo. Plínio Salgado. Miguel Reale. Totalitarismo. Conservadorismo. Autoritarismo.

RÉSUMÉ

L'*Ação Integralista Brasileira* (AIB), fondée en 1932 par l'écrivain *paulista* Plínio Salgado, est considerée comme le premier parti politique de masses du Brésil et a été un mouvement des aspects politiques et culturels d'une grande action (légale) jusqu'à 1937, quand il a été mis dans illégalité par l'*Estado Novo* de Getúlio Vargas. Il s'agit d'une organisation hiérarchique qui possède une structure rituelle elaborée: il y avait l'uniforme, la milice, le drapeau, l'hymne, les dates comémoratives et un groupe de rituels pour de différentes situations. L'AIB a servi comme un pôle qui a uni les idées contraires au libéralisme et au communisme et qui a proposé une nouvelle structure politique, sociale et économique pour le pays. Plusieurs intellectuels se sont unis sous l'AIB, en lui procurant l'existence de plusieurs *integralismos*, c'est-à-dire, des propositions qui, parfois, se distinguaient les unes d'autres et qui ont attribué une considérable hétérogénéité au mouvement. Ce travail a pour but d'analyser et de comprendre les *integralismos* de deux intellectuels les plus importants de ce mouvement: Plínio Salgado et Miguel Reale. Ils ont produit des propositions pas seulement d'une visible ampleur (qui presentaient divers éléments pour leurs réflexions) mais aussi avec beaucoup de différences entre elles. D'un côté, Plínio Salgado élaborerait un *integralismo* des aspects totalitaires, tandis que Miguel Reale s'occuperait d'un aspect conservateur avec des traits autoritaires. À partir d'une analyse isolée de chaque proposition, on cherchera d'abord montrer quels sont les éléments de la pensée de chaque auteur qui rendent possible la ressemblance du *Integralismo* avec le Totalitarisme, le Conservatisme et l'Autoritarisme pour ensuite souligner où « habitent » quelques unes des principales différences entre eux.

Mots-clés: *Integralismo*. Plínio Salgado. Miguel Reale. Totalitarisme. Conservatisme. Autoritarisme.

SUMÁRIO

PREFÁCIO **15**

INTRODUÇÃO (em duas partes) **18**

1. DUAS FACES DO INTEGRALISMO: PLÍNIO SALGADO E MIGUEL REALE **34**

1.1. Uma rápida introdução **35**

1.2. Plínio Salgado: o político nas Letras, as Letras no político **39**

1.3. Miguel Reale: o teórico do Estado Integral **53**

1.4. Conclusão **67**

2. A SALVAÇÃO INTEGRALISTA: O INTEGRALISMO DE PLÍNIO SALGADO **69**

2.1. Ideologia integralista: ideologia totalitária **70**

2.2. A incorporação da ideologia: o totalitarismo de Plínio Salgado **91**

2.3. Conclusão **107**

3. A UTOPIA INTEGRALISTA: O INTEGRALISMO DE MIGUEL REALE **108**

3.1. Uma *utopia* integralista? **109**

3.2. O nascimento da utopia: (n)o pensamento conservador de Miguel Reale **119**

3.3. Conclusão **144**

4. ENTRE A FAMÍLIA E O ESTADO (I): ENTRE PLÍNIO SALGADO E MIGUEL REALE **146**

4.1. Individualismo e Liberdade **147**

4.2. Estado e Revolução **164**

4.3. Conclusão **187**

5. ENTRE A FAMÍLIA E O ESTADO (II): *INTEGRALISMO-TOTALITÁRIO* E *INTEGRALISMO-CONSERVADOR* **188**

5.1. Os *integralismos*: definições – introdução **189**

5.2. Os *integralismos*: definições – o que é o *integralismo-totalitário* **191**

5.3. Os *integralismos*: definições – ABC do *integralismo-conservador* 202

5.4. Conclusão.....212

6. UM ENSAIO – OS "LIMITES DO INTEGRALISMO" E O CASO DE OLBIANO DE MELO.....214

6.1. O porquê de Olbiano de Melo e "os limites do Integralismo" (uma proposta de análise) 215

6.2. Olbiano de Melo: dados biográficos.....220

6.3. O integralismo de Olbiano de Melo.....230

6.4. Conclusão.....250

CONCLUSÃO (em duas partes) 251

POSFÁCIO.....261

REFERÊNCIAS.....263

Prefácio

Se me permitem o uso da primeira pessoa do singular ao invés da primeira do plural, comum aos trabalhos acadêmicos, gostaria, então, de assim expressar-me ao longo deste prefácio que tem como intento fornecer, brevemente, algumas informações relativas à natureza do trabalho que ora se apresenta. Pretendo discorrer um pouco sobre a memória desta pesquisa e quaisquer outros assuntos que possam surgir ao longo da exposição. Nada muito demorado, pois seria um exagero de minha parte prolongar ainda mais a leitura daqueles que tão gentilmente aceitaram despender parte de seu tempo para ver o que foi produzido neste um ano e meio.

Para falar desta dissertação de mestrado remonto à minha graduação em História, onde comecei a estudar o Integralismo. O primeiro contato com o tema venho quando fiz a disciplina História do Brasil VI, ministrada pelo professor Fernando Faria que viria, pouco depois, a ser meu orientador na monografia (e depois na pós-graduação). Como trabalho final, deveríamos escolher um assunto compreendido no corte cronológico da matéria – e tal qual fizera em Brasil V, quando optei por tratar do movimento anarquista, optei por um movimento político. A idéia (ou inspiração) para trabalhar com a Ação Integralista Brasileira veio quando, passando pela Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, notei cartazes colados onde se via o sigma e a palavra Integralismo. Com o tema escolhido, fiz o trabalho e acabei tomando gosto pelo assunto. E com uma espécie de conselho de um dos personagens do romance *A Idade da Razão*, acabei por decidir sobre o que falaria em minha monografia de bacharelado que, até aquele momento, era uma desconfortável incógnita. Conversei com o professor Fernando Faria que aceitou a orientação e o tema proposto, e no início de 2006 já estava travando um contato maior não só com os estudos acerca do Integralismo como as obras de seus integrantes, notadamente as de Plínio Salgado.

Na monografia trabalhei unicamente com o pensamento de Plínio Salgado, lendo obras tanto do período de existência legal do movimento quanto anterior a ele – incluindo-se os de natureza literária. Procurei não fazer uma simples exposição de suas idéias, mas sim compreende-las, saber como eram apresentadas e se articulavam entre si. Intitulada *O Espírito e o Campo: espiritualismo e ruralismo no discurso integralista de Plínio Salgado*, a monografia, com 118 páginas, foi concluída no meio do ano de 2006, tendo sido elaborada durante a período em que a UERJ achava-se em greve – ao contrário do que se poderia considerar como o mais natural, a monografia foi terminada antes das matérias. Em sua conclusão apontei para uma nova análise a qual deveria servir como ponto de partida para

outro estudo acerca do pensamento integralista. Assim, preparei um projeto para o mestrado onde não só prosseguia com Plínio Salgado, mas incluía, também, um estudo sobre Miguel Reale. Tendo sido aprovado e possuindo a leitura tanto dos livros de Plínio Salgado quanto de Miguel Reale comecei a rascunhar o que viria a ser o primeiro capítulo antes mesmo de ter começado as aulas do mestrado.

É evidente que ao longo do mestrado, em 2007, o projeto original foi sofrendo diversas modificações causadas pelas novas leituras com as quais fui tendo contato – ousaria dizer que mais de 50% do projeto sofreu mudanças, conhecendo uma considerável ampliação caso comparado com sua primeira versão. Ao fim do ano já possuía três capítulos escritos e um quarto em andamento, tendo conseguido fazer minha qualificação no início do ano seguinte. Agora, em maio de 2008, enquanto escrevo estas palavras, posso dizer que a dissertação está concluída, com seis capítulos, restando apenas alguns detalhes.

Repetindo o que fiz na monografia (excetuando-se o fato de que não utilizei as obras de Plínio Salgado anteriores a 1932) concentrei todas as minhas reflexões nos livros escritos por Miguel Reale e Plínio Salgado, pois acredito que aí se encontra o cerne do pensamento integralista de ambos. Procurei evitar, mais uma vez, a simples exposição das idéias, partindo para a compreensão das mesmas bem como para suas interpretações – e ao mesmo tempo analisei-as de modo a ficar explícita as diferenças entre elas, demonstrando quão distintas eram entre si as propostas de Plínio Salgado e de Miguel Reale. Desta forma, procurei privilegiar a produção intelectual destes autores, mostrando o *integralismo de cada um* em suas singularidades e da maneira como eram apresentados ao público da época, tentando não partir para comparações externas as quais acabariam por diminuir a ênfase dada no objetivo de sua compreensão e apreensão. Afinal, imagino que nada mais correto do que se dirigir diretamente às fontes e trabalhar com elas, permitindo sua manifestação bem como nossos questionamentos diretos. Caso contrário teríamos mais a sua tradução feita por terceiros.

Para fechar este prefácio, gostaria apenas de justificar uma indagação possível: *por que um trabalho com a extensão que teve?* Possuo três razões para isto.

A primeira diz respeito a própria extensão do tema. Ainda que estudos sobre o movimento integralista estejam surgindo em visível quantidade, não são muitos os que privilegiam a produção intelectual de seus autores, como foram aqueles que poderíamos chamar de pioneiros. Assim, há um número expressivo de livros produzidos por militantes, seja de personalidades mais conhecidas como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, quanto daquelas menos conhecidas, como Olbiano de Melo, Anor Butler Maciel, Custódio de Viveiros ou Jayme Ferreira dos Santos – até mesmo Olímpio Mourão Filho acha-

se neste meio. E isto sem contar os artigos escritos para revistas como a *Anuê, Panorama* ou *Brasil Feminino* – para citarmos as mais conhecidas – ou para os jornais, como *A Ofensiva*, que publicava, por exemplo, uma série de estudos de Hélio Vianna. Em suma, há um grande número de fontes escritas com as quais pode-se trabalhar. No caso da presente dissertação, utilizei apenas os livros de Plínio Salgado e Miguel Reale, que formam considerável *corpus* textual. O que me leva a segunda razão.

Pretendia fazer um trabalho que não ficasse limitado a um único autor, ainda que isto implicasse em um menor aprofundamento de algumas questões, privilegiando-se, assim, mais um plano horizontal que vertical. Trabalhar com o pensamento de um intelectual apenas, por mais densa que fosse minha análise, resultaria em um estudo isolado, independente do autor o qual escolhesse, e deixaria de lado uma de minhas principais preocupações com a complexidade das idéias produzidas no interior do movimento bem como suas diferenças. E a partir daí avanço para minha terceira razão.

Independente das "tendências" que possam estar em voga nas Ciências Humanas, não me agradava a idéia de fazer um estudo "pontual". A meu ver, meu projeto já era bastante limitado pelo período que compreendia (1932-1937) e seu objeto (*um* movimento político). Escolher, assim, dentro deste movimento, circunscrito a este período, apenas um intelectual, seria uma limitação ainda maior que aquela imposta não só pelos motivos citados como pela própria disponibilidade de tempo. Seria como cavar um profundo buraco: certamente encontraria preciosidades em seu fundo, mas encontraria-me preso em seu interior, sem ver nada de diferente a minha volta. Desta forma, optei por trabalhar com o pensamento de dois autores (ou três, se quiserem incluir o último capítulo, com certo tom ensaístico sobre Olbiano de Melo) para não delimitar meu horizonte, pois caso contrário, poderia ocorrer como aquela frase de Nietzsche: "Esqueci porque comecei". Não estou de forma alguma desmerecendo aquelas reflexões que se aprofundam em um único aspecto de algo maior, porque tanto uma análise quanto a outra são válidas. A questão, aqui, é apenas demarcar qual foi a minha escolha e porque a fiz.

Posto isto, creio ser o momento de passar para o trabalho. Mais uma vez agradeço aos leitores, desejando-lhes uma boa leitura.

Introdução (em duas partes)

Em 1999, Roney Cytrynowicz, resenhando o livro *Integralismo e política regional: a Ação Integralista no Maranhão (1933-1937)* de João Ricardo de Castro Caldeira, comentou que tal obra "suscita a reabertura do debate referente às leituras e interpretações sobre o Integralismo no Brasil"[1] – e neste mesmo ano também houve a publicação da obra de Rosa Maria Feiteiro Cavalari, *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*. As palavras de Cytrynowicz certamente foram capazes de vislumbrar algo que tem ocorrido nos últimos anos: o aumento nos números de estudos referentes ao movimento integralista, sobretudo na área de História, visto que grande parte das análises até então eram originárias da área de Ciências Sociais ou até mesmo da Filosofia. A criação do Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT) e a realização dos Encontros de Pesquisadores do Integralismo, tendo sido o primeiro encontro sediado no Arquivo Municipal de Rio Claro (SP) onde se acha o Acervo Plínio Salgado, riquíssimo em fontes acerca da AIB e do Partido da Representação Popular, comprovaram o aumento do interesse pela temática. Os artigos presentes no livro *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*, fruto daquele primeiro encontro, demonstram a variabilidade de temas proporcionados pelo Integralismo.

Enquanto isto, nos programas de pós-graduação em História, dissertações de mestrado e teses de doutorado abordam a Ação Integralista Brasileira sob variados ângulos. Como exemplo podemos citar três trabalhados, todos datados do ano de 2004: *Perante o tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*, dissertação de mestrado de Rodrigo Santos de Oliveira, apresentada à PUC-RS; *O Integralismo no sertão de São Paulo: um* fascio *de intelectuais*, dissertação de mestrado de Ivair Augusto Ribeiro, apresentada à UNESP; *O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio*, tese de doutorado de Natália dos Reis Cruz, apresentada à UFF.

Em 2007, no XXIV Simpósio Nacional da ANPUH realizado em Porto Alegre, um dos simpósios temáticos ocupou-se, dentre outros temas, do Integralismo, apresentando uma série de comunicações que também abordaram variados assuntos ligados ao movimento integralista. A publicação do livro *Estudos do Integralismo no Brasil*, organizado por Giselda Brito Silva, no mesmo ano veio a confirmar a dimensão que tais estudos tomaram, espalhados por todo o País e com as abordagens mais distintas, bem como seus objetos. Desenvolvem-se

[1] CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937).* São Paulo: Annablume, 1999. Resenha de: CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*. *Revista brasileira de história*. São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 21, n. 40, p. 277-287, p. 277.

pesquisas tanto ao nível de graduação quanto pós-graduação, em clara demonstração da validade e importância de um tema que precisou aguardar vários anos para ter a devida atenção por parte dos pesquisadores brasileiros. Por sorte as palavras de Florestan Fernandes foram por eles sabiamente ignoradas ("Hoje está em moda dizer-se que se deve estudar o Integralismo. Não compartilho desta opinião. Nem mesmo devemos nos preocupar com destruí-lo"[2]), postura que causa considerável espanto; e a AIB, em toda sua complexidade, continua sendo objeto de diversas reflexões.

Há, porém, um pequeno diferencial em relação ao estudo que ora apresentamos: a grande maioria deles, por procurarem outros caminhos (e fizeram bem ao empreender tal busca), acabaram por se afastar da temática de alguns produzidos na década de 1970 e 1980 cuja preocupação central era com as idéias produzidas pelos intelectuais do movimento – e são justamente estes que mais nos interessam. Assim, na presente dissertação de mestrado, procuramos retomar tal abordagem, privilegiando a produção intelectual de dois importantes autores da Ação Integralista Brasileira (Plínio Salgado e Miguel Reale) na tentativa de avançar um pouco mais onde aquelas análises pararam. Optamos, desta forma, por um trabalho capaz de expandir os resultados até então obtidos bem como empreender uma reflexão com base em um pressuposto antigo, que data dos primeiros estudos referentes ao Integralismo, mas pouco explorada: é sabido que dentro da AIB existiam *integralismos*, propostas diferentes as quais refletiam a singularidade dos autores que as elaboravam de acordo com dadas idéias, pressupostos e conclusões caras a eles; contudo não existem muitos trabalhos que se ocupem em *demonstrar* estes *integralismos*, focando sua atenção e esforço em procurar onde e quando se distinguem. A nosso ver, faz-se necessário um cotejo entre tais propostas em um único estudo capaz de abarca-las, selecionando-se e analisando alguns elementos constantes, porém distintos em sua formulação/execução nos *integralismos*. Seguindo estes termos é que elaboramos e apresentamos nossa dissertação.

Note-se, no entanto, que nosso objetivo é bem simples, não havendo qualquer tipo de pretensão de extrapolar a temática do Integralismo, ou seja, ainda que as discussões relativas a abordagem que empreendemos comumente façam referência ao fascismo e ao nazismo, não se acha em nossos horizontes tal questão. É evidente que os intelectuais integralistas travaram contato com a literatura fascista e viam no movimento soluções ideais para os problemas brasileiros, porém não se pode pensar que foi isto o fator decisivo para a criação da Ação Integralista Brasileira. Uma série de autores nacionais influenciou largamente o pensamento

[2] FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupi*ra. São Paulo: Brasiliente, 1979. p. 11-16. p. 11.

destes autores (como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Farias Brito, Oliveira Vianna, dentre outros), utilizando (e reinterpretando), assim, suas idéias. Seria, decerto, ilusão achar que todas as propostas do Integralismo surgiram de lugar nenhum, mas também não podemos imputar-lhe a característica de mera cópia, da transposição de um modelo estrangeiro para o caso do Brasil. É preciso destacar suas singularidades, as quais compreendemos como fruto do *contato* entre as idéias (nacionais e estrangeiras) e não do seu choque ou embate, muito menos da pura assimilação; mas sim de um certo "convívio" entre elas. Por isto optamos por *uma abordagem a qual privilegie o Integralismo*; almejamos sua compreensão e interpretação, uma "análise interna" capaz de dar conta de suas nuances, premissas e conclusões. A quem interessar fazer ligações com qualquer um dos movimentos verificados na Europa (na Itália, na Alemanha, na Espanha, em Portugal, e etc), certamente será válido, mas em nossa ambição não cabe tal prática. Acreditamos que, no presente caso, diante do considerável volume de fontes, é preciso limitar nossas intenções ainda que isto possa levar a um trabalho de pouca extensão, mas capaz de atingir seus objetivos. Assim, em poucas palavras, *pretendemos estudar unicamente o Integralismo em si, destacando-se, aí, a produção de Plínio Salgado e Miguel Reale* – talvez quando se tenha a sua devida compreensão, então uma análise levando em conta os movimentos europeus provar-se-á interessante.

Tendo em vista uma tal abordagem, pretendemos evitar duas práticas as quais não se coadunam com nossos intentos. A primeira é aquela análise que segue a "teoria da ausência", ou seja, a tentativa de explicar para o caso brasileiro, acontecimentos e conjunturas através do que não existe no País, e por não existirem é que provocam determinada situação. A segunda vem no bojo da primeira, e podemos denomina-la de "teoria dos contrários" ou "do contra", que seria a tentativa, e aqui falamos de modo mais restrito ao próprio movimento integralista, de estuda-lo não por aquilo que ele defende e/ou propõe, mas sim em relação ao que é contra (é *anti*-). Desta maneira, diz-se que o Integralismo é anti-democrático, anti-individualista, anti-comunista. A identidade do movimento passa, então, a ser definida por aquilo a que se opõe, como se o mesmo não fosse capaz de sustentar-se sozinho; sua existência encontra-se diretamente atrelada a outras. Estudar somente o que não se é, ou ao que se é contrário, não constitui, a nosso ver, uma análise cuja preocupação resida em elucidar e compreender aquilo que se estuda. Isto pode, sim, servir como ponto de partida, mas nunca de chegada. Se o Integralismo é contra o individualismo, a democracia, o liberalismo e etc, então importa saber o porquê desta recusa e o que é sugerido como ideal – caso contrário quem assume uma posição de preponderância no trabalho engendrado é o objeto da crítica, e não quem critica,

pois tudo converge para o primeiro. Seria interessante, por exemplo, um estudo extensivo sobre o "anti-integralismo" (seja na década de 1930 ou no pós-Segunda Guerra), mas dentro de uma discussão sobre a Ação Integralista Brasileira.

Acreditamos que as intenções básicas de nosso trabalho estão expostas, sendo agora o momento de determo-nos sobre seu conteúdo. Segundo o pressuposto de que existem *integralismos* dentro do Integralismo, pretendemos estudar aqueles dois que consideramos como os principais, propostos por dois importantes intelectuais do movimento, Plínio Salgado e Miguel Reale. O pensamento e a proposta do primeiro aproximariam-se do *totalitarismo*, enquanto as do segundo, do *conservadorismo* com traços de *autoritarismo*. Para isto mobilizamos, principalmente, os estudos de Hannah Arendt e Raymond Aron – sobre o totalitarismo –; Karl Mannheim, Robert Nisbet e Antonio Carlos Peixoto – sobre o conservadorismo –, dentre outros, para servirem de ponto de partida em nossa tentativa de compreensão dos integralismos propostos por aqueles dois intelectuais. Aliás, convém mencionar aqui que utilizamos a noção de *intelectual* com base em alguns aspectos sublinhados por Elide Rugai Bastos e Walquiria D. Leão Rego na obra *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. Para ambas, qualquer que seja o *pathos* do intelectual, ele possui indiscutível dimensão moral em vista de seu "envolvimento nas experiências políticas e sociais do seu tempo"[3]. O intelectual, "dotado de autonomia e razão crítica em relação aos poderes constituídos"[4], passa a deter importante papel na sociedade moderna como peça chave no espaço público e em seus debates; é um figura capaz de analisar os problemas a sua volta com certo distanciamento e crítica social arguta – inconformado com o que possa afligir-lhe ou a sociedade da qual faz parte, procura alertar ou apontar para mudanças necessárias na tentativa de transcender as causas de aflição. Observado-se tais aspectos, não há como não aproxima-los das personalidades que tratamos: Plínio Salgado e Miguel Reale foram intelectuais não só no sentido mais comum da palavra[5] como também em referência ao exposto anteriormente. É claro que não devemos perder de vista a participação de ambos no jogo político no qual se inseriram por meio do movimento integralista, o que certamente fez com que sacrificassem alguns daqueles aspectos[6], mas ainda assim desempenharam papel importante ao pensar e refletir sobre a situação do país, em criticar e propor mudanças;

[3] BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs.). *Intelectuais e política:* a moralidade do compromisso. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999. p. 10.
[4] Ibid. p. 10
[5] Uma das definições possíveis, como encontrada no dicionário Houaiss, seria: "que ou aquele que vive predominantemente do intelecto, dedicando-se a atividades que requerem um emprego intelectual considerável".
[6] Um bom exemplo seria a condescendência de Plínio Salgado com Getúlio Vargas na questão referente à farsa do Plano Cohen; Miguel Reale, por sua vez, julgara melhor denunciá-la.

devemos procurar situa-los como indivíduos de ativa participação em um período de intensa instabilidade política e social (negar tais ações *por aquilo que não aconteceu* seria um erro de considerável obscurantismo).

Tentaremos, assim, com base naqueles conceitos, analisar os integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale, procurando, ao mesmo tempo, demarcar suas diferenças. Mas não temos a intenção de simplesmente afirmar um como sendo *totalitário* e o outro, *conservador*, e sim tencionamos, no interior desta classificação maior, sublinhar as particularidades de cada, definindo-os nos traços que lhe são característicos. Visando atingir nossos objetivos, dividimos da seguinte maneira nosso trabalho.

No primeiro capítulo traçamos uma pequena biografia de cada um dos intelectuais estudados, bem como fazemos uma breve introdução das obras a serem utilizadas como nossas fontes, fornecendo, também, algumas considerações acerca das mesmas. Embora possa parecer um capítulo meramente introdutório, nele encerra-se a primeira tentativa de destacar as diferenças existentes o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale diante da trajetória de cada um, pois acreditamos que influenciou suas respectivas propostas.

O segundo capítulo ocupa-se detidamente com o pensamento de Plínio Salgado, onde encontramos os primeiros indícios de sua aproximação com o totalitarismo – vemos a questão da ideologia e a maneira como os militantes devem portar-se no movimento. Semelhante em forma é o capítulo três, onde nos debruçamos somente no pensamento de Miguel Reale, localizando nele características do conservadorismo (e algumas do autoritarismo) a qual acaba por influenciar sua proposta. A leitura de ambos capítulos, embora possam ser vistos como estudos isolados, é capaz de deixar clara a distinção entre os integralismos destes intelectuais, pois procuraram ater-se a aspectos próximos capazes de destacarem aquilo que os distingue.

No quarto capítulo colocamos novamente os autores juntos. Retomando algumas questões deixadas em aberto nos dois anteriores, nossa intenção é demarcar com maior exatidão e clareza, por meio de quatro elementos previamente selecionados e presentes no pensamento de cada um, as diferenças existentes entre Miguel Reale e Plínio Salgado. Operamos, aqui, um confronto direto entre aspectos caros ao integralismo de cada, o qual reforça nossas análises e a existência de propostas distintas dentro da Ação Integralista Brasileira.

O quinto capítulo possui um valor de conclusão de todo o trabalho, pois nele procuramos definir que tipos de integralismos são estes com os quais nos ocupamos. Deliberadamente deixamos para este capítulo uma discussão de natureza mais conceitual e teórica das noções de *totalitarismo, conservadorismo* e *autoritarismo*. Evitamo-la no início do

trabalho porque tínhamos como objetivo alcançar definições mais precisas, além do que isto proporcionou-nos maior liberdade em nossas análises diante das características presentes nas propostas dos intelectuais integralistas as quais não se coadunavam com algumas presentes nas noções de *totalitarismo, conservadorismo* e *autoritarismo*. Assim, chegamos a conclusão de que Plínio Salgado desenvolve o *integralismo-totalitário*, enquanto Miguel Reale ocupa-se do *integralismo-conservador*.

O capítulo final é uma espécie de ensaio onde propomos uma análise das idéias integralistas com base nas conclusões do capítulo anterior. Falamos, assim, nos *limites do Integralismo*, que corresponderiam a uma espécie de "limite intelectual" do movimento propiciado pelas propostas de Miguel Reale e Plínio Salgado; e como uma primeira demonstração de sua viabilidade, apresentamos um rápido estudo sobre as idéias de Olbiano de Melo que, em muitos aspectos, assemelham-se as daqueles dois autores.

Na conclusão, ainda que ela já tenha de certo modo acontecido, retomamos tudo aquilo que foi tratado ao longo do trabalho, porém incluindo algumas informações novas que pretendem justificar, ou demonstrar, a existência de *um Integralismo* que abarca todos os outros, possibilitando, assim, um movimento coeso e unido a despeito das distintas propostas nele encerradas – para isto, falamos em uma *mentalidade integralista*, uma série de idéias e pressupostos que são compartilhados pelos militantes, fazendo com que se mantenham juntos.

Ficam aqui expostas nossas principais intenções e direções relacionadas à dissertação de mestrado que ora apresentamos. A seguir apresentaremos uma pequena discussão historiográfica da produção acerca do Integralismo.

Discussão Historiográfica

Dividiremos esta discussão em dois momentos: o primeiro tratará das obras ou análises com uma temática mais próxima da nossa; o segundo procurará sublinhar as outras as quais ocuparam-se pouco ou sobre outros aspectos do tema – observe-se, contudo, que mesmo procurando contemplar um número considerável de trabalhos, não podemos mencionar *todos* eles neste breve ensaio historiográfico, ficando desde já registrada a seleção previamente feita daqueles cuja relevância, para nós, é maior. A fim de melhor levar adiante nossa discussão, mencionaremos as obras seguindo a ordem cronológica de publicação das mesmas.

No primeiro grupo temos os livros de Hélgio Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*; José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de*

regressividade no capitalismo hiper-tardio; Gilberto Vasconcellos, *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*; e Ricardo Benzaquen de Araújo, *Totalitarismo de Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*; o artigo de Marilena Chauí, *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*; e de Ricardo Benzaquen de Araújo, *In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. O que possibilita a aproximação destes trabalhos a despeito de interpretações ou premissas por vezes conflitantes e divergentes é o fato deles terem como principal objeto de análise aquilo que poderia ser denominado de "ideologia" integralista, embora não houvesse uma única forma de pensamento no interior da Ação Integralista Brasileira, mas comentaremos isto mais a frente. Importa dizer, então, neste primeiro momento, é o fato destas leituras em especial consistirem em uma espécie de primeiro esforço visando um estudo da história das idéias integralistas, ou seja, a preocupação central é promover uma análise de como se constituiu e estruturou o pensamento de alguns intelectuais envolvidos com o movimento integralista (com destaque para Plínio Salgado, seu fundador e líder máximo, Miguel Reale e Gustavo Barroso). As relações da AIB com o governo central ou local, com outras instituições – como a Igreja Católica ou a Igreja Metodista[7] – ou questões envolvendo o papel do Integralismo nas eleições, apenas para citar alguns breves exemplos, são deixados em segundo plano (o livro de Trindade é o que mais procura uma abordagem que não se limita somente ao estudo das idéias) ou nem mencionadas dada à preferência dos autores em se debruçarem sobre a produção intelectual integralista. Como ponto de partida temos a obra de Trindade a qual possibilitou, no mínimo, a "existência" dos estudos de Chasin, Vasconcellos e Chauí.

O livro de Hélgio Trindade, hoje um clássico, foi um estudo de grande abrangência acerca da Ação Integralista Brasileira pelo fato de situa-la dentro do contexto político, social, econômico e cultural do Brasil. Além disto, sua preocupação em traçar um perfil do movimento como um todo fez com que lançasse mão de pesquisas envolvendo a origem social de alguns de seus membros (tanto os grandes expoentes quanto militantes de base) e suas motivações para aderir ao movimento; a organização e a dinâmica interna também foram devidamente analisadas, apresentando um quadro de como a AIB se estruturava assim como sua milícia[8]. Contudo, observa-se que esta preocupação domina uma pequena porção do livro (talvez menos do que um terço), servindo mais para, de fato, contextualizar o movimento,

[7] Sobre este segundo caso Cf. GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e Cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, Giselda Brito (org). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007. pp. 81-96.

[8] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1974. p. 182, 185 e 189.

traçando, assim, as ligações necessárias entre as idéias do Integralismo e a situação do País à época, tanto que há uma espécie de fio condutor da maior parte da obra, que é fornecido pelo estudo envolvendo a figura de Plínio Salgado, onde suas idéias são rastreadas desde sua participação no movimento modernista até a fundação da AIB – não é à toa que a primeira parte do livro tem o título de "A emergência do chefe", e é justamente este ponto a nos interessar com mais destaque pelo fato de encontrarmos comprometidas com uma análise envolvendo justamente seu pensamento e idéias. Todo este trabalho desenvolvido por Trindade encontra-se assentado, sobretudo, em sua principal hipótese de que o Integralismo teria sido um movimento fascista – daí sua preocupação em dissecar tanto ideologia quanto constituição social do movimento – porém, ele não o considera como sendo fruto de um "mimetismo ideológico", simples cópia do que se processava na Europa, julgando serem as condições políticas, econômicas e sociais do Brasil importantes para seu surgimento, mas também não descarta que "a influência dos fascismos europeus é essencial para explicar a natureza da ação Integralista"[9].

Esta ligação entre fascismo e Integralismo, na análise de sua "ideologia", apresenta uma importância relativa para Gilberto Vasconcellos e é secundária para Marilena Chauí e Ricardo Benzaquen de Araújo (tanto em seu livro quanto no artigo). No caso do livro de Vasconcellos, sua preocupação é procurar a "especificidade do integralismo enquanto discurso fascista que se insere numa sociedade capitalista periférica"[10], ou seja, ainda que acreditando veementemente no mimetismo ideológico entre aqueles dois movimentos, suas análises buscam sublinhar uma diferença entre eles através do referencial teórico da *teoria da dependência*, declarando estar o movimento integralista empenhado em alcançar uma "utopia autonomística [sic] em relação às nações capitalistas hegemônicas"[11]. Assim, Vasconcellos afasta-se de Trindade no momento em que procura descortinar esta distinção no arcabouço ideológico integralista. Há, todavia, um problema no livro *Ideologia curupira* semelhante a um presente em *Integralismo*, porém em escala muito maior: ainda que o próprio Trindade e Edgard Carone em seu *A República Nova* (obra esta a qual se encaixa no segundo grupo de análises do Integralismo dentro de um contexto maior) tenham advertido a existência dentro da AIB de várias correntes de pensamento, com propostas distintas, situa-se aqui um erro crasso muito comum às análises referentes ao movimento integralista que é ignorar tais distinções e pensar a "ideologia" do Integralismo como um monólito formado por idéias e

[9] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1974. p. 288-289.
[10] VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupi*ra. São Paulo: Brasiliente, 1979. p. 17.
[11] Ibid. p. 17.

propostas defendidas por todos os seus integrantes – o autor, que a nosso ver, melhor procurou contornar este erro foi Ricardo Benzaquen de Araújo. Isto afeta o trabalho de Vasconcellos de maneira intensa, pois não há a necessária distinção dos autores integralistas, além do uso de fontes que consideramos indevido – o exemplo mais claro é a utilização de um livro de Plínio Salgado escrito na década de 1940[12] (enquanto esteve em Portugal), cuja primeira edição brasileira data de 1949 e em momento algum faz alusão à Ação Integralista Brasileira, como representante do discurso integralista. Além do que, faltou ao autor a necessária contextualização de determinadas idéias e sua preocupação maior parece ser, em determinados momentos, proceder a uma reflexão das possíveis "raízes modernistas" do Integralismo. O fato de destacarmos o livro de Vasconcellos é menos por suas conclusões do que por seu objeto central de estudo, pois acontece que as convicções político-ideológicas do autor invadem e povoam a obra, atrapalhando de modo crucial suas análises.

A pouca relevância dada à possível classificação da "ideologia" integralista como fascista surge no ensaio de Marilena Chauí no momento em que esta identifica no discurso da AIB elementos característicos do pensamento autoritário somado às discussões nacionalistas da década de 1920. Chauí, assim, procede a um balanço crítico da historiografia referente ao período de 1920-1938 onde identifica um mesmo arcabouço conceitual dotado de características que se repetem[13], o que acaba por prejudicar análises como a do discurso integralista por não abarcarem a dinâmica própria da história do Brasil a qual é problematizada, na historiografia, de modo a ressaltar a idéia da ausência, isto é, as questões nacionais são discutidas através do fato de não existirem, no País, determinados elementos a soluciona-las. Desta maneira, a proposta de Chauí é sair desta prática, indo procurar no Integralismo a sua especificidade, destacando, aí, *quem* é o destinatário deste discurso e como se constrói. Para a autora, dado ao seu autoritarismo, as idéias integralistas são voltadas para a classe média urbana ("a que classe o discurso de dirige?"[14]), não sendo relevante, desta forma, se foram importadas ou não dos fascismos europeus pelo fato de exprimirem a necessidade de uma política nacionalista autoritária para o Brasil – dirigem-se para possíveis "matrizes" de pensamento européias apenas como forma de legitimá-las e faze-las serem reconhecidas por seus destinatários. Em suma, para Chauí significa pensar *como* e *por quê* as idéias integralistas foram aceitas por uma parcela tão ampla da população brasileira, independente

[12] O livro é *A mulher no século XX*.
[13] Relata-las, aqui, seria deixar o foco de nossa discussão. Para saber quais são estas características: Cf. CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e Mobilização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978. p. 19-21.
[14] Ibid. p. 34.

do fato de existirem ou não elementos os quais pudessem justificar a existência daquelas e sua vinculação com o pensamento fascista.

Completa-se a discussão envolvendo a comparação entre fascismo e Integralismo com a posição extrema de José Chasin em sua monumental obra: para ele, o movimento integralista não pode ser de forma alguma classificado como um possível fascismo brasileiro pelo fato de não haver elementos dentro do modo de produção capitalista brasileiro a possibilita-lo – posição, como pode-se ver, radicalmente oposta a de Trindade no que diz respeito a sua hipótese central, e a de Chauí no relativo ao que é mais relevante acerca do estudo do discurso integralista. Entretanto há uma diferença fundamental na obra de Chasin compartilhada, em certa medida, com a de Ricardo Benzaquen de Araújo: elas possuem um enfoque mais delimitado, pois procuram tratar apenas do discurso do *Chefe* Integralista, Plínio Salgado. Reconhecendo as diferenças entre os "integralismos" de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso (para citar os principais intelectuais), Chasin faz uma vasta análise cuja proposta é traçar um perfil mais completo possível da proposta do *chefe nacional*, utilizando-se de expressiva quantidade de escritos daquele, passando não só por livros que abrangem o período anterior à criação da AIB – onde estão inclusos seu romances sociais, a saber: *O Estrangeiro, O Esperado* e *O Cavaleiro de Itararé* – como artigos publicados em jornais e documentos – como o *Manifesto de Outubro* – de sua autoria ou onde sua participação é digna de nota. Desta maneira, Chasin procura abranger praticamente a totalidade do discurso de Plínio Salgado, destacando suas nuances e revelando-nos novas maneiras de se estudar o fenômeno integralista. Ainda que o autor cometa o mesmo erro de Vasconcellos ao utilizar obras posteriores à sua militância integralista, pode-se releva-lo na medida em que o faz após uma divisão da produção intelectual de Plínio Salgado, deixando demarcada quando há uma estreita ligação com a Ação Integralista Brasileira ou não.

Levando em consideração não só os fatores internos no Brasil (país de capitalismo hiper-tardio, conseqüentemente fator primordial a impedir o nascimento do fascismo em seu território) como o próprio discurso de Plínio Salgado marcado por componentes cristãos cuja relevância não pode ser ignorada, pois auxiliam na compreensão de suas principais idéias e propostas. O fato da associação integralismo/fascismo ser fruto da *memória* construída pelos opositores do integralismo e do que o autor chama de *análise liberal* – uma análise na qual "tudo gira (...) dentro do universo do liberalismo"[15] e, por conseguinte, cunham-se expressões para definir, de maneira negativa, tudo aquilo que é o oposto das características "imanentes"

[15] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 49.

do liberalismo, acarretando em uma classificação de determinado fenômeno, e não sua explicação – somada a exaustiva análise do pensamento do chefe nacional, possibilita a Chasin chegar a sua conclusão de que "ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põe como objetivações distintas"[16]. Surge, então, a imperativa necessidade em se pensar a AIB como possuidora de diversas correntes de pensamento em co-existência.

A nosso ver, a Ação Integralista Brasileira ganhou, no que diz respeito às análises das idéias por nela expressadas, a abordagem mais correta e inovadora na década de 1980 através dos trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo. Com ele, o que sempre foi mencionado sobre a existência de vários "integralismos" dentro do movimento – mas por vezes ignorado – é levado em consideração, e seus textos tratam, em separado, das "correntes" internas do movimento representadas por Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Se nos é permitido essa reafirmação, *o Integralismo não pode ser propriamente estudado, pelo menos no que tange a sua "doutrina", para nos retermos somente a um aspecto, deixando-se de lado suas profundas diferenças internas*. Ou seja, pretender a uma análise do pensamento integralista misturando-se, por exemplo, as idéias de Plínio Salgado com as de Miguel Reale, é incorrer em grave erro – ainda mais porque, neste caso apresentado, os "integralismos" de ambos chegam a ser *contrários* em vários pontos. Não existiu *um* pensamento ou discurso integralista, e sim *vários*. O livro, e o artigo, de Ricardo Benzaquen de Araújo, ainda que se restrinjam ao pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, respectivamente, parece-nos a forma mais correta de se tratar o fenômeno integralista no que diz respeito às suas "idéias". Desta maneira, tal expediente, como poder ser constatado, aproxima-se do projeto de Chasin ao abordar *isoladamente* cada intelectual, e também do de Chauí no que diz respeito a sua posição em não analisar completamente a "ideologia" integralista pelo referencial teórico do fascismo; e neste ponto em particular, de excepcional relevância para nosso trabalho, é onde Araújo desenvolve a noção de que a proposta de Plínio Salgado seria, antes de mais nada, dotada de características *totalitárias* – e aqui lembramos que para Hannah Arendt, a quem Araújo dirige-se em seu trabalho, o fascismo não era um movimento totalitário[17]. Seguindo a mesma metodologia de trabalho dos outros autores, Araújo utiliza-se das obras integralistas do chefe nacional para nelas localizar elementos a comprovarem sua hipótese, trabalhando, além disto, com o conceito de revolução, idéia essencial na compreensão do pensamento de Plínio Salgado – e aqui o autor abre uma brecha para reflexões envolvendo o arcabouço

[16] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 652.
[17] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 358-359.

teórico da história dos conceitos. E, ainda que de maneira muito breve, a distinção feita entre as propostas de Miguel Reale e Gustavo Barroso, ao final da obra, refletem a importância de análises em separado porque cada um destes apresenta idéias, como mencionado antes, por vezes contrárias. No caso de Gustavo Barroso as distinções são menores, mas no de Miguel Reale, intelectual o qual contrapomos com Plínio Salgado em nosso estudo, são por demais visíveis, daí a utilização do artigo do mesmo Araújo o qual, até o presente momento, foi a única referência encontrada ao nosso alcance a apresentar uma análise de sua produção integralista.

Tal qual em seu livro *Totalitarismo e Revolução*, Ricardo Benzaquen de Araújo estuda as idéias integralistas de Miguel Reale por meio da sua produção intelectual inscrita no período de 1932-1937 e chega a conclusão, em total oposição a Plínio Salgado, de que aquelas seriam fruto de um pensamento de características conservadoras. Nestes termos dirá o autor: "Plínio Salgado e Gustavo Barroso (...) embora por caminhos inteiramente diferentes (...) se aproximavam de uma perspectiva totalitária, [e] o estudo dos textos de Reale deixa claro que ele adotada um ponto-de-vista eminentemente *conservador*"[18]. Infelizmente não temos como discutir a abordagem de Araújo em comparação a outras, entretanto, importa-nos apenas salientar como, também aqui, observamos uma preocupação baseada na análise das idéias integralistas produzidas pelo intelectual selecionado.

Como pôde ser visto, embora estes estudos partilhem de um mesmo objeto, suas conclusões e premissas são bastante díspares. Antes de avançarmos, faremos uma rápida retomada dos principais pontos. De acordo com Trindade, a associação entre Integralismo e fascismo é essencial para o entendimento da AIB, pois não se poderia explicá-la sem a ascensão fascista na Europa, aproximando-os através da suas análises e reflexões, mesmo considerando a própria situação nacional como favorável a sua criação. Para Araújo, este não parece ser o ponto central da questão. Ele não se detém sobre tal discussão e aproveita para inserir uma nova abordagem de estudo, pelo menos no que diz respeito especificamente ao pensamento de Plínio Salgado, que é a noção de *totalitarismo*. Para Araújo esta seria a forma ideal de se compreender a doutrina pliniana, pensando-a, distante de qualquer vinculação ao pensamento conservador, como totalitária.

Igualmente para Chauí, tal discussão acerca de mimetismo ou importações político-ideológicas do fascismo é de pouca importância, pois o que deveria estar em pauta seria o fato

[18] ARAÚJO, Ricardo Bezaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 3. Para uma discussão das diferenças conceituais entre conservadorismo, totalitarismo e autoritarismo, Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 77-104.

das formulações integralistas dirigirem-se, como já foi falado, a uma determinada classe social e exprimirem uma noção autoritária de sua política, o que levaria o discurso integralista a se voltar para possíveis "matrizes" de pensamento européias apenas como forma de legitimá-lo e faze-lo ser reconhecido por seus destinatários. O mesmo poderia-se dizer de Vasconcellos, para quem a associação é indiscutível, sendo importante, então, a análise do discurso integralista mediante a situação do Brasil no sistema capitalista mundial.

Dirigindo-se ao caminho aposto, temos Chasin partindo da teoria de que o Integralismo de maneira alguma poderia ser classificado como um fascismo. Em sua obra, ele procura desconstruir as análises promovidas por Trindade, chegando a descartar as entrevistas conduzidas por este como meio de se alcançar alguma conclusão mais concreta acerca da natureza do Integralismo. Além disso, ele (assim como Araújo), voltando-se para estudos de Edgard Carone, aponta como de grande relevância a existência de mais de um integralismo dentro da própria AIB, personificados não só nas figuras de Plínio Salgado como também nas de outros intelectuais. Este fato serviria para corroborar a falha em se pensar o movimento integralista como fascista, pois não há consenso de idéias, e as posições díspares não são de pequenos grupos, tendo elas partido de indivíduos de suma importância no seio da AIB. A análise feita por Chasin da produção intelectual de Plínio Salgado tentou encontrar as características que nortearam a defesa de sua teoria sobre a distinção de Integralismo e fascismo – o que acabou por ser duramente criticado, mais tarde, por Trindade.

São estas as principais obras de referência para nossa pesquisa, contudo, tratemos rapidamente de outras também importantes.

Neste segundo grupo encontramos aquelas obras cuja atenção não recai sobre análises concernentes as idéias integralistas, mas sim em outros aspectos de natureza diversa em vista da maneira como o tema do Integralismo é tratado, ao que identificamos dois sub-grupos os quais remetem ao título acima exposto: no primeiro temos obras preocupadas em estudar unicamente a Ação Integralista Brasileira; enquanto no segundo, vemos aquelas onde esta encontra-se inserida em um contexto maior. Comecemos por este segundo grupo.

São os brasilianistas os principais responsáveis por essa produção na qual o Integralismo surge como tema "periférico", pois apresenta-se no interior de um estudo maior, onde são contempladas as ações e as relações de seus integrantes com outras instituições e grupos sociais, e sua "ideologia", não havendo, todavia, maiores reflexões acerca da especificidade dos principais intelectuais do movimento, o que acaba por levar, na maioria dos casos, a pura e simples vinculação da AIB aos movimentos fascistas. Destacam-se, então,

os livros de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*; Stanley Hilton, *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*; e Robert Levine, *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Destas três obras, a de Skidmore e de Levine expressam claramente que o Integralismo era um movimento de características fascistas, sendo a única diferença entre ambos autores o fato de que em Levine não há discussões desta natureza, embora declare que "será mais correto ver a AIB como um movimento autoritário e hierárquico, copiado de modelo fascista, mas com fundas raízes tanto no nacionalismo quanto na cultura nacionais"[19] – Skidmore, por sua vez, ainda procura comparar a AIB às experiências fascistas na Europa, ainda que chegue a mesma conclusão. Além disto, Skidmore procurou, também, analisar o apoio da classe média brasileira ao movimento e suas propostas para a construção do Estado Integral. Em um capítulo inteiramente dedicado ao Integralismo, Levine analisou seu papel na vida política nacional, suas relações com a Igreja Católica, intelectuais (não necessariamente militantes, mas que podiam simpatizar com as idéias defendidas) e militares. Para o autor, a AIB assemelhava-se, no que tangia sua organização interna e seus rituais, ao Nazismo; e "doutrinariamente" aos "países latinos fascistas – Portugal, Itália e Espanha de Franco"[20].

Já a abordagem de Hilton privilegiou as relações entre Integralismo e aqueles os quais considerou seus opositores, isto é, os operários, os governos locais e a colônia de imigrantes alemães no sul do País em vista do fato dos mesmos não verem com bons olhos o nacionalismo propagado pelo movimento, sobretudo no referente à sua incorporação na sociedade brasileira, partilhando a mesma língua e cultura. O mérito do trabalho de Hilton é justamente, ao apontar para este último caso, mostrar como a recorrente idéia de que a AIB assemelhava-se ao nazismo, ou de a primeira ajudaria a instauração da segunda no Brasil, não se sustentava completamente, ocorrendo apenas que um pequeno número de militantes integralistas simpatiza com a causa de Hitler – vale lembrar, todavia, que acerca do operariado, o Integralismo contou com operários em suas fileiras.

Em linhas bem gerais, são estas as principais obras de relevante contribuição à historiografia do Integralismo, restando-nos, agora, contemplarmos aquelas pertencentes ao primeiro sub-grupo. Nele encontramos as obras de: René Gertz, *O fascismo no sul do Brasil: fascismo, nazismo e integralismo*; João Ricardo C. Caldeira, *Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão (1933-1937)*; Rosa Maria Feiteiro Cavalari, *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*; e dois

[19] LEVINE, Robert. *O Regime Vargas:* os anos críticos (1934-1938). Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.149
[20] Ibid. p. 149.

livros formados por artigos de diferentes pesquisadores do Integralismo, *Integralismo: novos estudos e reinterpretações* e *Estudos do Integralismo no Brasil*.

O livro de René Gertz situa-se quase que entre os dois sub-grupos apresentados, porém encontra-se mais em contato com o primeiro. Suas análises acerca da imigração alemã no sul do Brasil acabam por esbarrar na presença integralista nesta região, suscitando, assim, em um estudo um pouco semelhante ao de Stanley Hilton no tocante às questões envolvendo as relações entre a Ação Integralista Brasileira e os imigrantes, sobretudo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Gertz, nesta obra, procurou ir contra antigas idéias sobre a ligação entre alemães e integralistas baseada em questões "étnicas", mostrando como o Integralismo sofreu, por vezes, a rejeição daquela população e, quando aceito, foi em vista da existência de problemas políticos locais que há muito se prolongavam, sendo o movimento integralista visto como solução para os mesmos. Assim, Gertz refutava a existência de uma possível conspiração nazista mancomunada com militantes da AIB. A importância deste estudo, além da óbvia contribuição para a historiografia do Integralismo, reside no fato de ter sido, ainda que Gertz não considera, uma espécie de "inspiração" para os chamados "estudos regionais" integralistas[21], onde privilegia-se a ação do movimento em nível local, como é o caso do livro de João Ricardo de C. Caldeira o qual ocupa-se, justamente, da análise da AIB no estado do Maranhão, tratando-se de sua trajetória desde a instalação e consolidação até sua expansão e posterior fechamento no ano de 1937. É, sem dúvida, um trabalho de qualidade singular pelo fato desta abordagem a qual poderia, como ressalta o autor, resultar em "revisões sobre o curso da AIB no Brasil"[22].

O livro de Rosa Maria Feiteiro Cavalari não segue tal tendência, alinhando-se àquela observada no início deste ensaio cuja preocupação recai sobre um estudo amplo do movimento integralista, onde concorda com a interpretação de Trindade acerca da identificação com o fascismo. Contudo, o que se destaca em sua obra é o estudo do Integralismo através de seus meios de propaganda e difusão de sua doutrina, como a utilização de pronunciamentos em rádios, reuniões de leitura de obras integralistas e o uso de jornais e revistas. A autora analisa diversos periódicos, observando a maneira como as matérias eram apresentadas aos seus leitores, sendo por vezes utilizadas em jornais de outras localidades, e a forma como faziam não só as indicações da "bibliografia integralista" – uma série de livros recomendados para leitura dos militantes – como propagandas de produtos

[21] GERTZ, René. A pesquisa sobre o Integralismo na década de 1970. In: SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007. p. 12-23.
[22] CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 22.

ligados ao movimento (tal qual pastas de dente)[23]. A presença das mulheres, a construção de escolas, ambulatórios e lactários nos núcleos é ressaltada; e acerca da intensa prática de leitura, verificada pela existência da já citada "bibliografia integralista" e da grande quantidade de periódicos, Cavalari introduz a idéia, utilizando-se de Roger Chartie, de que os integralistas formavam uma *comunidade de leitores*[24].

Nos dois últimos livros deste primeiro sub-grupo acham-se as contribuições mais variadas à historiografia do Integralismo. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*, organizado por Renato Dotta, Lídia Maria Possas e Maria Rosa F. Cavalari foi o resultado do I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, ocorrido em Rio Claro (SP), no Arquivo Público e Histórico local, onde encontra-se o riquíssimo Fundo Plínio Salgado formado por milhares de documentos como correspondências, fotos, periódicos, livros, material de propaganda – relativos tanto à Ação Integralista Brasileira quanto ao Partido da Representação Popular (PRP). Os temas abordados são variados, tratando da relação do Integralismo com a mulher e com os operários; a questão da educação e do anti-comunismo. E o mesmo pode ser dito sobre *Estudos do Integralismo no Brasil*, organizado por Giselda Brito Silva cuja variedade de abordagens é igualmente características, achando-se artigos que tratam da aproximação entre o movimento integralista e a religião cristã; a utilização de fotografias como metodologia de pesquisa e análise; exemplos de estudos regionais (a AIB em Pernambuco); e estudos para além do término legal do movimento, onde contempla-se a campanha de Plínio Salgado à presidência em 1955 ou das reações na imprensa pela comemoração dos 25 anos da criação do Integralismo.

Estes livros são alguns exemplos tanto da produção historiográfica passada quanto presente sobre Ação Integralista Brasileira, e que apontam para uma tendência de "deslocamento" desta temática para o campo da História, já que, originalmente, era quase objeto exclusivo das Ciências Sociais e da Filosofia. Novos objetos e abordagens aos poucos vão surgindo e este importante movimento político-cultural, de características únicas que suscita tantos debates e questões, ganha a atenção que lhe é merecida.

[23] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 102.
[24] Ibid. p. 159.

Capítulo 1

Duas faces do Integralismo:
Plínio Salgado e Miguel Reale

Militantes integralistas

Capítulo 1: As duas faces do Integralismo – Plínio Salgado e Miguel Reale

> *Para estabelecer uma avaliação provisória sobre o valor da produção intelectual de um escritor não é necessário saber exatamente sobre o que ou o que ele pensou; pois para tanto seria necessária a leitura de todas as suas obras. A princípio basta saber como ele pensou.*
>
> Arthur Schopenhauer

O objetivo deste primeiro capítulo não podia ser outro a não ser fazer uma rápida apresentação dos autores e das obras com as quais trabalharemos. Desta maneira, após uma breve introdução ao capítulo com vistas a situar objetivos mais gerais que acabam por permear todo o presente trabalho, começaremos a falar, primeiro, de Plínio Salgado, criador da Ação Integralista Brasileira e seu único *chefe nacional*; para, em seguida, nos focarmos em Miguel Reale, que veio a se tornar o *chefe do departamento nacional da doutrina* da AIB. Com ambos iremos operar da mesma maneira, ou seja, iniciaremos a seção pertinente a cada um com uma breve biografia do autor em questão e terminaremos com algumas considerações iniciais sobre suas obras, onde falaremos quais formaram nosso *corpus* textual além de suas características, como qual tema é privilegiado pelos autores, a forma que se expressam, a linguagem utilizada, etc. Tendo isto posto, sentimo-nos aptos e darmos início ao trabalho.

1.1. Uma rápida introdução

Pouco antes dos ventos que faziam tremular austera a bandeira azul e branca do movimento integralista transformarem-se, por meio do golpe de Estado de Getúlio Vargas, na tempestade pronta para arrancar a flâmula do sigma de seu mastro, o Integralismo, nas palavras de Olbiano de Melo, um de seus principais membros, encontrava-se dividido em três correntes, denominadas por ele como a dos "burgueses", dos "sindicalistas" e dos "antiimperialistas"[25]. Ainda seguindo os relatos de Olbiano de Melo, "as duas últimas [sindicalistas e antiimperialistas] agiam quase sempre em conexão; enquanto a primeira moderada e com espírito revolucionário, a seu modo, estava sempre pronta a acomodações

[*] Todas as imagens das folhas de rosto dos capítulos foram retiradas de: GUERRA, Luiz Felipe Hirtz & SOMBRA, Luiz Henrique (orgs). *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Arquivo do Rio de Janeiro, 1998.

[25] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 108.

com o Governo"[26]. Ele ainda situa alguns dos principais nomes do movimento em cada uma destas correntes, com destaque para Gustavo Barroso na "antiimperialista" e Miguel Reale, além dele próprio, na "sindicalista". Ou seja, a despeito da imagem de Plínio Salgado pairando soberana sobre o Integralismo, ela não era capaz de impedir o surgimento destas correntes distintas em seu seio, embora tal situação não tenha se mostrado como um problema de intensa gravidade ao movimento[27]. Parece ter sido justamente o contrário: esta heterogeneidade da Ação Integralista Brasileira foi o que lhe possibilitou atingir um número expressivo de militantes ou simpatizantes, alcançando quase todo o território nacional – algo até então "inédito" pois os partidos políticos possuíam, no máximo, alcance regional. O Integralismo, reunindo em si idéias e posições distintas, mantidas em paralelo e não, aparentemente, em conflitos, transformou-se naquilo que seu chefe nacional, Plínio Salgado, sempre fez questão de lembrar em seus escritos: era um movimento de síntese. Se o século XIX fora o século das ideologias dispersivas e divergentes, o XX seria marcado por uma convergência, *síntese*, de idéias, e o movimento integralista era o maior – ou talvez único – representante desta tendência. Era ele o reflexo de uma nova tomada de consciência por parte da humanidade, o grande símbolo de uma luta não para dispersar/afastar os indivíduos e os povos, mas sim para aproximá-los.

"Síntese filosófica. Síntese política"[28]: era este um dos objetivos do Integralismo em um plano maior, ou seja, como um movimento que não pretendia apenas mudar o Brasil, como o restante da humanidade. O testemunho de Olbiano de Melo comprova tal asserção ao identificar tendências distintas dentro da Ação Integralista Brasileira, o que, no fim, não espanta os estudiosos do assunto porque basta observar os princípios defendidos e propagados para compreendermos esta síntese em seu nível mais básico, que é o das idéias e autores que "inspiram" o movimento. Se de um lado encontraremos o nacionalismo propagado por Alberto Torres[29], com sua defesa de um Estado forte e presente, do outro acharemos Euclides da Cunha para quem "a amplitude das paisagens sertanejas (...) impressionava mais fundamente a sensibilidade, reforçada por um certo mal-estar que o tomava nos ambientes

[26] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.*Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 108.

[27] Ainda assim vale lembrar alguns atritos com Gustavo Barroso e Severino Sombra no que dizia respeito justamente à liderança do movimento. No caso do primeiro, Gustavo Barroso por vezes entrava em rota de colisão com Plínio Salgado sobre quem seria o mais indicado a chefiar a AIB; acerca do segundo, Severino Sombra não concordava com uma chefia única do Integralismo, tendo sugerido uma direção formada por um triunvirato formado por Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Olbiano de Melo. Acabou rompendo com o movimento não só por ter tal sugestão declinada como por discordância ideológicas com Plínio Salgado.

[28] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 77.

[29] Cf. MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Caras, 1979.

urbanos"[30], algo muito fácil de ser observado em diversos escritos de Plínio Salgado onde este não apenas elogia de forma exacerbada o interior do País, onde está o Brasil *real*, como parece sempre disposto a criticar o espaço urbano, visto como sendo inerentemente negativo:

> Na fumaça do ar cinzento, o panorama ensurdina-se no mormaço trêmulo picado de apitos. A cidade dorme tão quieta como uma grande lagoa parada, sem margens, onde se adivinham trepidações ignoradas de angústias, palpitações, movimentos... Lá, no fundo, o edifício bojudo de uma fábrica esmaga um quarteirão violetado de sombras e dores sombrias, na pulverização da distância, que esmaece a promiscuidade predial dos acotovelamentos urbanos.[31]

Ao lado destes, temos ainda a presença do corporativismo de Oliveira Vianna em consonância com alguns princípios fascistas apregoados por Miguel Reale, que se utiliza de Mussolini e Alfredo Rocco em suas análises e se dirige aos "Estatutos do Trabalho Nacional da República Portuguesa" a fim de encontrar princípios análogos aos sustentados pelo Integralismo[32]. E como não citar a presença de idéias anti-semitas, defendidas por Gustavo Barroso, mesmo que centradas "em conteúdos ideológicos e políticos, e não raciais"[33]? Em suma, toda esta tentativa de síntese proposta pelo Integralismo se processa em sua própria constituição e sustentação; autores diversos, com idéias diversas, influenciam os preceitos do movimento integralista, dando-lhe esta feição altamente heterogênea na criação de um constructo complexo, por vezes confuso, sem uma identidade bem definida, cuja noção de síntese torna-se um princípio ubíquo, mantendo todas as partes que o constroem ligadas. Demonstrar tudo isto poderia revelar-se um trabalho interessante, assim como extenso, mas não é nossa intenção procedermos desta maneira. O que nos interessa, aqui, é tentar mostrar as diferenças dos discursos integralistas, *unidos sob um único Integralismo* – algo que se processa em um nível acima desta síntese de idéias e autores; é a elaboração de pensamentos distintos que partem de uma mesma base.

Trabalharemos, assim, com o discurso produzido por Plínio Salgado e Miguel Reale, e se conseguirmos, minimante, demonstrar as diferenças existentes entre eles, poderemos considerar nosso trabalho como na direção do certa.

---

[30] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 137.
[31] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação, p. 69.
[32] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 144.
[33] MAIO, Marcos Chor. O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 227-248. 2003. p. 247.

Como enunciado no início deste primeiro capítulo, passaremos, agora, ao tratamento relativo aos autores e às obras que utilizaremos ao longo de todo o nosso trabalho. Não tencionamos uma descrição ou análises profundas acerca da produção intelectual selecionada – empreendimento, aliás, no caso de Plínio Salgado, magistralmente levado à cabo por José Chasin[34]; e no de Miguel Reale, de maneira reduzida, feito por Ricardo Benzaquen de Araújo[35], mas com a mesma postura despida de preconceitos da sua obra *Totalitarismo e Revolução* – e sim apresentá-las, ou relembrá-las para aqueles já familiarizados com os livros integralistas. Julgamos importante este procedimento não só por questões que poderíamos chamar de puramente estéticas, visando uma melhor organização do presente trabalho, mas também em vista da sua *necessidade*. Exagero? Talvez não, afinal, temos aqui, diante de nós, um tema pouco explorado se compararmos à magnitude que o movimento integralista teve durante seu período de (breve) existência. Para começarmos, recordemo-nos daquela obra considerada como pioneira do assunto no país[36], *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*, de Hélgio Trindade, publicada em 1974, sendo fruto de sua tese de doutorado apresentada na Université de Paris I (Panthéon-Borbonne) em 1971[37].

Após a obra de Trindade, feita com base em vasto material – onde incluem-se entrevistas feitas pelo autor com dirigentes integralistas[38] – outros trabalhos surgiram, fossem ensaios, como o de Marilena Chauí, ou livros, como os de José Chasin e Gilberto Vasconcellos. Abordagens distintas, visões opostas – um mundo amplo e desconhecido surgia. E, pouco a pouco, aumentavam os estudos referentes ao Integralismo, tratando dos mais variados assuntos (sua ideologia, política regional, a transformação em partido político, sua relação com os movimentos fascista e nazista, sobretudo no sul do País) mas, verdade seja dita, tudo muito esparso, isolado – o continente que um dia o movimento integralista foi, transformou-se em um arquipélago, de ilhas distantes, mesmo que interligadas sob a

[34] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
[35] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtu:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CP-DOC), 1988.
[36] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 21.
[37] Temos aí mais de três décadas de um curioso silêncio. Durante um novo período para a história republicana brasileira, marcada por profundas mudanças, como uma das principais forças atuantes neste contexto pôde ter sido negligenciada ao ponto de ganhar uma reflexão consistente décadas mais tarde? Talvez seja muita pretensão lançar essa pergunta, ainda mais pelo fato de não ser ela a ser respondida no presente estudo, porém, fazemo-la mesmo assim: por que este esquecimento? Falta de material (fontes)? Difícil acreditar – os livros podem ser encontrados em bibliotecas; documentos de diversas naturezas estão em arquivos. Vergonha por ter que reconhecer a existência de um movimento de natureza "fascista" no Brasil? Talvez, porém, não seria uma boa razão *acadêmica*. Pergunta que poderia denotar pura curiosidade, uma simples dúvida a qual, argumentariam, não configuraria um problema, uma questão. Mas, mesmo assim, uma pergunta que merecia ser respondida.
[38] Para uma relação dos entrevistados, Cf. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 372-374.

superfície. Algumas personalidades da Ação Integralista Brasileira são sempre lembradas, outras, "esquecidas"; determinados aspectos fazem-se presentes enquanto outros nem são percebidos. Criou-se, infelizmente, um certo desconhecimento para com o assunto – suas idéias, livros, etc. Por isso achamos necessário dispor de algumas poucas páginas para resgatarmos parte do discurso de indivíduos cuja participação na vida nacional manteve-se por anos após o término da AIB. Então, para aqueles familiarizados com o conteúdo dos livros que formavam a *bibliografia integralista*[39], as páginas seguintes servem como uma descrição das fontes a serem utilizadas; e para aqueles em cujos horizontes de leitura esta mesma bibliografia encontra-se parcialmente encoberta por nuvens ou névoa, esperamos servir como um vento cálido que afasta a obstrução e revela esta "oculta" face do pensamento político brasileiro.

Começaremos, então, a tratar de Plínio Salgado, o chefe nacional e idealizador da Ação Integralista Brasileira para, em seguida, falarmos de Miguel Reale, o chefe do departamento da doutrina. Iniciaremos ambos os casos com uma rápida biografia dos autores para, em seguida, adentrarmos na discussão dos livros a serem usados.

1.2. Plínio Salgado: o político nas letras, as letras no político.

O meu primeiro manifesto integralista foi um romance
Plínio Salgado

Plínio Salgado, um dos principais teóricos e único *chefe* da Ação Integralista Brasileira, nasceu em 22 de janeiro de 1895 em São Bento de Sapucaí, uma pequena cidade do interior do estado de São Paulo. Com a morte do pai, em 1911, foi obrigado a largar os estudos – encontrava-se em Minas Gerais, cursando humanidades no Ginásio Diocesano de Pouso Alegre – e se mudou para São Paulo, aí permanecendo até 1913. Retornou, então, à sua cidade natal, onde desempenhou diversas funções, trabalhando como jornalista no *Correio de São Bento* e professor além de dirigir um time de futebol local e um grupo teatral. Foi em São Bento de Sapucaí, no ano de 1918, que começou a demonstrar inclinações para a política ao participar da fundação do Partido Municipalista.

No ano de 1920, Plínio Salgado retornou a São Paulo e aí permaneceu durante vários anos, dedicando-se não só a política – algo já esboçado ainda em São Bento de Sapucaí –

[39] Cf. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 79-162.

como à literatura, onde, de maneira discreta, participou da Semana de Arte Moderna de 1922 com alguns poemas de sua autoria sendo lidos por Ronald de Carvalho no Teatro Municipal de São Paulo. Só alcançou verdadeira expressividade quatro anos à frente, em 1926, com a publicação de seu romance *O Estrangeiro*, sendo muito bem recebido pelo público e crítica – a primeira edição da obra esgotou-se em torno de 20 dias. Junto com Candido Mota Filho, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo foi um dos principais intelectuais do movimento *Verde-Amarelo*, que demarcava a corrente de caráter nacionalista do modernismo brasileiro.

Como jornalista, passou a trabalhar como redator do jornal *A Razão*, fundado em meados de 1931 por Souza Aranha, o qual possuía uma orientação política dada não só pelo próprio Plínio Salgado quanto por San Tiago Dantas. Neste mesmo jornal Plínio Salgado redige diariamente uma "nota política", estabelecendo os primeiros pontos daquilo que no futuro viria a se tornar parte da doutrina da Ação Integralista Brasileira – nascida por meio da Sociedade de Estudos Políticos, a qual foi fundada no estado de São Paulo, em 1932, na sede do próprio jornal *A Razão*, onde ocorriam as atividades políticas de Plínio Salgado com a publicação de suas "notas".

Reunindo quase 150 membros – onde encontravam-se antigos companheiros de Plínio Salgado da ala dissidente do Partido Republicano Paulista, intelectuais com quem manteve contato após a Revolução de 1930 e estudantes da faculdade de direito de São Paulo – a Sociedade de Estudos Políticos foi organizada internamente em diferentes comissões de estudos os quais compreendiam: "(...) economia, pedagogia, constitucional e jurídica, higiene e medicina social, geografia e comunicações, história e sociologia, religião, política internacional, educação física, arte e literatura e agricultura (...)".[40]

Através da SEP criou-se a Ação Integralista Brasileira, com Plínio Salgado redigindo um manifesto que a lançaria publicamente. Na primeira reunião ocorrida no mês de junho, foram entregues cópias de uma primeira versão do manifesto o qual foi aprovado quase sem alterações em uma segunda reunião no mesmo mês, embora sua publicação só ocorreria em outubro diante do possível confronto entre São Paulo e o Governo Provisório. Em 7 de Outubro de 1932 foi publicado o manifesto que marca o lançamento oficial da Ação Integralista Brasileira, daí ser conhecido como *Manifesto de Outubro* – considerado por José Chasin como "indiscutivelmente um texto de [Plínio] Salgado"[41]**.** Dirigido "à Nação Brasileira; ao operariado do País e aos sindicatos de classe; aos homens de cultura e

[40] TRINDADE, Hélgio. Integralismo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5 v. V. 3, p. 2810.
[41] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 128.

pensamento; à mocidade das escolas e das trincheiras; e às classes armadas"[42] ele define a AIB como movimento político independente expondo em seus 10 postulados as bases da doutrina integralista, estabelecida sobre a defesa do nacionalismo (dotado de grande teor *anticosmopolita*), a criação de um Estado integral – em oposição ao Estado liberal visto como um dos males que assolava a sociedade brasileira – a condenação do capitalismo e do comunismo.

A AIB conheceu um crescimento expressivo devido às "bandeiras integralistas", onde membros do movimento integralista percorreram diversas partes do Brasil fazendo sua propaganda. Para o norte do País se dirigiu uma caravana liderada pelo próprio Plínio Salgado, acompanhado de Gustavo Barroso, onde percorreram o litoral nordestino, promovendo debates e conferências em diversas localidades como "Campos, Vitória, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Paraíba, Fortaleza, São Luís, Belém e Manaus, sendo fundados núcleos em algumas cidades"[43]; enquanto para o sul seguiu Miguel Reale, fundando núcleos integralistas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dirigindo-se, em seguida, para o Rio de Janeiro, Plínio Salgado liderou a primeira marcha de integralistas no Distrito Federal, contando com 100 militantes. Em outubro do mesmo ano de 1933, em vista da chegada de Gustavo Barroso a capital de São Paulo, é realizada nova marcha, agora contando com mais de 800 integralistas.

O número de militantes foi aumentado e, com a aproximação das eleições presidenciais, a AIB lança formalmente sua campanha eleitoral, escolhendo seu candidato em plebiscito interno, do qual sai vencedor Plínio Salgado.

Aparentemente tudo caminhava bem para a AIB, incluindo a simpatia a ela concedida por parte de Getúlio Vargas, contudo, com o anúncio do "plano Cohen", acerca das supostas manobras comunistas que visavam alcançar o poder, Plínio Salgado, procurando apoiar Vargas – e sabendo da farsa do plano Cohen – e imaginando ser o Integralismo contemplado pelo presidente como base do seu governo após o golpe e outorga da nova Constituição, retirou, assim, sua candidatura à presidência da República deixando seu apoio a Vargas e às forças armadas contra a ameaça comunista e favorável ao estabelecimento de um novo regime. O golpe aconteceu em 10 de novembro com o cerco do Congresso e a decretação do Estado Novo. Em transmissão radiofônica, Vargas não faz qualquer referência ao integralismo.

---

[42] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955. p. 17.
[43] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: DIFEL, 1976. p. 207.

> A maior de todas as surpresas que tive em 10 de Novembro foi o discurso de Vossa Excelência. Nessa noite fiquei completamente convencido de que fôramos enganados, desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os Integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela Nação e que sempre foram leais para com Vossa Excelência nos momentos mais difíceis. Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros considerava o fato amargamente.[44]

Em represália à "traição" por Getúlio Vargas da causa integralista, militantes da AIB tentam, no dia 11 de março do ano seguinte, uma revolta cujo objetivo seria a tomada da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, a fim de transmitirem uma ordem para uma sublevação integralista. A polícia conseguiu deter o grupo encarregado da invasão e esta primeira tentativa fracassa – Plínio Salgado ficou escondido no Rio de Janeiro até se refugiar em São Paulo.

Nova sublevação armada irrompeu na madrugada de 11 de maio de 1938, igualmente fracassada em vista de diversas deserções e falhas da organização. O perímetro do Palácio Guanabara chegou a ser invadido pelo tenente Severo Fournier e outros integralistas comprometidos com a ação, mas não foram capazes de vencer a resistência de Getúlio Vargas acompanhado de familiares e alguns defensores[45], sendo definitivamente derrotada com a chegada do general Dutra com reforços. Todas os outros planos também fracassaram – como ataques à residências de autoridades e a tomada do ministério da Marinha, o que selou definitivamente o destino da AIB.

Plínio Salgado ficou preso durante três dias no início de 1939 – não tendo sido incluído no processo contra os líderes da revolta instaurado em agosto de 1938. Em maio redigiu um manifesto pedindo que os integralistas se abstivessem de qualquer agitação contra o governo e a ordem pública. Mas não foi o suficiente para impedir nova prisão no final do mesmo mês, seguido do exílio em Portugal. Chegava, então, ao fim a breve existência da AIB, nascida nos primeiros anos da década de 30 e extinta nos últimos anos da mesma.

Plínio Salgado retornou ao Brasil em 1946 com o processo de redemocratização do país. Ele fundou, então, o Partido da Representação Popular – PRP, aproveitando as mesmas iniciais do Partido Republicano Paulista – pelo qual foi eleito deputado federal primeiro pelo Paraná e depois por São Paulo. Quando do decreto do AI-2, Plínio Salgado filiou-se ao partido governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), permanecendo na câmara dos

[44] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955. p. 125.
[45] BRANDI, Paulo. Salgado, Plínio. In: Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5 v. V. 5, p. 5203.

deputados até 3 de dezembro de 1974 quando resolveu deixar a vida pública, falecendo no ano seguinte, em 7 de dezembro de 1975.

Ao procurarmos um marco inicial para as obras de Plínio Salgado que utilizaremos, devemos recuar alguns anos antes da criação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, e alcançar o ano de 1926/1927 com a publicação de seu romance *O Estrangeiro* e do livro *Literatura e Política*. Por que mencionarmos e utilizarmos a produção literária de Plínio Salgado junto de suas obras de caráter político, que formam o verdadeiro núcleo deste trabalho? Primeiro, não podemos esquecer o fato do chefe nacional ser um literato e de ao longo da sua vida até a criação da AIB encontrar-se comprometido com a cultura, não sendo, pois, à toa que uma forte tônica de seu discurso seja justamente acerca dela; seu nacionalismo é preponderantemente cultural e vários capítulos de seu livros versam sobre a importância do cultivo e engrandecimento do *espírito*. Desconsiderar, então, suas obras de características literárias levaria-nos ao erro não só pelo motivo apresentado, mas também por um segundo que não deixa de ter relação com o primeiro: não só o próprio Plínio Salgado como os estudiosos do Integralismo declararam a importância da leitura de seus romances e contos como parte de compreender determinados aspectos de seu pensamento. Hélgio Trindade diz:

> (...) não se pode compreender a ideologia integralista sem penetrar no significado dos romances de Salgado, onde se encontra sua interpretação da realidade brasileira (...) e, ao mesmo tempo, alguns temas de sua concepção ideológica através de manifestações de certos personagens.[46]

Seguindo na mesma linha temos José Chasin:

> De fato, a obra literária [de Plínio Salgado] não é mais do que a ilustração, a encarnação exemplificadora da doutrina, e a obra doutrinária não mais que a explicação, a 'sistematização' dos significados fundamentais, a exibição da espinha dorsal que sustenta a produção literária.[47]

Entretanto, isto não significa que partiremos para uma análise extensa da mesma, além do que, tal empreendimento já foi excepcionalmente feito por José Chasin. O que nos interessa ao mencionar alguns romances e contos de autoria de Plínio Salgado é localizar neles alguns aspectos que se tornaram verdadeiros embriões das idéias, mais tarde, desenvolvidas e defendidas pelo Integralismo. Desta maneira, lançamos mão dos três

[46] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 63.
[47] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p.258.

principais romances que formam a trilogia das "crônicas da vida brasileira": *O Estrangeiro* (1926)*, O Esperado* (1931) e *O Cavaleiro de Itararé* (1933); e alguns contos presentes nos livros *Discurso às Estrelas* e *Contos e Fantasias*[48]. Acerca do primeiro, Plínio Salgado declarou:

> Do mesmo modo como Literatura e Política, publicado em 1927 (...) representa o prelúdio de toda a obra doutrinária posteriormente desenvolvida pelo autor, este Discurso às Estrelas é, também, uma preparação dos trabalhos de teor puramente literário que da mesma pena saíram nas páginas de O Estrangeiro, O Esperado, O Cavaleiro de Itararé (...).[49]

O possível uso, então, da produção estritamente literária de Plínio Salgado servirá, apenas, como um complemento às reflexões centradas em suas obras políticas – não pretendemos (e nem podemos) ignorá-las, mas, também, é-nos impossível querer tratar de todas no presente trabalho. Recomendamos, para uma melhor explanação concernente a produção literária de Plínio Salgado, além da apresentação das histórias dos romances e alguns de seus personagens, as páginas a ela dedicada nas obras de José Chasin[50] e Hélgio Trindade[51].

Proceder à uma divisão no interior da produção intelectual de Plínio Salgado que abarca suas obras políticas é uma tarefa com certo grau de complexidade em vista da irregularidade que a caracteriza, ou seja, é praticamente impossível tentar demarcar limites para organizá-la, pois como diz Ricardo Benzaquen de Araújo: "a proposta integralista de Plínio [*Salgado*] não está concentrada em um ou dois livros (...), seu pensamento encontra-se consideravelmente disperso no conjunto dos textos publicados"[52]. José Chasin elaborou uma divisão cronológica em três momentos que abarcava toda a produção fundamental do Integralismo por parte de Plínio Salgado[53], mas sua utilização aqui não surtiria o efeito pretendido. Procuraremos, então, esboçar uma divisão que possa minimamente contornar as dificuldades apresentadas pela irregularidade dos temas trabalhados nas obras de Plínio Salgado, ao que procederemos da seguinte maneira: se não é possível acharmos regularidade

---

[48] Não possuímos o ano exato da publicação destes livros, porém, de acordo com o próprio Plínio Salgado em prefácio à edição de 1956 do primeiro (volume XX de suas "Obras Completas"), ele foi escrito antes do romance *O Estrangeiro*; e o segundo seria posterior.

[49] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 20: Discurso às estrelas, p. 9.

[50] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 255-341.

[51] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 62-77.

[52] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 27.

[53] CHASIN, José. op. cit. p. 92.

em toda sua produção, devemos procurá-la no *interior de cada obra*. Certamente ainda é uma organização que não nos satisfaz, além de criar uma divisão extremamente desigual na quantidade de livros, mas é a que, por enquanto, podemos lançar mão sem prejudicar nosso trabalho.

Alguns dos livros de Plínio Salgado apresentam a característica de serem formados por artigos seus anteriormente publicados em jornais ou então frutos de conferências proferidas em várias ocasiões, o que ajuda na irregularidade de seus conteúdos pois, na maioria das vezes, reúnem-se textos que não apresentam uma ligação efetiva entre si ou que digam respeito a um tema que perpasse todos eles. Chegou-se a cogitar uma divisão calcada nesta característica, porém, ela acabaria por criar mais dificuldades que a agora empregada. Desta forma, trabalharemos com a existência ou não de um *único* tema/assunto tratado nos livros, o que acarretará na criação de dois grupos. O primeiro, menor, formado por obras de um tema só, engloba *Psicologia da Revolução* (1933)*, O que é Integralismo* (1933) e *A Quarta Humanidade* (1934). Já o segundo, visivelmente maior, tem a característica de possuir um conteúdo diversificado, por vezes sem qualquer ligação entre si. Os livros que o compõe são *Literatura e Política* (1927)*, O Sofrimento Universal* (1934)*, Despertemos a Nação* (1935)*, A doutrina do Sigma* (1935)*, Palavra Nova dos Tempos Novos* (1936)*, Páginas de Combate* (1937)*, Madrugada do Espírito* (1946), *Páginas de Ontem* (1954) e *O Integralismo Perante a Nação* (1955). Aqui precisamos esclarecer uma questão importante sobre algumas das obras que fogem do período de 1932 à 1937: no caso de *Literatura e Política* ocorre que idéias aí esboçadas foram retomadas, mais a frente, a fim de compor o corpo da ideologia integralista, assim como vários artigos seus publicados no jornal *A Razão* foram transformados em capítulos de outros livros. Algo semelhante precisa ser dito em relação aos livros *O Integralismo perante a Nação, Páginas de Ontem* e *Madrugada do Espírito*: todos datam do período posterior ao Integralismo, mas são utilizados porque seus conteúdos são formados por assuntos a ele ligados. No caso do primeiro, ele é "valioso como documentação"[54] porque é composto por inúmeros documentos relacionados a AIB, como o "Manifesto de Outubro de 1932" que fundou o Integralismo, as "Diretrizes Integralistas", as "Preliminares do 'Manifesto-Programa' da Ação Integralista Brasileira" que lançariam a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, dentre outros. Os outros dois são coletâneas de textos provenientes de obras lançadas durante o período de vigência do Integralismo ou que foram

[54] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955. p. 10.

publicados no jornal *A Ofensiva*, do Rio de Janeiro, daí serem levados em consideração a despeito de ultrapassarem os limites cronológicos estabelecidos para este trabalho.

Como mostraremos a seguir, esta divisão auxiliar-nos-á no tocante a apresentação das fontes utilizadas. Mas, antes disto, parece interessante iniciarmos a apresentação tratando das obras em si.

Grande parte dos livros aos quais nos remeteremos e consultaremos foi re-editada pela Editora das Américas, de São Paulo, e lançada em 1956, constituindo uma coleção de 20 volumes intitulada *Obras Completas de Plínio Salgado* a qual possui não apenas várias obras essenciais do período integralista como também sua produção literária e outros livros escritos após o término da Ação Integralista Brasileira cujas naturezas são bem variadas, tratando de assuntos religiosos (por exemplo, os três primeiros volumes das *Obras Completas* são destinados à vida de Jesus Cristo) assim como políticos (onde começa a trabalhar a idéia de democracia-cristã), chegando até mesmo a passar pela questão do papel das mulheres na sociedade (em *A mulher no século XX*). Retornando às obras integralistas, aquelas não encontradas nesta coletânea serão utilizadas em suas edições originais da década de 1930, lançadas por diversas editoras, mas principalmente a José Olympio, do Rio de Janeiro. É sabido, entretanto, o fato de que as obras de Plínio Salgado editadas posteriormente ao término da AIB – como as presentes nas mesmas *Obras Completas* – sofreram algumas modificações em seu conteúdo na tentativa de apagar qualquer ligação que poderia ser feita dos regimes fascista e nazista com o Integralismo – lembremo-nos que estas reedições são datadas do período pós-1945 – e, além disto, dar-lhe ares mais "democráticos". Por segurança, trabalharemos também com as obras originais datadas da década de 1930.

Acreditamos que o sub-título designado para esta porção do presente trabalho expressa de maneira concisa, porém reveladora, a imagem que se poderia extrair dos escritos do fundador do Integralismo. Tendo se envolvido tanto na literatura quanto na política, chega a ser um pouco complicado, por mais estranho que possa parecer, dissociar o homem das letras, que cria situações e personagens, do político que, inserido em um único mundo formado por indivíduos autômatos, tenta, ao menos, imprimir a sua vontade ou visão ideal de sociedade sobre pessoas às quais não possui controle. Estas duas faces, como as máscaras que simbolizam o teatro, a comédia e a tragédia, encontram-se visíveis nas linhas, parágrafos e obras de Plínio Salgado. Se, por um acaso, cria-se uma expectativa em saber qual destas "personalidades" sobrepõe-se a outra, infelizmente este não é o momento para um diagnóstico satisfatório; essas linhas não podem encerrar em si soluções, todavia, são capazes de servir como o primeiro passo para uma reflexão ampla que ficará a cargo de ser executada com mais

afinco e profundidade por quem achar interessante leva-la adiante. Então, perguntariam, qual o objetivo desta porção do trabalho? Fazer perguntas, sem necessariamente fornecer uma resposta imediata, deixá-las percorrerem seu caminho até o fundo, onde serão devidamente analisadas – algo que por vezes é ignorado na pressa por um fugaz e simplório "sim" ou "não" – também faz parte de nosso ofício, porém, temos consciência dos objetivos a serem atingidos, e isto igualmente nos move. Ora, além do expresso nos primeiros parágrafos, pretendemos demonstrar, desde o primeiro momento, uma questão que perpassa este estudo como um tudo: a diferença existente entre os dois intelectuais cujas obras submetemos à nossa reflexão, e que vão refletir nas maneiras de se pensar o Integralismo, começam no nível mais elementar, na forma de se expressarem em suas obras. São caminhos paralelos inseridos em um mesmo universo que, *talvez*, se encontrem no infinito. Por isto tal empreendimento, pois lidamos com indivíduos com trajetórias de vida desiguais, mas que encontraram uma identificação entre si dentro do movimento integralista – ao fim deste primeiro capítulo, após percorremos completamente as primeiras considerações acerca de Plínio Salgado e Miguel Reale, o que é dito aqui poderá ser observado com maior clareza.

A inspiração para a atual forma de tratamento veio da obra *A Literatura como Missão*, de Nicolau Sevcenko; e o que quer que possa nos faltar de um conhecimento tão sólido quanto o demonstrado por este autor, tentaremos suprir com a vontade de sermos capazes de proporcionar uma rápida, porém sincera, cognição aos espíritos interessados. Damos, então, nosso primeiro passo ao tratar da produção política de Plínio Salgado, sublinhando a forma com que o chefe nacional procura se expressar e se dirigir ao público, considerando a linguagem utilizada e os "artifícios" para convencer e atingir seus leitores. Tomando como ponto pode partida a linguagem empregada, deve-se ressaltar a existência de uma certa variação dependente de para qual público esteja se dirigindo. Rosa Maria Feiteiro Cavalari bem apontou esta característica[55], e a expandimos um pouco mais ao lembrarmos da importância de como o chefe nacional *utiliza* esta linguagem. Falamos que nossas fontes são basicamente os livros, mas também relatamos, como é o caso de Plínio Salgado, que alguns deles são formados por artigos publicados em jornais ou conferências por ele proferidas, acarretando, assim, uma visível semelhança não só na estrutura/organização destas obras como uma certa homogeneização da maneira como o chefe nacional se dirige ao público leitor.

[55] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 129.

Todas as outras obras que formam aquele segundo grupo, de temas variados, são divididas em capítulos pouco extensos onde, por vezes, chega a ser difícil distinguir qual deles são oriundos de artigos de jornais e conferências, ou seja, de um material já "conhecido" ou são "inéditos" – tal distinção torna-se complicada quando não ocorre de, na introdução ou prefácio da obra, tal prática não encontra-se discriminada – em vista, sobretudo, da maneira como o texto é formulado e as idéias, articuladas. Aí surge, primeiro, uma aproximação com o trabalho jornalístico de Plínio Salgado, pois, ao escrever para um jornal, em espaço limitado, imagina-se que é preciso passar a informação de maneira breve – de preferência a causar impacto – para que o leitor assimile-a de imediato. Não há margem para maiores ou mais elaboradas reflexões, sendo este um meio eficaz diante da velocidade em que o assunto é tratando onde objetiva-se principalmente a criação de uma crítica ou denúncia.

Mais notadamente nos livros desta natureza, em consonância com a necessidade da rapidez na transmissão das idéias, a linguagem utilizada por Plínio Salgado é simples e os períodos das frases, curtos – por vezes parece ser mais comum o uso de pontos finais do que vírgulas –, facilitando sua compreensão e, em caso de sucesso, rápida assimilação da mensagem. Os exemplos são vários, bastando apanhar livros como *Sofrimento Universal* ou a segunda parte de *Despertemos a Nação* a fim de encontrá-los em considerável profusão, porém, isto não impede-nos de apresentarmos um ou dois a título de demonstração. Seguem-se alguns parágrafos retirados do capítulo intitulado "A Pátria Adormecida" do livro *Despertemos a Nação*, onde, de acordo com o acima mencionado, o autor procura passar de forma breve sua mensagem: "O Brasil está parado. Parece que dorme. Parece mesmo que não respira. Permita Deus que não esteja morto. Porque os povos vivem nas agitações das idéias. E a nossa Pátria não vibra ao sopre generoso do pensamento"[56]. Aqui Plínio Salgado expressa sua visão diante dos acontecimentos subseqüentes à Revolução de 1930, e não tarda para criticar tal estado, atacando-o de maneira forte por meio, novamente, de frases entrecortadas e de rápida compreensão: "O País não pensa. Não possui a capacidade de gerar idéias. E a revolução marcha, sob determinismo de seu vago espírito, cujas etapas ninguém, em consciência, poderá prever com exatidão"[57]. Finalmente, tendo exposto de modo sucinto uma "constatação" da forma como o País se encontra – "está parado" ou talvez "esteja morto" – e a crítica por tal situação – ele não tem a "capacidade de gerar idéias" – Plínio Salgado alcança uma possível solução, sempre lançando mão dos mesmos métodos: "Precisamos despertar o

[56] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação, p. 79.
[57] Ibid. p. 85.

Brasil. Para a luta franca, definida, forte, das idéias, em que não haverá desconfianças, *pois cada um estará identificado no seu posto e marcado na sua direção e na sua atitude*"[58].

O que imprime uma outra característica interessante a estas obras de Plínio Salgado, a forma particular de arrumar os capítulos que as compõe e seus conteúdos, é o fato de não haver uma restrição de temas, ou seja, não são acontecimentos políticos ou discussões de semelhante natureza que ocupam por completo suas páginas, havendo espaços para assuntos que, ainda assim, terão sua utilidade na construção do pensamento integralista do chefe nacional. Mencionamos, aqui, as críticas ou avaliações feitas por Plínio Salgado do homem moderno e as transformações pelas quais a sociedade atravessa – principalmente em um nível "espiritual". Não são poucos os capítulos ou passagens a abordar a problemática de questões de caráter moral. E parece ser nestes momentos que aflora a face literária no político. Maria Stella Martins Bresciani em seu *Londres e Paris no século XIX* revela-nos, através das obras de alguns intelectuais – literatos ou filósofos – as impressões destes das transformações sofridas na Europa com o advento da industrialização, principalmente nas duas cidades que dão título a obra. Sobre Londres, ela escreve: "Nessa Londres da metade do século, com dois e meio milhões de habitantes, projetam-se com total nitidez a promiscuidade, a diversidade, a agressão, em suam os *vários perigos presentes na vida urbana*"[59].

Assim o ambiente urbano passou a ganhar bastante atenção, onde se formularam as mais variadas formas de se conceber as cidades: "a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal"[60]. Plínio Salgado não era muito diferente ao falar do Brasil – São Paulo, mais precisamente, com a diferença de situar-se no século XX –, pintando com cores fortes um quadro de angústia e desolação para o homem e a sociedade moderna (sua visão, em paralelo com os intelectuais europeus, seria da cidade como vício: "a cidade simbolizava em tijolos, fuligem e imundície o crime social da época"[61]). É aí, com o uso intenso de adjetivos que ele narra a tragédia da vida humana como se fosse num romance (como uma de suas crônicas da vida brasileira) e constrói frases que possam atingir o leitor de maneira subjetiva, como se o mesmo apreciasse uma terrível obra de arte. As críticas à realidade, à sociedade, são revestidas por uma construção distante do que se poderia esperar de uma obra puramente "científica". O homem das letras se aproxima mais da política; e o político traz para si a expressão do literato. Assim como os romances de Plínio Salgado

[58] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação, p. 85. [o grifo é do autor]
[59] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no Século XIX:* O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 22. [o grifo é nosso].
[60] SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 53-72.
[61] Ibid. p. 61.

possuem grande teor político, sobretudo *O Esperado* e mais ainda *O Cavaleiro de Itararé*, o inverso também acontece.

Um bom exemplo, encontramos na obra *Madrugada do Espírito*, composta por textos de outras obras assim como de artigos de jornais (neste caso, *A Ofensiva*, do Rio de Janeiro):

> O Homem Moderno destrói a própria poesia interior do lar doméstico. A casa é substituída pela 'máquina de morar'. É o apartamento de arranha-céu, onde todas as 'máquinas de habitação' são iguais umas as outras. A arquitetura moderna é triste como um túmulo. É um cemitério de vivos. Pior que os cemitérios. Pois neste existe a alegria das casuarinas, a harmonia dos arbustos e das flores. A vegetação do apartamento é de cactos. Nas tinas, nos vasos, nascem estes fantasmas vegetais. São caules deformados como leprosos. Falta-lhes a harmonia digital das folhas, e carícia amável. Os cactos dos vasos vermelhos nas estantes geométricas ou nos cubos dos aparadores são engelhados e ríspidos como os sentimentos do coração de uma época sem delicadezas. Põe uma nota de aridez nas fachadas de caixões de cimento armado, que parecem carneiras de necrópoles.[62]

Escrito durante o período do Integralismo, este texto exprime bem o pensamento de Plínio Salgado. A citação acima poderia ser interpretada sem grandes dificuldades como a descrição de um ambiente em um romance, porém, ao contrário, diz respeito as avaliações feitas pelo autor da situação atravessada pela sociedade. Esta forma de escrita, solta, acaba por se assemelhar àquela adotada em seus romances – devedora das influências da Semana de Arte Moderna de 1922[63]. Além disto, estas obras, em característica vez e outra compartilhada por livros como *Psicologia da Revolução*, *A Quarta Humanidade* e mais notadamente *O Que é Integralismo*, pelo fato de apresentar uma linguagem mais simples e carregada de adjetivos, que apela menos à razão do que à emoção, costumam ganhar um certo "tom indignado, como o de quem faz um denúncia"[64].

Tais análises recaem em grande profusão sobre uma parcela maior das obras que construíam o discurso integralista de Plínio Salgado, contudo ainda restam aquelas últimas elaboradas em moldes um pouco distintos. São livros mais extensos que possuem apenas um "conteúdo", ou seja, possuem um único tema que é desenvolvido da primeira até a última página, não possuindo capítulos que tratem dos mais variados conteúdos como é o caso do livro *Palavra Nova dos Tempos Novos*, onde há um capítulo tanto para questões referentes ao trabalho no Integralismo como para "Reflexões sobre a violência de Sorel". Começando pela

---

[62] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Madrugada do Espírito. p. 364-365. [o grifo é nosso].
[63] BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, nota 308, p. 370.
[64] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 106.

A Quarta Humanidade, datada de 1935, ela é semelhante as outras situadas nos mesmo campo há pouco discutido, porém, ainda assim, ela procura se ater a um mesmo assunto onde as três partes em que são divididas apresentam coerência entre si. O tema central, como é explicitado no título, refere-se ao nascimento de uma quarta e derradeira *humanidade* (aí entendida como civilização), caracterizada pelo advento do movimento integralista. Na primeira parte é mostrado como Plínio Salgado desenvolve a idéia das "quatro humanidades" – falaremos melhor delas no capítulo seguinte – enquanto na segunda e terceira verifica-se um aprofundamento da noção da última humanidade (a quarta). Estas três partes não apresentam divisões em capítulos, e sim em seções pertinentes a um assunto o qual integra-se no tema maior, concedendo à obra mais uma particularidade. A linguagem, a forma de expressão do autor, surgem também como diferenças pois os períodos das frases são maiores – ao invés daqueles entrecortados – e mais bem trabalhados a fim de auxiliarem reflexões mais profundas, perpassadas, por sua vez, por referências a filósofos e outros nomes do pensamento ocidental, incluindo-se aí intelectuais brasileiros.

No livro *Psicologia da Revolução*, de 1933, encontramos semelhantes características tendo como única diferencial o fato de ser completamente inédito, o que significa dizer que parte alguma de seu conteúdo foi previamente apresentada em qualquer outro meio (jornal, outros livros, conferências, etc). Nele encontramos, então, uma espécie de síntese de alguns aspectos de seu pensamento, escrito de maneira sofisticada e complexa[65] e com uma erudição semelhante àquela verificada em *A Quarta Humanidade*, onde apresenta uma relativa organização de suas idéias, além de maior aprofundamento das mesmas. Elementos antes encontrados de forma dispersa são aqui "reunidos", construindo uma visão mais organizada do que seria o Integralismo, mas ainda assim impossível de se constituir como um livro que resume toda a sua visão do mesmo. Aliás, com esta mesma função, mas em abordagem diferente, temos o livro *O que é Integralismo* cujo objetivo é justamente o que seu título coloca: explicar o que é o movimento integralista, seus princípios, propostas e ideais. Distingue-se de *Psicologia da Revolução* em vista de sua simplicidade, anunciada em seu prefácio: "Brasileiro modesto, que trabalhas e sofres, este livro de pertence"[66]. Mas, a despeito desta característica, não podemos considera-lo como pertencente aquele grupo maior formado por obras como *Sofrimento Universal, Despertemos a Nação*, etc. pelo fato de não ser composto por material já conhecido ou que trate de diversos temas. *O que é Integralismo*

[65] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 28.
[66] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 11.

nada mais é que uma versão "simplificada" de *Psicologia da Revolução*, sendo, por isto, justo que o coloquemos ao lado dele e de *A Quarta Humanidade*.

Por fim alcançamos duas características as quais planejamos somente citar. A primeira versa sobre uma curiosa prática de Plínio Salgado de, às vezes, em seus livros, passar a impressão de que está dialogando diretamente com o leitor, como se quisesse aproximar-se dele, mostrando-se uma pessoa "acessível", ou seja, quase um amigo que vem para consolar e discutir idéias. Isto talvez passasse uma imagem aos seus leitores, sobretudo das camadas mais populares, que ele era uma pessoa comum, e não um homem intocável e inalcançável que planejava revolucionar a sociedade mantendo-se afastado dela. Plínio Salgado era o chefe nacional do movimento integralista, possuía seu retrato nos núcleos da Ação Integralista Brasileira e era saudado pelos outros integralistas, porém, em muitos de seus escritos esta aura de líder se perde um pouco. Acreditamos que a melhor prova para comprovar tal hipótese seja a "Carta de Natal e Fim de Ano", de 1935, onde Plínio Salgado mostra-se preocupado e angustiado com o rumo que o Integralismo tomava: "Examinei também a minha criação, na hora mais dramática da Pátria. E *inquietei-me*. Não temo os inimigos, nem as adversidades, porém *temo os próprios integralistas*"[67]. Verdade ou pura manobra retórica, o que importa é a forma como o autor se apresenta, inquieto com sua obra e *temeroso* pelo futuro da mesma – se ele fosse realmente o "grande líder", inquestionável e onipotente, como poderia agir de tal forma, mostrando-se "fragilizado" e sem controle sobre seus próprios homens?

A utilização da mesma *Carta* pode servir como ligação à segunda característica: nela surge um sentimento religioso constantemente presente em outras obras de Plínio Salgado. Acreditamos que tal característica tenha sido subestimada por vários estudiosos do Integralismo, vendo nela apenas reflexos das idéias postuladas por Jackson de Figueiredo (a quem Plínio Salgado se remete em alguns momentos) ou dos movimentos católicos – sem contar, aí, a enorme influência das obras de Farias Brito, "pensador pátrio que alçou o maior vôo que o nosso espírito já ousou ousar, pelo menos no que tange na formulação de uma filosofia de caráter especulativo"[68]. Isto não pode ser descartado, claro, mas não é a questão principal. A religião (o cristianismo), para o chefe nacional, é, sobretudo, uma *fonte de autoridade* sólida, legítima e necessária que não existiria no Brasil à época. Deus, Jesus Cristo, são, também, figuras de autoridade que resguardam valores que eram aos poucos

[67] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955. p. 51. [o grifo é nosso].
[68] MONJARDIM, Williams Roosevelt. *Farias Brito ou a aventura do espírito*. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 11.

destruídos pela sociedade moderna. Acreditamos não ser exagerada uma aproximação entre esta visão e a idéia de que "enquanto o Estado ou, mais precisamente, o governo se souber investido da *tutela de uma multidão menor de idade*, e por ela considerar se a religião deve ser mantida ou eliminada, muito provavelmente se decidirá pela conservação da religião"[69]. Reduzir estes aspectos que perpassam a obra de Plínio Salgado é negligenciar parte fundamental de seu pensamento.

1.3. Miguel Reale: o teórico do Estado Integral

> *Tenho pena daqueles que, por fraqueza ou cálculo repudiam com veemência seu passado integralista ou comunista, como se fosse algo condenável, pois, no fundo, estão julgando a si mesmos, sem compreenderem que cada idade do homem, no contexto das circunstâncias históricas, possui a sua própria razão de ser e de medir.*
>
> Miguel Reale

Miguel Reale, um dos principais integrantes do movimento integralista, também nasceu na cidade de São Bento da Sapucaí, em São Paulo, no dia 6 de novembro de 1910, filho de Brás Giordano Reale e Felicidade Vieira da Rosa Góis Chiaradia Reale. Foi para Minas Gerais, onde realizou seus primeiros estudos e retornou para São Paulo onde cursou o ensino secundário no Instituto Dante Alighieri. Em 1930 ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, formando-se em 1933. Aí participou ativamente não apenas de atividades extra-curriculares desenvolvidas pelos estudantes como da política, quando filiou-se à Ação Integralista Brasileira e logo se destacou por sua militância e como teórico, ainda que tivesse apenas 23 anos. No interior da AIB, foi nomeado o chefe do Departamento Nacional de Doutrina e fez parte de seu *Conselho Supremo*, "órgão de consulta mais próximo e formado pelos principais dirigentes integralistas"[70] que servia para auxiliar o chefe nacional – era formado por dez membros, onde incluíam-se os secretários de todos os Departamentos Nacionais. Miguel Reale passou a ficar encarregado da "supervisão e da censura a todos os

[69] NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 207.
[70] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 183.

artigos, livros, críticas, discursos e textos integralistas para que em nenhum momento os princípios do movimento e as orientações de Plínio [*Salgado*] fossem feridos"[71].

Quando das eleições em São Paulo para a Assembléia Nacional Constituinte, Miguel Reale foi indicado, após uma convenção integralista realizada em abril de 1933, como sendo um dos quatro candidatos sob a legenda da AIB, porém nenhum deles conseguiu se eleger. Tomou parte nas "bandeiras integralistas" e, enquanto participava ativamente da consolidação do Integralismo, continuava com suas atividades intelectuais, escrevendo livros e artigos além de apresentar conferências, o que fez com que se tornasse, ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, um dos principais intelectuais do movimento.

No ano de 1936, Miguel Reale assumiu a direção da revista *Panorama*, encarregada do pensamento político integralista e fundou, em São Paulo, o jornal *Ação*. No ano seguinte participou de um plebiscito no interior da Ação Integralista Brasileira que decidiria quem seria o candidato às eleições presidenciais – Plínio Salgado saiu vencedor com expressiva quantidade de votos e Miguel Reale ficou em terceiro. Formando um grupo com outros 34 integralistas, ele visitou o então presidente Getúlio Vargas para oficializar a candidatura do chefe nacional às eleições que, entretanto, não ocorreram em vista do golpe que instaurou o Estado Novo o qual teve como pretexto a "descoberta" de um plano para a derrubada do governo – o falso Plano Cohen que nada mais era que um documento elaborado pelo chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista (SSAI), Capitão Olímpio Mourão Filho que servia, também, no Estado-Maior do Exército[72]. Neste documento era descrito como se desenrolaria um possível golpe comunista e como os integralistas deveriam contra-atacar para impedir a ação. De acordo com Olbiano de Melo, "este documento, divulgado pelo Governo, não era nada mais, nada menos que um decalque e uma adaptação do trabalho do Capitão Mourão. De defensivo que era o dele, o divulgado oficialmente apresentava-se com caráter ofensivo e a ser desfechado, de logo, pelos comunistas"[73]. No interior da AIB, cogitou-se a denúncia da farsa do Plano Cohen, sendo Miguel Reale um dos que defendiam tal posição, mas Plínio Salgado decidiu que nada deveria ser feito, mostrando o apoio do Integralismo às decisões de Getúlio Vargas.

Com a instauração do Estado Novo e a "traição" de Vargas à causa integralista, optou-se por um golpe de força contra o governo que, entretanto, não contou com a participação de

[71] COUTINHO, Amélia. Reale, Miguel. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5 v. V. 4, p. 4908.
[72] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 103-04.
[73] Ibid. p. 104.

Miguel Reale. Contudo, mesmo após o fracasso do levante integralista, que levou a prisão ou exílio muitos de seus membros, Miguel Reale ainda chegou a se articular com aqueles menos atingidos pela repressão do governo a fim de tentarem, seguindo ordens de Plínio Salgado que se encontrava no exílio em Portugal, uma reaproximação com Vargas. Neste mesmo período foi aprovado em concurso para professor catedrático de filosofia do direito na Universidade de São Paulo com a tese *Fundamentos do Direito*. No ano de 1942, chegou a ser preso durante a "onda antiintegralista" que assolou este período em vista dos acontecimentos referentes à Segunda Guerra Mundial, mas "em seu depoimento à polícia, negou que o Integralismo tivesse qualquer semelhança ideológica com o nazi-fascismo"[74]. O movimento integralista perdera de vez suas forças e não mais retornaria.

No campo acadêmico, Miguel Reale teve grande participação ao longo de sua vida. Fundou e foi presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, assim como da Sociedade Interamericana de Filosofia e foi reitor da Universidade de São Paulo por duas vezes (1949-1950 e 1969-1973). Em 1975, após rejeitar um cargo de ministro no Supremo Tribunal Federal, tornou-se um imortal da Academia Brasileira de Letras, assumindo a cadeira de número 14. Produziu diversos livros nos campos do direito, filosofia e ciência política. Faleceu recentemente, em 2006.

A despeito da ativa participação que Miguel Reale teve nos meios acadêmicos brasileiros, principalmente no campo do direito dada a sua formação, sua produção teórica da época do Integralismo ainda não ganhou a atenção que julgamos necessária por parte de historiadores ou cientistas sociais da mesma maneira que Plínio Salgado e, em menor escala, Gustavo Barroso (cujo interesse despertado, é verdade, recai, sobretudo, sobre seu forte anti-semitismo). E, mesmo assim, repetimos, todos estes, como outros nomes importantes do movimento integralista como Olbiano de Melo, não possuem o mesmo "prestígio" obtido por outros intelectuais. Deixando de lado o que quer que possa causar tal situação, voltamos nossa atenção para a produção de Miguel Reale com um duplo objetivo: procuraremos dar uma contribuição, ainda que ínfima, aos poucos estudos acerca de Miguel Reale realizados no campo das ciências humanas, procurando ampliar horizontes ou despertar novos interesses, e assim demonstrar sua importância tanto para o Integralismo quanto para o pensamento político nacional; e demonstrar, de maneira mais concreta, as profundas diferenças existentes

[74] COUTINHO, Amélia. Reale, Miguel. ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5 v. V. 4, p. 4909.

no seio da Ação Integralista Brasileira – no presente caso, tratamos apenas das idéias produzidas pelo chefe nacional, Plínio Salgado, e o chefe da doutrina, Miguel Reale.

Seguindo, então, o modo como procedemos no caso de Plínio Salgado, daremos o mesmo tratamento à Miguel Reale no que diz respeito à uma breve análise introdutória das obras deste, onde procuraremos apresenta-las (são nossas fontes primárias) e faremos algumas considerações sobre seu conteúdo. Nada muito extenso, como deveria (ou merecia) ser, mas os limites que colocamos precisam ser levados em consideração para não perdermos o nosso objetivo.

Diferente do que foi visto com Plínio Salgado, os livros de Miguel Reale selecionados como nossas fontes para este trabalho enquadram-se no mesmo corte temporal referente à existência legal da Ação Integralista Brasileira, ou seja, durante os anos de 1932 a 1937, não existindo outras obras que tratem de assuntos pertinentes ao Integralismo, como foi no caso do chefe nacional com textos que remetem à década de 1920 onde encontrarmos o gérmen da sua ideologia integralista. Desta maneira, a organização, aqui, das obras utilizadas mostra-se bem mais simples face não só a uma produção delimitada no mesmo período do movimento em que se inscreve, como pelo fato de não existirem livros de outras naturezas, isto é, de assuntos que não sejam estritamente políticos que possam nos interessar. Acreditamos que não seria errado dizermos que a figura de Miguel Reale surge no movimento integralista como sendo o grande *teórico do Estado Integral*, em oposição a Plínio Salgado que seria o *teórico da Revolução Integralista* – estas distinções ficarão mais claras ao longo dos capítulos seguintes.

Os livros aqui utilizados foram todos reunidos e relançados pela Universidade de Brasília, no ano de 1983, em três tomos intitulados *Obras Políticas (1ª Fase – 1931/1937)* que ainda contém três artigos publicados na revista integralista *Panorama*, de relevância para nosso estudo em vista de auxiliar-nos no entendimento de sua noção de integralismo à época. São eles: "Nós e os fascistas da Europa", "Corporativismo e Unidade Nacional" e "Integralismo e Democracia". Além disto há uma lúcida introdução escrita pelo próprio Miguel Reale onde este tece comentários acerca de seus anos de militância integralista e das obras produzidas durante este período, sem tentar escondê-las:

> Estas páginas eu as releio, hoje, com a objetividade de um terceiro, e não vejo razão para renega-las, pois, por mais que muitas idéias, expostas há

> meio século, não correspondam ao meu pensamento atual, elas compuseram com autêntica sinceridade o meu ser pessoal.[75]

Localizadas justamente entre a introdução de 1983 e os artigos datados dos últimos anos do movimento integralista estão todos os livros que compõe o núcleo do nosso *corpus* textual no qual operamos uma divisão em dois grupos visando uma melhor organização: temos o primeiro, maior, formado pelos livros (e artigos) que tratam diretamente do Integralismo; e o segundo, bem menor, que se articula àquele de maneira indireta, porque, ainda que não tratem explicitamente do Integralismo, auxiliam-nos na compreensão e composição do pensamento de Miguel Reale neste momento. Assim, no primeiro grupo encontramos os livros *O Estado Moderno* (1934)*, O capitalismo internacional* (1935)*, Perspectivas integralistas* (1935)*, Atualidades brasileiras* (1937) e *ABC do integralismo* (1935) – além dos já citados artigos. No segundo temos *Atualidades de um mundo antigo* (1936) e *Formação da política burguesa* (1934)[76]. Através da leitura, reflexão e cotejamento com as obras de Plínio Salgado, imaginamos sermos capazes de apresentar uma análise consistente da maneira que Miguel Reale constrói e articula suas idéias de integralismo, onde demonstraremos as particularidades de seu pensamento e em que medida difere com o do chefe nacional.

A consulta a estas obras foi feita por meio da já citada reedição das mesmas pela Universidade de Brasília, mas, ainda que não tenham sido percebidas mudanças em seus conteúdos como aconteceu com algumas novas edições dos livros de Plínio Salgado presentes em suas *Obras Completas*, procuramos consultar também as primeiras edições publicadas nas décadas de 1930 – acerca do fato da manutenção dos textos originais, o próprio Miguel Reale declarou na Introdução:

> Como se vê, os presentes escritos têm acima de tudo, o valor de um documento, razão pela qual se apresentam na forma de sua edição original, desacompanhados os textos de quaisquer notas ou comentários, a não ser quando absolutamente necessários à sua exata compreensão.[77]

Partindo, agora, para nossa breve apresentação das obras de Miguel Reale a serem utilizadas, tomamos como passo inicial tratar sobre aquelas que compõe o primeiro grupo, onde há uma ligação direta com o movimento integralista.

---

[75] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Introdução à Edição de 1983, p.5. [o grifo é nosso].
[76] Todos estes anos se referem às primeiras edições de cada livros.
[77] REALE, Miguel. op. cit. p.5. [o grifo é do autor].

Nestes cinco livros, aos quais somamos aqueles três artigos, encontramos os fundamentos delineados por Miguel Reale para se compreender o Integralismo, com suas propostas e críticas. Bem diferente daquilo observado em Plínio Salgado, o pensamento do chefe da doutrina acha-se concentrado nestas obras de maneira organizada, com temas delimitados e coerentes entre si.

Como a preocupação central das reflexões de Miguel Reale é a questão do Estado, sua formação, desenvolvimento e futura transformação no *Estado Integral*, seus livros ganham uma feição homogênea que contrasta visivelmente com os do chefe nacional. Partindo, então, de tal assunto que compõe o núcleo de seu pensamento, partem os outros temas diretamente a ele ligados, como os referentes ao corporativismo, a organização da sociedade e da economia, o papel desempenhado pelo fascismo, etc. Com Miguel Reale temos, assim, uma certa *teorização* do Integralismo, onde estes livros servem como seus grandes sustentáculos com o auxílio daqueles três artigos que vêm como formas de se esclarecer determinados "pontos obscuros" do discurso integralista, contribuindo para uma melhor exposição dos ideais e propostas do movimento. Como exemplo, citamos uma breve passagem do artigo intitulado "Nós e os fascistas da Europa" – um tratamento mais aprofundado de todos eles será encontrado no capítulo 3.

> Uma revista francesa, tecendo elogios ao movimento integralista, considerou os 'camisas-verdes' filhos espirituais de Maurras, isto é, 'nacionalistas integrais'. Não pode haver engano maior. Em primeiro lugar, Maurras reconhece a rigorosa necessidade da monarquia no mundo contemporâneo, enquanto que nós integralistas já fixamos de maneira claríssima a nossa orientação republicana.[78]

Após estes primeiros comentários, Miguel Reale prossegue com outros, seguindo nesta mesma linha de não só conferir uma possível "autonomia ideológica" do Integralismo (algo que o movimento sempre defendeu) como para apresentar outras características deste – que não necessariamente podiam de comum acordo com aquilo pensado por Plínio Salgado.

> Em segundo lugar, ele [Maurras] é católico, intransigentemente católico, (...) pelo fato de reconhecer no catolicismo um fator básico da grandeza nacional O Integralismo, ao contrário, reúne católicos, protestantes e espíritas, e ainda

[78] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Nós e os fascistas da Europa, p. 225.

> nenhum integralista, com suficiente autoridade, fez exclusão desta ou daquela crença, nem será possível qualquer sectarismo em nossas fileiras.[79]

Aqui, Miguel Reale continua com seus objetivos, diferenciando e apresentando características *da sua visão* de Integralismo. Ou seja, nestes artigos, tal qual nos livros, a preocupação do autor é muito mais de fornecer aos leitores certos fundamentos que possam auxiliá-los na compreensão das propostas do movimento assim como questões a ele pertinentes.

Sobre os outros livros que compõe o restante da produção integralista de Miguel Reale, como já enunciamos, eles não tratam diretamente do Integralismo, isto é, não apresentam ao longo de suas páginas temas ligados à natureza do movimento ou então que pretendam teorizá-lo. Sua importância reside, sim, no fato de servirem como "complemento" à compreensão do pensamento de seu autor, ou, o que seria melhor, como base do mesmo no que diz respeito às questões que ele considera como fundamentais, onde destaca-se, claro, sua preocupação com o Estado. A leitura de *Atualidades de um mundo antigo* e *Formação da política burguesa* proporciona-nos o ingresso ao cerne da maneira como Miguel Reale compreende a constituição do Estado e da política (sendo, também, nestas obras onde aflora sua formação jurídica[80]). A despeito do fato de *Atualidades de um mundo antigo* datar de 1936 e *Formação da política burguesa* de 1934, a impressão que temos é que aquele serve como antecessor deste porque, ao tratarem, sobretudo, daqueles dois pontos destacados acima, eles seguem uma certa linha cronológica traçada pelo autor. O primeiro versa sobre a Grécia antiga, com referências a Aristóteles e Platão; enquanto o segundo tem como ponto de partida Roma e o surgimento do Cristianismo, e Miguel Reale estende suas reflexões daí até o final da Idade Moderna, trabalhando com Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, etc.

Os títulos de ambas as obras são quase que auto-suficientes para explicar seus objetivos primordiais: ao falar sobre *atualidade de um mundo antigo*, Miguel Reale pretendia demonstrar como, até à época em que produziu suas obras, eram vigentes filosofias ou

---

[79] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Nós e os fascistas da Europa, p. p. 225. Note-se, aí, a ausência de judeus e a forma quase autônoma, em certos momentos, do pensamento de alguns intelectuais porque, enquanto Gustavo Barroso trazia o anti-semitismo para o movimento integralista, Miguel Reale não partilhada de tal ponto de vista, tanto que era chamado por aquele de "judeuzinho". Cf. MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky:* – o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992. nota 3, p. 84.

[80] É justamente por causa desta formação que em alguns livros, Miguel Reale, quando da análise de problemas contemporâneos, faz um retorno ao passado (chegando à antiguidade), procurando suas "origens" e mostrando seu desenvolvimento ao longo do tempo. Prática que julgamos semelhante, por exemplo, a de Joaquim Nabuco com seu livro incompleto *A Escravidão* que em sua divisão interna possuiria uma parte dedica à escravidão na Grécia e em Roma. Cf. PRADO, Maria Emília. *Joaquim Nabuco:* a história como política e moral. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 38-41.

princípios políticos iniciados na Grécia antiga; e, ao almejar ao estudo da *formação da política burguesa*, ele tencionava demonstrar como, ao longo dos séculos, criou-se a possibilidade desta construção. Dois livros que se complementam (mesmo que produzidos de forma inversa), estabelecendo uma linha cronológica que começa na antiguidade e vai até o início da história contemporânea para explicar o que se via no período em que foram escritos – mas que não tardaria a mudar. Tendo, nestes livros, o Cristianismo como a viga mestra da construção de seu pensamento, Miguel Reale lança as bases para sua compreensão da política ocidental e do Estado que utilizará em seus escritos integralistas. Em uma passagem que poderia sintetizar o exposto nas duas obras, ele diz: "Colhamos, pois, no horto do mundo helênico, flores e frutos, mas não se tente reverdecer os que murcharam ou amargaram ao sol novo do Cristianismo e das conquistas desta nossa civilização que morre"[81]. Certamente estas breves linhas não desejavam outro propósito a não ser esta rápida introdução do que será melhor trabalhado nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

O fato de Miguel Reale ter freqüentado a faculdade, tomando, então, contato com várias leituras e autores de áreas do conhecimento como Direito, Filosofia, Sociologia, e ter sido "formalmente" apresentado à linguagem científica, universitária, pesa quando nos propomos a fazer algumas considerações acerca de sua produção. Aqui, entretanto, não tencionamos, ao observar estas características dos livros de Miguel Reale, desqualificar de qualquer forma que seja as obras de Plínio Salgado, que foi um auto-didata e não possuiu esta aproximação com o mundo acadêmico e suas formas de expressão – não se trata de classificar ou rotular um de melhor ou pior que o outro, ou que as obras tenham mais ou menos validade em vista de terem sido redigidas por alguém detentor de um conhecimento formal ou não. Vale, sim, sublinhar estas diferenças a fim de destacar quão distintas eram as concepções do mesmo movimento em que estes dois indivíduos encontravam-se inseridos; independentemente de terem vindo da mesma cidade, suas trajetórias de vida foram praticamente opostas, e ainda assim acabaram reunidos sob a bandeira do Integralismo – poderíamos até mesmo relatar uma diferença de idade: quando Plínio Salgado criou a Ação Integralista Brasileira, ele tinha 37 anos, e Miguel Reale, 22. Ainda é um pouco cedo para dizer que força de atração manteve indivíduos tão diferentes, e de idéias por vezes díspares, unidos, mas esperamos neste trabalho sermos capazes de, no que diz respeito as figuras de Plínio Salgado e Miguel Reale, lançarmos uma pequena luz sobre a maneira como idéias

[81] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 124.

conflitantes podiam encontrar um ponto comum forte o bastante para manter um movimento heterogêneo unido sob um liderança quase incontestável do chefe nacional.

A divisão anteriormente exposta visando uma melhor apresentação das obras selecionadas não tem grande relevância agora, pois, seja tratando diretamente ou indiretamente do Integralismo, todos os livros possuem uma certa homogeneidade no tocante à escrita do autor, não ocorrendo o que acontece com Plínio Salgado – principalmente quando sua "face literária" fala mais alto visando causar um tipo de impacto nos leitores. A única exceção que poderíamos fazer é com o livro *ABC do Integralismo*, cujo título já sugere uma introdução simples do que é o movimento integralista e suas idéias – é o correspondente de *O que é Integralismo* de Plínio Salgado. Escrito em 1935, sua intenções são deixadas bem claras logo no primeiro parágrafo do prefácio onde Miguel Reale escreve: "Escrevo este livrinho para o povo, procurando tornar acessíveis às grandes massas os princípios essenciais do Integralismo"[82]. Neste livro, como o autor expõe, o interesse recai em fazer uma súmula para as camadas populares, utilizando, então, uma linguagem de rápida apreensão acompanhada de um interessante artifício que é o uso de "falas" que exemplificam ou justificam determinadas idéias: primeiro Miguel Reale apresenta determinado princípio defendido pelo Integralismo ou uma crítica deste para, em seguida, expor a "fala" de um possível interlocutor que ou não concorda com aquela tal princípio ou acaba por dar razão à crítica. Como exemplo, temos, logo no primeiro capítulo intitulado "Como nascem os partidos", a seguinte situação:

> Quando um integralista afirma que, para melhorar a vida brasileira, é necessário acabar com os partidos, um calafrio corre pelo corpo daqueles que ainda acreditam no palavrório dos liberais.
> – Como?! exclamam eles. Como é que querem fechar partidos? Como é que o povo irá dizer o que quer, manifestar o que deseja, concordar ou discordar dos atos e das deliberações governamentais? O que vocês querem é mandar sem controle, fazer o que bem entendem, oprimir o povo, deixando tudo entregue aos caprichos de um só homem! – Assim falam os liberais e todos os papagaios que repetem as palavras alheias, com uma preguiça louca de pensar.[83]

Ao falar dos "coronéis" e do voto de cabresto como sendo um "sucedâneo" do Estado Liberal, Miguel Reale utiliza a mesma tática:

> – Olha aqui [diz o coronel], você é eleitor, mas sabe que nunca será deputado mesmo. No dia da eleição você vota, mas vota sem saber em quem,

[82] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p.155.
[83] Ibid. p.157.

> pois você não conhece os candidatos, nem tem os meios de os conhecer. Que adianta que seja Pedro ou Paulo eleito para a Câmara? O seu voto sozinho não vale nada. É como essas figurinhas que vêm nos maços de cigarro. Só quem reúne uma porção, só quem consegue colecionar muitas é que pode tirar um brinde. A pátria não empresta dinheiro quando você precisa; não cuida de suas necessidades, não o protege nem o defende. Se você me der o voto que não vale nada, eu dou a proteção de que você precisa.
> (...) O 'coronel', portanto, prometeu fazer tudo aquilo que o Estado Liberal achava que não lhe cabia fazer.[84]

Em ambos os exemplos acima destacados, observamos como Miguel Reale elabora esta "tática" (quase didática) que constitui na criação de uma determinada situação seguida pela "fala" de alguém a fim de provar o que o autor está constatando. Em ambos os casos observa-se a exposição de argumentos muito caros ao Integralismo, que é a sua recusa em aceitar o sistema multi-partidário e o Estado liberal, dando margem à criação destas duas situações fictícias onde o objeto da crítica feita por Miguel Reale é incorporado por aqueles que defendem posições contrárias as do autor – no primeiro caso são aqueles "que ainda acreditam no palavrório dos liberais"; e no segundo é o "coronel", em uma alusão ao Estado liberal. Ainda poderíamos destacar um terceiro exemplo que, se continua tratando do mesmo assunto (a questão dos partidos e do sistema político liberal), merece ser citado por ser um tanto curioso: em capítulo intitulado "A soberania popular", Miguel Reale relembra uma anedota contada por Plínio Salgado em seus discursos de propaganda que versa sobre uma imaginária situação na Inglaterra durante uma "disputadíssima eleição entre conservadores e liberais"[85] onde um *lord* passou dias e noites lendo tudo o que dizia respeito as eleições, aos partidos, analisando e refletindo sobre suas propostas e etc. Finalmente, após muito meditar, pela madrugada do dia da eleição ele se decidiu pelos liberais e, de manhã, apanhou sua charrete e foi para a cidade. Durante o caminho ele começou a conversar com o cocheiro que parecia um tanto sonolento. O *lord*, então, perguntou-lhe o que havia feito a noite inteira, obtendo como resposta que ele havia ficado a noite inteira bebendo e jogando com alguns amigos na taverna, não imaginando que precisaria trabalhar tão cedo no dia seguinte. O *lord* indagou se ele já havia se decidido por um candidato e ouviu do cocheiro que votaria nos conservadores porque todos votariam neles, além do fato do candidato deles ser um "rapaz simpático". O *lord* retrucou: "Pois bem, meu amigo (...) nós estamos aqui fazendo papéis de

[84] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 181.
[85] Ibid. p. 173.

bobos. Se você votar no conservador e eu, no liberal, os nossos votos se anularão. Para que, pois, tanto sérvio e tanto aborrecimento?! Vamos voltar para casa que é melhor"[86].

Miguel Reale, então, incorpora em sua obra tal anedota relatada por Plínio Salgado a fim de passar a seus leitores, de uma forma bastante simples, algumas das idéias integralistas, que é a descrença não só no sistema de partidos e, de modo que poderia passar despercebido, sua recusa ao sufrágio universal porque, enquanto o *lord* passou dias avaliando as possibilidades, o cocheiro pouco se preocupou com as eleições, decidindo votar naquele candidato que todos votariam e por ser "simpático" – e ainda assim os votos teriam o mesmo valor. É curioso notar como esta bastante conhecida idéia da incapacidade das massas populares para o voto acabou sendo apresentada em um livro justamente dirigido a elas – infelizmente não temos como saber se tal interpretação foi percebida.

Afora este caso do livro *ABC do Integralismo*, que apresenta uma linguagem mais simples e adota uma forma de explicação/exposição das idéias de rápida apreensão ao utilizar exemplos construídos a partir de "falas" ou "diálogos" construídos pelo autor, todos os outros livros selecionados se apresentam de forma homogênea, onde observamos a utilização de uma linguagem claramente objetiva – bem diferente do verificado em grande parte das obras de Plínio Salgado – e acadêmica como se ele estivesse se dirigindo constantemente aos seus pares, ou seja, a outros intelectuais. Se em algumas obras do chefe nacional percebemos referências à grandes expoentes do pensamento europeu ou brasileiro – onde o caso mais visível é *A psicologia da revolução* – em Miguel Reale isto é algo recorrente, o que comprova nossa visão acerca de sua maneira de escrever e se expressar estar diretamente ligada à sua formação universitária e àqueles a quem se dirige, ou seja, um grupo muito seleto de indivíduos com quem compartilharia um conhecimento mais restrito aos círculos acadêmicos.

Miguel Reale procura se ater a questões "concretas", objetivas. Ou seja, um pouco diferente de uma certa abordagem "irracionalista" e um tanto romântica de Plínio Salgado que utiliza em grande profusão categorias como Espírito, Terra, Raça em suas explicações (o que não significa dizer que as mesmas estejam *completamente* ausentes no caso de Miguel Reale), o chefe da doutrina tem como objetos de análises – e não somente crítica – o Estado, o sistema político-partidário, a economia, etc. Em seus livros ele procura se aprofundar em tais questões, desenvolvendo análises muito além de denúncias ou críticas, criando, por conseguinte, estudos de considerável erudição. Dois grandes exemplos desta produção mais complexa que abrange os ideais integralistas são os livros *O Estado Moderno* e *O capitalismo*

[86] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 174.

internacional (introdução à Economia Nova). No primeiro, como o título já adianta, Miguel Reale procura fazer uma análise consistente das três principais formas de Estados modernos e, para isso, divide seu livro em quatro ensaios onde os dois primeiros procuram se fixar, respectivamente, nos "postulados filosóficos da doutrina liberal através de seus mais notáveis representantes"[87] e no próprio Estado Liberal; o terceiro é dedicado ao "fenômeno fascista" (título deste ensaio), sendo analisados vários aspectos seus como o sindicalismo e nacionalismo onde o autor conclui que este tipo de Estado nada mais é que um intermediário até a forma definitiva, que é o Estado Integral, objeto do quarto e último ensaio. Aí, Miguel Reale procura fazer uma apresentação das propostas do Integralismo tendo como base questões que giram em torno do tipo de economia por ele defendido, das funções do Estado, do sindicalismo e até mesmo de uma interessante noção de "democracia integral" – que surge como um dos principais componentes que caracterizam sua visão *autoritária* do integralismo, a ser tratado mais a frente.

No segundo livro, *O capitalismo internacional (introdução à Economia Nova)*, que deveria sair com o título de "O operário e o Integralismo"[88] de acordo com seu prefácio, Miguel Reale procura abordar, como o novo título sugere, a questão do capitalismo. Dividido em duas partes, a primeira versa sobre a *fisionomia* daquele, ou seja, ele procura explicar o que é o capitalismo, suas formas (comercial, industrial, imperialismo), origens, etc. A necessidade de fornecer explicações *concretas*, em análises objetivas e de visível inspiração acadêmica que caracterizam a produção de Miguel Reale, é por ele justificada nos seguintes termos:

> A palavra capitalismo é usada a todo instante nos livros sisudos de direito e economia, nas notas apressadas e leves do jornalismo e na oratória improvisada e quente dos comícios populares. Mas bem poucos são os que se dão ao trabalho de penetrar na compreensão do vocábulo para atingir seus elementos fundamentais.[89]

Ora, o que Miguel Reale pretende nada mais é do que fazer um estudo de alguma profundidade e bem-estruturado que fuja de concepções que carecem de análises tão complexas quanto o próprio objeto porque, diz ele, "há certos termos que são mais sentidos do que compreendidos; ferem mais a afetividade que a inteligência"[90]. E se prestarmos um pouco

[87] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 50.
[88] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Capitalismo Internacional, p. 173.
[89] Ibid. p.177.
[90] Ibid. p.177.

de atenção, vamos perceber nesta constatação feita acerca do uso um tanto "frouxo" do termo *capitalismo* uma crítica que poderia recair sem maiores problemas sobre os escritos do próprio chefe nacional: Miguel Reale, como observado acima, cita o uso da palavra nas "notas apressadas e leves do jornalismo" – como vimos, alguns livros de Plínio Salgado, que foi jornalista, foram formados por artigos publicados em jornais, onde pode-se ler suas denúncias/críticas ao capitalismo, mas que não passam daí. A utilização de tal por parte do chefe nacional acaba por funcionar justamente ao atingir de maneira direta a "afetividade", ou seja, a porção subjetiva dos indivíduos ao invés de falar-lhes à razão. Sem perceber, ou assim presumimos, Miguel Reale traça por si só algumas diferenças entre o desenvolvimento do raciocínio presente em seus escritos e aquele nas obras de Plínio Salgado.

Finalmente, na segunda parte do livro, Miguel Reale aponta os problemas pelos quais o capitalismo começou a atravessar e as soluções existentes para supera-lo, sendo as experiências fascistas – que deveriam desembocar no Estado Integral – as mais importantes e promissoras, sobretudo, por causa da prática do corporativismo, princípio sempre defendido e trabalhado por Miguel Reale em várias de suas obras. Aí, então, o que o autor pretende é demonstrar, por meio de suas análises referentes ao fascismo, que idéias ou práticas proveitosas este pode oferecer no campo econômico a fim de terem o devido desenvolvimento pelo Integralismo.

Infelizmente não podemos dar este mesmo tratamento, aqui, a todas as outras obras, contudo, o que acabamos de citar permitiu-nos vislumbrar alguns traços essenciais que caracterizam a produção integralista de Miguel Reale – além de diferencia-la da de Plínio Salgado – e introduziram os aspectos com os quais concluiremos esta apresentação dos dois autores cujas concepções de Integralismo estudaremos nos próximos capítulos. Estamos nos referindo à forte presença de uma problemática concernente ao Estado e do fascismo italiano em seus escritos.

Para Miguel Reale o Estado tem um papel central na sociedade pois é ele o responsável por gerir todos os aspectos desta, devendo fazer-se presente no controle da economia, desempenhar funções que possam proteger os indivíduos e ser o local da prática política. Se temos na já citada obra *O Estado Moderno* o momento máximo desta preocupação por parte desta problemática, em várias outras ela encontrar-se-á igualmente presente como uma verdadeira pedra de toque de seu pensamento, pois suas análises não apenas têm início nele como encontrarão aí seu fim, ou seja, para Miguel Reale, que considera o Estado como o elemento fundamental de todas as sociedades, quaisquer reflexões devem tê-lo como ponto de partida, onde são estudadas suas origens, funções, falhas. Em seguida, através destas

observações, surge novamente o Estado, pensado e teorizado da maneira como deveria ser a fim de ser capaz de possuir um funcionamento pleno, o mais próximo possível da perfeição. Por possuir como objetivo derradeiro do Integralismo a criação do Estado Integral, soberano sobre todo o restante da sociedade, não é à toa que grande parte de seu pensamento gire em torno da questão do Estado, ao que não imaginaríamos estarmos equivocados ao aproxima-lo de outros intelectuais brasileiros que viam na centralização e fortalecimento daquele a melhor solução para os problemas nacionais. Para Miguel Reale,

> o Estado é um fim e um meio (...): Fim, porque age como agiria a sociedade toda se tivesse consciência própria, e não apenas segundo a resultante mecânica das vontades individuais; meio, porque é através dele que o homem consegue atuar as forças que tem em potencialidade.[91]

Assim como é uma realidade que não pode ser negligenciada:

> A Grande Guerra (...) fez com que as nações voltassem a sentir, de um modo palpitante, a realidade do Estado. A alma nacional foi então acordada dos sonhos cosmopolitas do capitalismo e do socialismo (...). Percebeu-se a união indissolúvel do indivíduo e do Estado, da liberdade e da autoridade; compreendeu-se o erro fundamental da civilização analítica que tudo dissociara, sem ter em vista um fim superior.[92]

A última característica a ser apresentada acerca das obras de Miguel Reale é sua visível admiração pelas idéias apregoadas pelo fascismo italiano – certamente uma análise mais detida nesta questão mereceria um estudo a parte. Tal admiração provém, em grande parte, da crença acerca do movimento fascista ser, sobretudo, o estágio imediatamente anterior à implantação de um governo com base nos ideais do Integralismo. Tanto que Miguel Reale recorre em vários momentos à "Carta do Trabalho" (*Carta del Lavoro*) como fonte de embasamento para suas idéias além de citar Alfredo Rocco e o próprio Mussolini, a quem dedica um pequeno capítulo intitulado "A Obra de Mussolini"[93] na parte que trata do fascismo no livro *O Estado Moderno*. E não apenas aí como em outros momentos, Miguel Reale elogia a "obra" do *Duce* que

[91] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 132.
[92] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 99.
[93] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 121-123.

> afirma uma tendência universal, mas com as características históricas e mesológicas da Península. Sua obra se realiza com o formalismo e o espírito da tradição romana, de cima para baixo, num fortalecimento contínuo do Estado. O Estado de Mussolini não é apenas o supremo regulador das atividades e das instituições, mas é também a resultante do gênio nacional da Itália, síntese de seus valores morais, culturais e religiosos.[94]

Mas, ainda assim, como já foi dito, se o movimento fascista apresentava características e ideais valiosos, não eram tão "completos" como os do Integralismo. Por vezes Miguel Reale cita alguns princípios provenientes do fascismo que considera como certos, todavia, logo em seguida, ele os complementa com outros que teriam sido esquecidos mas que são, na verdade, fundamentais para o movimento integralista.

Imaginamos que esta visível simpatia ao fascismo – bem maior em Miguel Reale do que em Plínio Salgado – tenha auxiliado bastante para a idéia de se associar prontamente a Ação Integralista Brasileira a uma versão tropical do movimento fascista, contudo cremos que, com uma leitura mais atenta, podemos perceber como o Integralismo se afirma como estando *além* do fascismo, sendo, então, um próximo (e final) estágio da evolução pela qual atravessavam os Estados modernos. A discussão sobre a AIB ser ou não um representante do fascismo no Brasil encontra-se muito além de nossos objetivos, porém deve-se levar em conta esta característica de proximidade e posterior superação do fascismo a fim de trabalharmos o movimento integralista como algo mais autônomo, que produziu diversas idéias que estavam diretamente vinculadas à questões nacionais.

1.4. Conclusão

Acreditamos que fomos capazes de atingir os objetivos expressos no início deste primeiro capítulo acerca de fornecer uma rápida introdução referente aos autores integralistas com os quais trabalharemos e suas respectivas obras. Através desta apresentação, partindo de uma noção fundamental para se compreender o Integralismo que é sua característica em ser um movimento heterogêneo, mantendo próximas várias correntes de pensamentos, nós procuramos demonstrar como esta diferença de idéias no interior da Ação Integralista Brasileira fazia-se presente em todos os seus níveis, ou seja, havia divergências até mesmo entre seus mais importantes integrantes (no presente caso, Plínio Salgado e Miguel Reale). É

[94] Idem. REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 62.

interessante notar, nesta situação, como as distinções existentes entre ambos intelectuais apresentam-se não apenas no campo das idéias, mas também na *maneira* como as mesmas são colocadas. De um lado temos Plínio Salgado, chefe nacional do Integralismo e seu fundador, a quem poderíamos chamar de *teórico da Revolução Integralista*, tendo sido quem construiu o cerne da doutrina integralista dando-lhe as características que conhecemos; do outro, Miguel Reale, chefe do departamento de doutrina, que se transformou no principal *teórico do Estado Integral*, trabalhando, sobretudo com as idéias concernentes ao Estado, elaborando a base sobre a qual deveria ser ele erigido e a sociedade que ele ajudaria a construir. Enquanto Plínio Salgado dirigia-se às massas, com pronunciamentos grandiloqüentes que beiravam o trágico ao apresentar a situação de desestruturação da sociedade e dos valores morais, Miguel Reale procurava, por meio de suas obras, falar sempre àqueles que tomariam para si as funções de construir o Estado Integral – ou seja, o primeiro traria as massas para o movimento integralista a fim de assegurar sua existência e base de sustentação; e o segundo, uma pequena elite intelectual que deveria "controlar" a população e garantir a perenidade do Integralismo.

Capítulo 2

A salvação integralista:
O integralismo de Plínio Salgado

Plínio Salgado
(chefe nacional da Ação Integralista Brasileira)

Capítulo 2: A salvação integralista – o integralismo de Plínio Salgado

Congregation, hear this, know this
The time will come when we must rise,
we must be known.

Superjoint Ritual

Neste capítulo encontramos a primeira metade do núcleo da presente dissertação. Trataremos aqui, isoladamente, do pensamento integralista de Plínio Salgado, tendo como base para tal empreendimento a leitura das obras cujo conteúdo constitui-se das principais idéias do chefe nacional da Ação Integralista Brasileira, e tentaremos demonstrar como sua proposta de Integralismo era dotada de feições totalitárias – da maneira como Ricardo Benzaquen de Araújo enunciou em seu livro *Totalitarismo e Revolução*. Assim, através de nossas reflexões, auxiliadas por aquelas feitas por estudiosos do mesmo assunto, daremos início ao estudo do pensamento do chefe nacional, sublinhando, em um primeiro momento, o papel essencial que a *ideologia* desempenha no interior do pensamento totalitário para, em seguida, estabelecermos os argumentos os quais possam comprovar a constituição do discurso de Plínio Salgado como sendo *ideológico* e sua posterior vinculação ao totalitarismo. Tendo estabelecido esta aproximação, e após explicitar os elementos primordiais desta ideologia, prosseguiremos para o segundo momento de nossas análises cujo objetivo é procurar mostrar outros elementos que se adequam a noção de totalitarismo, transpondo tal noção para este caso particular de integralismo[95], sem deixar, é claro, de operar as mudanças necessárias que respeitem sua especificidade. Tudo isto sempre tendo como base os livros produzidos por Plínio Salgado, os quais foram relacionados no primeiro capítulo.

2.1. Ideologia integralista - ideologia totalitária

A obra clássica *Origens do Totalitarismo*, de Hannah Arendt, será nossa principal referência para o tratamento das questões envolvendo a hipótese da vinculação entre o discurso integralista de Plínio Salgado e o totalitarismo, então, assim sendo, nada mais correto, ainda que operando de forma inversa ao observado na citada obra, que iniciarmos nossas análises por meio de um ponto crucial na construção do discurso totalitário: a presença

[95] A partir de agora, quando falarmos em integralismo (com *i* minúsculo), estamos nos referindo a proposta de cada autor; e Integralismo (*i* maiúsculo), quando for em relação ao movimento como um todo.

da ideologia. E aqui abrimos nossa primeira interlocução com a filósofa alemã, pois, para Arendt, "todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam através de movimento totalitários"[96]. Diante desta asserção, poderia parecer quase um pleonasmo falarmos em *ideologia totalitária*, como colocamos no primeiro subtítulo do presente capítulo, porém, acreditamos que tal colocação não configura um erro porque servirá para demarcar de maneira bastante clara a criação, por parte de Plínio Salgado, de uma ideologia a qual estará inserida dentro de uma proposta totalitária – ao que vale, aqui, adiantarmos algumas considerações referentes às nossas análises e ao nosso objeto de estudo. A primeira a ser feita versa sobre o fato de, como já foi mencionado, o movimento integralista ter sido composto por diversas "correntes" de pensamento as quais coexistiam no interior da AIB, e esta dissertação procurará demarcar tal idéia ao tratar, no mínimo, daquilo elaborado por Plínio Salgado e Miguel Reale, faltando ainda, se quisermos nos ater apenas às três majoritárias, a representada por Gustavo Barroso (e poderíamos mencionar também Olbiano de Melo por sua participação no Integralismo desde seus primórdios[97]). Diante destas variantes, imaginamos ser essencial falarmos em ideologia totalitária quando estivermos tratando das idéias do chefe nacional – o que não exclui, todavia, a possibilidade de dizermos que talvez exista uma proximidade do pensamento de Gustavo Barroso com o de Plínio Salgado no tocante justamente ao aspecto totalitário[98]. Além disto, a presença desta "variedade" acaba por solapar a idéia do Integralismo, *como um todo*, ser um *movimento* totalitário[99], levando-nos a visualizar o problema como sendo ele dotado de *propostas* totalitárias, o que não inviabiliza, de maneira alguma, a utilização daquela primeira premissa de Hannah Arendt em nosso estudo. Vejamos a consideração seguinte.

Como segunda consideração a ser enunciada, visando um tratamento a ser empreendido mais a frente, devemos lembrar que nosso trabalho tem seus horizontes limitados pelas *obras* produzidas pelos intelectuais integralistas aqui selecionados, ou seja, estamos lidando com as idéias, as propostas por eles elaboradas. Embora a organização interna da AIB, com seus rituais e manifestações reproduzam uma característica totalitária, ela não foi extrapolada para o campo político, ou seja, pelo fato de o Integralismo não ter chegado ao poder – como nos casos do nazismo e do comunismo, os dois grandes

[96] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 522.
[97] Na verdade, antes mesmo da fundação da Ação Integralista Brasileira por Plínio Salgado, este já mantinha contato por carta com Olbiano de Melo, pois interessava-se pelos livros e idéias deste.
[98] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 3.
[99] Na concepção de Plínio Salgado certamente ele deveria ser totalitário, algo bem diferente do que Miguel Reale provavelmente pretenderia.

representantes do totalitarismo para Hannah Arendt – não é possível afirmar como o mesmo se comportaria na liderança do País, ainda mais se considerarmos, mediante um exercício puramente imaginativo, uma possível disputa no interior do movimento para saber qual de suas correntes seria a vencedora. Assim sendo, estas primeiras considerações são de suma importância para compreender as bases e hipóteses de nosso trabalho, pois cada análise concernente às idéias ou características das diversas vertentes integralistas existentes na AIB deve ser feita com cuidado para não cair em interpretações errôneas ou se perder no interior do mosaico que compõe o Integralismo, acarretando a (falsa) noção de que há, dentro deste, uma espécie de discurso monolítico compartilhado por todos. Mas tudo isto será melhor tratado adiante, e qualquer possível dúvida ou "incongruência" entre nosso quadro teórico e objetos será devidamente tratada. Retornemos, então, ao enunciado no início do capítulo.

Sendo o pensamento integralista de Plínio Salgado fortemente marcado pela presença de uma ideologia que o norteia, vale, então, demonstrar como se procede tal fato. Já vimos a aproximação que há entre a aquela e o totalitarismo; em seguida, devemos partir para as análises com base no material produzido pelo chefe nacional que propicia a classificação que propomos. Para isto, procuraremos refletir sobre duas questões fundamentais: mediante o conceito de ideologia apresentado por Arendt, *por que o discurso de Plínio Salgado é ideológico?*; e *Quais os elementos que trazem à tona sua faceta totalitária?* Estas duas simples perguntas são, para esta parte inicial do presente capítulo, as diretivas a serem seguidas e que nortearão nossas reflexões.

Ao utilizarmos a definição concedida à*s* ideologias por Hannah Arendt, teremos que elas são "literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma idéia" e "notórias por seu caráter científico: combinam a atitude científica com resultados de importância filosófica, e pretendem ser uma filosofia científica", cuja pretensão, aliás, recai em "conhecer os mistérios de todo o processo histórico (...) em virtude da lógica inerente de suas respectivas idéias"[100]. Diante desta definição, voltamos nossa atenção para os livros de Plínio Salgado que compõe o *corpus* textual deste estudo, onde observaremos uma real proximidade entre aqueles e o exposto acima. Ainda que, como falado no primeiro capítulo, o pensamento do chefe nacional encontre-se disperso em suas várias obras – até mesmo naquelas precedentes à fundação da Ação Integralista Brasileira – é possível, mesmo assim, percebermos diante de tal dispersão, algumas constantes que viabilizam a caracterização do discurso integralista de Plínio Salgado como ideológico. Quando Arendt fala na *lógica de uma idéia*, vemos que há o

[100] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 520 e 521.

estabelecimento de uma premissa (a idéia) cuja função é servir de explicação para tudo aquilo que possa vir a ocorrer ou já tenha acontecido, isto é, todo o movimento histórico passa a ser calculado ou interpretado através de uma *idéia* que carrega consigo sua própria *lógica*, cuja principal característica é colocar aquela em movimento sem a participação de qualquer fator externo – poderíamos dizer que a idéia é auto-suficiente no que diz respeito a tudo concernente às mudanças operadas pelos seres humanos. Todo o processo histórico é fácil e logicamente apreendido, assim como justificado. Se quisermos ampliar nosso leque de referências acerca da ideologia e sua relação com o totalitarismo, temos, ainda, a declaração de Raymond Aron: "Ideology, in turn, cannot be separated from a certain view of history and this view reveals not only the evolution of society towards a final form, but also a struggle to the death between the classes, between good and evil"[101]. Há, assim, além de uma "sujeição" da história humana à ideologia, a estruturação da primeira com base na segunda, pois será esta a explicar todo o movimento histórico como um processo decorrente de uma lógica que deve conduzi-lo para um determinado fim, onde tudo aquilo a ocorrer durante este mesmo processo será igualmente justificado. E aí quaisquer contradições que possam surgir são devidamente obliteradas pela ideologia pois passam a ser integradas e tratadas como "estágios de um só movimento coerente e idêntico"[102]: a premissa, a idéia, a qual nos referimos anteriormente, quando confrontada por algo, não junta-se a ele, e sim procura supera-lo, transformando-o em um simples elemento opositor – e no máximo assimila-o somente como tal a fim de demonstrar a força inerente em si, estabelecendo uma espécie de hierarquia na qual é refletida a superioridade da idéia, sendo ela capaz de eliminar as contradições por subjuga-las à sua lógica. A coerência passa a ser vista diante de uma existência de elementos que se opõe "naturalmente" à idéia, pois passam a ser permitidos por ela.

Considerando-se já feita, ainda que de maneira bem sucinta, a definição de ideologia da forma na qual pretendemos trabalhar, imaginamos possuir um terreno propício para trazermos à discussão o pensamento de Plínio Salgado o qual exigiu, justamente, o estabelecimento daquelas questões. Como forma de introduzir nossas reflexões, iremos, primeiro, fazer uma breve aproximação entre o discurso do chefe nacional e uma das características das ideologias enunciadas por Raymond Aron. Este nos fala que uma certa visão da história, em vista da proximidade mantida com a ideologia, revela uma luta até a morte entre as classes e entre o bem e o mal. Ainda que possamos dar a impressão de

[101] ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism*. Michigan: University of Michigan Press, 1990. p.180.
[102] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 522.

levarmos em conta tal passagem de maneira um tanto literal, é necessário proceder da maneira que se segue para apresentarmos um panorama geral da ideologia elaborada por Plínio Salgado, pois uma de suas principais idéias é, justamente, não reconhecer a existência de uma luta entre as classes da maneira como era vista. Em um primeiro momento, ela (a luta) deveria ser subordinada "ao supremo critério da Pátria"[103], ou seja, quaisquer conflitos envolvendo empregados e empregadores deveria ser mediada pelo Estado e em consonância com os interesses da Nação, e não em prol de interesses particulares da partes envolvidas. Porém, em outras obras, e até mesmo por meio de uma referência feita por Miguel Reale em seu livro *O Estado Moderno*, tal posição sofre uma leve mudança, como se a luta de classes não existisse de fato:

> Até a luta de classes é uma criação do governo. Como disse Plínio Salgado na mensagem lida no Congresso Integralista de Vitória, a representação classista na Constituinte, dividida em empregadores e empregados, foi a consagração oficial de dois mundo antagônicos à maneira marxista (...).[104]

Na obra *Páginas de Combate*, de 1937, encontramos Plínio Salgado respondendo àqueles que criticavam o Integralismo, dizendo que este ensinava a "harmonia entre todas as classes, onde o comunismo estava pregando o ódio entre as classes"[105]. Há uma tácita recusa por parte do chefe nacional, que certamente obedece sua posição contrária ao comunismo, em aceitar uma das idéias fundamentais do marxismo. No entanto, isto não significa alegar a ausência de conflitos em seu pensamento integralista, ao contrário, e aqui começamos a adentrar o território da ideologia de Plínio Salgado: a idéia de uma luta quase sempre constante, de dois elementos antagônicos os quais movem a história faz-se presente, algo até semelhante com a luta entre o bem e o mal colocada por Raymond Aron. Surgem, então, as noções de espiritualismo ("a concepção espiritualista da vida") e materialismo ("a concepção materialista da vida"[106]), cujo conflito entre si é a idéia que vem para dar lógica e explicar todos os movimentos humanos, ou seja, por meio dela é que serão conhecidos, como mencionou Hannah Arendt, *o mistério de todos o processo histórico*.

---

[103] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 73.

[104] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 165. [o grifo é do autor]

[105] SALGADO, Plínio. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1937. p. 112. Deve-se aqui ressaltar a particularidade desta obra em vista de ter sido escrita durante dois momentos cruciais para o Integralismo: o primeiro foi a Intentona Comunista de 1935, e o segundo diz respeito a eleição presidencial que ocorreria, se não fosse o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Dentre todos os outros livros de Plínio Salgado escritos durante o período de 1932 a 1937, este merece uma atenção especial justamente por causa do contexto histórico no qual foi produzido.

[106] Ambas as expressões (concepção espiritualista... concepção materialista...) foram elaboradas com base naquilo observado no livro *O que é Integralismo*, do próprio Plínio Salgado.

Ricardo Benzaquen de Araújo classificou tanto o espiritualismo quanto o materialismo como "verdadeiras *chaves da história* (...), como conceitos em condições de explicar qualquer situação ou evento, em todos os momentos e lugares, sem precisar, inclusive, fazer nenhuma alteração no seu sentido ou na sua moralidade inicial"[107]. Tendo ele retirado tal categoria (de chaves da história) dos trabalhos de Hannah Arendt, sentimo-nos aqui confortáveis para igualmente utilizá-la e associá-la ao conceito de ideologia o qual trabalhamos e sua subseqüente aproximação do discurso do chefe nacional, onde estas chaves da história, por meio dos embates aos quais se entregam, possibilitam a apreensão de todo o movimento da história. Vejamos, primeiro, como o próprio Plínio Salgado trabalha com estes dois conceitos:

> Durante toda a marcha da Humanidade, dois conceitos de vida e de finalidade se revesaram, ou se antepuseram, ou se conciliaram (...). Um desses conceitos de vida é o materialista, isto é, o que encara a vida humana como um fenômeno que começa e termina sobre a Terra. (...) O outro conceito é o espiritualista, isto é, o que considera a vida humana como um fenômeno transitório, condicionando uma aspiração eterna, superior[108].

Considerando o homem como um ser de "sobrenatural finalidade"[109] o qual deve levar uma vida de engrandecimento moral, sabendo ser ela apenas um "fenômeno transitório" que almeja a "uma aspiração eterna, superior"[110], o que não exclui, todavia, sua faceta materialista, isto é, o fato do homem não ser apenas espírito, mas também matéria – daí a importância conferida ao bem-estar dos indivíduos na sociedade, os quais têm o direito a possuírem conforto e a galgarem naquela níveis mais elevados tanto no campo financeiro quanto intelectual – Plínio Salgado submete toda a sua explicação referente à "marcha da Humanidade" a estes dois conceitos, pois são as bases para a compreensão do próprio ser humano. Continuemos ainda mais um pouco com Plínio Salgado:

> Esses dois conceitos lutaram sempre um contra o outro, em todos os tempos. Quando tem predominado o conceito materialista, o padrão das civilizações assenta sobre os valores materiais, isto é, são mais estimados, mais considerados, mais respeitados: os poderosos, os ricos, os audazes e astutos, enfim os que melhor atingiram as situações mais agradáveis e fortes, ao passo que se relegam para um plano inferior as expressões intelectuais e morais (...). Tudo, para as civilizações materialistas, são o êxito e a fortuna, porque a vida se cinge ao máximo do conforto e do prazer. Ao contrário, nas

[107] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 35. [o grifo é do autor]
[108] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 19-20.
[109] Ibid. p. 18.
[110] Ibid. p. 20.

> civilizações inspiradas pelas superiores finalidades do Homem, os mais admirados e respeitados são os que trazem para a sociedade o máximo de contribuição moral ou intelectual.[111]

Note-se uma aparente contradição entre esta passagem e a última mais extensa: na primeira Plínio Salgado declara que os conceitos espiritualista e materialista chegaram mesmo a se conciliarem, enquanto na segunda diz ele ambos sempre lutaram um contra o outro. Falamos em uma *aparente* contradição pelo fato de ser necessário compreender, lembrando-se do mencionado no primeiro capítulo, a dispersão do pensamento do chefe nacional entre seus vários livros – daremos melhores explicações mais a frente.

Enquanto isto, voltemos nossas atenções, em primeiro lugar, para aquilo que o chefe nacional chama de concepção espiritual da vida, ou apenas *espiritualismo*. Ele se faz presente como princípio essencial à ideologia de Plínio Salgado porque, como mencionado, é uma das forças motrizes de todo o ser humano cuja "sobrenatural finalidade", deve leva-lo a uma vida de engrandecimento moral, que almeja a "uma aspiração eterna, superior" [112]. Ou seja, encontramo-nos diante de um discurso detentor de certa carga "religiosa", poderíamos dizer mesmo *metafísica*, pois sua análise dos homens parte do pressuposto de que a vida material, mundana, não encerra em si mesmo toda a razão da existência humana, havendo uma outra, já que aquela nada mais é do que um "fenômeno transitório"[113] – algo consoante com a teologia católica, de importância fundamental para a compreensão do pensamento de Plínio Salgado. Contudo, ainda que verdadeira, uma interpretação assim, quando feita *grosso modo*, impossibilita a análise de um importante aspecto da idéia de espiritualismo o qual não dialoga com esta noção metafísica do ser humano, isto é, sobre a natureza transcendental deste. De um lado nós temos o termo *espírito* ligado a esta interpretação, contrastando com a *matéria* (retomaremos a esta questão quando abordamos o materialismo); e do outro observamos o mesmo termo em íntima relação com as manifestações provenientes do intelecto humano, é o espírito como tradução para *geist* (do alemão). Para Plínio Salgado, a concepção espiritual da vida é, também, uma visão da existência humana onde os indivíduos devem cultivar o intelecto, buscando conhecimento e produzindo cultura, pois é a partir daí que as pessoas são capazes de solucionar os problemas nascidos na sociedade, visto que, para o chefe nacional, "uma pátria vive na manifestação do pensamento. Vive em função de uma cultura. Seus movimentos são a resultante de estados de espírito criados pela soma de experiências, de

[111] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 21-22.
[112] Ibid. p. 20.
[113] Ibid. p. 20.

informações, de conhecimentos, em face de realidades sociais"[114]. Somente por meio de tudo aquilo ligado ao espírito humano é possível fazer uma sociedade, um país, construir uma positiva organização política e social capaz de atender a todos da forma mais justa possível. É preciso, por conseguinte, haver uma luta, mas "a luta necessária, essa que nos está faltando e cuja ausência nos deveria envergonhar (...) é a generosa e brava *luta das idéias*. Esse é o grande conflito vital, o choque da vida em marcha"[115].

Fica visível uma certa predileção, neste momento, de Plínio Salgado, pela ausência de conflitos físicos, o que condiz com sua defesa do espiritualismo já que, para ele, o confronto de idéias, "a discussão, no terreno elevado da doutrina"[116] é por si só capaz de solucionar os problemas ou impasses colocados diante das pessoas. Acerca da revolução de 1930, julgou-a, no fim das contas, como "uma manifestação de vida inconsciente, mas era, ao menos *a expressão de uma vida instintiva*", ou seja, as forças empreendidas não partiam do espírito e não eram dirigidas pelo intelecto, por isso que "um ano depois da vitória das armas revolucionárias, nós temos diante dos olhos um Brasil paralisado, sem discussão dos problemas fundamentais, sem organização de correntes de opinião" [117]. Se o Brasil, naquele momento onde tais palavras foram escritas[118], achava-se assim, era justamente porque "o país não pensa. Não possui a capacidade de gerar idéias", sendo por isso preciso "despertar o Brasil. Para a luta franca, forte, das idéias (...) para a batalha do pensamento" [119].

Acreditamos que o melhor exemplo para darmos relativo à esta questão, ao espiritualismo como também sinônimo de uma valorização do espírito humano (*geist*), seja citarmos o capítulo "O País que não lê", da mesma obra *Despertemos a Nação!*, onde Plínio Salgado diz que "um dos motivos determinantes da ausência de idéias e de programas políticos entre nós é, incontestavelmente, a falta de cultura", porque as pessoas, por possuírem verdadeira aversão ao hábito da leitura, "detestam as conversações sobre temas de ordem geral"[120] – são elas os "semi-analfabetos", vistos por Plínio Salgado como incapazes de "ligar duas idéias" e de "raciocinar, avessos à leitura, repisadores de duas ou três idéias (...), opinadores superficiais em todas as oportunidades, vaidosos e ocos, de gravata e colarinho,

[114] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação!, p. 80.
[115] Ibid. p. 82. [o grifo é nosso]
[116] Ibid. p. 80.
[117] Ibid. p. 82. [o grifo é nosso]
[118] Estas últimas passagens foram redigidas originalmente no ano de 1931, conseqüentemente antes da fundação da AIB, mas o artigo onde se encontravam foi retomado por Plínio Salgado para constituir um dos capítulos da obra Despertemos a Nação, de 1935, mostrando a compatibilidade das idéias ali contidas com o Integralismo.
[119] SALGADO, Plínio. op. cit. p. 85.
[120] Ibid. p. 145-146.

enxameando as cidades, parasitamente"[121]. Cria-se, diante de tal panorama, um óbice tanto de ordem política quanto social porque, de um lado, a classe dirigente não tem como preparar um programa político que dê conta dos problemas do país, não consegue apreender suas causas e conseqüentemente falha na execução das soluções; do outro lado, temos os indivíduos alijados do espaço público, da ação, do local por excelência do debate e da discussão. Diante disto, Plínio Salgado acaba por julgar que "um dos grandes planos, pois, que temos a executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o da elevação do nível cultural das massas" e, para isso, "o movimento político-social da nossa geração deve, entre as suas numerosas campanhas meter ombros a essa de habituar o povo brasileiro a ler"[122]. Tal atitude diante da importância da prática da leitura, do cultivo do espírito como essencial para o avanço do próprio País – seja intelectual, social, moral, político, etc – traduz-se igualmente em uma propaganda por vezes recorrentes da quantidade de material de leitura proporcionado pelo movimento que se utiliza de livros, jornais e revistas para alcançar seus militantes e possíveis adeptos ao Integralismo – nas palavras de J. Chasin em seu estudo sobre Plínio Salgado: "além dos livros de um número efetivamente grande de autores que de diversos modos se vincularam ao integralismo, é preciso notar que durante o período que vai de 1932 a 1937 os integralistas publicavam oito jornais diários, cinco revistas e noventa semanários"[123]. Para Maria Rosa Feiteiro Cavalari os integralistas constituíam uma "comunidade de leitores" caracterizada "por uma prática *intensiva* de leitura"[124], e ainda que não possamos descartar o fato de que "a leitura e releitura dos mesmos textos eram estratégias de uniformidade e padronização do Movimento"[125], não se pode negar o papel fundamental da difusão de idéias, de inculcar nas pessoas uma prática pouquíssimo corrente – mesmo imbuída de intenções políticas.

Tudo isto serve para demonstrar como faz-se necessário levar em consideração esta característica geralmente não percebida ou ignorada, pois o movimento integralista procurou, como foi dito, propagar entre seus militantes uma prática conhecidamente pouco difundida. E não podia ser diferente pois, pelo menos no que diz respeito a Plínio Salgado, era ele originariamente um homem das letras, um literato, com romances publicados antes da fundação da AIB e outros escritos em meio a sua vigência. Há, então, uma valorização de seu

[121] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação!, p. 145.
[122] Ibid. p. 149-150.
[123] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 81
[124] CAVALARI, Maria Rosa Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 159. [o grifo é da autora]
[125] Ibid. p. 160.

próprio trabalho ao primar pelas manifestações do intelecto humano, e por isso, para o chefe nacional, "o Integralismo dará um altíssimo relevo aos pensadores, filósofos, cientistas, artistas, técnicos, proclamando-os supremos guias da Nação"[126].

Se trabalhamos mais detidamente sobre este aspecto do espiritualismo de Plínio Salgado, o outro, o primeiro a ser mencionado, será melhor explicado quando colocado diante da *concepção material da vida*, ou simplesmente materialismo.

Em um primeiro momento, o materialismo é aquilo que já citamos: um conceito que *encara a vida humana como um fenômeno que começa e termina sobre a Terra*, ou seja, algo que não concebe qualquer tipo de conhecimento ou questionamento metafísico capaz de influenciar a realidade concreta. Como diz Plínio Salgado em um parágrafo (um tanto extenso, mas que julgamos necessário sua reprodução) no qual dá continuidade à explanação de tal conceito:

> Para os que adotam esse conceito [o materialismo], não existe Deus, não existe Alma, e, como conseqüência natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéias puramente espirituais, como sejam: a dignidade do ser humano, que se torna insubsistente por falta de base; a concepção moral, que se torna inexplicável e perfeitamente inútil; a idéia de Pátria, que não passa, então, de simples convencionalismo; a idéia estética, isto é, da beleza, que, sendo uma disciplina dos sentidos, segundo aspirações transcendentais, perde os seus pontos de referência; o amor da família e do próximo, que já não se explicam uma vez que se tem de adotar um critério de felicidade pessoal, egoística, sem incômodos nem compromissos; e, finalmente, o sentimento de disciplina consciente, que será substituído pela disciplina mantida pela violência dos mais felizes nos golpes aventurosos.[127]

A concepção material da vida é, então, um duro golpe contra o espiritualismo porque subverte todas as características positivas advindas deste, em outras palavras, tudo aquilo essencial para o ser humano – sua finalidade transcendental, a Pátria, o amor pelo próximo, etc – perde seu sentido e razão de ser. Se de um lado há a negação da existência metafísica, do outro igualmente negam-se os fundamentos morais dos indivíduos, o que passa a prejudicar a sociedade como um todo. Isto ocorre porque, como fica claro, à categoria de *espírito* da maneira como Plínio Salgado a trabalha submete-se uma série de outras questões, sendo ela, tal como procuramos sublinhar, essencial à compreensão do pensamento do chefe nacional – e o mesmo ocorre com seu elemento opositor "natural", isto é, a matéria, também capaz de englobar diversos significados.

---

[126] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 76.
[127] Ibid. p. 20.

Diante do materialismo que acomete a sociedade, Plínio Salgado diagnostica que "o mundo está morrendo pela ausência do 'espírito'", e por isto aquela caracteriza-se como sendo "exibicionista, fútil e preocupada com as coisas materiais. Essa sociedade sem delicadeza moral, sem capacidade de renúncia, (...) revela-nos todo um sentido deprimente de civilização desmoralizadora, em que decai, dia a dia, a dignidade da criatura humana" [128]. A supremacia da matéria sobre o espírito é, então, a causa de todos os problemas das sociedades contemporâneas, e tal estado das coisas provém daqueles que decidiram abraçar o que Plínio Salgado chama de "filosofia do êxito", ou seja, uma busca incessante por parte dos indivíduos por conquistas puramente materiais cujo resultado, desastroso, foi que "o mundo moderno perdeu o senso puro da alegria. Porque confundiu a alegria com o prazer. E tendo esgotado todos os prazeres, caminhou para a morte e para o aniquilamento"[129]. Sempre à procura de novas formas para satisfazer suas necessidades, as pessoas colocaram-se em uma situação onde não medem esforços para alcançarem seus desejos e objetivos, indiferentes àqueles que são prejudicados, conduzindo à sociedade para "o grande período humano da confusão. E, nesse estado de espírito, o homem é triste. Profundamente triste"[130].

Tendo apresentado em que consistem as categorias de espiritualismo e materialismo cunhadas por Plínio Salgado, resta-nos apenas mostrar como ambas dialogam entre si e descortinam os "mistérios" inerentes ao processo histórico ao mesmo tempo que o explica – e agora podemos retornar ao tratamento da contradição surgida quando Plínio Salgado fornece suas explicações concernentes a ambas categorias.

Em obra posterior a *O que é o Integralismo*, intitulada *A Quarta Humanidade*, há os argumentos capazes de eliminar tal contradição quando da explanação por parte de Plínio Salgado de como ambos conceitos formaram as "eras", por ele denominadas como *humanidades*, que compõe a história. Não iremos entrar em detalhes nestas formulações tanto para não nos desviarmos muito de nossos objetivos como pelo fato de já terem sido analisadas por Ricardo Benzaquen de Araújo[131], então trataremos de tal questão brevemente para que

[128] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Madrugada do Espírito, p. 452-453. É interessante notar que logo depois o autor fala de uma certa complexidade em torno do que seria o espírito: "Como é fácil e, no mesmo tempo, difícil compreender o que seja o espírito! É preciso ter uma noção integral da criatura humana".
[129] Idem. *O Soffrimento Universal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 57.
[130] Ibid. p. 63.
[131] Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; e ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As Classificações de Plínio: Uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 161-180. 1978.

não haja não só uma descontinuidade em nosso raciocínio como possa exemplificar aquilo pretendido ao lançarmos mão da definição de ideologia presente na obra *Origens do Totalitarismo*.

Em sua obra *A quarta humanidade*, Plínio Salgado traça um panorama da história humana, mostrando como a mesma se subdividiu em fases distintas as quais não correspondem a um determinado espaço cronológico de lógica e existência próprias, desvinculadas das outras; mas sim que se sobrepõe umas as outra, existindo, por vezes, simultaneamente: "A geografia espiritual não conhece medidas cronológicas (...) Dentro do mesmo tempo, mas nos diferentes espaços, há selvagens politeístas, populações de profundo sentimento monoteísta, e civilizações eminentemente ateístas"[132]. Acontece, porém, que em momentos específicos da história há a ascensão de uma delas, pairando sobre as demais, não significando, então, nem eliminação ou superação: elas se alternam (ou se conciliam). É aqui onde os conceitos espiritualistas e materialistas da vida operam mais claramente, dando a luz àquelas "eras" históricas, as *humanidades*, a saber: a politeísta, a monoteísta e a ateísta. Daremos uma breve explanação sobre cada uma.

Na fase da humanidade conhecida como politeísta, Plínio Salgado desenvolve seu pensamento levando-se em consideração agrupamentos humanos como as tribos e os clãs, regidos pelas noções de totem e tabu, "que implicariam, respectivamente, nas idéias de Deus e de cosmos"[133]. Nestas primeiras formas de sociedade observa-se, desde já, "a concepção espiritualista e materialista parecem estar estreitamente combinadas, sem que uma sobrepuje a outra"[134]. Entretanto, observa-se uma maior inclinação para o materialismo, porém de maneira distinta àquela verificada na chamada terceira humanidade ou ateísta. No politeísmo, pela combinação entre espiritualismo e materialismo acontece uma espécie de *subordinação* daquele a este, pois as divindades ganham um valor concreto, são personificadas em fenômenos da natureza, animais ou plantas, isto é, elementos *visíveis*. Os cultos, então, tornam-se momentos de adoração ao mundo do tangível, da matéria – mesmo não sendo o caso, mas a comparação não deixa de ser pertinente, quando Plínio Salgado fala sobre algumas divindades da antiguidade, ele diz:

---

[132] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 40.
[133] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 36.
[134] Idem. "As Classificações de Plínio: Uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938". In: *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 161-180. 1978. p. 164.

> O deus Baal, dos assírios, o Brama dos hindus, Osíris dos egípcios, Moloque dos cartagineses, Jeová dos hebreus, são incomparavelmente maiores do que Júpiter, porque não se sabe deles mais do que os nomes e as estátuas são disformes, como adivinhações erradas do Mistério [135].

Como se Plínio Salgado conferisse aos deuses personificados a chancela de representações puramente materiais.

É desta primeira forma de humanidade que surgirão as outras duas, a monoteísta e a ateísta, representadas, respectivamente, pelo orientalismo e o helenismo. O primeiro seria relativo às forças espirituais e sobrenaturais, enquanto o segundo trataria de uma "desmistificação" do mundo, procurando uma "interpretação explicação dos elementos"[136]. Assim, seria o orientalismo a ligação entre a humanidade monoteísta e a politeísta, pois desenvolveria as pulsões espirituais desta; e o helenismo faria a conexão entre ela e a ateísta, em vista de sua característica "racional".

A formação da civilização monoteísta se dá, então, quando há uma unificação de todos os clãs e tribos representantes da humanidade politeísta, onde há igualmente a fusão de seus deuses, criando uma concepção única de universo e da existência humana – Plínio Salgado aponta como exemplo deste movimento o povo hebreu: "A Nação Judaica não tem base física ao nascer. Seu fundamento é exclusivamente moral"[137]. A humanidade monoteísta estaria, então, construída sobre bases místicas, onde seus integrantes apresentam-se intimamente ligados entre si e à uma divindade superior, sendo, por isso, todos iguais face a inexistência de "distinções e barreiras que separavam os homens"[138] no politeísmo. Todos seguem uma única moral calcada nos mesmos princípios e valores, tendo o seu grande triunfo durante o período da Idade Média, todavia nem mesmo aí ela conseguirá se manter por muito tempo, logo sofrendo com o advento da terceira humanidade, a ateísta.

O surgimento do ateísmo se dá junto do monoteísmo, afinal, ambos são frutos da mesma civilização politeísta, sendo impossível de se compreender uma sem a outra[139]. A humanidade ateísta irá conviver com a monoteísta, primeiro de forma "subalterna": ela existe, contudo não é forte o suficiente para superar a outra e se firmar como principal, o que só irá ocorrer quando do início da formação do pensamento científico e racional. A partir daí haverá

---

[135] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 18: Oriente, p. 403-404.
[136] Idem. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 30.
[137] Ibid. p. 31.
[138] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 37.
[139] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 30.

uma vinculação do materialismo face à negação das idéias religiosas e a desmistificação da existência humana: a ciência corta as relações entre o homem e o transcendental, afirmando uma vida basicamente terrena e submetendo tudo a testes e análises, procurando comprovações empíricas. Para Plínio Salgado é quando começa a haver a desagregação da humanidade – assim ele caracteriza a civilização ateísta, como desagregadora – pois o homem se vê abandonado, e sem sua identificação com um plano superior ele perde suas referências e começa a se ver como *indivíduo*, isto é, como algo completamente isolado do todo, descartando, desta forma, a função do espírito para a sua existência: esta civilização, ao contrário do que se poderia imaginar, de acordo com Plínio Salgado, perderia seu rumo, a ciência, pretensiosa, não teria a resposta para todos os questionamentos e os homens entrariam em profunda decadência moral e espiritual, com suas vidas pautadas apenas em uma materialismo exacerbado o qual apenas piora suas já precárias situações.

A *quarta humanidade* (denominada integral) que intitula o livro onde encontra-se toda esta exposição, diferencia-se de suas antecessoras pelo fato de ainda não existir ou, no máximo, encontrar-se em processo de formação. Ela surgiria sob o signo da "síntese das Idades Humanas"[140], ou seja, da reunião de todos os fatores positivos das humanidades anteriores, incluindo aí até mesmo contribuições daquela denominada de ateísta:

> A contribuição experimental e científica do século XIX, o subsídio de conhecimentos naturais que advieram da Humanidade Ateísta, dará ao Estado Integral os elementos com que jogará no esforço contínuo de impor equilíbrios morais no mundo material, concebendo o Homem como um criatura de Deus, e a Nação e o Estado como criaturas do Homem. A ciência não é renegada, mas passa a ser a servidora do Homem, em vez de ser o tirano que o subjuga.[141]

O Integralismo, para Plínio Salgado, viria para trazer uma nova harmonia entre as forças que movem os seres humanos, além de inaugurar um novo período da História humana: espiritualismo e materialismo finalmente alcançariam um estado de conciliação.

Acreditamos que, embora rapidamente, foi possível apresentarmos não apenas mais alguns aspectos do pensamento de Plínio Salgado no interior da discussão travada em torno da caracterização deste como ideológico, como também resolvermos a questão levantada em torno de uma espécie de contradição envolvendo as idéias fundamentais as quais orientam a ideologia integralista. As concepções espiritual e a material de fato engajavam-se em uma

[140] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 77.
[141] Ibid. p. 78-79.

constante luta entre si, contudo, de acordo com a visão do chefe nacional, elas deviam incorrer em tal conflito para que, em algum instante, conseguissem atingir uma harmonia plena e duradoura, onde não houvesse uma inclinação maior ou menor para qualquer um dos lados. Se, em meio a estas lutas, atingiam uma conciliação, a mesma não se sustentava por muito tempo justamente pela ausência da harmonia pretendida, a qual só seria possível por intermédio da quarta, a integral. Cria-se, assim, um verdadeiro eixo ideológico cuja função encaixa-se na definição de ideologia dada por Hannah Arednt, pois encontramos: *(a)* a lógica das idéias a qual serve como justificativa e explicação para *(b)* todo o processo histórico e os mistérios neles encerrados, e tudo isto *(c)* envolto em uma espécie de conhecimento científico (pois é passível de observação e comprovação) e atitude filosófica cujo resultado é a elaboração de um sistema de pensamento capaz de proporcionar uma explicação universal a todos os acontecimentos, por conseguinte, a todo o movimento da humanidade.

Julgamos concluída a primeira das duas respostas que nos propomos a fornecer diante das questões colocadas no princípio do presente parágrafo, e por isto sentimo-nos confortáveis para nos dirigirmos até a segunda indagação. Recordemo-la: *Quais elementos, presentes na ideologia integralista de Plínio Salgado, trazem à tona sua faceta totalitária?* Com tal questionamento em mente devemos prosseguir para sua resposta, parecendo-nos o mais correto a manutenção de nosso raciocínio no caminho proposto por Hannah Arendt. Já vimos, anteriormente, que *todas as ideologias contêm elementos totalitários*, ao que devemos, agora, levar em consideração quais são os "três elementos especificamente totalitários, peculiares de todo o pensamento ideológico"[142]. São eles: "[em primeiro lugar], na pretensão de explicação total, as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa"; "[em segundo lugar], o pensamento ideológico (...), liberta-se de toda a experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer"; e "o pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomaticamente, tudo mais sendo deduzido dela"[143]. Devemos, então, diante do que já foi colocado e absorvido da leitura das obras de Plínio Salgado, proceder à análise de seu discurso, localizando estes elementos.

[142] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 522.
[143] Ibid. p. 522-523.

A explicação total

O primeiro elemento versa sobre "a pretensão de explicação total [*que*] promete esclarecer todos os acontecimentos históricos"[144]. Basta recordarmo-nos do estabelecimento das quatro humanidades propostas por Plínio Salgado para encontrarmos sem grandes dificuldades este elemento. Havendo o constante movimento da matéria e do espírito, ou seja, com o materialismo e o espiritualismo operando em todas as manifestações dos seres humanos ao longo dos séculos, os acontecimentos, as revoluções, as "características" dos períodos históricos são facilmente explicadas como frutos daquele mesmo movimento o qual rege toda a humanidade. Como diz Ricardo Benzaquen de Araújo:

> Estes conceitos possuem uma tal força explicativa que mesmo os detalhes mais específicos da sua doutrina dão a impressão de não passarem de deduções, de prolongamentos dessas duas concepções, capazes de englobar a tudo e a todos – uniformemente – na sua inflexível lógica.[145]

Daí deduz-se que as categorias criadas pelo chefe nacional são capazes de fornecer uma "explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro"[146]; compreende-se todas as transformações pelas quais passou a humanidade desde a pré-história até o século XIX/XX, e ao mesmo tempo é possível fazer análises referentes ao presente junto de projeções para o futuro. Se quiséssemos, por meio das quatro humanidades, caracterizar as "histórias" passada, presente e futura, teríamos que o *politeísmo* e o *monoteísmo* pertenceriam a primeira, à segunda corresponderia o *ateísmo* e a terceira seria a *integral*. A História passa a ser, assim, essencial na construção da ideologia – História esta que, para Plínio Salgado, é "a crônica do desenvolvimento e da transformação do Espírito dos Povos numa aspiração de perfectibilidade"[147]. Por isto a questão do movimento, do processo histórico é crucial para o papel que a ideologia irá desempenhar, porque, ao estabelecer o mutável como foco de suas explicações, pode submeter tudo aquilo que lhe convém analisar à sua lógica, deixando de lado o que não fosse abarcado por suas categorias explicativas, por suas *chaves da história*. Ou seja, estando a ideologia impelida a *elucidar o que vem a ser, e não o que é*, ela é capaz de estabelecer contínuos elos de ligação e sentido os quais partem do

[144] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 523.
[145] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 35.
[146] ARENDT, Hannah. *Op. cit.*. p. 523.
[147] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 22.

mais remoto passado e, intactos, permeiam o presente e seguem para o futuro – daí a definição dada por Plínio Salgado da História. O que importa são as transformações capazes de levar as sociedades o mais próximo possível da perfeição. Deixemos o chefe nacional prover outros subsídios para nossas reflexões:

> Considero o fenômeno histórico necessário, pelo simples motivo de se ter verificado. Todo acontecimento social realizado torna-se imediatamente um ponto de partida, estabelecendo uma intransponível barreira a qualquer tentativa de regresso.[148]

Se a explicação total a qual pretende a ideologia orienta-se pela história que passa a ser considerada como um movimento único de toda a humanidade, então seu objetivo só pode ser encontrado em um futuro inexorável, e passado e presente não seriam nada além de um caminho a ser percorrido. Daí a declaração de Plínio Salgado observada acima. O mutável não é apenas o objeto de análise da ideologia como também impede qualquer espécie de refluxo do processo histórico cujo efeito desviaria-o de seu fim claramente teleológico – e ainda que as três primeiras humanidades (politeísta, monoteísta e ateísta) encontrem-se convivendo entre si, note-se como uma não retorna a outra, pois seus destinos visam, obrigatoriamente, a quarta, a integral.

Antes de avançarmos para o segundo elemento, parece válido fazermos uma última consideração já que o tema da História fez-se bastante constante. Acreditamos que, pelo menos no que diz respeito ao discurso de Plínio Salgado, a História apresenta um papel fundamental não só no interior da ideologia (por todas as razões já expostas à exaustão) como exterior a ela, ou seja, tal qual a já bem conhecida idéia de um "tribunal da história" onde os atos e acontecimentos passados são "julgados", a História deve servir como fonte de legitimação da ideologia e, conseqüentemente, de todo o movimento que sustenta. Por isto Plínio Salgado poderá declarar: "O Integralismo a todos vós [*aqueles que conspiram contra o movimento e o Brasil*] vos condena em nome da História"[149] porque "nós somos a geração nova, a geração sofredora, a geração predestinada a constituir o Sagrado Tribunal da História que vos julgará"[150]. Será, então, como pode ser visto, a História a encarregada de não só condenar todos aqueles que se levantaram contra o Integralismo e os ideais os quais defendia, como de mostrar aos mesmos e à posteridade a verdade intrínseca à ideologia integralista.

---

[148] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 22.
[149] Idem. *O Soffrimento Universal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 85.
[150] Ibid. p. 88.

Não é à toa, então, que no livro *Páginas de Combate* haja um capítulo convenientemente intitulado de "Perante o Tribunal da História", onde Plínio Salgado dirige-se aos historiadores que "estudarão o que foi o Integralismo, o que ele pretendeu (e posso dizer mesmo o que ele realizou, pois, a nossa vitória agora se tornou fatal (...))"[151]. Vemos a crença no sucesso do movimento integralista assim como sua justificação – se a ideologia confere sentido à História, a História faz o mesmo pela ideologia:

> Informo, finalmente, ao historiador que, neste ano da Era Cristã de 1936, eu já acreditava, debaixo das mais tremendas perseguições, na vitória do Integralismo. Essa vitória não poderá faltar, porque o Integralismo representa hoje a última esperança de uma Pátria, a única salvação do Brasil, que não deve, não pode e não quer perder. [152]

A emancipação da realidade

O segundo elemento apresentado por Hannah Arendt gravita em torno da idéia de que "o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade 'mais verdadeira' que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis (...) e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la"[153]. Já falamos *ad nauseam* sobre a lógica conferida pela ideologia a tudo aquilo que ocorreu durante a história da humanidade – sendo aí onde reina o primeiro elemento – e, de certo modo, já foi-nos possível introduzir o segundo elemento porque, no momento em que o discurso ideológico confere explicações e justificativas baseadas somente em seu próprio conteúdo, isto é, nas idéias as quais criam e sustentam aquele, cria-se quase que imediatamente uma espécie de supra-realidade, notadamente "mais verdadeira", cuja função é justamente assentar-se no lugar daquela original. A realidade promovida pela ideologia é, na verdade, um ambiente restrito, uma visão proibida aos não-iniciados pelo conhecimento revelador que fornece os instrumentos necessários para a correta interpretação do "real". O sexto sentido citado anteriormente é justamente a dádiva recebida por aqueles que optaram por abraçar a ideologia, e por meio dele as pessoas serão capazes de apreender aquilo cuja natureza ainda encontra-se desconhecida para a maioria das pessoas – não é à toa que Arendt localiza uma

[151] SALGADO, Plínio. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Antunes, 1937. p. 57.
[152] Ibid. p. 59-60.
[153] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 523.

certa semelhança entre os movimentos totalitários e as sociedades secretas[154] –, o que leva, então, estes prosélitos a deslocarem-se de uma realidade agora vista como falsa ou ilusória, para aquela verdadeira.

Tal prática ainda acaba por levar à questão da incapacidade do pensamento ideológico em aprender algo novo porque, estando a realidade já devidamente explicada pelas idéias que compõe aquele, nada que possa vir a surgir poderá ser interpretado de outra maneira a não ser daquela condizente com os ditames da ideologia. Ao fim e ao cabo, poderíamos dizer que a noção de "novidade" no processo histórico, na verdade, não existe visto que tudo já é previamente conhecido – e a única idéia de novo, nesta situação, só pode ser aplicada ao movimento detentor da ideologia. Para Plínio Salgado, somente o Integralismo pode ser assim classificado, sendo todas as outras doutrinas (o liberalismo e o comunismo) pertencentes ao passado, ultrapassadas e sem qualquer contribuição positiva para fornecer à sociedade. Lembremos a afirmação de que os movimento totalitários, mais que nenhum outro, atacam o *status quo* de maneira muito mais incisiva[155], e isto só pode ser feito para que haja a auto-afirmação do mesmo como renegador de tudo que lhe precedeu, como autônomo e isolado de seus predecessores. Daí Plínio Salgado dizer:

> Eis por que acometemos toda a estrutura das velhas sociedades. Eis por que rompemos as nossas baterias, não contra os partidos, não contra a burguesia ou o demagogismo esquerdista, não contra os grupos regionais ou econômicos, mas contra tudo o que os produzir. A nossa avançada é contra uma civilização. Em nome de uma palavra nova dos tempos novos.[156]

A novidade provém apenas do movimento e só as suas experiências, os acontecimentos originários das suas ações podem ser levadas em consideração, sendo quaisquer outras descartadas. As duas últimas frases da citação em destaque são exemplos claros da proposta integralista de Plínio Salgado de trazer uma palavra nova (a ideologia), representante de um tempo novo (a humanidade integral), a um período já esgotado o qual não tem muito mais a oferecer seja em termos filosóficos ou práticos, suas idéias são antigas e suas experiências nada adicionam. Em suma, a impossibilidade em adquirir qualquer tipo de conhecimento externo ao pensamento ideológico é uma das condições *sine qua non* para que ele possa gerar

---

[154] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 425-431. Cf. WOLFF, Kurt H (Ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press, 1950. p. 305-376.

[155] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 417.

[156] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Palavra nova dos tempos novos, p. 254.

a capacidade de emancipação da realidade e a recusa em aceitar a validade de qualquer experiência da qual pudesse tirar algo para si – daí porque Plínio Salgado, por exemplo, passou a criticar a Revolução de 1930, julgando-a como "a revolução que defendia um fantasma: a liberal-democracia, concretizada na Constituição de 1891"[157], de onde as pessoas que dela tomaram parte saíam "com anseios de reconstrução, sem que saibam, ao menos exprimir claramente o que desejam"[158]. E continuando, para o chefe nacional, "ela trouxe um benefício: poupou-nos o trabalho de derrubar uma velha fachada, que escondia os dramas sociais do país. *Seus autores, porém, mostraram-se de uma mediocridade espantosa*"[159].

Acreditamos que este elemento o qual permite a emancipação da realidade, em Plínio Salgado, é passível de uma observação "prática" quando, diante da dicotomia criada entre cidade e campo, em clara alusão à discussão do *país real* versus *país legal*, há a declaração de que as verdadeiras "forças" da Pátria, assim como os fundamentos de sua nacionalidade, encontram-se no interior do Brasil, ou seja, no espaço rural, longe da influência do cosmopolitismo desestabilizador das cidades.

A argumentação lógica

Chega-se, finalmente, ao terceiro elemento cuja natureza resulta da soma dos dois anteriores e que, de certo modo, já foi trabalhada. Da união daqueles, nasce a característica do pensamento ideológico a qual versa sobre sua posterior capacidade de agir "com uma coerência que não existe em parte alguma do terreno da realidade"[160]. A ideologia de caráter totalitário passa a ser dotada de uma argumentação lógica,

> primeiro, porque o movimento do pensamento não emana da experiência, mas gera-se a si próprio e, depois, porque transforma em premissa axiomática o único ponto que é tomado e aceito da realidade verificada, deixando, daí em diante, o subseqüente processo de argumentação inteiramente a salvo de qualquer experiência ulterior. Uma vez que tenha estabelecido a sua premissa, o seu ponto de partida, a experiência já não interfere com o pensamento ideológico, nem este pode aprender com a realidade.[161]

---

[157] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 10: Despertemos a Nação, p. 20-21
[158] Idem. *O Soffrimento Universal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 136.
[159] Idem. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V.10: Despertemos a Nação, p. 21. [o grifo é nosso]
[160] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 523.
[161] Ibid. p. 523-524.

Foi exatamente a isto a que nos referimos sobre a questão do processo e do movimento histórico justificado por completo por meio da ideologia a qual organiza ambos segundo suas premissas e confere-lhes a lógica necessária para corroborar a sua validade. O que se observa é uma espécie de inversão na forma de raciocínio, onde, ao invés de partir da experiência para a reflexão, ocorre justamente o inverso, e isto possibilita a autonomia do pensamento diante do concreto.

Atentos a esta observação, acharemos Plínio Salgado trabalhando com a presença de dois planos pelos quais a Humanidade caminharia, sendo o primeiro "coletivo, global, movimento de massa, *rumos inconscientes* de povos; o segundo, individual, singular, atitude isolada do Homem, desferindo *impulsos modificadores*"[162]. Notemos as duas porções destacadas. Na primeira verifica-se o estabelecimento das ações humanas, em conjunto, como provenientes da ausência de um raciocínio articulado, que não partem da realidade; na segunda, tem-se justamente o contrário, e o indivíduo, o ser isolado, é capaz de interferir no mundo a sua volta de forma, acreditamos, consciente – ele modifica porque algo no concreto provoca-lhe tal reação. Como, então, diante deste desenvolvimento, somos capazes de encontrar o terceiro elemento no pensamento do chefe nacional, ou seja, a não-interferência da experiência no pensamento? Basta percebemos como aqueles *impulsos modificadores* são, na verdade, *regulados*: "Esse impulsos, porém, *não podem ser anacrônicos ou antecipados*, a menos que se conferisse um poder absoluto à faculdade criadora do Homem". Tendo-se que eles (os *impulsos criadores*) são os propiciadores dos acontecimentos históricos, Plínio Salgado falará sobre "um mundo de fatos históricos girando em torno da idéia suscitadora de novas expressões"[163], ou seja, uma determinada premissa, componente da ideologia, passará a ser a encarregada de "promover" mudanças, e a experiência daí originária não possuirá qualquer tipo de influência no pensamento ideológico, que tudo provoca, explica e descarta, independente da realidade. Por isto "todas as revoluções não passam de capítulos de uma única grande revolução", e esta é a revolução do Espírito à procura do "repouso supremo"[164], da imaginada harmonia entre o *espírito* e a *matéria* (retomaremos esta idéia de revolução no pensamento de Plínio Salgado no quarto capítulo).

Como pode-se constatar pelo exposto tanto aqui quanto anteriormente – quando tratou-se das quatro humanidades –, o pensamento ideológico de Plínio Salgado é capaz de criar uma argumentação munida de uma lógica inflexível (para retomarmos o termo utilizado

[162] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 25 [o grifo é nosso]
[163] Ibid.p. 25-26.
[164] Ibid. p 53.

por Ricardo Benzaquen de Araújo) cuja relação com a realidade torna-se inexistente. O pensamento abstém-se do concreto ao tornar-se auto-suficiente, o que se encaixa perfeitamente com a própria noção de totalitarismo, porque, para Claude Lefort, "o totalitarismo supõe a concepção de uma sociedade que *se basta a si mesma*"[165]. Ao estabelecer *o único ponto que é tomado e aceito da realidade verificada*, a ideologia pode transforma-se em um "sistema" de pensamento autônomo, caracteristicamente novo e isolado em si. Para o caso que analisado, significa o estabelecimento das idéias referentes ao espiritualismo e ao materialismo como premissas axiomáticas capazes de proporcionar os três elementos com os quais trabalhamos para afirmarmos que a ideologia integralista de Plínio Salgado é, com base nas idéias de Hannah Arendt, de fato, totalitária.

2.2 A incorporação da ideologia: o totalitarismo de Plínio Salgado

Procurar uma aproximação entre o integralismo de Plínio Salgado e a noção de totalitarismo é tarefa, ao mesmo tempo, simples e complexa. Simples pois temos nosso ponto de partida nas idéias enunciadas por Ricardo Benzaquen de Araújo, as quais introduzem uma nova maneira de se analisar o fenômeno integralista, trazendo novos conceitos e abordagens – em suma, encontramos um terreno devidamente desbravado e bem cuidado; já a característica complexa desta forma de análise recai, primeiro, sobre o fato de ser preciso tomar cuidado para que não nos limitemos ao espaço aberto pela obra de Ricardo Benzaquen, o que significa partir dela para atingirmos novos horizontes, sem ficarmos restritos ao que já foi dito porque seria um desperdício de tempo retomar as mesmas teses e conclusões somente para confirma-las novamente, trocando apenas a ordem das frases para aparentar um trabalho diferente. Um segundo fator a fornecer um quê um pouco complexo à nossa tarefa está diretamente ligada ao anteriormente apresentado: justamente por nos lançarmos por novos caminhos, além dos demarcados, passamos a encontrar dificuldades crescentes. Ora, poderia-se argumentar, e não sem razão, que tal risco é uma constante para todos os estudos que se propõe à uma contribuição genuinamente nova. Realmente há verdade nesta observação, mas o que nos leva a sublinhar certa complexidade é em vista da própria natureza de nosso estudo, isto é, alguns limites particulares do mesmo. Expliquemos.

A obra *Totalitarismo e Revolução*, onde Ricardo Benzaquen de Araújo brinda-nos com suas análises do integralismo de Plínio Salgado como sendo caracteristicamente

[165] LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 83. [o grifo é nosso].

totalitário, possui, como quaisquer outras, limitações de diversas naturezas as quais permitem apenas ao problema ser considerado por meio de reflexões específicas, dentro de seu espaço limítrofe. O que leva, aliás, o próprio autor a fazer a seguinte observação – a qual transformamos em advertência para o presente estudo:

> Ressalva-se, no entanto, que a reutilização da idéia de totalitarismo está apenas no princípio, e o seu emprego para o entendimento de aspectos de um movimento como o integralismo, mesmo que confinado à ideologia de um dos seus chefes, deve ser feito dentro de limites bastante estritos.[166]

Achamo-nos, então, diante de uma forma de análise em estado inicial, cujos primeiros resultados saíram do livro em questão – seria impossível exigirmos que todos os aspectos encerrados em seu objeto de estudo fossem trazidos à tona para explanação. E, além disto, vemos uma ressalva de suma importância feita sobre a necessidade de aplicar a noção de totalitarismo *dentro de limites bastante estritos*, isto é, a nosso ver, respeitando à especificidade do local onde o aplicamos. É justamente por esta questão que daremos início a segunda parte deste capítulo.

Se algumas discussões envolvendo os dois grandes expoentes do totalitarismo, ou seja, o nazismo e o comunismo soviético, versam sobre a viabilidade ou não de se considera-los como movimentos e governos idênticos, o que dizer, então, de um movimento cuja chegada ao poder não foi concretizada? Para Raymond Aron, Acerca daqueles dois casos clássicos, "most arguments in favour of the kinship of the two totalitarianisms do not convince me", pois "the accentuation of the kinship or of the contrast depends on many considerations. We will never arrive at a completely positive answer because de national socialist regime did not have the time to develop, as did the Soviet regime"[167]. Como visto, uma das razões centrais para alimentar os debates acerca das distinções entre ambos regimes reside no fato de uma comparação apresentar-se falha diante da questão envolvendo o desenvolvimento, ou ausência de, de cada um – ainda que, "certain similar totalitarian features are to be found in particular periods os the history of the Soviet regime and in particular periods of the history of the Nazi regime"[168]. Baseando-se nestes argumentos, retomamos a pergunta feita pouco acima envolvendo o caso especial do Integralismo. Diferente dos regimes nazista e comunista, o movimento integralista conheceu o fim de sua

[166] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 107.
[167] ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism.* Michigan: University of Michigan Press, 1990. p. 197-198.
[168] Ibid. p. 197.

existência legal em 1937 quando Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo, sendo-lhe, por conseguinte, impossível desenvolver-se em quaisquer condições que lhe fossem permitidas, e tal situação leva-nos à procura de uma utilização do termo *totalitarismo* de forma a adequar-se ao caso do integralismo pensado por Plínio Salgado. É aí onde achamos os limites estritos aos quais, acreditamos, Ricardo Benzaquen se referia. Precisamos saber até que ponto podemos utilizar as idéias presentes nas obras as quais nos remetemos, isto é, deve-se ter cautela para se evitar o afã de se tentar encontrar os correspondentes integralistas das características dos regimes totalitários à qualquer custo. Por isto optamos por conceder grande destaque ao pensamento ideológico de Plínio Salgado, visto que surge diante de nós como o representante mais concreto dos elementos a compor a noção de totalitarismo. Mesmo que se referindo ao caso de um governo totalitário já estabelecido, podemos constatar a importância conferida à ideologia: Raymond Aron, entre os cinco elementos que julga caracterizarem o "fenômeno totalitário", destaca: "The monopolistic party is animated or armed with na ideology on which it confers absolute authority and which consequently becomes the official truth os the state"[169]. Já Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski apresentam-nos uma descrição ainda mais completa a qual ousaríamos declarar ser praticamente perfeita para o caso da ideologia formulada por Plínio Salgado:

> Uma ideologia oficial, formada por um conjunto oficial de doutrina que abrange todos os aspectos vitais da existência humana e que todos os membros da sociedade devem adotar, pelo menos passivamente; essa ideologia caracteristicamente focalizada e projetada para um perfeito estado final da humanidade, isto é, contém um componente carismático, baseado na rejeição radical da sociedade existente e na conquista do mundo para a nova.[170]

Observando-se, nesta segunda passagem, alguns elementos que compõe a ideologia totalitária, encontraremos, assim, eco naquela elaborada pelo chefe nacional do Integralismo. Acerca da segunda parte, relacionada com o focar-se no futuro, em uma nova civilização enquanto rejeita a presente, já exploramos esta idéia no relativo à chegada da humanidade integral, da qual o movimento integralista é seu arauto. Sobre a primeira parte, ainda há um aspecto a ser mencionado: igualmente já foi tratada a questão relativa à capacidade do pensamento ideológico abarcar todos os aspectos da existência humana, contudo, ainda não falou-se diretamente sobre a necessidade de todos os indivíduos adotarem a ideologia,

[169] ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism.* Michigan: University of Michigan Press, 1990. p. 193.
[170] BRZEZINSKI, Zbigniew K. & FRIEDRICH, Carl J. *Totalitarismo e Autocracia*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965. p. 19.

transformando-na em parte integrante de sua vida cotidiana. Note-se que, mesmo que tenhamos operado uma divisão no presente capítulo, há uma relação extremamente íntima entre a seção anterior e esta porque, tendo sido o aspecto ideológico selecionado como principal para nossa análise do pensamento integralista de Plínio Salgado, é impossível não nos remetermos constantemente a ele. Na verdade, esta divisão visa demonstrar dois momentos distintos, porém interligados: no primeiro optou-se por apresentar a maneira como articula-se a ideologia, suas premissas axiomáticas e características; agora, no segundo momento, devemos trazer a mesma para o "campo da ação", ou seja, quando ela passa a interferir na vida das pessoas e daí caminha para outros desdobramentos. O fato é que acreditamos que a maneira como o raciocínio ideológico opera no pensamento, submetendo-o a sua lógica irrefutável, acaba por condicionar as atitudes humanas – estando a mente "presa" a uma determinada forma de pensar, de refletir, não seria errado esperar tal rigidez sendo transposta para as manifestações das pessoas. Vamos partir desta situação para, aos poucos, tratarmos da questão do totalitarismo, respeitando-se, claro, as particularidades do caso do movimento integralista diante de seus "congêneres" europeus[171]. E daí falar-se em uma "prática totalitária".

Como enunciaram Brzezinski e Friedrich, a ideologia deve ser adotada por todas as pessoas, e daí vai-se mais além, ou seja, ao abraçar esta nova "crença", o indivíduo não apenas deve pensar segundo seus ditames como deve agir da mesma forma; tomando-a por completo para si, ele passa a aplica-la em todos os aspectos de sua vida. Seja na esfera pública quanto na privada, o prosélito age da mesma maneira, o que o transforma em uma espécie de eterno militante da causa que defende. Não há mais divisões. Em todos os aspectos de sua existência ele tem seus olhos, seus sentimentos, voltados para a obediência da doutrina e do movimento. No caso do integralismo, pode-se verificar tal prática em um texto intitulado "Elogio da Ausência", que seria uma carta enviada por Plínio Salgado aos bacharelandos da cidade de Jabuticabal, no interior de São Paulo, para justificar a sua ausência na formatura destes. Nele, o chefe nacional diz que "tínheis me convidado para ser o vosso [*dos formandos*] paraninfo. Preparastes uma estrondosa festa, homenagens excepcionais", porém, no dia marcado (8 de dezembro de 1934), "o Chefe não foi. Sim. E ele vos vai dizer agora por que não foi. Ele queria fazer o discurso mais eloqüente da sua vida, porque seria o discurso para a

[171] Perceba-se que as aspas são extremamente necessárias para demarcar que não estamos tratando o Integralismo como igual ao Nazismo ou ao Bolchevismo. Nossa visão é de que, sob a categoria geral de totalitarismo, encontram-se estes três movimentos com grandes distinções entre si.

mocidade da Pátria. Esse discurso está feito. Não tem palavra nem gestos"[172]. A partir daí Plínio Salgado passa a discorrer sobre os motivos para sua ausência, dizendo:

> Minha presença daria à vossa festa o cunho de uma afetividade pessoal. Minha ausência deu a ela o cunho altíssimo de um culto ao Pensamento. Olhando para mim, pensaríeis mais em mim do que em vossas responsabilidades, como continuadores da obra cujo primeiro impulso imprimi. Teríeis rendido homenagens ao escritor; não ao pensamento contido em seus livros.[173]

Com este argumento, abre-se o caminho para o chefe nacional introduzir a idéia de que o importante não é a sua pessoa, mas sim a doutrina por ele desenvolvida e seguida. De nada adiantariam homenagens em seu nome se seus proponentes fossem incapazes de incorporar em suas vidas o pensamento do homenageado para, conseqüentemente, promove-lo até sua completa implementação na sociedade[174]. Comemorações assim seriam, então, vazias de significado, daí Plínio Salgado declarar que "o mal do Brasil é o endeusamento dos homens e a falência das idéias. O mal do Brasil são as homenagens repetidas e ridículas a pessoas"[175]. Apreende-se daí que os indivíduos precisam não de alguém para guia-los, mas sim de idéias que possam moldar-lhes o pensamento e, por conseguinte, direcionar suas ações. E sairá daí a conclusão de sua carta:

> E se, nos recessos do serão da nossa Pátria, perdido na floresta, na solidão e no silêncio, não tiverdes nem companheiro, nem tambor, nem clarim, nem bandeira, e, mesmo assim, quiserdes ver o Chefe, procurai no espelho dos rios, das lagoas, dos igarapés e das restingas, a vossa própria imagem: e se nos seus olhos rutilar esta fé que nos abrasa, nos destinos grandiosos do Brasil, tereis visto, no brilho dos vossos próprios olhos, a presença do Chefe. O Chefe não é uma pessoa: é uma idéia. [176]

O que se encontra em primeiro plano não é a obediência a uma pessoa, mas sim a um sistema de pensamento, a uma ideologia a qual precisa ser inteiramente incorporada pelo indivíduo, ou melhor, por *todos* os indivíduos, sem distinção – todos os integralistas tinham a capacidade de serem os Chefes nacionais: "Os 'camisas verdes' devem ter como chefe supremo a doutrina integralista. Não devem gastar o seu tempo em erguer hosanas ao Chefe, a cantar-lhe

[172] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Páginas de Ontem, p. 249.
[173] Ibid. p. 251. [o grifo é nosso].
[174] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 71.
[175] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Páginas de Ontem, p. 252.
[176] Ibid. p. 258.

loas"[177]. Criava-se, assim, por meio de uma doutrina unificadora, uma homogeneização da sociedade que não mais concebia diferenças. Aqui cabe fazer uma breve ressalva diante de uma argumentação perfeitamente compreensível: sendo este o caso, por que a presença do retrato do chefe nacional nos núcleos integralistas? Não se constituiria aí o famoso "culto à personalidade"? Examinemos este aspecto.

Como diz Hannah Arendt, "no centro do movimento [*totalitário*], como o motor que o aciona, senta-se o Líder"[178]. Sua importância é, sem dúvida, inconteste e aponta para mais um dos elementos que caracteriza o totalitarismo, contudo explica-lo, pelo menos no tocante ao caso do Integralismo e da figura de Plínio Salgado, é tarefa que requer certa reflexão em vista não só das diferenças entre o que é exposto nos livros e feito na prática, mas principalmente por causa de posições ambíguas e um certo comportamento "errático" por parte do chefe nacional. Se observarmos as análises de Hannah Arendt, a quem constantemente nos remetemos e que baliza vários aspectos de nosso estudo, teremos que "o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas", e como tal, "pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do 'desejo' das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele"[179]. Assim como o próprio totalitarismo, para a filósofa alemã, é um fenômeno inteiramente novo, o tipo de liderança que ele enceta segue esta mesma dimensão de novidade, porém, embora tal proposta seja válida na medida em que possibilita uma série de análises calcadas em seus traços mais peculiares, não concordamos inteiramente com tal proposta e uma possível aplicação ao caso integralista em vista daquele comportamento errático (ou ambíguo) ao qual fizemos menção pouco acima o qual, a nosso ver, está ligado às circunstâncias de determinado momento[180], ou seja, a liderança de Plínio Salgado conhece algumas "mudanças" que não só podem ir ao encontro das proposições de Hannah Arendt quanto delas se afastam e aproximam-se da conhecida *autoridade carismática* de Max Weber.

De acordo com Weber, o líder carismático assume sua posição de liderança não por vontade de seus seguidores, como se fosse um "direito" deles decidir quem deve assumir aquela posição, mas sim como um *dever* dos mesmos em reconhecer naquele indivíduo em particular suas qualidades como líder[181]. Ele é, de fato, uma espécie de instrumento no qual ressonam as vontades das pessoas, mas esta vontade, na verdade, é a do próprio líder que

[177] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do sigma.* 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 75.
[178] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 423.
[179] Ibid. 375.
[180] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1990. p. 152.
[181] WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. 4. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 285.

acaba por ser compartilhada por todos pelo fato de *não possuírem outra*. O líder é, assim, uma figura única, portador de "dons específicos do corpo e do espírito, dons esses considerados como sobrenaturais, não acessíveis a todos"[182]. Isto parece coadunar-se com algumas visões referentes a Plínio Salgado, pois, por exemplo, em dois livros de autores integralistas, Miguel Reale (*ABC do Integralismo*) e Anor Butler Maciel (*O Estado Corporativoi)*, encontramos, respectivamente, as seguintes dedicatórias: "Ao Chefe, que acordou o povo brasileiro do sonho do liberalismo" e "A Plínio Salgado, que despertou o Brasil para a marcha do seu grande destino". Em ambas há a mesma referência à "capacidade" do chefe nacional em ter enxergado além das ilusões do sonho que o Brasil vivenciava, como se fosse um indivíduo dotado de uma percepção muito além daquela usufruída pelas pessoas normais que agora devem reconhecer sua posição "natural" de líder. Hélgio Trindade relata um episódio em que Gustavo Barroso, após uma conferência, teria feito uma crítica velada a atuação de Plínio Salgado como chefe nacional. Mais tarde, este, após um discurso no qual discorreu sobre o papel do Chefe, "num gesto teatral" demitiu-se de suas funções.

> Todos os dirigentes presentes, entre eles Barroso, ficam estarrecidos ante este gesto inesperado e permanecem imóveis, sem saber o que fazer. Após alguns minutos de hesitação, tomam a iniciativa de buscar Salgado nos bastidores e presenciam a seguinte cena: Barroso, com lágrimas nos olhos, dá explicações a Salgado que, considerando haver obtido reparação, revisa sua decisão e retoma suas funções sob a "pressão" de seus companheiros.[183]

Trindade, como podemos verificar, interpreta tal ocorrido como uma necessidade de Plínio Salgado de reafirmar sua autoridade no movimento, mas com *gesto teatral* ou não, *"pressionado"* ou não, é possível também interpretar tal fato como o reconhecimento por parte dos militantes de que é ele o líder por excelência do movimento, e ao busca-lo para reconduzi-lo a sua posição, demonstram sua subordinação a ele – se o movimento perde seu líder, conseqüentemente perde sua vontade e razão de existir. Daí não *parecer* correto o raciocínio de que qualquer outra pessoa pudesse assumir seu lugar – falaremos um pouco mais disto a frente. Além disto, ocorre também que, em algumas obras, parece ser o próprio Plínio Salgado que chama a atenção para suas capacidades: "Não sou um chefe de moleques, porém de homens da mais alta responsabilidade no País", o qual foi capaz de "recrutar não somente uma grande multidão de brasileiros, de todas as condições e idades, mas também

[182] WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. 4. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 283.
[183] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 177-178.

uma aristocracia intelectual"[184] – traduzindo-se para as nossas colocações, o "poder" encerrado em sua figura foi capaz de trazer para si um sem-número de pessoas que nele reconheceu suas capacidades de liderança, bem como que a vontade que dele emanava poderia transformar-se na própria. Maria Rosa Cavalari apontou como o chefe nacional por vezes portava-se (e via-se) como um profeta[185], comparação, aliás, bem propícia para esta análise já que é o mesmo Max Weber que se utiliza dos profetas como um dos exemplos da liderança carismática, demonstrando como eles não tinham a necessidade do reconhecimento por parte das pessoas para afirmar suas qualidades e missão – elas devem, sim, atender aos seus chamados[186].

Tudo isto parece entrar em rota de colisão com as próprias idéias de Plínio Salgado vistas anteriormente, porém, como mencionamos, discutir a questão do chefe no Integralismo é tarefa complicada porque é preciso levar-se em conta uma série de aspectos mutáveis. No último parágrafo mostramos como há um distanciamento da imagem do líder totalitário postulada por Hannah Arendt, ou melhor, *parece* haver porque surge aí o problema das circunstâncias do momento. Um exemplo interessante seria a observação de uma das datas festivas do movimento, a "Noite dos Tambores Silenciosos", onde de acordo com os *Protocolos e Rituais* da AIB: "Às 21 horas, a autoridade máxima do local abre a sessão, *sentando-se, porém, na presidência, o Integralista mais pobre, mais humilde que representará o Chefe Nacional*"[187]. O valor simbólico deste ato é tão amplo quanto as interpretações capaz de suscitar, sendo que chamamos a atenção para uma em particular: no núcleo integralista onde é realizado este ritual, ao colocar o camisa-verde mais humilde, mais simples no lugar de Plínio Salgado, significa dizer que não é necessária nenhuma qualidade superior para assumir tal posição a qual passa a estar disponível até para o mais comum dos homens, anulando, assim, qualquer aura de excepcionalidade do líder do movimento.

Assim, parece-nos correto aceitar a análise de Ricardo Benzaquen de Araújo quando diz que a figura do chefe nacional "termina por se confundir completamente com a doutrina que, a um só tempo, ele formula e representa, tornando-se o símbolo de uma ideologia", por conseguinte, o "culto ao chefe corresponde, no mesmo movimento, o endeusamento da

[184] SALGADO, Plínio. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1937. p. 100 e 101.
[185] CAVALARI, Maria Rosa Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 152.
[186] WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. 4. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 285. Cf. BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1990. p. 152.
[187] ENCICLOPÉDIA do Integralismo. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1958. 12 v. V. 11: A Orgânica da Ação Integralista Brasileira. p. 118. [o grifo é nosso]. Esta data tinha como objetivo "lembrar, por todo o sempre, a amargura dos 'camisas-verdes', pela extinção de sua Milícia".

doutrina"[188]. Depreende-se daí que a existência deste líder serve como uma representação da ideologia integralista. Sendo Plínio Salgado o seu criador, ela "emanaria" dele para todos os militantes que, ao aceitarem-na, poderiam julgar-se capazes de agir de acordo, pois, como nas palavras daquele: "Procurai-me no meu Pensamento. Não me considero nem diferente nem melhor do que vós"[189]. Esta explicação é a que, no momento, sentimo-nos mais confortáveis a fornecer, mas deixamos sublinhado como a questão da liderança totalitária no Integralismo pode proporcionar maiores discussões face as ressalvas que fizemos, chamando a atenção para a colocação feita por Hannah Arendt e os aspectos advindos das idéias de Max Weber – e repetindo o que dissemos, acreditamos que para uma melhor compreensão é preciso levar em conta as circunstâncias específicas de cada momento onde a figura/papel do chefe nacional sofre alterações consideráveis[190].

Acreditamos ter estabelecido um primeiro contato com o presente objetivo de mostrar como, através da ideologia integralista, a noção de totalitarismo passa a ter, aos poucos, uma fundamentação mais concreta; e continuando nesta direção, novamente retornamos às idéias apresentadas por Hannah Arendt para que possamos traçar a ligação, já enunciada, entre a ideologia e aquilo que chamamos de *prática totalitária*, juntamente dos elementos que julgamos compô-la.

A noção de *prática totalitária* a qual apresentamos consistiria em uma série de atitudes a serem tomadas seja por parte dos militantes ou do movimento como um todo, com base na ideologia dominante, na vida pública – lembrando-se que, havendo a completa eliminação da diferença entre esta e a vida privada, a primeira acaba por englobar a segunda. A fim de trabalharmos com tal noção, destacamos cinco elementos a comporem-na. O primeiro já foi introduzido há pouco com base no que foi observado no texto "Elogio da Ausência", sendo ele uma espécie de ligação entre o pensamento ideológico e a prática totalitária – poderíamos denomina-la como a "incorporação da ideologia". Os outros quatro, a serem tratados de forma concisa tal qual trabalhamos acerca daqueles três que traziam à tona a feição totalitária da ideologia, são os seguintes: o altruísmo dos militantes, a inexistência de práticas "descomprometidas", a organização das massas e, finalmente, a descartabilidade de programas políticos. Como pode-se notar, existe, entre estes quatro, uma certa divisão em dois

[188] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 88-89.
[189] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Páginas de Ontem, p. 252.
[190] Por exemplo, em texto intitulado "Carta de Natal e Fim de Ano", publicado originalmente no jornal *A Ofensiva*, em 25/12/1935, Plínio Salgado mostra-se inquieto e preocupado com as ações dos integralistas os quais poderiam sair de seu controle. Como interpretar tal "momento de fraqueza" do chefe nacional onde deixa pública a sua dúvida sobre o comando do movimento?

grupos, onde um é composto pelos dois primeiros elementos, que tratam diretamente do militante; e o outro, formado pelos últimos, dizem respeito mais ao movimento como um todo. Trataremos-los na ordem apresentada acima, partindo primeiro das práticas "individuais" para, em seguida, falarmos das "coletivas" – mas ambas, na verdade, acabam por se interpenetrarem, porque seria impensável a viabilidade da prática totalitária somente nos indivíduos isolados ou apenas nos grupos, daí a questão relativa a ausência de fronteiras entre a esfera privada e pública.

Entretanto, antes de iniciarmos, seria prudente fazermos duas pequenas considerações. Quando estabelecemos esta noção da prática totalitária, procuramos construí-la mediante o papel exercido pela ideologia no pensamento integralista de Plínio Salgado – e, claro, respeitando a devida especificidade do mesmo diante dos exemplos utilizados por Arendt, de onde originalmente vieram os elementos os quais selecionamos. O que queremos demonstrar é, antes de tudo, o funcionamento de ambas em conjunto – estando o modo de pensar dos militantes pautado pela lógica e coerência da ideologia, o passo seguinte é verificar como suas ações tomam corpo diante da presença de tal estilo de raciocínio. Se aqui trabalhamos com elas em separado é visando, somente, uma melhor organização e explanação das idéias apresentadas no capítulo. A outra consideração é acerca da existência de outros elementos caros ao movimento totalitário os quais poderiam ser incorporados, porém julgamos que eles, ainda que pertinentes, fugiriam sem grandes dificuldades dos limites postos com base exclusivamente no pensamento de Plínio Salgado. Para ilustrar, podemos citar a importância conferida à propaganda[191], com especial destaque para aquela de natureza anti-semítica professada por Gustavo Barroso, ou até mesmo a anti-comunista, facilmente encontrada não só no próprio Plínio Salgado como em vários outros intelectuais da Ação Integralista Brasileira, sem que eles seguissem uma linha totalitária. Miguel Reale que, como verificar-se-á, não poderia ter seu pensamento classificado da forma como fazemos com o do chefe nacional, apontava em suas obras as deficiências e falhas do comunismo, contribuindo, assim, para a propaganda integralista, porém seria um erro filia-lo ao totalitarismo. Em suma, embora haja outros aspectos a expandir o leque das práticas totalitárias, devemos nos limitar aos que podem ser encontrados, se não exclusivamente, pelo menos majoritariamente nas obras analisadas de Plínio Salgado. Com isto posto, podemos seguir em frente.

[191] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 390-413

O altruísmo do militante

Escolhemos este para ser o primeiro elemento explicitado menos pelo fato de estar ligado, diretamente ao indivíduo do que por possibilitar a operação, de modo visível, das adequações necessárias ao *uso da noção de totalitarismo* no caso integralista. Vejamos o porquê: Hannah Arendt chama a atenção para o fato de "o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos"[192]. Entretanto, ao falar deste altruísmo do militante totalitário, ela refere-se ao mesmo não sentir-se abalado quando o movimento "começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado", e que além disto, ele ainda "estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu *status* como membro do movimento permaneça intacto"[193]. Nesta situação, observa-se uma obediência de tal maneira incondicional que o adepto transforma-se em uma espécie de fanático, disposto aos piores sacrifícios pelo bem do movimento, onde qualquer punição que possa vir a sofrer será bem recebida, pois encontrar-se-á condizente com aquilo que segue. Comprovar ou não tal acontecimento encontra-se muito além de nossa proposta, mas o que nos interessa é apanhar esta idéia do altruísmo do militante, adequando-a ao caso do integralismo de Plínio Salgado.

Isolemos, assim, tal "qualidade" do seguidor totalitário: ele é altruísta porque não se importa em sofrer pelo bem do movimento ou por acreditar fielmente na ideologia que abraça e em seu objetivo. É óbvio que uma prática desta natureza não é exclusiva do totalitarismo, além do que, sua inspiração, sobretudo para o caso integralista, vem claramente do imaginário religioso[194], mas o que nos permite tal associação é a presença da ideologia na qual pauta-se uma atitude assim. A necessidade de sofrimentos, de sacrifícios, imiscui-se na ideologia e reproduz-se no campo de ação dos integralistas porque estes "serão perseguidos, negados, injuriados e caluniados. Nada deixará de ser posto em prática; nenhum processo será esquecido"[195].Toda uma hoste de ataques partirá, invariavelmente, contra o movimento e daí a necessidade do militante em agüenta-los para que o mesmo obtenha o sucesso ao qual se propôs a obter – é quase como um verdadeiro processo de expiação do indivíduo:

---

[192] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 357.
[193] Ibid. p. 357.
[194] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p.158.
[195] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Palavra Nova dos Tempos Novos, p. 258.

> Dispondo [os adversários do Integralismo] de elementos em redações de jornais e em agências telegráficas, dão-se ao esporte dos carapetões ridículos e das interpretações envenenadas de todos os fatos, que eles apresentam como lhes convêm. Dispondo de gente de uma sórdida burguesia, medíocre e odienta contra todas as manifestações superiores, intrigam, armam ciladas, preparam canalhices de toda a espécie. Dispondo de algumas dúzias de imbecis, sem capacidade ao menos para criar um pouco de humor e de ironia fina, caem no deboche grosseiro, na chalaça torpe.[196]

No caso do integralismo proposto por Plínio Salgado o que se verifica é a abnegação do militante cujo sofrimento será provocado não pelo movimento, mas sim por aqueles que se opõe a ele, e mesmo assim, deve o integralista tentar "salvá-los" para, finalmente, encaminha-los no caminho da doutrina: "Burgueses! Eu e os camisas-verdes viemos para vos salvar e salvar vossas famílias!", porque:

> Nós, camisas-verdes, amamos profundamente o operário, como vos amamos também, burgueses, porque vós que oprimis com crueldade e eles que rugem de cólera contra vós, todos sois brasileiros e sois humanos, e este Movimento Integralista é da Pátria e se anima de sentimentos de humanidade.[197]

Todavia, diante de uma possível recusa daqueles que preferem manterem-se "tranqüilos, diante dos pecados e dos crimes de uma sociedade que apodrece", isto é, que não tomam parte nas fileiras do movimento, só irá restar-lhes "os castigos de que vos tornastes merecedores perante a justiça divina"[198]. E, como visto na máxima de Plínio Salgado: "Fora do Integralismo não há salvação"[199]. Olhando-se para os dois lados diria-se não haver escapatória do sofrimento predito pela ideologia, contudo, e aí reside a diferença a fundamentar nossa presente discussão, aquele que recai sobre o militante é um fato necessário pelo qual dever-se-á passar a fim de possibilitar, e quiçá alcançar, a nova forma de sociedade pretendida pelo integralismo.

Assim, o altruísmo do integralista desponta como resultado, como prática, do que ordena o pensamento ideológico – e se este constrói sua lógica a qual aponta para um futuro prometido, então o sacrifício pessoal é uma das formas para atingir aquele, daí Plínio Salgado dizer: "Sofrei, pois, ó 'camisas-verdes'! É o imposto da vossa glória, o gosto amargo do

---

[196] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 165.
[197] Idem. *Páginas de Combate*. Livraria Antunes, 1937. p. 13-14. Para Plínio Salgado o burguês era um dos grandes representantes daqueles que abraçavam a "concepção material da vida" e por isso vilipendiaria o Integralismo, negando-se a mudar suas condutas face a urgência de se considerar o aspecto espiritualista da existência.
[198] Ibid. 18 e 21.
[199] Ibid. p. 36.

triunfo e o martírio dos sonhadores do Bem"[200]. E, se quisermos estabelecer uma segunda ligação com a ideologia integralista, esta atitude de desprendimento só poderia ser viável quando o indivíduo liberta-se do materialismo dominante e passa a aceitar o espiritualismo, colocando, então, sentimentos como solidariedade, justiça, dentre outros, como sendo os valores a guiarem sua vida.

A ausência de ações 'descomprometidas'

Este segundo elemento servirá como introdução a uma das questões às quais retornaremos no capítulo quatro quando formos confrontar a proposta integralista de Plínio Salgado com a de Miguel Reale, por este motivo apenas traçaremos alguns argumentos gerais passíveis de serem melhor desenvolvidos mais a frente.

Tal qual o primeiro elemento, este também encontra sua origem nas proposições de Hannah Arendt e, da mesma forma, precisa ser adequado ao caso do integralismo de Plínio Salgado, mas sem perder completamente sua função original. Diz ela que "o totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja"[201], o que significa dizer que o movimento totalitário não concebe qualquer tipo de atividade ou ação humana motivada exclusivamente por um sentimento de "simpatia" sobre o objeto o qual passa, então, a propiciar aquela ação do indivíduo – em um exemplo dado pela própria Arendt, seria a impossibilidade de se compreender o jogar xadrez por amor ao xadrez. Para o totalitarismo, um determinado objeto (ou manifestação) não possui valor ou um fim em si mesmo, devendo ele estar relacionado a algo maior, conseqüentemente, comprometido. Operar de modo inverso a isto seria, em última instância, ir contra a ideologia porque admitiria-se não ser ela digna de sua auto-proclamada função de explicação total, já que não abarcaria determinadas atitudes, constituindo-se, assim, em uma farsa para seus adeptos. Para o integralismo proposto pelo chefe nacional percebe-se o elogio às práticas sempre voltadas a um determinado fim: a Nação. Desta maneira, declarará Plínio Salgado que "Acima de tudo a Nação. (...) Por isso, a liberdade individual deve ser sempre subordinada aos limites impostos pelo senso da coletividade"[202].

Surge, diante desta invariável vinculação das ações dos indivíduos à Nação, o forte nacionalismo expresso por Plínio Salgado o qual acaba por se transformar em um importante

[200] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 171.
[201] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 372.
[202] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: Despertemos a Nação!, p. 139-140.

elemento para o estudo de seu pensamento porque "enquanto é possível estabelecer elos firmes entre nacionalismo, soberania popular, democracia e originalidade cultural, seria incorreto negligenciar o uso do nacionalismo pelos regimes totalitários"[203]. Assim, o que vale, por ora, ressaltar neste segundo elemento é como as ações dos militantes totalitários perdem completamente sua autonomia porque precisam estar voltadas para um fim que não é a própria ação, e neste momento aparece o nacionalismo para assegurar o eterno compromisso.

A organização/mobilização das massas

Partindo para os elementos que dizem respeito ao todo, e não a ação do indivíduo isolado, achamo-nos diante do terceiro onde verifica-se que "os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas"[204] porque sua força assenta-se sobre a arregimentação de um número elevado de adeptos "que nunca antes haviam participado da política" e, por isto, formam um grupo passível de ser incorporado pelo movimento justamente pelo fato de nunca ter "sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais"[205]. As pessoas a compor esta massa seriam aquelas alijadas do processo político ou sem qualquer tipo de representatividade cuja absorção pelo movimento totalitário significaria:

> (...) o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral (...). A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo o indivíduo simpatizava com um partido ou outro (...). A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação.[206]

A conseqüência natural do fim destas "ilusões", causada pela emersão de uma expressiva quantidade de pessoas antes mantida à parte da prática política, seria a descrença desta parcela da sociedade no sistema vigente, assim como em suas práticas, o que a leva, então, a voltar-se para um *locus* que a aceite ou que julgue pertencer. O movimento totalitário serve a este propósito, e sua ideologia proporciona às pessoas a segurança almejada, porém ainda inalcançada, ao conceder-lhes não só um lugar verdadeiro na sociedade como no próprio futuro desta, ou seja, os adeptos fariam parte de um processo o qual não iria extinguir-

[203] GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos:* o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 66.
[204] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 358.
[205] Ibid. p. 362.
[206] Ibid. p. 362.

se no presente, mas sim continuaria a existir pelos tempos vindouros. Daí a possibilidade em se organizar a massa previamente excluída, além de garantir a sua obediência por meio do recém-conquistado sentimento de "fazer parte", onde os outros elementos apresentados anteriormente ganham grande relevância por propiciarem a união das pessoas ora mobilizadas em vista de partilharem um objetivo/fim em comum. A proposta integralista fornecida por Plínio Salgado cobre estas questões, primeiro, pelo fato dele próprio denunciar a existência daquelas "ilusões" democráticas; segundo, e mais importante, porque ele conclama a todos a participarem do movimento, onde inclui, sobretudo, aqueles elementos antes "esquecidos" pelo sistema político – é não apenas a organização, como a mobilização de um vasto contingente de pessoas. As denúncias das ilusões feitas pelo chefe nacional são constantes em suas obras, visto que um dos principais inimigos do integralismo é a liberal-democracia[207]. Como exemplo, podemos citar como ele julga ser o sufrágio universal "a grande mentira que serve de instrumento á opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa fé", além do que ele só serve ao Estado liberal, caracterizado por Plínio Salgado nos seguintes termos: é "fraco, é anêmico, é gelatinoso. É o Estado inerme, que assiste, de braços cruzados, à angústia das multidões esfaimadas e o desespero dos chefes de indústrias, dos agricultores, que não encontram capacidade aquisitiva suficiente nas coletividades empobrecidas e nuas"[208]. E no Manifesto de Outubro, que lançou publicamente a Ação Integralista Brasileira, observa-se a relação de toda uma gama de elementos nacionais cuja união deve ser feita:

> Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito: o tapuio amazônico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calús, capixabas, calungas, paroáras, garimpeiros, os boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiás, Mato Grosso; colonos, sitiantes, agregados, pequenos artífices de São Paulo; ervateiros do Paraná e Santa Catarina, os gaúchos dos pampas; o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes, industriais, fazendeiros; os professores, os artistas, os funcionários, os médicos, os advogados, os engenheiros, os trabalhadores de todas as vias-férreas; os soldados, os marinheiros (...).[209]

Como pode-se constatar, aqui a questão do nacionalismo também apresenta importância fundamental, sendo ele o propiciador não só da mobilização destas pessoas, espalhadas por

[207] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1974. p. 237.
[208] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é integralismo, p. 31-38.
[209] Idem. *O Integralismo Perante a Nação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955. p. 20.

todo o País, como será o princípio a organiza-los em um movimento homogêneo de grande amplitude.

A descartabilidade de programas políticos

O último elemento apresenta-se como uma característica geral do movimento, nascida diretamente da ideologia que o sustenta. Para Hannah Arendt: "Os movimentos totalitários, cada um ao seu modo, fizeram o possível para se livrarem de programas que especificassem um conteúdo concreto, herdado de estágios anteriores e não-totalitários da sua evolução", pois "todo o programa político definido que trate de assuntos específicos em vez de referir-se a 'questões ideológicas que serão importantes durante séculos' é um entrave para o totalitarismo"[210]. Embora a ausência de um programa político-partidário não seja uma exclusividade do totalitarismo, o que o torna característica sua é, a nosso ver, ao trazermos tal questão para o estudo do integralismo de Plínio Salgado, o fato de a ideologia (novamente ela) transformar-se, indiscutivelmente, no programa ou, o que seria mais interessante, mostrar quão supérfluo ele poderia ser. A leitura das obras integralistas do chefe nacional apresenta-nos alguns esboços de propostas objetivas, como o papel que o corporativismo desempenharia quando a AIB alcançasse o poder: "É sobre a base corporativa que o Integralismo constituirá a Pátria Brasileira"[211]. Todavia, o autor não discute como ele será organizado – é uma idéia a qual apenas lança-se mão, sem maiores desenvolvimentos. O mesmo pode ser aplicado à sua concepção de Estado o qual "tem o direito e a autoridade suficientes para interferir com energia no campo econômico e social, político e financeiro, recompondo equilíbrios, sempre que alguns elementos da sociedade se hipertrofiarem em detrimento de outros"[212], mas igualmente não verifica-se uma análise mais aprofundada do modo como operaria o chamado Estado Integral ou ponderando-se as conseqüências que uma mudança assim causaria na organização da sociedade.

Os exemplos a serem dados poderiam preencher várias outras páginas, contudo não achamos ser necessário enumerarmos todos eles para alcançarmos nosso objetivo, que é apresentar como o pensamento integralista de Plínio Salgado adota esta idéia de que possuir um programa político, com propostas bem delineadas e explicadas, é algo descartável porque, como mencionamos acima, a ideologia pode muito bem, se necessário, assumir tal papel. Na

[210] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 373.
[211] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 74.
[212] Idem. *A Doutrina do Sigma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 22.

verdade, não há motivo para preocupar-se porque ela, dependendo somente de si (e incorporada nos indivíduos), é capaz de empreender todas as mudanças essenciais já que, pelo fato dela tudo compreender, seria inevitável ao seu potencial atingir não apenas as questões mais amplas como as mais específicas. A descartabilidade a qual aludimos parte da própria ideologia e vai penetrando nos militantes do movimento integralista que passam a aceitar a ausência de programas políticos diante da inabalável crença, de que aquela encerra em si as soluções para tudo aquilo que se apresente, sejam questões sociais, políticas ou econômicas.

2.3 Conclusão

Chegamos ao fim do segundo capítulo e acreditamos que conseguimos alcançar os objetivos expressos em suas primeiras linhas. Tendo como temática principal a análise do pensamento do chefe nacional da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, por meio de suas obras selecionadas, estabelecemos que o mesmo teria como característica básica uma vinculação com o tipo presente no totalitarismo, ou seja, Plínio Salgado teria desenvolvido a proposta de um integralismo de feições totalitárias cujo principal sustentáculo é a presença de uma ideologia que, nas palavras de Raymond Aron, "is neither the sole end nor the exclusive means; there is a perpetual interaction or indeed dialectic: sometimes it is used as means to an end, at others force is used to change society that it will conform to ideology"[213]. Ainda que seja preciso estabelecer alguns limites às análises em vista da especificidade do caso do Integralismo diante dos outros dois grandes expoentes do totalitarismo (nazismo e bolchevismo), sobretudo pela necessidade em concentrar nossas reflexões no campo da ideologia (já que a AIB não chegou ao poder como aqueles dois movimentos), julgamos ter sido possível estabelecer a ligação entre o pensamento de Plínio Salgado com a forma de pensamento ideológico dos movimentos totalitários. E, além disso, conseguimos esboçar algumas ações levadas adiante por seus adeptos após a incorporação desta ideologia, isto é, condicionados a pensar de uma dada maneira, eles transpõe-na para suas vidas, partindo do abstrato para o concreto. Conclui-se, então, a primeira porção do núcleo do presente trabalho, o qual será bem diferente da proposta de Miguel Reale, a ser analisada em seguida.

[213] ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism.* Michigan: University of Michigan Press, 1990. p. 185.

Capítulo 3

A utopia integralista:
O integralismo de Miguel Reale

Miguel Reale
(chefe do departamento nacional de doutrina da Ação Integralista Brasileira)

Capítulo 3: A utopia integralista – o integralismo de Miguel Reale

> *Quer certos teóricos gostem ou não, o fato é que a sociedade humana não é homogênea, que os indivíduos são física, moral e intelectualmente diferentes. Estamos aqui interessados nas coisas como são. Devemos, portanto, levar em consideração esse fato.*
>
> Vilfredo Pareto

Neste terceiro capítulo, que forma a segunda metade do núcleo da presente dissertação, nossa preocupação será proceder, tal qual feito no caso de Plínio Salgado, à análise isolada do pensamento integralista do chefe do departamento nacional de doutrina da Ação Integralista Brasileira, Miguel Reale. Tendo como base seus livros e alguns pequenos artigos os quais julgamos importantes para a compreensão ou maior aprofundamento de suas idéias, tencionamos neles localizar elementos cujas características possam vir a corroborar nossa principal hipótese, de que a proposta de integralismo formulada por Miguel Reale possui feições eminentemente conservadoras e, em alguns aspectos, autoritárias. Para isto, não só lançaremos mão mais uma vez de Ricardo Benzaquen de Araújo, em vista de seu artigo *In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*, onde elabora alguns pontos nos quais basearemos nossas reflexões, como também dos estudos de Karl Mannheim, sobretudo no pertinente a noção de utopia e o que envolve o pensamento conservador. Desta forma, iniciaremos o presente capítulo discorrendo brevemente sobre a presença da utopia no pensamento integralista do chefe de doutrina, o que levará, conseqüentemente, à sua caracterização como uma utopia (ou contra-utopia) *conservadora*, para em seguida desenvolvermos, assim, os aspectos referentes ao conservadorismo em Miguel Reale. Sublinharemos seus principais elementos e, quando possível, demarcarmos alguns traços os quais acreditamos aproximarem-se, igualmente, do autoritarismo.

3.1. Uma *utopia* integralista?

A escolha por "classificar" a proposta e o pensamento integralistas de Miguel Reale como detentora de certa feição utópica (da maneira como compreende Karl Mannheim) não foi, ao contrário do que poderia imaginar-se, intencional. Dizemos isto em vista da obra clássica do sociólogo húngaro, *Ideologia e Utopia*. Desde o início, nossa proposta foi, no que diz respeito a análise do pensamento de Plínio Salgado, esboçada no capítulo anterior, aplicar-

lhe a noção de ideologia, porém, como foi verificado, do modo como Hannah Arendt a elabora pelo fato daquela ser, junto do *terror* (elemento o qual julgamos ausente no Integralismo), um dos principais elementos a caracterizar o totalitarismo. No caso de Miguel Reale, até mesmo a aproximação com o pensamento conservador só veio a ser cogitada mais a frente, pois acreditávamos ser o autoritarismo a melhor forma de verificarmos a proposta do chefe de doutrina (o que, todavia, não exclui sua presença em nossas análises). Esta mudança mostrou-se crucial neste estudo, propiciando-nos a utilização de novas abordagens, assim como a utilização de um quadro teórico mais amplo onde encontramos a noção de utopia – trabalhada na já citada obra de Mannheim juntamente com sua concepção de ideologia. Não descartamos uma possível viabilidade em se tratar o caso de Plínio Salgado fundamentando-o nas idéias de Mannheim, porém isto acabaria por impossibilitar uma análise da maneira como foi planejada e procuramos levar adiante (a menos que pretendêssemos propor uma nova forma de "mentalidade utópica", a *totalitária*). Sendo assim, concluímos ser, para este primeiro momento, mais proveitoso o uso de referenciais teóricos em separado (ou seja, no caso de Plínio Salgado, como utilizamos em maior profusão o livro *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt, nada mais correto que voltarmos nossa atenção para o conceito de ideologia aí presente; em Miguel Reale, conseqüentemente, como temos como base *O Pensamento Conservador* de Karl Mannheim, nos remeteremos a outros conceitos deste mesmo autor).

Sendo assim, por que acreditamos que o integralismo de Miguel Reale seria um exemplo daquilo que Mannheim denominou como a terceira forma de mentalidade utópica? Existem duas questões essenciais as quais abordaremos para justificar tal tomada de posição, sendo a primeira relativa ao próprio porquê de julgarmos tratar-se de uma utopia, enquanto a segunda terá como preocupação fundamental a exposição das particularidades a caracterizarem-na como conservadora, estando isto baseado em nossas análises do próprio pensamento conservador o qual possibilita tal construção. Além disso, da mesma forma como foi preciso adequar a utilização do conceito de *totalitarismo* para o caso de Plínio Salgado, respeitando-se não só a especificidade de seu pensamento quanto o lugar onde foi produzido e à que situação respondia, uma reflexão concernente ao pensamento integralista de Miguel Reale deverá, ao utilizar-se de um referencial teórico composto pelas noções de utopia e conservadorismo (sabendo-se da relação entre ambas), possuir a mesma seriedade no que tange à devida aplicação destes conceitos, com a mesma salvaguarda. Não procuraremos, por conseguinte, enquadrar suas formulações no modelo proposto por Mannheim, tentando uma ilusória correlação entre ambos, mas sim devemos explorar os pontos em comum existentes

sem deixar de lado nossas próprias análises, almejando um trabalho cujo resultado final não seja uma mera *explicação* do pensamento e proposta integralistas de Miguel Reale, e sim um exercício para sua *compreensão* e *apreensão*. Com isto exposto, devemos passar para o tratamento da primeira questão a qual servirá, na verdade, como uma espécie de introdução para algo mais amplo, ou seja, a aproximação do pensamento de Miguel Reale com o pensamento conservador. Falemos da *utopia*.

Parece importante, primeiro, sublinhar o fato de que utilizamos o sentido *relativo* do termo utopia, ou seja, de acordo com Mannheim, trabalharemo-lo como algo que significa "o que pareça irrealizável tão-só do ponto de vista de uma dada ordem social vigente"[214]. Podemos compreender tal asserção ao pensarmos no fato de que cada indivíduo possui uma determinada noção do que é, para si, o real ou a "existência" diante da sua inserção naquilo que está a sua volta (isto é, uma inserção social e histórica). Se quisermos caminhar um pouco para o campo de atuação da Filosofia, basta recordarmos-nos de algumas das idéias fundamentais esboçadas por Arthur Schopenhauer, no que diz respeito à idéia de *representação* quando, nas primeiras páginas de sua principal obra, chega a declarar que "Verdade alguma é, portanto, mais certa (...) do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto para o mundo inteiro, é tão-somente objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação"[215]. Torna-se, a um nível conceitual, praticamente impossível afirmarmos a validade de uma única realidade, um único *ponto de vista*, a qual possa ser partilhada por todos os indivíduos que compõe um determinado grupo social, e quiçá a sociedade como um todo onde se encontram, o que acaba por acarretar, justamente, na possibilidade de, sobretudo durante a época moderna (o que, todavia, não exclui outros períodos da História), e diante das mudanças a se processarem, desenvolverem-se idéias ou formas de pensamento conflitantes as quais geram tensões fundamentais para a criação de distintas "realidades" defendidas pelos grupos de indivíduos envolvidos nos embates que caracterizam esta nova configuração da sociedade. É neste momento onde, acreditamos, insere-se de maneira mais visível a problemática da utopia, porque ela marcará a existência daqueles variados pontos de vista os quais quebram o que se poderia compreender como um real *único* – utilizaremos a noção, acima exposta, de utopia *relativa* a fim de melhor esclarecer esta questão.

---

[214] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 220.
[215] SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 43.

A ligação entre este "problema da realidade" e a questão da utopia advém do atrito existente entre o pensamento de um indivíduo (ou de um grupo social) e uma ordem social já estabelecida, pois, estando o primeiro em desacordo com a segunda, ocorre que a "realidade", ou a "existência" desta não se configura como algo a ser partilhado de maneira consenciente por ambos, e por este motivo deve ser suplantada por uma nova representação do real a qual é dada por aqueles primeiros. Isto diz respeito à questão da utopia relativa, mas para aqueles que venham a compor ou a estar de acordo com a ordem vigente, não existe diferenciação entre tal noção e a mais comumente utilizada – como algo incapaz de ser realizado; fazendo parte do *status quo*, é praticamente impossível observar ou aceitar qualquer tipo de viabilidade nos planos ou idéias carregadas de elementos utópicos, de elementos dotados de uma transcendência cuja natureza é capaz de negar aquela realidade previamente aceita e defendida – tal atitude, perpetrada pelos que compõe a ordem constituída, objetiva o afastamento de si de quaisquer possibilidades de questionamento, anulando, assim, a existência de uma dinâmica histórica e social. À primeira vista poderia-se associar esta prática a um certo "conservadorismo", o que não estaria completamente errado, contudo, pensar unicamente desta forma acarretaria no pressuposto de que as utopias provêm apenas dos grupos sociais cujo movimento de ascendência na sociedade coloca-os contra a ordem vigente, e tal acepção não se sustenta porque imputa à mentalidade conservadora a incapacidade de gerar, por si só, idéias ou projetos os quais propõe-se a realizar mudanças seja na própria ordem social quanto política, o que, de fato, acontece – trabalharemos isto mais a frente. Um pensamento balizado por tais princípios apenas transportaria um erro de análise de um campo para o outro, ou seja, enquanto o "conservadorismo" vê a ordem existente como absoluta, imutável e *estática* – e todo o resto como uma utopia dotada de elementos transcendentes e impossíveis de implantação; os que pretendem derrubar esta mesma ordem julgam-na incapaz de possuir "qualquer tipo de tendência evolutiva no domínio do histórico e do institucional"[216], isto é, só há dinâmica e mudanças quando se processa a substituição de uma dada situação por outra a sucede-la. Daí, então, a necessidade em se pensar a noção de utopia relativa, compreendendo-se a possibilidade de diversos grupos serem capazes de produzir idéias as quais não se coadunam com a "realidade" presente e que tencionam, ou vislumbram, uma outra – incluindo-se, aí, os grupos "conservadores".

Agora, para que a idéia de utopia assuma um caráter que possibilite seu uso em nosso trabalho, devemos avançar mais um pouco em sua definição e delimitação. Está claro que ela

[216] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, p. 221.

não é "monopólio" de um grupo particular, mas sim uma espécie de reflexo da (auto-) consciência dos indivíduos capazes de se descolarem de uma situação estática a qual implica na sua aceitação passiva, independente do caso. O que pretendemos dizer com isto? Simples. Não importa sobre qual dos lados nos debrucemos para nossas análises, pois tanto o constituído quanto o que procura a transcendência deste acham-se confrontados pelo mesmo impacto em se perceber o real como uma forma de representação por eles desenvolvida. Para explicarmos um pouco melhor tal proposição, utilizaremos os termos "situacionistas" e "opositores" apenas para facilitar a transmissão de nossas idéias, não havendo aí qualquer denotação mais ampla. Começando pelos opositores, quando estes passam a se ver como indivíduos que não possuem necessariamente uma ligação *orgânica* com os elementos situacionistas (ou assim se julgam), eles põem-se na condição de desenvolverem um projeto de mudanças capaz de suplantar a realidade vigente, vista como uma simples representação, a fim de se instaurar uma outra a qual acreditam ideal ou mais adequada. Conseqüentemente, os opositores criam uma nova representação a qual irá provocar uma reação semelhante nos situacionistas. Estes, antes em situação confortável por não terem seus princípios questionados, repentinamente sentem-se em posição delicada ao perderem o que poderíamos cogitar ser seu fundamento mais sólido: a impossibilidade em se haver outra realidade além daquela. Em resposta ao desafio colocado pelos opositores, os situacionistas passam a refletir sobre esta nova situação (e sobre eles mesmos) e começam a cogitar idéias capazes de combater as questões a eles impostas – para ambos os casos, são as utopias por eles formuladas que possibilitarão o confronto entre idéias e projetos. A sociedade não é estática e, por isto, pode ser modificada, e a realidade pode ser transcendida, seja de maneira "radical" como "pontual". E embora existam diferenças claras em relação a ambas, ou seja, em seu desenvolvimento, elas possuem uma "natureza" em comum, que é aquilo que começamos a mencionar no início do presente parágrafo e trataremos agora. Vejamos.

Para Mannheim, antes de mais nada, "um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre", entretanto, não se pode "encarar como utópico todo o estado de espírito que esteja em incongruência com a situação imediata e a transcenda (e, neste sentido, 'afastado da realidade')", ao que se deve classificar como "utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento"[217]. É preciso não confundir a utopia ou as idéias dela provenientes

[217] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, p. 216.

como manifestações de desejos criados pela pura e simples insatisfação com o presente, o que se caracterizaria mais como uma espécie de fuga ou a procura de refúgio em construções desiderativas, não havendo, aí, nenhum tipo de comprometimento por parte das pessoas de mudarem ou transcenderem o *status quo* – a nosso ver, práticas desta natureza levam apenas ao *contrário* da "pretensão" utópica, porque, partindo do princípio de que esta provoca uma mobilização dos indivíduos a fim de buscarem, através da ação política, mudanças no meio social onde se encontram, elas acarretam a condescendência com a situação vigente, imprimindo-lhe a feição de algo estático e impossível de ser modificado. Há um retraimento do indivíduo para dentro de si mesmo, e a realidade que cria não pretende enfrentar a presente, mas apenas confundi-la ou mascará-la, cobrindo-lhe as falhas com desejos, em um processo de sonhar e esquecer (a situação presente)[218]. Estabelecida, assim, a diferença entre idéias como meras traduções de desejos e aquelas nascidas das utopias, dotadas de um "poder" de transformação concreta, devemos caminhar, com base na explanação feita ao princípio do parágrafo, na direção de sua aplicação para o caso do pensamento integralista de Miguel Reale.

Produzindo em um período conturbado da história nacional repleto de vicissitudes provenientes da Revolução de 1930 a qual expôs de maneira flagrante as idiossincrasias da organização política e social brasileira, Miguel Reale, no interior da Ação Integralista Brasileira, dedicou-se, de maneira distinta de Plínio Salgado, tanto às análises das opções ou caminhos "disponíveis" para o Brasil – o liberalismo, o comunismo e o próprio Integralismo – como à uma maior teorização acerca deste último. Exatamente por isto, seu pensamento integralista foi marcado por uma espécie de reação, diferente, porém, daquela observada no chefe nacional, porque, enquanto este, como foi visto, ocupou-se em elaborar uma ideologia a qual fosse capaz de mobilizar a população a fim de provocar uma profunda mudança na sociedade brasileira, Miguel Reale não possuiu tal ambição, procurando, por sua vez, esboçar idéias capazes de operar algumas modificações essenciais para o Brasil e de rivalizar com as outras cuja existência colocava em xeque a própria ordem vigente – tratavam-se, sobretudo, das idéias liberais; o comunismo vai figurar como uma ameaça maior após novembro de 1935. Ou seja, para o chefe da doutrina, era importante pensar o integralismo como detentor de um projeto de transformações *parciais*, isto é, capaz de *transcender* a realidade constituída,

[218] Esta última passagem foi levemente inspirada em Hannah Arendt, quando diz: "(...) nas democracias de massa, sem nenhum terror e de modo quase espontâneo, por um lado toma vulto uma impotência do homem e por outro aparece um processo similar de consumir e esquecer, como que girando em torno de si mesmo de forma contínua (...)". Para uma melhor compreensão, Cf. ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 27.

abalando a "ordem das coisas", mas sem altera-la por completo. Ao lado de um espírito "revolucionário" apregoado por Plínio Salgado, encontramos, então, uma posição como a de Miguel Reale de garantir a "manutenção" daquilo que já existia na sociedade, protelando, quando muito, uma espécie de re-organização em certos níveis da mesma a fim de assegurar alguma estabilidade para o advento de sua proposta integralista. Justamente por possuir esta característica fundamental, a utopia a corresponder tais desígnios, a conservadora, pode ser igualmente pensada como uma *contra-utopia*. Miguel Reale, por conseguinte, proporia um integralismo-conservador animado por uma utopia, obviamente, *conservadora*.

Esta contra-utopia nasce do interior da mentalidade conservadora quando confrontada pelas "classes oponentes e a sua tendência a romper com os limites da ordem existente"[219], passando a servir como uma forma de auto-defesa e orientação das reflexões e medidas que devem ser tomadas, as quais, por sua vez, só são possíveis justamente quando as condições presentes, antes pensadas como bem ajustadas e universalmente aceitas, viram alvo de ataques "externos". A mentalidade conservadora não tem qualquer tipo de predisposição para se lançar em questionamentos ou teorizações que dizem respeito ao ambiente ao seu redor, ou a si mesmo, pelo fato de imaginarem-no como algo natural, e a própria existência acha-se devidamente ordenada e em harmonia com o mundo. Olhando-se deste prisma, ela não teria como ou por que desenvolver e possuir uma utopia – a realidade é indiscutivelmente aquela, e sua transcendência seria destituída de razões, pois seria o mesmo que nega-la. Recusar a ordenação existente levaria, invariavelmente, a uma recusa da própria organização social e política, além da ilusão de um mundo eternamente estático. Acontece, no entanto, que este panorama não tem como se sustentar diante da emergência de ameaças àquelas convicções, levando, desta maneira, a mentalidade conservadora a assumir uma posição a qual aceita uma realidade dinâmica, mas que, mesmo assim, não a nega como (mais) verdadeira. A mudança essencial é o início de um processo de análises sobre si mesmo, ou seja, estamos dispostos a acreditar que os elementos conservadores passam a encarar o ambiente onde se encontram, como uma representação possível tal qual outras. Eles começam a refletir sobre sua própria existência, práticas e instituições, elaborando um sistema de idéias suficientemente concreto, e convincente, cuja força fosse capaz de rivalizar com aquele que lhe confronta. Nasce, aí, a contra-utopia – ela é *contra* dada a sua natureza contrária, de "reação" ao que surge; e é, ainda assim, uma utopia porque gera idéias as quais podem levar a mudanças, ainda que pontuais (sendo isto uma característica do pensamento conservador). Uma justificativa para tal

[219] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 253.

proposição só parecer-nos-ia ideal se confrontássemos diretamente a utopia conservadora e a liberal (ou socialista-comunista), algo que não podemos fazer aqui, mas, mesmo assim, julgamos possível explicar nos seguintes termos: o pensamento conservador é capaz de gerar uma utopia, em primeiro lugar, para demarcar a própria validade da organização constituída, algo como uma *reafirmação* da realidade; e em segundo lugar para *assegura-la* por meio de pequenas modificações capazes, também, de desmentir ou contraria os argumentos que se lhe opõe. Isto ocorre porque o pensamento conservador, como será mostrado, trata do concreto, do imediatamente real e próximo, enquanto a liberal, por exemplo, lida com projeções, com o abstrato.

Visando, então, apresentar a contra-utopia integralista no interior do pensamento de Miguel Reale vamos destacar, para guiar nossas reflexões, três elementos os quais podem ser encontrados na obra *Ideologia e Utopia* sob a seção intitulada "Terceira forma de mentalidade utópica: a idéia conservadora". Para facilitar, aqui, a exposição dos mesmos, iremos trabalha-los em separado ao invés de em um texto corrido. Assim, os elementos são: a tomada de consciência, a crença no concreto e o uso do tempo. Todos os três possuem, de algum modo, traços que se ligam com o *pensamento conservador*, desta maneira, neste primeiro momento nos limitaremos a menciona-los de forma introdutória para desenvolve-los na seção seguinte quando tratarmos mais detidamente do conservadorismo.

A tomada de consciência

Mannheim diz que "o ataque ideológico de um grupo socialmente ascendente (...) ocasiona de fato uma certa consciência das atitudes e idéias que unicamente se afirmavam na vida e na ação"[220]. Ao voltarmos nossa atenção para o integralismo de Miguel Reale, observamos nele a manutenção de idéias que, tidas como naturais antes de um "ataque ideológico", agora precisam sofrer uma reflexão, ou seja, toma-se consciência delas e de como são executadas na sociedade. Certamente a mais visível, a qual Miguel Reale passa a observar e defender sua continuidade no interior de seu pensamento integralista é a referente a desigualdade entre os indivíduos, em outras palavras, que há uma hierarquia a reger o corpo social. Os exemplos das idéias referentes à educação ou a diferença natural entre as pessoas comprovam tal asserção. Tal diferenciação natural é uma constante nesta sociedade ameaçada, mas agora é uma idéia reconhecida que passa a ser fundamentada *após* a sua "implantação", o

[220] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 254.

que não modifica a estrutura social, mas sim procura perpetuá-la na contra-utopia nascida no interior do integralismo.

Aliás, este desprezo pela igualdade, enfatizando-se, como falamos, a singularidade de cada indivíduo, junta-se a outros elementos presentes na sociedade os quais também passam a ser levados em consideração. O Estado, a família e as classes sociais são exemplos importantes porque Miguel Reale procede de forma semelhante com eles, "tomando consciência" destes três e passando a se preocupar com idéias que lhes concernem, que visam confrontar aquelas provenientes dos opositores da mentalidade conservadora. Acerca das classes sociais, elas aproximam-se da questão da desigualdade e da hierarquia, pois, havendo, empregados e patrões, estes devem, por meio das corporações, entrar em acordo e não lutarem entre si – sendo a capacidade ou as qualidades de cada um que definem o indivíduo, então não há nenhuma espécie de contradição ou erro na divisão existente dentro da sociedade. Como Miguel Reale declara: "O problema brasileiro, como o dos demais países, é o problema moral de educação e *organização*"[221]. Ou seja, o máximo a se fazer é recorrer a uma re-organização que elimine as possíveis falhas no funcionamento e manutenção da *ordem natural das coisas*.

Sobre a instituição familiar, certamente a que se poderia considerar como mais "natural" e menos passível de ser objeto de teorizações pois é previamente aceita no que se imagina ser uma adequada ordenação do mundo humano, Miguel Reale declara:

> A família é a célula ética e biológica da Nação, a instituição fundamental da qual depende a grandeza da República, não só por ser a condição primeira da robustez física dos homens, mas ainda porque é o repositório de seus valores espirituais mais sagrados [222].

Observa-se de forma direta o aparecimento de uma idéia conservadora da família como núcleo básico da constituição e manutenção da organização vigente, que deve auxiliar na criação dos indivíduos para que possam "servir" a sociedade ou à Nação sem deixar-se desviar para caminhos que possam vir a anular ou enfraquecer tal disposição. No referente ao Estado (para Reale, é o Estado Integral), por ser o elemento central de suas reflexões, iremos tratar melhor dele mais a frente.

---

[221] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 163.
[222] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: Perspectivas Integralistas, p. 20.

A crença no concreto

Este segundo elemento constitui-se em mais uma das características da contra-utopia. Quando Miguel Reale fala que o "liberalismo democrático (...) nunca existiu no Brasil, nem em nenhum outro país do mundo"[223], ou declara não ser necessário forjar nenhum sistema político novo para o País, fica claro seu julgamento sobre, por exemplo, a idéia liberal ser "algo fluido e carente de concretude"[224], e assim, ao associar a realidade com o concreto, depreciará tudo aquilo cuja existência não possa ser passível de observação ou comprovação imediata. Em outras palavras, as idéias conservadoras, e conseqüentemente a utopia a qual engendra, são *superiores* pelo simples motivo de já se acharem presentes na realidade; elas podem ser facilmente alcançadas, são tangíveis e não se comportam como elucubrações abstratas – poderíamos dizer que para o pensamento conservador o que quer que venha a se comportar desta maneira seria interpretado como uma *utopia* no sentido corrente, ou seja, como algo que, além de estar em descompasso com a realidade, é impossível de ser realizado. A crença no concreto leva, então, associada aos outros fatores que apresentamos aqui, a formulação de uma contra-utopia; e o integralismo de Reale é capaz de produzi-la e de se apresentar como tal. Ainda falaremos mais deste aspecto.

O uso do tempo

Finalmente chegamos ao terceiro momento onde encontramos uma grande importância conferida ao papel do tempo no desenvolvimento da mentalidade utópica conservadora. Como não podia deixar de ser, é através de Mannheim que encontramos nosso ponto de partida para trabalharmos este último momento. Diz ele que "o modo conservador de experimentar o tempo encontrou a melhor corroboração de seu sentido de determinação ao descobrir a importância do passado, na descoberta do tempo como um criador de valor"[225]. O tempo passa, então, dentro do pensamento conservador, a gozar de uma relevância central no que diz respeito a toda uma reflexão que auxilia na orientação da defesa e do ataque daquele. Defesa, por conceder bases a legitimidade daquilo que se pretende manter; ataque, por procurar desqualificar ou mostrar-se superior às idéias que se lhe opõe. Ao lançar um olhar para o passado, o pensamento conservador procura atender a dois objetivos auto-impostos: o

[223] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 194
[224] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 256.
[225] Ibid. p. 258-259.

primeiro seria salvar o próprio passado, resguardando-o de um possível esquecimento ameaçado por um pensamento opositor; o segundo seria criar uma espécie de mediação entre este mesmo passado e o presente, mostrando, inclusive, que aspectos daquele ainda subsistem neste. Em contraste com, por exemplo, a utopia liberal que procura voltar-se para o futuro, desenvolvendo uma idéia baseada no *vir a ser*, a conservadora, trazendo para si o passado que a "fundou", trata daquilo que *é* e deve ser preservado, inserindo-se, por uma visão retrospectiva da história, como resultado lógico de uma série de acontecimentos agora possuidores de valores inquestionáveis em vista do fim que deveriam alcançar.

O uso do tempo – o passado e a mediação deste com o presente – surge como grande aliado na construção do pensamento integralista de Miguel Reale. "A Política Integral sintetiza a Idade Média e a época moderna"[226]. Com estas palavras, Miguel Reale concede-nos um interessante testemunho sobre sua visão de integralismo já que a sua forma de expressão, a política integral, é, na verdade, um retorno àquilo existente no passado para ser novamente apreendido e assegurado. Um exemplo a ser dado sobre a esta volta ao passado é o referente ao indivíduo, pois para Miguel Reale é preciso resgatar aquele do período do cristianismo primitivo e aquele que participa tanto da vida política, mas igualmente possui uma vida privada, isto é, não é nem um indivíduo absorvido por completo pelo Estado – como poderia ser por meio das idéias socialistas ou totalitárias – nem um voltado apenas para seus próprios interesses, sem participação na esfera pública – neste caso, representado pelas idéias liberais. A utopia conservadora refletida em seu pensamento integralista deve pretender um resgate, aqui entendido tanto como no sentido de salvar como no de trazer de volta, daquilo que "de melhor" houve no passado e ainda se verifica no presente ora ameaçado – voltaremos a esta discussão na seção seguinte.

3.2. O nascimento da utopia: (n)o conservadorismo de Miguel Reale

Assim como o estudo do pensamento de Plínio Salgado, feito à luz dos referenciais teóricos do totalitarismo, deve ser levado adiante com cautela para não desaguar na simples transposição de um modelo conceitual para um caso extremamente específico, o mesmo deve ser ressaltado para a problemática envolvendo Miguel Reale. E embora pareça-nos que a situação deste possua uma menor escala de complexidade, caso comparado com aquilo exposto no segundo capítulo, precisamos tomar igual cuidado em nossas reflexões, pois

[226] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 162.

também achamo-nos trabalhando com um determinado quadro teórico elaborado o qual detinha uma clara aproximação com um determinado assunto: ao lançarmos mão, mais uma vez, dos argumentos do sociólogo húngaro Karl Mannheim a fim de fundamentarmos nosso estudo, é necessário ter em mente que boa parte de seu trabalho acerca do pensamento conservador foi elaborada em relação ao pensamento alemão do século XIX. Sendo assim, redobramos nossa atenção não só pelo fato de tratarmos de dois fenômenos detentores de especificidades as quais não podem ser ignoradas como pela sabida impossibilidade de se encaixar algo de modo perfeito em determinado modelo teórico, ou seja, que encontra uma imediata correlação. Acreditamos que tais modelos auxiliam no encaminhamento das questões a serem levantadas e posteriormente tratadas, sem com isto consistirem-se em verdadeiras prisões conceituais capazes ou de reduzir o objeto de estudo ao ponto de esvazia-lo de seu "verdadeiro" significado, ou então de deforma-lo até ficar irreconhecível, sacrificando sua forma e natureza. O que não significa dizer que colocamo-nos contra uma espécie de "classificação", pois julgamos ser uma prática necessária, residindo o problema, na verdade, nisto mencionado anteriormente: não podemos provocar distorções ou esvaziamentos, o que é extremamente perigoso ainda mais quando se tratam de objetos tão voláteis como idéias, e idéias produzidas ou expressas em vários momentos da vida de seu criador/detentor – seria pretender cobrar uma coerência de magnitude tão elevada e forte que acreditaríamos ser fruto somente de um pensamento cristalizado, isolado no tempo e no espaço. A proposta, então, que consideramos adequada é a aceitação de pressupostos desenvolvidos sob um determinado modelo ao qual tentamos *aproximar* nossas análises e conclusões, e a posterior vinculação de nosso objeto àquele seria uma mera "formalidade". Trazendo para o trabalho aqui desenvolvido: ao alcançarmos a conclusão deste capítulo, onde esperamos comprovar nossa hipótese, diremos que o pensamento integralista de Miguel Reale é conservador, mas de forma que não pode ser igualado ao conservadorismo, por exemplo, alemão e nem mesmo ao de outros intelectuais brasileiros. Embora pareça muita clara esta distinção, ainda assim acreditamos na pertinência destas breves linhas introdutórias à segunda seção.

Avançando, agora, para o ponto central deste terceiro capítulo, devemos dar início às nossas reflexões concernentes ao pensamento e a proposta integralista desenvolvida por Miguel Reale. Como enunciado, trabalharemos fundamentalmente com algumas análises elaboradas por Karl Mannheim em seu estudo *O pensamento conservador*, assim como as questões envolvendo a noção de utopia, presentes na obra *Ideologia e Utopia*, o que não exclui, entretanto, o diálogo com outros autores. Procuraremos trabalhar alguns pontos importantes cuja presença no modelo de conservadorismo de Mannheim encontra eco em

Miguel Reale – e mais a frente traremos novamente à tona a questão da utopia, marcando sua origem e vinculação no pensamento conservador. Como forma de adentrarmos este novo terreno, parece-nos válido citar uma interessante passagem elaborada por Antonio Carlos Peixoto a qual traduz o espírito com o qual encaminhamos esta empreitada:

> Em primeiro lugar, é preciso compreender que o conservadorismo, como corrente de pensamento, não pode ser visto nem descartado como uma tentativa obscurantista de defesa dos privilégios das classes possuidoras contra os miseráveis. Em segundo lugar, conservadorismo não é necessariamente reacionarismo. Sua argumentação tem uma estrutura lógica e sua discordância em relação ao liberalismo provocou mudanças na teoria e práticas liberais.[227]

Acreditamos que estas sensatas palavras de Antonio Carlos Peixoto não só expressam uma visão altamente positiva no que diz respeito a importância do estudo do pensamento conservador, como também procuram apontar para as formas como devem ser feitos: o conservadorismo deve ser analisado à luz do desejo de compreensão e da produção de conhecimento, e não relegado a uma categoria tida como inferior que o julga justamente como simplesmente reacionário – ao contrário, pensar de tal maneira é que seria um ato do mais puro obscurantismo. Além disto, esta passagem mostra-se bem próxima de algumas idéias trabalhadas por Mannheim acerca do pensamento conservador, onde podemos destacar duas: quando Antonio Carlos Peixoto fala sobre a *estrutura lógica* daquele, recordamo-nos de imediato de Mannheim ao declarar que o conservadorismo "pode mesmo constituir um estilo de pensamento definido", sendo "uma entidade com uma clara continuidade histórica e social que surgiu e se desenvolveu numa situação histórica e social particular"[228]. Isto significa dizer, como fica bem claro, que o pensamento conservador é uma forma (ou estilo) de pensamento tal qual o liberal ou o socialista (proletário) – ele estrutura-se sobre argumentos e pressupostos bem demarcados e desenvolvidos intelectualmente, os quais são passíveis de apreensão e análises, frutos de uma determinada situação que lhe possibilitou seu surgimento e constituição. Já a segunda idéia, quando há a advertência de que o pensamento conservador *não é necessariamente reacionarismo*, nos faz pensar na importante distinção entre aquele e o que se poderia classificar como tradicional, cuja natureza parece estar mais próxima a uma inclinação "reacionária", isto é, que se apega "a padrões vegetativos, a velhas formas de vida

[227] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 25.

[228] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 106. Acreditamos não ser possível afirmar que tenha existido no Brasil um "pensamento conservador" como o observado na Europa, havendo, sim, *argumentos conservadores*. Mas para uma melhor exposição de nossas idéias, utilizaremos até o final a expressão "pensamento conservador".

que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais"[229]. Este tradicionalismo seria uma espécie de comportamento inerente aos seres humanos, uma reação "natural" a tentativas deliberadas de reforma ou mudanças – ou o abandono daquilo geralmente tido como *tradição*.

Sendo-nos permitida uma analogia, uma forma de exemplo a fim de ilustrar a situação do pensamento conservador diante da existência inconteste de um certo tradicionalismo em sua mais básica natureza, poderíamos conjeturar que a existência do conservadorismo poderia vir a ocupar o espaço de interseção o qual é descortinado quando apresentada uma oposição estabelecida por Nietzsche sobre a relação de um indivíduo com a "tradição". Diz o filósofo alemão: "Aquele que se desvia do tradicional é vítima do extraordinário; aquele que permanece no tradicional é seu escravo. Em ambos os casos ele é arruinado"[230]. Não há dúvidas de que encontramo-nos diante de um conflito relativamente comum, ou seja, de dois opostos cujo espaço situado entre si aparentemente não existe, como se um abismo ou uma cratera surgisse, impossibilitando uma mediação entre ambos – e ainda assim, qualquer opção a ser escolhida, inexoravelmente leva o indivíduo que a faz a um termo negativo, a *ruína*. Se transpormos, então, tal aforismo para a situação sobre a qual nos debruçamos para nossas análises, é possível enunciarmos que a fixação incondicional da pessoa àquilo tido como tradicional pode ter como conseqüência uma cristalização ou engessamento de seu pensamento e, por conseguinte, suas ações. Perceba-se que não estamos negando a possível dissociação operada entre o tradicionalismo e a política, pois como diz Mannheim, "pessoas 'progressistas' (...) não obstante suas convicções políticas, podem freqüentemente agir 'tradicionalmente' em várias outras esferas de sua vida"[231]; mas sim trabalhando diretamente com a referência citada anteriormente sobre um comportamento caracterizado, sobretudo, pelo *apego a padrões vegetativos*. Quando muito, diante de sua natureza reativa, haveria a impossibilidade de gerar argumentos ou idéias objetiva e conscientemente pensadas. Daí a pessoa transfigurar-se em um *escravo* da tradição ou do tradicional: ela se acha acorrentada à uma dada realidade (ou representação desta) estática cujos valores ou atitudes são tidas como construções monolíticas inabaláveis e inquestionáveis.

---

[229] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 102.

[230] NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 247. Deve-se deixar bem claro que não estamos imputando a Nietzsche à característica de "conservador" nem nada de semelhante natureza.

[231] MANNHEIM, Karl. "O pensamento conservador". In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 102.

No outro oposto colocado por Nietzsche, não julgamos descabida a noção de nele residir uma certa vontade de ruptura, ou desvio, como coloca o filósofo, com o tradicional. Opera-se, aí, um distanciamento de uma tradição, de um *passado* que de fato existiu e não podia ser ignorado. O indivíduo que dele se afasta fica suscetível ao *extraordinário*, transformando-se em *vítima* de certa situação onde não encontra seja apoio ou referências com as quais comungava anteriormente – toda uma gama de acontecimentos "novos" podem vir a acometer sua segurança. Tais situações só podem colocar sua própria sobrevivência em risco, e é como maneira de solucionar um dilema desta natureza que o pensamento conservador se imporia – e certamente não é só por isto que detectamos seu surgimento, sendo estas considerações meramente digressivas; entretanto, somos levados a crer que esta questão colocada por Nietzsche não só auxilia na distinção elementar entre tradicionalismo e conservadorismo, como ajuda a introduzir pontos futuros para nossa discussão. Para agora, nossa preocupação jaz na pesquisa junto às obras integralistas de Miguel Reale a fim de se apontar nelas os traços a apresentarem-na como "representante" do pensamento conservador. A questão referente ao conservadorismo como forma de pensamento cuja oposição ao racionalismo moderno confere-lhe uma característica eminentemente *qualitativa*, onde particularidades são destacadas e as diferenças sublinhas, parece-nos o ponto inicial no contemplar da produção integralista de Miguel Reale.

Uma das principais características do pensamento moderno é a tentativa deste em atingir a total racionalização do mundo, e o crescimento das ciências naturais nada mais é que uma procura consistente deste objetivo. Embora elementos racionais já fossem vistos na Europa medieval e no Oriente, havia somente uma racionalização *parcial*, e é a consciência capitalista burguesa que ampliará seu raio de ação. Como método de pensamento, o racionalismo moderno opunha-se, sobretudo, a duas correntes: o escolasticismo aristotélico medieval e a filosofia da natureza da Renascença. Sua oposição à primeira residia no fato da concepção aristotélica ver o mundo em termos qualitativos, onde a tudo é inerente um propósito teleológico; acerca da segunda, questionava-se a presença nela de elementos mágicos e sua tendência em pensar através de analogias[232]. Desta forma, para o racionalismo moderno, era necessário excluir do conhecimento tudo que estivesse ligado às particularidades, importando-lhe a criação de uma forma de pensamento universal que pudesse ser socializada, cujas demonstrações de veracidades pudessem ser demonstradas tal qual nos métodos matemáticos, isto é, possuindo validade igualmente universal. Todavia, uma

[232] MANNHEIM, Karl. "O pensamento conservador". In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 91.

concepção do conhecimento sob estes moldes acaba por ignorar aspectos particulares e concretos, negligenciando, também, as faculdades perceptivas dos seres humanos que permitem-no compreender de forma intuitiva o mundo ao ser redor, sendo-lhe, por isto, impossível repassar seu conhecimento a fim de ser aplicado de modo viável em escala universal. Somente experiências gerais poderiam ser levadas em consideração – porque a Razão seria o único elemento (generalizante) comum a todas as pessoas. O pensamento racionalista é, então, "quantitativo" e encontra paralelo no novo sistema econômico que alterou as atitudes em relação aos objetos advindas do processo de produção de mercadorias (em lugar da de subsistência): o que importa é a quantidade, não mais a qualidade; é o valor de troca e não o valor de uso. No mundo feudal, por exemplo, o indivíduo era visto como uma unidade em si mesmo ou membro de uma comunidade orgânica; em uma sociedade baseada na troca de mercadorias, o indivíduo é visto como a "abstração" da sua força de trabalho a qual pode ser medida e calculada.

Contra esta tendência racional, mais precisamente contra uma visão quantitativa do mundo, o pensamento conservador firma-se ao partir de princípios qualitativos, isto é, preocupados com a afirmação de tudo aquilo que é singular e único, além de incorporar em suas reflexões elementos que fogem do terreno da razão (e que de acordo com Antonio Carlos Peixoto, corresponderiam a "uma concepção não liberal do mundo", como o "peso das tradições, dos costumes, a inércia, o temor, o medo, o conjunto de constrangimentos aos quais o indivíduo está submetido desde que nasceu [e] a autoridade familiar"[233]). São justamente alguns destes que o conservadorismo passa a levar em consideração por julgar importantes à compreensão da realidade a sua volta; não se pode imaginar um indivíduo despido de sua intuição ou da sua percepção que nascem através do uso de seus sentidos e das relações que mantém na sociedade, porque seria como pretender ignorar fatos concretos, ou seja, constantemente presentes na vida humana. Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, encontramos Miguel Reale declarando que:

> O estudo do homem estava até então escravizado ao progresso das ciências e do mundo físico. Explicava-se o homem tendo em vista múltiplos fatores, mas não se estudava o valor do próprio ser humano. O homem foi visto em função da terra por Ratzel e Demolins; em função de relações econômicas por Marx e Engels e Loria (...) Valia como superestrutura; e as criações do espírito tornavam-se simples reflexos de condições mecânicas ou biológicas. Sempre a mesma incapacidade de abranger o todo, de sair da consideração

[233] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. p. 13.

> do componente para a compreensão do composto. Eis porque fracassaram todas as tentativas de síntese.[234]

Nesta passagem, Miguel Reale procura apontar como todas as reflexões concernentes ao ser humano falharam porque, a seu ver, ignoraram importantes aspectos de sua existência. Ao estabelecer como elas pautaram-se na ciência e no mundo físico, apresenta o argumento essencial ao sustentar a idéia de que o homem não deve ser reduzido à razão ou a qualquer outra forma de determinante claramente *externo*, daí a necessidade em se levar em conta o *valor* de cada pessoa assim como as *criações do espírito*, sendo que estas são fruto da maneira como os indivíduos experimentam o mundo a sua volta, por meio de suas percepções e intuição. Daí que, para o intelectual integralista "a crença em uma razão uniforme e onipotente é inteiramente abandonada e, em seu lugar, é valorizada a personalidade singular e incomparável de cada homem"[235]. E é interessante notar como Reale inverte a lógica do pensamento racional e a utiliza para apontar sua própria ineficácia, pois, partindo-se do princípio, como mencionado anteriormente, que o racionalismo almeja às explicações gerais ou totais, ele é incapaz de o fazer por descartar o particular (o "irracional"); ao ater-se a somente um aspecto (as relações econômicas, a terra, etc), suas formulações mostram-se falhas justamente por não *abrangerem o todo*, algo que o pensamento integralista de Miguel Reale procura mostrar-se capaz de fazer pelo fato de conceber o homem em sua totalidade, levando em consideração tudo aquilo que o compõe, e, conseqüentemente, uma reflexão desta natureza abarcará suas especificidades – e só assim poder-se-á atingir uma explicação realmente válida, poderia-se dizer verdadeira, porque procurou-se pensar o todo por meio de tudo. Em severa crítica feita à obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre[236], o intelectual integralista externou mais uma vez a necessidade em se pensar o indivíduo com base, também, em seus elementos "irracionais":

> A concepção que ele [Freyre] tem de cultura não compreende as forças subjetivas do homem, não se liga ao mundo interior humano. É um sistema de fatos, existente como 'dado sociológico', fora do homem e se impondo ao

[234] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras p. 100. [os grifos são nossos].
[235] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 19.
[236] Quando da re-edição de suas obras integralistas, Miguel Reale procurou justificar suas palavras declarando, em nota de 1983 ao capítulo "Notas à margem de *Casa grande & senzala*" : "É inegável que a paixão política da época explica esses e outros exageros".

> homem. Não é a expressão desta ou daquela atitude de espírito dominante nos vários períodos históricos.[237]

Miguel Reale procura sustentar sua crítica com o argumento explanado anteriormente: não se pode estudar o homem, e conseqüentemente sua manifestação mais direta, isto é, a cultura, sem levar em conta aquilo que ele chama de "forças subjetivas", o que não lhe impede de apresentar certa lógica em seu raciocínio. Falamos isto porque, no momento em que o intelectual integralista parece estabelecer no interior do seu pensamento a existência de uma oposição entre "fatores" internos e externos, reflexões concernentes a cultura devem, em primeiro plano, contemplar justamente aqueles primeiros, pois nascem do uso das percepções dos indivíduos – a cultura provém das particularidades de cada ser humano que interpreta aquilo a sua volta de acordo com suas próprias capacidades (isto será melhor explicado um pouco a frente). Os fatores externos, para Reale, teriam valor, mas seriam secundários, pois aceita-los como essenciais incorreria na negação, ou sublimação, daquelas mesmas forças subjetivas: as manifestações humanas encontrariam-se submetidas unicamente aos elementos presentes no mundo a cercar os indivíduos e isto produziria sempre um mesmo padrão de comportamento, certamente devido ao papel desempenhado pela razão, comum a todos, mas incapaz de traduzir as profundas diferenças entre cada um. Em outras palavras, tanto, por exemplo, as relações econômicas quanto o *sistema de fatos fora do homem* só ganhariam uma verdadeira importância quando fossem pensados não como determinantes, mas sim elementos passíveis de sofrerem interpretações distintas, recebidos de variadas maneiras pelas pessoas. Daí Miguel Reale, ainda em sua crítica, dizer que "se para Marx tudo é economia, para Gilberto Freyre, discípulo de Boas, tudo é sociologia, usos e costumes"[238]. Porém, fica difícil tentar compreender melhor o que compõe as forças subjetivas para Miguel Reale, visto que, de acordo com Francisco Iglesias, Freyre procurou destacar "*os aspectos afetivos* [e] *psicológicos*, não suficientemente os sociais e menos ainda o econômico"[239] – mas aqui deve ficar sublinhada sua crítica a uma abordagem puramente racional seja do homem ou do *locus* onde se insere.

E se nos for permitido um último comentário ainda na discussão envolvendo Gilberto Freyre, é interessante notar como, mesmo ele estando "identificado às forças conservadoras da política brasileira" e sendo "um intelectual de direita, aceito pelos grupos de poder que se

---

[237] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 110.
[238] Ibid. p. 113.
[239] IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 196. [o grifo é nosso].

vêem enobrecidos e legitimados por suas teses"[240], Miguel Reale critica justamente a metodologia que levará a estas teses, declarando que a obra preocupou-se "menos [com] as diferenças que [com] as identidades ou semelhanças", e que "a generalização, sempre perigosa, queima os dedos de quem fala em nome da 'ciência'"[241] – mas não se pode perder de vista o contexto, sobretudo político, onde Miguel Reale e sua crítica se acham inscritos, daí retratar-se e justificar suas palavras mais tarde, como visto na nota número 15, quando já havia reconhecido o valor da obra de Gilberto Freyre (ato digno de elogio em vista da tendência a um esquecimento deliberado ou negação do passado presente nas pessoas).

Há um outro aspecto interessante que podemos observar o qual aproxima-se deste último: assim como uma reflexão acerca do ser humano deve levar em consideração toda a sua "complexidade" (aquelas *forças subjetivas*), igualmente não se pode descuidar da inegável ligação existente entre o indivíduo e a sociedade. Robert Nisbet, em seu estudo sobre o *conservantismo*, aponta para uma de suas características a qual denomina de "prioridade do social", fruto do "incansável ataque ao individualismo do Iluminismo e da Revolução" por parte dos autores conservadores, para quem "a sociedade tem existido desde que o homem existe. A sociedade é eterna"[242]. Torna-se, assim, impossível a pretensão de pensar ou analisar o indivíduo de forma isolada, pois, como aponta Miguel Reale, "um homem fora da sociedade seria um monstro, estaria abaixo da espécie humana, ou então seria um super-homem. É a sociedade que liberta o homem e lhe possibilita a virtude"[243]. Assim, quando Nisbet diz que "os indivíduos (...) são inseparáveis dos contextos sociais modeladores da família, clã, comunidade e associação"[244], podemos vislumbrar melhor aspectos do pensamento de Miguel Reale porque, como mencionado, se para a compreensão do ser humano é preciso levar em consideração todas as dimensões que o compõe, incluindo-se aí todo o seu subjetivismo, é evidente que ele é fruto, também, daquele ambiente onde foi criado e se desenvolveu. Neste aspecto, o intelectual integralista aproxima-se tanto do pensamento conservador não apenas em sua forma de analisar a sociedade como para compor sua proposta de integralismo e crítica à organização da sociedade nos moldes da democracia liberal. Contudo, Miguel Reale não anula por completo o indivíduo, pois "na sociedade há grupos de várias naturezas, como a

[240] REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil:* de Varnhagen e FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 59.
[241] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 109-110.
[242] NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 118-165. p. 139-140.
[243] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 105.
[244] NISBET. Robert. *Op. cit.*. p. 140.

família, as instituições econômicas, científicas e religiosas que são realidades tão palpáveis como os próprios indivíduos". Daí afirmar que:

> É verdade que sem o indivíduo, não existiriam nem os grupos e nem o Estado e que, portanto, é o indivíduo o elemento essencial e último da sociedade; mas não é menos verdade que sem o reconhecimento dos agrupamentos naturais, o indivíduo ficaria mutilado, privado de suas projeções no espaço e no tempo.[245]

Tanto o indivíduo quanto a sociedade (ou os grupos sociais) são importantes conquanto sejam vistos como um conjunto inseparável, embora o que se percebe é que os interessas desta sempre estarão acima do interesse individual – no capítulo seguinte voltaremos a discussão concernente ao individualismo em Miguel Reale.

O integralismo proposto por Miguel Reale procura, então, "reabilitar" o homem como um ser complexo e dotado de particularidades, que não pode se reduzido à uma categoria comum a todos, a qual não exprime a verdadeira natureza do ser humano, ou melhor, que nem mesmo pode afirmar existir: foi um "erro capital da Revolução Francesa, que sonhou um paraíso jurídico, partindo de um homem puramente racional, desprovido de sensibilidade, e por isso mesmo, inexistente"[246]. A conseqüência imediata de tal forma de pensamento é o estabelecimento da desigualdade entre os indivíduos como princípio fundamental presente no conservadorismo, pois para ele "os homens são essencialmente *desiguais*, (...) desiguais em seus dotes naturais e habilidades e desiguais até o mais profundo cerne de seus seres"[247]. Daí o pensamento conservador possuir uma característica destacadamente qualitativa que desconhece a noção de igualdade, afirmando a existência, entre as pessoas, de diferenças as quais, refletidas nas capacidades e habilidade de cada uma, devem configurar como principal elemento para análises ou reflexões concernentes ao ser humano. Sendo assim, "o integralismo de Reale (...) vai utilizar uma visão 'qualitativa' do indivíduo"[248] e, por conseguinte, reconhecerá a desigualdade entre eles. Uma prática desta natureza é possível de ser observada em uma das propostas integralistas de Miguel Reale para a educação:

> Os estudantes que mostrarem capacidade terão garantida a continuação gratuita dos estudos, nos cursos secundários e superior. A universidade deve ter uma função importantíssima na seleção dos valores, pois o Integralismo

[245] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 17.
[246] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 99.
[247] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 116.
[248] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 19.

> só compreende a unidade segundo a hierarquia de inteligência e da capacidade.[249]

Como pode ser verificado neste exemplo, o estabelecimento de um "princípio da desigualdade" no interior da sociedade fundamentará sua organização, onde os indivíduos nela inscritos serão reconhecidos através do desenvolvimento de suas habilidades específicas e constituirão uma sociedade hierarquizada a refletir as diferentes capacidades de cada um. É interessante como, em seus livros, Miguel Reale declara sua crença nas diferenças entre as pessoas, estando ela subentendida, como na passagem destacada, ou explícita – a palavra *igualdade* não é ausente em sua argumentação, mas sim utilizada de forma a, por mais paradoxal que possa parecer, refletir esta desigualdade "natural". Acompanhemos, em citação longa, mas necessária, as palavras de Miguel Reale um pouco mais:

> O Integralismo Brasileiro não desconhece a ação benéfica do movimento de [17]89 e, nesse como em outros pontos, se afasta radicalmente o Integralismo lusitano.
>
> Tudo indica que é este o momento de se tornar efetiva a igualdade perante a lei proclamada pela Declaração dos direitos do homem. O Integralismo sustenta que é preciso dar uma garantia de ordem econômica aos indivíduos para que estes possam realizar seus direitos.
>
> Mas não sonha com a igualdade aritmética do Comunismo que é uma utopia e da qual o próprio Bolchevismo se afastou. Sustenta o princípio da proporcionalidade em razão das capacidades individuais.
>
> (...) O princípio é este: para capacidades diversas por natureza, possibilidades iguais. Princípio que se resolve, no campo de Educação, pelo dever que tem o Estado de garantir, mediante seleção e a gratuidade do ensino, o livre desenvolvimento das capacidades individuais (...). [250]

Na verdade, a igualdade proposta por Miguel Reale reflete unicamente uma igualdade de oportunidades, e a partir daí, destacar-se-ão aqueles cujas capacidades forem capazes de se sobreporem às dos demais (podendo gerar um problema que o pensamento conservador deve contornar, e em tempo trataremos desta questão). Daí o princípio, por ele mesmo destacado em seu texto, da igualdade baseada na *proporcionalidade em razão das capacidades individuais* que reflete, também, a idéia de que cada indivíduo terá as chances que lhe cabe com base em suas habilidades, e a conseqüência disto, como não poderia deixar de ser, é, como dito anteriormente, uma sociedade hierarquizada que incorpora em si a "desigualdade e

[249] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 32. [o grifo é nosso].
[250] Ibid. p. 64. [os grifos são do autor]

a distinção como princípios ubíquos"[251]. E ainda no campo da educação, Miguel Reale reconhece que deverá ser feita, primeiro, uma *seleção* para somente depois haver o *livre desenvolvimento das capacidades individuais*. Ou seja, somos inclinados a imaginar que já haveria algum tipo de provação à qual as pessoas seriam submetidas para, em seguida, poderem "desfrutar" das possibilidades a elas oferecidas – e esta provação já serviria como uma primeira demarcação das distintas potencialidades de cada um. Em Reale, como coloca Ricardo Benzaquen de Araújo, "temos a nítida afirmação de uma ordem social organizada a partir das *diferenças* individuais"[252], daí uma das críticas feitas ao socialismo: "E o que dizer da tese socialista que nivela as qualidades próprias de cada homem, almejando um paraíso de iguais, onde deverão ser igualmente tratados o viciado e o homem puro (...)"[253].

Assim como algumas idéias integralistas de Miguel Reale acerca da educação refletem sua concepção de indivíduos diferentes entre si, e desta maneira apenas os que forem mais capazes ou desenvolverem melhor suas potencialidades poderão galgar patamares mais elevados na sociedade, esta mesma concepção caracteristicamente qualitativa implicará na organização do Estado seguindo moldes semelhantes – a sociedade hierarquizada reflete um Estado hierarquizado e vice-versa, e este é o *Estado Integral*. Aliás, tal característica (a hierarquia) é sublinhada por Robert Nisbet que diz não haver "qualquer sombra de igualitarismo no pensamento conservador"[254], devendo as classes sociais manterem-se como elementos essenciais para uma organização tanto horizontal como vertical da sociedade a qual reflete as diferenças naturais entre as pessoas, levando, por conseguinte, a uma estrutura hierárquica da mesma onde é refletida a idéia de que cada indivíduo possui um determinado lugar nesta sociedade de acordo com as suas capacidades – cria-se, assim, uma hierarquia de funções, de autoridade, de *status*, e etc. Não é à toa que Miguel Reale dirá que a Nação é a "organização hierárquica e solidária dos indivíduos e dos grupos"[255], e por isto irá propor que o Estado Integral seja "democrático na base, [e] nele deve ir diminuindo a participação direta do povo à medida que se elevem os problemas a planos mais altos e mais complexos",

---

[251] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 136. Na verdade esta citação diz respeito ao autoritarismo, mas acreditamos que, além da pertinência da mesma ao caso que estudamos, pelo menos acerca do pensamento de Miguel Reale, não nos parece errado dizer que nele, além do conservadorismo flagrante, existem características tipicamente autoritárias, como o próprio caso da defesa da sociedade hierarquizada e desigual. Procuraremos desenvolver este argumento mais tarde.

[252] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p. 109. [o grifo é do autor].

[253] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 1: Formação da política burguesa, p. 143.

[254] NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 118-165. p. 144.

[255] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: Perspectivas Integralistas, p. 16.

resultado direto da idéia que "*o critério numérico deve ir cedendo lugar ao critério da competência*"[256]. Fica evidente a importância conferida pelo intelectual integralista ao valor intrínseco de cada indivíduo no que tange suas capacidades, e esta passagem destacada pelo próprio autor apresenta-nos, de maneira inequívoca, como o *qualitativo* deve sobrepor-se ao *quantitativo*: o que lhe é caro, por exemplo, é que a execução de determinada tarefa seja feita de maneira competente por indivíduos qualificados, e assim, "o que o Estado Integral se propõe *é apresentar oportunidades iguais a seres naturalmente desiguais*"[257]. A crítica feita por Miguel Reale ao processo eleitoral e as decisões tomadas no Parlamento brasileiro, onde diz que "o deputado é obrigado a se curvar ante as exigências do distrito eleitoral que o submete a servidões de ordem econômica, pessoal e política", segue na mesma esteira de raciocínio: "*Não é o talento, não é a competência que triunfa*, mas quem pode dispor de meios para encher as paredes de cartazes de efeito, comprar homens da Imprensa e esparramar promessas através do rádio"[258]. Diante de tais argumentos, somos levados a concordar com a análise feita por Ricardo Benzaquen de Araújo no que tange a presença das corporações e sindicatos no interior do Estado Integral – algo, *em princípio*, defendido também por Plínio Salgado, mas o que se impõe é sua ênfase em uma sociedade homogeneamente organizada e sempre atuante (estas diferenças estarão melhor explicitadas no capítulo seguinte) – substituindo, assim, os partidos políticos, pois, nas palavras de Miguel Reale:

> Enquanto o partido reúne trabalhadores e parasitas, a Corporação só admite em seu seio homens criadores de riquezas e de utilidades sociais, culturais ou econômicas; o partido é muitas vezes o desaguadouro dos fracassados, de todas as profissões; a Corporação, ao contrário, permite o reconhecimento do esforço e da capacidade.[259]

No integralismo de Reale, a corporação passa a ser, por excelência, o *locus* privilegiado na organização social e política por constituir-se em um dos principais elementos a formar o Estado Integral, e isto pelo fato de, em seu interior só se encontrarem aqueles indivíduos que se destacaram, e não os *fracassados* ou *parasitas*. Como coloca Ricardo Benzaquen de Araújo:

---

[256] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 154. [o grifo é do autor].
[257] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O capitalismo internacional (Introdução à economia nova), p. 286 [o grifo é do autor].
[258] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 150. [o grifo é nosso].
[259] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 204. [os grifos são nossos].

> Note-se que a formação das corporações (...) está baseada em um duplo critério: de um lado, legitima-se a desigualdade, pois Reale acredita firmemente na diferença entre as capacidades individuais. De outro, tenta-se selar um acordo entre as classes precisamente em função do setor, da área comum de atividades que todos escolheram para expressar as suas singulares e desiguais qualidades interiores.[260]

Como pode-se observar, a dimensão qualitativa do pensamento de Miguel Reale, característica do conservadorismo, possui expressiva amplitude, apresentando-se, assim, de forma visível para nossas análises[261] – além de seu reconhecimento no estudo pioneiro de Ricardo Benzaquen de Araújo. O que deve ser ressaltado aqui é que este tipo de visão acerca do homem é justificado por Reale, assim como sua necessária existência, para a construção de um organismo político-social o qual acredita ser superior ou mais adequado, e do cerne desta questão surgem alguns pontos de contato com a elaboração de uma utopia conservadora.

Todavia, uma tal "aceitação da desigualdade como um fato natural e inevitável"[262], onde os indivíduos têm a oportunidade de fazer tudo aquilo inscrito em suas capacidades, é capaz de produzir resultados que seriam desastrosos para a organização da sociedade, pois levaria a um individualismo exacerbado e sem limites – há aqui uma íntima ligação com a idéia de liberdade observada no pensamento conservador, porém optamos por não adentrar, agora, na discussão a ela concernente, ao que aguardaremos ao quarto capítulo onde estabeleceremos um contraponto com a noção de liberdade no integralismo de Plínio Salgado. Desta maneira, o conservadorismo deve procurar uma forma de frear atitudes perniciosas ao organismo social – assim como as pessoas possuem potencialidades passíveis de serem trabalhadas e desenvolvidas, elas igualmente devem apresentar limites a serem obedecidos. Daí Mannheim declarar que "o indivíduo está restrito"[263]; uma restrição imposta por unidades orgânicas mais amplas, que no caso do pensamento de Miguel Reale traduziriam-se na corporação e, sobretudo, no Estado. Existe, aqui, um desvio entre as idéias do intelectual integralista e algumas concepções de Antonio Carlos Peixoto as quais devem ser assinaladas, mas de que maneira nenhuma inviabilizam nossos argumentos porque, como é sabido, seria muita ingenuidade imaginar uma completa correlação entre o modelo e o objeto de análise.

---

[260] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 23-24. [os grifos são nossos]

[261] Este traço do pensamento integralista de Miguel Reale chega ao ponto de postular hierarquias para os acontecimento históricos. Cf. REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 33.

[262] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 27.

[263] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 118.

Para Peixoto "o argumento conservador simplesmente afirma a descrença relativa de que o Estado como núcleo organizador e condutor de políticas possa universalizar o que quer que seja" já que "a ação do Estado é sempre e necessariamente limitada"[264]. Em Reale, o Estado praticamente não conhece qualquer tipo de limitação – falamos *praticamente* porque os únicos elementos a limita-lo são de ordem *ética* e *moral*, – achando-se acima dos indivíduos e gerindo todos os aspectos da sociedade: "(...) o Estado é soberano, está acima das classes, sendo superior a todas elas pela força de que deve dispor e pelos fins que deve realizar". O Estado Integral proposto por Miguel Reale organiza a política, a economia, a educação; sua presença e ação também alcançam a cultura e a imprensa:

> É necessário também estabelecer leis sobre o teatro, o cinema, a imprensa, devido à sua incalculável importância na sociedade. São armas de dois gumes que podem ser tanto elementos de harmonia como de desagregação. Daí, a necessidade do rigoroso controle do Estado. Leis especiais devem oferecer garantias aos que trabalham nessas atividades, e ao mesmo tempo, evitar que esses veículos do pensamento se tornem instrumentos anti-sociais.[265]

Nas palavras de Mannheim, "somente o Estado, desenvolvendo-se livremente, de acordo com suas próprias leis de crescimento, pode chegar a ser realmente livre"[266].

Pode-se, no entanto, depreender que há uma tensão constante no que tange aquilo que limita o indivíduo e, de certo modo, o Estado. No caso do primeiro, já verificamos que suas ações devem ser contidas para não prejudicarem os outros – a liberdade para o desenvolvimento das potencialidades singulares acha-se *restrita a esfera privada* de cada um, devendo, no espaço público, prevalecer a ordem, a disciplina e o reconhecimento da autoridade do Estado; acerca do segundo, mencionou-se a existência de limites caracteristicamente éticos ou morais, mas ainda que estes elementos não sejam totalmente explicitados, a seguinte passagem de Miguel Reale fornece alguns argumentos que auxiliam em sua caracterização: "O todo não deve absorver as partes (*totalitarismo*), mas integrar os valores comuns respeitando os valores exclusivos e específicos (*integralismo*)"[267]. Em outras palavras, o Estado não pode atentar contra o indivíduo, devendo sempre respeitar suas especificidades. Contudo, mesmo diante de uma "barreira", quando muito capaz de diminuir a

---

[264] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 28.

[265] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas,p. 32-33. [o grifo é nosso].

[266] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 118.

[267] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 132. [o grifo é do autor].

ação estatal, fica patente que não há um equilíbrio entre ambos, e a questão dos interesses comuns obviamente fará a balança pender para o lado do Estado; este deve "submeter-se ao imperativo moral"[268], mas o indivíduo também precisa ficar atento às mesmas leis éticas e morais, e o garantidor disto só pode ser o próprio Estado. Vejamos como Reale expõe tal situação:

> O Estado deve respeitar a iniciativa privada e o campo da atividade individual, defendendo, contra o comunismo e o capitalismo, a propriedade que por eles é ameaçada. O Integralismo, porém, repele o uso anti-social da propriedade que encontra um limite imposto pelo bem comum.
> (...) Se o Estado Integral reconhece a iniciativa individual, nem por isso se esquece que há forças econômicas que envolvem interesses supremos da Nação não podendo absolutamente atuar fora do âmbito do Estado.[269]

O que se vê, de certo modo, no pensamento de Miguel Reale, é a concepção de um Estado cuja ação não é totalmente ilimitada, mas certamente não condiz de forma irrestrita com a colocação de Antonio Carlos Peixoto, além do que, em vista desta última passagem, observa-se que, antes do Estado sofrer a limitação imposta pelos princípios éticos e morais, é o indivíduo quem tem sua "liberdade" mais uma vez cerceada, não só em nome da ordem pública como do bem comum. Poderíamos dizer, em poucas palavras, que aqueles princípios zelam pelo *todo*, e como o Estado Integral está mais identificado com ele, há uma considerável tendência para o esmaecimento de seus limites enquanto os do indivíduo tendem a se fixarem com maior solidez – sendo isto fruto da atuação das unidades, ou comunidades[270], orgânicas que devem assegurar a ordem do espaço público contra possíveis ataques provenientes de um individualismo desenfreado, possessivo, que é, aliás, é uma das causas de um dos grandes temores do conservadorismo: a desorganização social. Nisbet arrola esta característica do pensamento conservador colocando que "a opinião de que a desorganização da família, da comunidade, da classe e do sagrado é uma conseqüência inexorável de tudo o que é defendido pela modernidade: cidade, indústria, tecnologia, democracia e igualdade"[271]. Há, nestes elementos ressaltados, alguma correspondência com o pensamento de Miguel Reale, mas não são todos. Realmente o intelectual integralista preocupa-se com o fantasma da desorganização (e desestruturação) social capaz de insinuar-se

[268] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 138.
[269] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 24. [o grifo é nosso].
[270] Mannheim utiliza os termos "comunidades orgânicas" ou "estamentos" para designar o que optamos por chamar de "unidades orgânicas", significando o mesmo quando da sua aplicação a limitar a liberdade qualitativa dos indivíduos.
[271] NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 118-165. p. 146.

sub-repticiamente na sociedade tanto por causa do individualismo desagregador como pela falta de organização da economia, por causa da querelas e conflitos políticos entre os estados e regiões do Brasil e da pouca organicidade da sociedade brasileira, mas ele não acredita que todos os elementos da modernidade podem ser prejudiciais. Diferente de Plínio Salgado, a cidade e as indústrias são vistas com bons olhos por Miguel Reale, pois, sendo bem utilizados (leia-se: com a presença do Estado), são instrumentos valiosos para as mudanças necessárias para o País – retomaremos este ponto nos capítulos seguintes. Mas o que importa, aqui, é sublinhar como é patente no pensamento do chefe da doutrina uma tal organização e estruturação da sociedade capaz de impedir, nela, quaisquer sinais de desordem e desestruturação.

A utilização por parte do pensamento conservador, e, por conseguinte, por Miguel Reale, do que se denominou *unidade orgânica*, com destaque especial para o Estado, como elemento que busca garantir a organização da sociedade, reflete uma outra característica do conservadorismo, marcada pela "forma como ele se apega ao imediato, ao real, *ao concreto*"[272]. A preocupação com o *concreto*, oposta àquela do pensamento liberal ou revolucionário com o *abstrato*, leva, de maneira direta, primeiro a uma forma muito específica de se analisar o mundo, e segundo, à maneira como os resultados destas análises podem ser utilizados; indiretamente, tal características afetam o modo do conservadorismo "perceber" e "utilizar" o tempo. Acreditamos ser viável a identificação destes pontos em Miguel Reale, ao que devemos avançar em nossas reflexões, mas atentos a um aspecto que não podemos deixar passar despercebido, pois encontra-se na mesma situação da ressalva feita pouco antes acerca da ilusão da compatibilidade incondicional do objeto com seu modelo – mas ainda assim, nada que possa vir a desfigurar nossa interpretação. Parece-nos interessante, aqui, deixarmos Ricardo Benzaquen de Araújo introduzir a questão com a seguinte passagem: "Ele [*o integralismo de Miguel Reale*] tem também a ambição de ser mais factível, já que os elementos básicos do seu esquema, os indivíduos, os grupos profissionais, e o Estado, seriam efetivamente encontráveis na sociedade capitalista moderna"[273]. O que Araújo nos apresenta é a constatação de que a vinculação de Reale ao conservadorismo mais uma vez encontra-se fundamentada ao demonstrar que o pensamento do intelectual integralista, ao trabalhar com elementos passíveis de serem observados no mundo, ou seja,

[272] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 111. [o grifo é do autor].
[273] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p.25.

elementos concretos, acha-se em acordo com a preocupação expressa do pensamento conservador em se apegar ao que de fato existe.

Cabe aqui expor, rapidamente para não nos distanciarmos de nosso estudo, a ressalva mencionada. Dito está que o pensamento conservador procura "conhecer e pensar 'concretamente'", e assim "abjurar rigidamente tudo aquilo que possa cheirar à especulação ou hipótese"[274]. Se com isto ele se opõe ao pensamento liberal ou revolucionário cuja preocupação central é com o que *deve ou pode vir a existir*, ou seja, com formulações abstratas sem ligação com o que existe na realidade, como encararmos a presença das corporações no integralismo proposto por Miguel Reale, pois ela é, certamente, uma forma de unidade orgânica essencial ao funcionamento do (futuro) Estado Integral e da sociedade. Araújo, na citação do parágrafo anterior, fala em grupos profissionais, categoria ligada à noção de trabalho que existe *concretamente* – enquanto isto, a corporação não deixa de ser um elemento abstrato, que *deve vir a existir*. Já falamos *ad nauseam* da relação modelo/objeto, não sendo pertinente nos reportamos a isto mais uma vez; sendo assim, a fim de enfrentarmos esta questão devemos observa-la sob duas óticas: a primeira, que já adianta o próximo ponto a ser contemplado, diz respeito à noção de *reformismo conservador*, que, a nosso ver, permite, ainda que de forma extremamente restrita, uma certa dose de abstração ao conservadorismo; e a segunda diz respeito a uma outra característica do pensamento de Miguel Reale que acompanha de maneira muito próxima sua faceta conservadora: a autoritária[275]. Há, sem dúvida, um forte autoritarismo em Reale, e se pensarmos no modelo estabelecido por Bolívar Lamounier referente ao pensamento autoritário[276], não são poucos os pontos de contato, com destaque, no caso presente, à *visão orgânico-corporativa da sociedade*, elaborada por meio da "assimilação pelas elites intelectuais do país do conjunto de idéias sociológicas que se convencionou chamar de protofascista"[277] – não podemos perder de vista a importância de algumas idéias fascistas para o integralismo de Miguel Reale – onde protela-se uma organização social e econômica representada sob a forma de pequenos produtores. Através destes dois caminhos, acreditamos ser possível analisarmos como surge, naquele, a corporação. Em tempo falaremos melhor disto.

---

[274] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 112.

[275] Ricardo Benzaquen de Araújo já aponta isto, ao dizer em *Totalitarismo e Revolução* que "Reale vai dar ao Estado um papel muito mais autoritário do que ele recebe no pensamento de Plínio [Salgado] e Gustavo Barroso" (p. 110).

[276] LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel, 1977. p. 345-374.

[277] Ibid. p. 361.

O integralismo de Miguel Reale é formado, assim, de elementos majoritariamente concretos, de existência observada na realidade, o que lhe concede a característica de, além da constante referência ao que é real, julgar como tal tudo aquilo que lhe seja essencial na construção de um Estado e sociedade baseadas nos princípios integralistas. "A pátria para nós é uma *realidade* e um *valor*, não há dúvida", diz Reale, e continua: "É uma *realidade* porque é uma resultante de natural elaboração histórica, e não um artifício do homem (...)"[278]. Esta passagem é sintomática na corroboração de nossas hipóteses, pois aglutina em poucas linhas não só a característica que tratamos no momento como traz à tona uma segunda de igual importância. Acerca da primeira, como pode ser visto sem maiores dificuldades, a noção de *pátria*, fundamental para Miguel Reale, é tida como algo concreto, um dado empírico que se encontra enraizado na realidade, e daí sua imediata referência e utilização. Não é preciso recorrer a artifícios abstratos ou elementos que se encontram apenas em um horizonte distante de pouquíssima ou nenhuma concretude – o pensamento integralista de Reale trabalha com o que de fato existe, e justamente por existir, deve constituir-se em algo de flagrante importância, do contrário, seria como negar a própria realidade e existência. E embora estejamos em vias de alcançar um capítulo onde abarcaremos algumas fundamentais diferenças entre a proposta e o pensamento do chefe da doutrina e o do chefe nacional, não custa apontar, neste caso, para uma distinção fundamental: Plínio Salgado parte de princípios praticamente opostos ao de Miguel Reale porque, como pôde ser observado no capítulo anterior, o chefe nacional, em seu viés totalitário, apresenta um integralismo de forte teor ideológico cuja característica, dentre outras, é justamente a *emancipação da realidade*. Plínio Salgado quase *nega* a realidade em detrimento de outra "mais verdadeira" que só pode ser desvendada por meio da ideologia. E Miguel Reale procura sempre *afirmar* a realidade, mostrando como os elementos previamente existentes já são suficientes para a implantação do Estado Integral que "está assentado sobre o mais orgânico dos realismos"[279] – e atente-se para a noção de *organicidade* novamente em voga: como não poderia deixar de ser, unidades orgânicas (Estado, corporações) conseqüentemente constituirão uma realidade orgânica.

E ainda nesta mesma linha de raciocínio, devemos observar o que Miguel Reale tem a dizer, por exemplo, sobre o corporativismo, fundamental ao seu integralismo:

---

[278] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Nós e os fascistas da Europa, p. 226. [os grifos são do autor].
[279] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 84.

> No plano corporativista – notem bem – ordena-se o que já existe, ordenam-se as profissões, entrelaçam-se atividades, coordenam-se os grupos desde o município até a União, mas não se criam esses grupos, não se fundam profissões. O corporativismo ordena o que já existe, articula juridicamente órgãos que de fato preexistem no corpo social.E esses órgãos são expressões da constante Trabalho.[280]

Ainda que não existem corporações, que o estabelecimento do Estado Integral corporativo seja um projeto, uma certa abstração a ser criada, ela, a corporação, *é fundamentada por elementos reais*. A forma não existe, mas o conteúdo já se acha presente, precisando apenas de uma "moldura" para encaixa-lo. Daí acreditarmos a possibilidade de certo pensamento abstrato, no que tange a elaboração daquilo não passível de observação imediata, porque ocorre em quantidade reduzida, geralmente próxima de elementos concretos – além do que, não sendo assim, então não haveria necessidade de se pensar ou cogitar outras propostas, restando apenas uma constante e limitada reafirmação. Por isto Reale trabalha com o que chama de "a constante *Trabalho*", pois ela é concreta, e tudo aquilo que nela se encerra. E como lembramos pouco antes a questão da organicidade, confluente com esta última passagem, podemos citar mais uma vez o intelectual integralista: "O que importa, o que cumpre realizar é uma unidade orgânica, como esta de nosso corpo, unidade de músculos, de nervos, de sangue"[281]. No contexto no qual se insere tal proposta há a preocupação em se construir uma *unidade nacional* completamente integrada, que nada tem a ver com fronteiras, mas sim com uma verdadeira integração e interação entre os estados brasileiros – e ainda que Reale utilize o verbo *realizar*, isto só acontecerá com base no que já está realizado, que *preexiste no corpo social*. Agora, julgamos oportuno avançarmos.

A segunda característica a qual fizemos menção nos faz retomar outros pontos levantados por Antonio Carlos Peixoto sobre o conservadorismo, os quais certamente vão ao encontro da passagem citada anteriormente cujo conteúdo propiciou a introdução destes novos elementos. Relembrando a proposição de Miguel Reale, a pátria, para ele, não é uma criação do homem, mas sim algo que surgiu naturalmente – a ligação com o que falamos nos parágrafos imediatamente anteriores é bem clara, embora não seja este o cerne da discussão ora empreendida. Interessa-nos o fato de que o pensamento conservador recusa-se a "aceitar que a sociedade possa ser objeto de construção, e menos ainda se esta construção decorra de elementos puramente racionais ou intelectuais", diz Peixoto, e prossegue: "A razão humana não constrói a totalidade social, e nem esta pode ser objeto de compreensão a partir de

[280] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Corporativismo e Unidade Nacional, p. 239. [os grifos são nossos].
[281] Ibid. p. 239.

critérios igualmente racionais"[282] – também não precisamos apontar a visível ligação entre tal idéia e uma das primeiras características apresentadas, isto é, o afastamento operado pelo conservadorismo do pensamento racional. Tal recusa faz com que existam elementos nas sociedades cuja existência não é fruto direto e *consciente* da ação humana, mas sim "entidades" tidas como naturais, ou quando muito, impossíveis de terem sua "origem" traçada, pois seriam resultado das manifestações coletivas das pessoas e que não poderiam ser analisadas diante de toda a complexidade a permeá-las, de toda a especificidade de cada indivíduo nelas envolvidos. A concepção que Reale tem de *pátria* aproxima-se desta situação em vista de ser quase um dado empírico, algo cravado na realidade que, em determinado momento, brotou do solo histórico. Nossa visão é de que a idéia de *pátria*, aqui, seria semelhante a um sentimento, algo que simplesmente "surge" em dado instante, e daí só poder ser compreendida à luz da própria evolução natural da história humana e, por conseguinte, nunca seria resultado de uma construção intelectual ou racional dos indivíduos, e muito menos poderia ser compreendida nestes mesmos termos. Poderíamos fazer uma comparação com esta noção de pátria de Reale e o que Ernest Renan, no século XIX, pensava como *nação*:

> A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma, esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar fazer valer a herança que recebemos indivisa.[283]

Observemos, antes de prosseguimos, como Miguel Reale continua a refletir sobre a noção de pátria, dizendo que ela é, além de uma *realidade*, um *valor* porque "representa um patrimônio espiritual e material que umas gerações recebem de outras com a obrigação de lega-lo maior aos filhos e netos"[284]. Desta maneira, pode-se inferir que a *pátria* é quase um elemento que sempre existiu, e através das gerações foi sofrendo inclusões, sem, contudo, perder tudo aquilo que lhe possa ter-se configurado como natural. A colocação feita por Renan acerca da nação ser um *princípio espiritual* inclina-nos a analisar a pátria de Reale de modo semelhante, daí dizermos que ela poderia ser semelhante a um sentimento porque, embora haja a presença nela de um patrimônio *material*, não se pode ignorar que o mesmo, se não completamente, só

---

[282] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 26.
[283] RENAN, Ernest. O que é uma nação?. In: ROUANET, Maria Helena (org). *Nacionalidade em questão*. Cadernos da Pós/Letras. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 39.
[284] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Nós e os fascistas de Europa, p. 226.

pode ser possível em decorrência quase irrestrita daquele patrimônio *espiritual*[285] (lembranças, costumes, crenças, etc).

Cabe aqui uma pequena consideração a ser feita no que tange esta questão da pátria: o artigo onde Miguel Reale faz tal colocação é uma das poucas referências feitas por ele à idéia de pátria, sendo muito mais recorrente àquela feita à *nação*, e o que se pode conjecturar ao verificar como ele a define na passagem seguinte é que ambos os termos são tidos praticamente como sinônimos – a citação é um pouco longa, mas necessária:

> A Nação é um organismo ético, político, cultural e econômico. É a reunião dos indivíduos que, em um mesmo território e sob o mesmo poder soberano, possuem aspirações comuns, identidades de interesses, um patrimônio de cultura e de realizações pertencente tanto às gerações que hão de vir como às gerações passadas e presentes. É, pois, uma comunhão de língua, de história, de tradições, de costumes, de hábitos, de virtudes e de defeitos, uma consciência comum de querer.[286]

Com maior atenção à passagem grifada, notamos, primeiro, uma interessante semelhança com o exposto por Ernest Renan em sua concepção de nação – o que não significa dizer que Miguel Reale tenha lido ou nele se baseado para formular o seu conceito de nação – e, depois, percebemos claramente elementos comuns aí presentes e naquilo que também compunha a pátria, com destaque para a idéia de *patrimônio cultural* que pode ser interpretado tanto quanto o patrimônio espiritual como o material daquela, e o fato do mesmo provir do passado, permanecer no presente e dever ser legado ao futuro. Um último comentário que pode ainda ser feito trata daquela semelhança e que auxilia mais um pouco nas análises concernentes a Miguel Reale. Renan fala em um *desejo de viver juntos*, e o intelectual integralista menciona uma *consciência comum de querer*. "Querer o quê?", perguntariam. Imaginamos que seja querer viver naquela nação, de possuir aquele mesmo patrimônio cultural e viver junto de outros com quem poder partilha-lo. E quando Reale fala em *consciência*, não é um ato consciente de fundar uma nação, ou cria-la, mas sim a *consciência de querer fazer parte dela* – e assim verificar-se-ia a idéia de uma nação/pátria previamente existente.

Um outro aspecto do integralismo de Miguel Reale, já enunciado na seção anterior e que aqui retorna para demonstrar a ligação existente entre a utopia conservadora e o pensamento conservador, é aquilo que Robert Nisbet denomina como *historicismo*. Embora o

---

[285] A utilização por parte de Miguel Reale dos termos "material" e "espiritual" não apresentam qualquer tipo de conexão com o significado e a utilização a eles concedidas por Plínio Salgado.

[286] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 15. [o grifo é nosso].

termo não possua uma precisão satisfatória, podendo "ser considerado como conservador, como liberal ou como radical", Nisbet utiliza-o assim mesmo, mas como uma referência aqueles que "se preocuparam em mostrar as raízes do presente no passado"[287], fazendo com que a compreensão deste é de importância crucial para a explicação daquele. Certamente não foi só em vista da formação jurídica que Miguel Reale procurou, em suas análises, recuar no tempo, voltando até a antiguidade e percorrendo todo o trajeto de volta para mostrar como o passado encontrava-se vivo no presente: o fez, também, por causa da crença de que havia uma linha de continuidade e tradição a qual ligava os dois, e se era preciso procurar por soluções ou respostas, elas não estariam no futuro, mas sim no passado – daí sua proposta de Estado Integral dever tanto às idéias de Aristóteles (demonstraremos isto no próximo capítulo). A história possibilitaria, assim, esta observação do passado visando não apenas localizar idéias como também traçar seu percurso. Caso fosse a nossa atual preocupação, seria válido mostrar as considerações feitas por Miguel Reale relativas a História, porque, não obstante considera-la como *Historia Magistra Vitae*, suas propostas são interessantes[288], porém, diante da nossa temática e do espaço delimitado, não podemos levar adiante tal empreitada. Vamos, seguindo os objetivos deste trabalho, apenas nos limitar a citar uma visão sua acerca da História que difere do que é visto em Plínio Salgado: "(...) não compreendo a *racionalização* da história, as explicações sistemáticas com fases ou ciclos determinados. Nada me parece mais absurdo que a história objetiva e definida"[289] – as *quatro humanidades* propostas pelo chefe nacional não teriam qualquer efeito sobre as reflexões de Miguel Reale.

Para o término desta seção, falta-nos somente a abordagem de dois aspectos interligados entre si e que, como não podia deixar de ser, dialogam diretamente com as últimas considerações apresentadas. Sendo assim, aproveitando os apontamentos do parágrafo anterior, introduzimos o argumento de que o tempo, sobretudo a maneira como ele é "percebido", possui um papel especial no interior do pensamento conservador, pois, ao mesclar-se com a noção de história, que "não é necessariamente movimento ou transformação"[290], passa a ter uma função bem definida: de conservar. Ou seja, o

---

[287] NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 118-165. p. 146-147.

[288] Miguel Reale propõe uma *concepção integral da história*. Para saber em que consiste, Cf. REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 34-35.

[289] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 26. [o grifo é do autor].

[290] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 26.

conservadorismo vê no tempo um aliado às suas justificações, é um importante elemento para suas análises, porque somente ele detém a capacidade de gerar modificações nas sociedades ou promover transformações, e não os indivíduos; em outras palavras, praticamente tudo acha-se condicionado ao passar do tempo, incluindo o próprio ser humano que "tem os direitos e a liberdade que a sociedade-tempo conferiu a ele, nada mais"[291] – as pessoas devem se conformar com sua situação porque, se acham-se do jeito em que estão, é apenas devido a um "capricho" do tempo, uma determinação contra a qual não se pode lutar. E este tempo significa *passado*, sendo o presente nada mais que "o último ponto alcançado pelo passado"[292], e o futuro uma abstração impossível de ser apreendida. Diante deste panorama, é compreensível a total recusa e oposição do conservadorismo às mudanças operadas por meio de revoluções, pois estas são vistas "como o resultado da ação de um punhado de indivíduos (...) que querem impor à sociedade padrões, normas e valores que se chocam com aquilo que a sociedade efetivamente é, com a configuração específica que a história-tempo deu a ela"[293]. É um atentado contra o desenvolvimento natural do mundo humano, uma ruptura brusca a qual não tem como se sustentar ou prosseguir em vista da impossibilidade da situação atual em comportar tais mudanças que se apresentariam como verdadeiramente alienígenas. E além disto, incorre no afastamento do passado, o sustentáculo do presente, e, conseqüentemente, da própria realidade porque, se o conservador encara "o real como algo que existe"[294], e se é o que *existe* o alvo dos questionamentos e das transformações revolucionárias, a revolução passa a *negar* o real, e acaba sendo julgada como pura esquizofrenia. É por isto que o pensamento de Miguel Reale não comporta nenhuma dimensão revolucionária, ou melhor, ela se faz presente, mas de modo bastante particular e que nunca poderia corresponder ao exposto logo acima: "Para alcançarmos o Estado Integral – Estado soberano *que assegura a si próprio o direito de dirigir a Revolução* – o Integralismo está preparando a mocidade da pátria (...)"[295]. Note-se a passagem destacada. A revolução que o movimento integralista deve empreender, para Miguel Reale, precisa ser dirigida pelo Estado, e como o Estado exprime a vontade do todo, da preocupação com o geral, esta revolução não incorrerá em rupturas ou na

[291] PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores. In: PRADO, Maria Emília; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial:* origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 11-29, p. 27.
[292] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 123.
[293] PEIXOTO, Antonio Carlos. op. cit. p. 26.
[294] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 121.
[295] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 220. [o grifo é nosso]

tentativa de se impor à sociedade o que quer que possa ser incompatível com sua atual situação, além do que, e esse é o argumento central para a presente discussão, o integralismo é "a marcha natural da História"[296]. No desenrolar da história, no passar do tempo, o integralismo é sua conseqüência natural, e sendo assim, tudo aquilo que ele possa vir a modificar está de acordo com o fluxo normal do desenvolvimento humano.

Tudo isto, em Miguel Reale, acaba, também, por recair sobre o campo intelectual, o campo *das idéias*. O integralismo, como *marcha natural da história*, é, igualmente, uma síntese de diversas tendências ou doutrinas passadas, com o diferencial de que foram corrigidas as suas unilateralidades e revelaram-se relações imprevistas[297], daí Reale dizer que:

> Seria tolice forjar para o Brasil um sistema político inteiramente original, isolando-o das correntes universais que se empenham na reconstrução integral da estrutura da sociedade; seria o abandono das linhas essenciais da tradição política para uma aventura perigosa e inútil. [298]

O que não significa dizer que o integralismo se trata de puro e simples ecletismo de idéias, mas sim que "há verdadeira e própria fusão de doutrinas pela correção do erro fundamental de todas elas: a visão fragmentada da vida (...)"[299], e assim, até mesmo no campo intelectual o movimento integralista, em vista da sua capacidade de aglutinar tudo o que surgiu anteriormente, consertando seus erros, constituiria-se em uma conseqüência natural até mesmo das mudanças de pensamento propiciadas pelo tempo. E aqui poderíamos retomar aquele "dilema" apresentado no início da presente seção por meio do aforismo do filósofo alemão Friedrich Nietzsche: colocando o problema de fugir da tradição ou a ela prender-se, com ambas atitudes provocando um mesmo fim (a ruína daquele inserido em tal situação), surge um impasse cuja solução acreditamos poder residir no pensamento de Miguel Reale porque, como verificamos nestes últimos parágrafos, com destaque para a penúltima citação, escapar da tradição, do *passado*, seria incorrer em um risco desnecessário ao deixar-se tudo à mercê do imprevisível, do *futuro*; todavia isto é somente parte da resposta já que é igualmente importante não se deixar prender por completo ao tradicional, sendo bem-vinda a mudança. E aqui inserimos aquilo que Mannheim chama de *reformismo conservador* que "consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais" e "ataca detalhes

---

[296] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 102.
[297] Ibid. p. 99.
[298] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 163. [o grifo é nosso]
[299] Idem. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 99.

particulares"[300]. Ou seja, enquanto o chamado reformismo *progressista* visa modificar o todo, alterando aquilo que possa estar errado juntamente do que está a sua volta e auxilia na produção de tal falha, o *conservador* opera "cirurgicamente", procurando consertar o erro, mas mantendo intacto tudo a sua volta.

Com base no que se procurou mostrar até aqui, este reformismo conservador encontra-se presente em vários momentos do pensamento integralista de Miguel Reale, pois basta recordarmos de alguns aspectos como a manutenção da estrutura política, econômica e social, devendo apenas haver pequenas reformas: o Estado deve continuar existindo, mas sua interferência na sociedade será constante em todos os assuntos; a propriedade privada deve prevalecer, mas seu uso será observado (para Reale, ela deverá seguir a forma proposta por São Tomás que distingue "*a posse*, que deve ser individual – do *uso*, que deve ser comum, coletivo"[301]); empregados e empregadores permanecem, mas serão criados meios para resolver seus impasses; a sociedade é diferenciada e hierarquizada, mas estarão assegurados os meios para que todos possam ascender em seu interior. E a noção do integralismo como síntese de outras doutrinas reforça este reformismo, pois ele não ataca todas, descartando-as, mas sim aproveita seus pontos positivos e procura melhorar os negativos. Não é preciso escolher entre a inércia da tradição ou a aventura abstrata da sua recusa; basta situar-se no meio de ambas possibilidades, e é isto que Miguel Reale pretende com o seu integralismo: conservar o que precisa ser conservado, reformar o que precisa ser reformado. Sem transformações, sem revoluções, apenas o tranqüilo seguir no desenvolvimento natural e histórico da humanidade – e o tempo fará o que for preciso.

3.3 Conclusão

Alcança-se o término da segunda metade do núcleo de nosso trabalho. Com base nas obras integralistas de Miguel Reale, fomos capazes de proceder à uma análise cujo resultado mostrou que o pensamento (e a proposta) deste intelectual da Ação Integralista Brasileira, em completa oposição a Plínio Salgado, é caracteristicamente conservador, possuindo diversos pontos de contato com aqueles destacados por Karl Mannheim em seu estudo sobre o conservadorismo. Toda uma gama de elementos pôde ser verificada no integralismo de Reale, tendo havido, como não poderia deixar de ser, algumas adequações a fim de se respeitar sua

[300] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 77-131. p. 112.
[301] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Formação da política burguesa, p. 158. [os grifo são do autor].

especificidade – mas que de maneira alguma inviabilizam nossa conclusão. Além disto, também verificamos como há, no interior de sua proposta, o surgimento de uma *contra-utopia integralista*, ou seja, uma forma de utopia conservadora própria do integralismo de Miguel Reale. Caso fosse apenas questão de analisarmos simples obras, então poderíamos parar no conservadorismo, contudo, pelo fato do integralismo configurar-se como um movimento político a empreender determinadas mudanças, ao mesmo tempo em que passa a ser confrontado por idéias contrárias, então julgamos pertinente estender nossas análises e caminharmos pelo interior do pensamento "realeano" a fim de identificarmos tal utopia. Se em Plínio Salgado encontramos uma ideologia no cerne de seu integralismo, em Miguel Reale nos deparamos com uma utopia que brota de sua proposta de traços conservadores. Será função do próximo capítulo aprofundar as reflexões concernentes às diferenças entre ambos intelectuais e suas respectivas propostas.

Capítulo 4

Entre a família e o Estado (I):
Entre Plínio Salgado e Miguel Reale

Homenagem ao Chefe Nacional
(na cabeceira da mesa, da esquerda para a direita: Miguel Reale, Plínio Salgado e Gustavo Barroso)

Capítulo 4: Entre a família e o Estado (I) – entre Plínio Salgado e Miguel Reale

> *Pois, embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o de outro (...). Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes.*
>
> Hannah Arendt

Este quarto capítulo possui dois objetivos que se mesclam em sua execução: o primeiro é dar continuidade ao que tratamos nos anteriores, ou seja, é levar adiante as análises referentes ao integralismo de Plínio Salgado e Miguel Reale, retomando, aprofundando e concluindo algumas questões que podem não ter sido devidamente respondidas ou que deixamos para o fazer agora; já o segundo objetivo é, a despeito das diferenças que surgiram da análise dos dois tipos de integralismo, destacar um pouco mais tais distinções por meio de um estudo referente a elementos de grande relevância para os dois intelectuais integralistas, a saber: o individualismo, a liberdade, a Revolução e o Estado. Pretendemos, assim, aborda-los de forma a demarcar como Plínio Salgado e Miguel Reale apresentam visões bastante díspares sobre estes quatro temas, contribuindo para as singularidades de suas propostas. Para mantermos a concisão com os outros capítulos, continuaremos trabalhando com autores vistos anteriormente, incluindo outros quando surgir assunto pouco ou ainda não discutido.

4.1 Individualismo e Liberdade

Dando início a esta seção, visando a continuidade e confronto entre o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, acreditamos que os elementos mais propícios a serem tratados em primeiro lugar são o individualismo e, em íntima ligação com ele, a liberdade. No tocante ao individualismo, como já ficou muito bem claro ao longo dos dois capítulos anteriores, ambos intelectuais identificavam-no como uma das causas dos males tanto do Brasil quanto do restante do mundo. Assim como o liberalismo deveria ser duramente combatido e eliminado, ao individualismo deveria ser reservado o mesmo fim – o indivíduo não poderia ser mais importante que o grupo, colocando sua satisfação pessoal como prioridade em detrimento do bem comum; e a crença de que o que era bom para o indivíduo era bom para a sociedade foi duramente rechaçada. Entretanto, ainda que haja esta imediata identificação entre o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale no tocante ao individualismo, no

momento em que nos detemos sobre suas obras, passamos a observar como suas opiniões, ou visões acerca de tal elemento, começam a se afastar, tomando rumos distintos. O diagnóstico certamente é o mesmo ao apontar o problema, contudo, as análises de cada um são bem divergentes, o que se inclui, também, suas propostas.

O primeiro dado a ser devidamente sublinhado é que, recordando o exposto no terceiro capítulo, embora Miguel Reale identifique o individualismo como algo negativo, ele não pode ser completamente combatido, pois, a seu ver, é necessário que haja na sociedade uma margem de ação livre para os indivíduos – algo que não é observado em Plínio Salgado. A distinção básica, partindo daí, é que para o chefe nacional o individualismo é um mal em sua totalidade, ou seja, seria ele o responsável direto por grande parte da situação calamitosa em que o mundo se encontrava; nenhum aspecto do individualismo poderia ser, assim, tido como válido ou positivo, pois ele, atingindo seu ápice no século XIX[302], provocou aquilo que Plínio Salgado chamou de "derrota do Espírito" e a subseqüente "desagregação do pensamento". Atribuindo aquela derrota "à marcha inexorável das transformações econômicas"[303], porque é quando verifica-se que o materialismo assumiu uma posição de preponderância na sociedade, Plínio Salgado declara com amargura que "valem as nações mais ricas, valem as famílias mais ricas, vale o homem mais rico"[304], sendo a inteligência humana relegada a um patamar inferior, assim como os valores morais são rechaçados. A economia e as relações econômicas passam a reger as ações humanas, possuindo, assim, uma característica de unificação ou adição, porque passam a estabelecer para as pessoas uma única maneira de agir pautada pelos princípios daquelas; como conseqüência, tudo aquilo relacionado ao Espírito (pensamento) humano começa a experimentar um período de desagregação, ou seja, enquanto para o chefe nacional, antes, tudo aquilo concernente às manifestações e expressões humanas se achavam subordinadas a um único princípio (de uma finalidade superior e transcendental do ser humano), agora este mesmo ponto de convergência simplesmente desapareceu, dando margem à uma intensa divisão e fracionamento do intelecto (e seus produtos) das pessoas.

Plínio Salgado localiza tais modificações no campo científico e filosófico, pois teriam criado uma nova maneira de *pensar* – por meio da divisão e da subdivisão, onde tudo é

[302] Não custa relembrar que, para o chefe nacional, a despeito de todas as suas críticas feitas a este período em particular, ele considera-o como possuindo diversas contribuições para a Humanidade.
[303] BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem:* Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 74.
[304] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 89.

"suscetível de decomposição, de dissecação e de vivissecção" [305], o homem teria passado a raciocinar de maneira a sempre dividir tudo, ocupando-se com aspectos particulares. Os avanços da ciência seriam a melhor comprovação disto pelos avanços da biologia nos estudos das células, da psicologia com o estudo da mente, da química com as pesquisas acerca das moléculas e dos átomos, da astronomia com sua preocupação voltada para os astros. No entender de Plínio Salgado, apenas o individualismo poderia produzir tais efeitos porque é a preocupação de cada indivíduo, de cada cientista, em desvendar "mistérios" particulares, imaginando que tudo possa ser explicado por intermédio da ciência – e enquanto isto o próprio ser humano continuaria a ser ele mesmo um mistério. Aqui o sentido de desagregação assume proporções gigantescas, universais, pois aquilo que antes poderia ser considerado como uma totalidade, indivisível, demonstrativo da existência de um Todo do qual a humanidade e todas as expressões a ela relacionadas fazem parte, foi fragmentado e subdividido em porções menores, passíveis de serem consideradas como isoladas umas das outras. No tocante à filosofia, Plínio Salgado menciona o ceticismo que teria lançado dúvida sobre proposições antes inquestionáveis – onde certamente a crença em Deus seria seu maior exemplo. O ser humano teria perdido qualquer alicerce seguro diante de um questionamento sistemático de diversas "verdades", somando-se aí, a procura por outras – como diz Nietzsche, "Se o indivíduo não tivesse se preocupado com *sua* 'verdade', isto é, com a razão que lhe cabia, não haveria nenhum método de investigação (...)"[306]. Somente uma "autonomia" dos indivíduos diante do todo social do qual fazem parte poderia provocar mudanças desta natureza, e também de outras que passam pelo campo das artes e da política.

Devida a sua inserção no mundo das letras, Plínio Salgado vai buscar este individualismo desagregador também na literatura e na poesia. Partindo do século XIX, menciona os românticos, "todos individualistas, deixando expandir o sentimento, quebrando o que chamavam de preconceitos, excedendo-se no estilo declamatório e exercitando formas absolutamente livres de todos os cânones clássicos"; os realistas "que estabeleceram o traço de união entre a ciência e a literatura"; os humanistas helênicos, tidos como "críticos irônicos, amargos, a simular uma serenidade marmórea, acadêmica"; os parnasianos, vistos como "poetas da forma, naturalistas"; e finalmente os simbolistas a quem Plínio Salgado imputa a imagem de "precursores da desagregação completa das formas de expressão, que começa com o nefelibatismo, passa para o cubismo, vai para o futurismo e o surrealismo, fragmentando-se

[305] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 95.
[306] NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 268. [o grifo é do autor].

em escolas numerosas (...), de interpretação individualista de natureza"[307]. Citando ainda uma série de artistas, tanto escritores como pintores, o chefe nacional alcança a mesma conclusão de que "tudo foi individualismo (...), pois cada um interpretou uma forma de vida e de finalidade, através do individualismo transbordante", compreendendo *até certo ponto* tal situação, porque "é uma das condições da arte a personalidade. É a marca do gênio", todavia, logo depois Plínio Salgado irá ressaltar quão desconexas e distintas foram as diversas visões acerca da vida e as atitudes destes autores, concluindo, finalmente que "todas as artes sofreram o reflexo dessa situação do Homem em movimentos individualistas, que marca o largo período de desagregação do século XIX e começo deste [século XX]"[308]. Com exceção do modernismo, por razões que certamente não precisam ser explicadas, tudo aquilo observado no campo artístico é fruto da perda do contato do indivíduo com o Todo, o que o transformou em um ser isolado, atomizado na sociedade, como se fosse esta sua verdadeira natureza.

Finalmente, como última conseqüência, tem-se o mal provocado pelo individualismo no campo político, pois permitiu que houvesse uma expansão incontrolável das diversas concepções e formas de vida; a proclamação dos Direitos do Homem teria sido a coroação da supremacia do indivíduo sobre o grupo, dando margem a impossibilidade de controle da "pluralidade anárquica dos egoísmos individuais"[309]. O sufrágio universal – que possibilitou a criação do absurdo "homem cívico", como é visto constantemente em vários intelectuais integralistas, incluindo-se aí o próprio Plínio Salgado – ao contrário do que se poderia pensar, foi a arma a qual voltou-se contra a população porque servia apenas a alguns poucos indivíduos e a seus próprio desejos "egoístas". Nas palavras do chefe nacional, "o século XIX inverteu todos os valores"[310] – ou seja, trocou o Todo pela Parte, retirou a noção de bem comum ou de grupo das preocupações centrais da sociedade e colocou em seu lugar a busca pelo sucesso individual.

Temos, assim, por meio de Plínio Salgado, um individualismo destituído de valores positivos, pois, tendo perpassado *todas* as formas de expressão e manifestação humanas, incutindo-lhes uma nova (e perniciosa) maneira de observar o mundo ao seu redor, que na verdade são *múltiplas* maneiras, ele desencadeou um processo de questionamento e

[307] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 91-92. Em nota de rodapé, Plínio Salgado ainda diz ser o manifesto dadaísta a "expressão da última etapa da anarquia e dissolução no campo da arte (...); 'dada' é um estado de espírito, é *a cretinice espontânea*". [o grifo é nosso].
[308] Ibid. p. 93-94.
[309] Ibid. p. 97.
[310] Ibid. p. 98.

subseqüente inversão de valores os quais abriram as portas para todos os tipos de males que poderiam vir em seu bojo, levando o mundo a um período de caos e fragmentação. Como mencionamos, ele, o individualismo, para o chefe nacional, seria nefasto em sua totalidade, sendo origem e continuador dos problemas modernos – a solução que daí adviria seria, então, de acordo com o pensamento de Plínio Salgado, ser extirpado do mundo humano ou, no mínimo, completamente *subordinado* ao primado da sociedade e/ou do próprio movimento integralista[311]. Algo bem distinto de Miguel Reale que, na verdade, vê o individualismo como necessário, sendo preciso não que ele seja *apagado*, mas sim *limitado* em suas ações/manifestações. É evidente que, diante da sua formação jurídica e dos assuntos com os quais se ocupa em suas obras, muitos daqueles aspectos tratados por Plínio Salgado (ciência, literatura, etc.) não encontram ressonância em sua produção intelectual, havendo, assim, uma preocupação restrita aos temas econômicos e políticos, por conseguinte, só podemos nos ater a estes. Deve-se mencionar, em primeiro lugar, que qualquer tipo de análise feita no tocante a sociedade, para Miguel Reale, deve incluir um complexo de relações e elementos para que se atinja um resultado satisfatório – em sua introdução à obra *Atualidades de um mundo antigo*, Miguel Reale faz algumas considerações sobre o estudo da História, dizendo que esta foi "escrita da mesma forma fragmentada como se estudou o homem; através de múltiplas facetas isoladas, arrancadas arbitrariamente do homem integral (...)"[312], e então faz um apelo para que a mesma seja estudada em toda sua complexidade:

> (...) façamos a história dos homens na inteira complexidade de seus fatores múltiplos, refletindo idéias e sentimentos, tendências e vontades, considerando a atuação conjugada de todos os motivos, religiosos, éticos, estéticos, econômicos, etc. Não sacrifiquemos a complexidade do espírito humano pelo desejo pequeno de transformar a história em quadros simétricos, quantificando e delimitando o progresso, como fazem Augusto Comte e Weber.[313]

Este desvio que aqui operamos serviu, certamente, para uma mínima demonstração de outros aspectos interessantes do pensamento de Miguel Reale, mas nossa intenção com ele é introduzir a discussão da importância do individualismo para o chefe da doutrina, pois, como mencionado, é preciso levar em consideração uma gama de elementos para qualquer tipo de

[311] Recorremos, aqui, a Louis Dumont em suas considerações referentes ao totalitarismo. Mas retomaremos tais idéias no próximo capítulo quando falaremos do *integralismo-totalitário*. DUMONT, Louis. *Homo aequalis*. Tradução de José Leonardo Nascimento. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 25.
[312] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 27.
[313] Ibid. p. 31.

reflexão, e Miguel Reale, assim, não tem como deixar de lado, ou minimizar o papel decisivo desempenhado pelo indivíduo na sociedade.

Em ferrenha crítica a obra *Aventura política do Brasil*, de Azevedo Amaral[314], "cujas setenta e uma páginas iniciais constituem um exemplo belíssimo de *ficção em nome da ciência*"[315], Miguel Reale apresenta aquela tese no relativo ao estudo do Estado, dizendo ser "sobre o tríplice conceito de *indivíduo*, de *sociedade* e de *finalidade*, que devemos assentar a idéia de Estado", e ainda que declare que "o *individualismo* é falho porque toma como ponto de partida o *indivíduo isolado*", complementa logo em seguida que o "*socialismo* labora em erro pelo fato de fazer abstração do indivíduo para só examinar a *sociedade*"[316]. Ou seja, o intelectual integralista assume logo de partida a relevância do indivíduo como um elemento do qual não se pode prescindir, conseqüentemente, ainda que possa vir a localizar nele atitudes negativas, sua autonomia é algo do que não pode abrir mão para o funcionamento da sociedade e organização do Estado. Ele é dotado de uma margem de ação cujo espaço, maior ou menor, encontra-se diretamente relacionado às suas capacidades pessoais – como mencionamos no capítulo anterior. Miguel Reale concebe a existência daquilo que Norbert Elias chamaria de margem individual de ação[317] a qual varia de acordo com a posição do indivíduo na sociedade – ela não deve ser apagada, mas limitada, e tão importante quanto isto é não poder sofrer um processo de equalização, mas sim manter-se desigual, do contrário seria negar um dos princípios fundamentais defendidos pelo intelectual integralista de que as pessoas são naturalmente diferentes. Ora, estas breves considerações apontam, como ficou bem claro, para uma certa "valorização" do individualismo a qual não é observada em Plínio Salgado, pois, a nosso ver, Miguel Reale não julga o individualismo como um mal em si, mas sim como algo *capaz* de produzir o mal caso não seja devidamente delimitado ou controlado, funções desempenhadas pelo Estado a fim de impedir excessos por parte dos indivíduos que possam vir a prejudicar outros. Diz Miguel Reale: "O Estado integral não declara apenas as liberdades individuais, mas as garante a todos os indivíduos indistintamente, exercendo o controle sobre todas: seu individualismo é de fim, não é de meio"[318]. Para Reale, o

[314] Imaginamos não se poder excluir, também, qualquer tipo de motivações "extra-acadêmicas" para tal crítica – como no ocorrido com Gilberto Freyre (capítulo 3). De acordo com José Luis B. Beired (*Sob o signo da nova ordem*), embora classificando os intelectuais integralistas como fazendo parte de um grupo maior que denomina como direita nacionalista brasileira, as proposições daqueles eram muito distintas, em vários pontos, das elaboradas por Azevedo Amaral.
[315] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 122. [o grifo é do autor].
[316] Ibid. p. 121-122. [o grifo é do autor].
[317] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 50.
[318] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 65.

integralismo não deveria ser uma fonte de massificação da sociedade, de *completo* cerceamento dos direitos das pessoas de agirem como convêm a elas ou visando o próprio benefício, mas sim de seu regulador. Do contrário, o Direito, que possui grande importância em seu pensamento, perderia completamente sua função, tanto que é lançando mão de um princípio jurídico que Miguel Reale procura resolver os possíveis conflitos que possam advir entre a ação do indivíduo e o efeito que ela pode provocar na sociedade: à *faculdade de agir* assegurada aos indivíduos, corresponde uma *norma de agir*. Destarte, dirá o chefe da doutrina que: "Para ser possível a vida em sociedade, é necessário que a ação de cada indivíduo se desenvolva dentro de certos limites, além dos quais seria inevitável uma lesão mediata ou imediata nos direitos dos demais consociados", e concluirá seu raciocínio retomando aquele princípio jurídico, resumindo-o na fórmula "não há 'facultas agendi' que não exija uma 'norma agendi'"[319].

Aquilo que começamos a vislumbrar no capítulo anterior começa, aqui, a surgir com maior clareza porque delineia-se um tipo muito particular de individualismo próprio do pensamento integralista de Miguel Reale (e que se coaduna com suas características conservadoras): é o que Ricardo Benzaquen chama, com base nas reflexões de Georg Simmel, de *individualismo qualitativo* o qual "despreza a igualdade, enfatizando a *singularidade*, a personalidade peculiar de cada indivíduo"[320]. O indivíduo poderia estar limitado – como colocou Karl Mannheim acerca do conservadorismo –, *e está* no pensamento de Miguel Reale, contudo, ele não se acha obliterado, e se possui capacidades que devem ser estimuladas, então ele deve desenvolve-las, observando apenas os limites traçados, no presente caso, pelo Estado Integral – ou nas palavras do próprio Reale, é a "responsabilidade do produtor perante o Estado"[321]. Nestes termos, os indivíduos são capazes de dedicarem-se às atividades que estejam de acordo com suas particularidades ou habilidades, não estando submetidos a uma "instância superior" que lhes dita suas funções no interior da sociedade, e acreditamos que uma das melhores formas de observarmos esta característica é pela maneira como Miguel Reale analisa vários aspectos do capitalismo, condenando, sobretudo, o que poderíamos chamar de "desvios éticos" (o imperialismo, a saída do Estado no controle da economia, a "agiotagem", em suma, tudo aquilo provocado por um individualismo *descontrolado e egoísta*), todavia, ele não é contra determinadas iniciativas de indivíduos que

[319] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O capitalismo internacional (Introdução à Economia Nova), p. 267.
[320] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 20. [o grifo é do autor].
[321] REALE, Miguel. op. cit. p. 265.

se julgam na capacidade de leva-las a frente – iniciativas estas referente à industrialização do Brasil, ao comércio, à criação de empresas. Enquanto Plínio Salgado exprimia um viés agrarista/ruralista em seu pensamento[322], Miguel Reale voltava-se para aspectos aos quais pudessem auxiliar na modernização do País. Acompanhemos José Luis Bendicho Beired: "Nesse sentido, [Reale] não condenava o capital estrangeiro, que deveria ser admitido sob a fiscalização do Estado e sob a condição de atender aos interesses da economia nacional. (...) era partidário de um protecionismo prudente e planificado (...)", chegando a ser favorável às "sociedades anônimas, execradas por Plínio Salgado"[323] – neste aspecto, Miguel Reale aponta os vários problemas das sociedades anônimas, os quais são resultado daqueles *desvios éticos*, pois declara que "os vários grupos de financistas e de 'agentes' de sociedades anônimas localizam-se em determinados pontos do globo e, *colocados acima dos Estados, manobram os governos*"[324]. Mas a solução por ele dada é a seguinte: "Em lugar de destruir as sociedades anônimas, façamos com que elas se tornem meios idôneos, aptos para compensar o esforço dos que souberem produzir e economizar"[325]. Não se discute, aqui, a *eliminação* de certas iniciativas as quais correspondem, certamente, a alguma especificidade de determinado indivíduo – e nem o possível bem que ele possa vir a receber – mas sim a necessidade de um *controle* para que não se sobreponham os interesses daquele aos da sociedade, do País. Se possível, gostaríamos de acrescentar ao *individualismo qualitativo*, o termo *vigiado* para caracterizar o individualismo presente no pensamento de Miguel Reale. E contrapondo-se, assim, a *ausência* ou *subordinação à sociedade* do individualismo verificado em Plínio Salgado, temos o *individualismo qualitativo vigiado* de Miguel Reale.

Intimamente ligada a esta discussão está a questão da liberdade, elemento igualmente presente e constante na produção intelectual de Plínio Salgado e Miguel Reale, mas que possuem enfoques bem distintos, assim como suas finalidades. Para fazer a passagem de um assunto para o outro, seria interessante utilizar um mesmo exemplo observável naqueles dois autores, mas que são radicalmente opostos em seu desenvolvimento: tanto um quanto outro imaginam como se daria uma situação em que um camisa-verde receberia de um superior uma

[322] Trabalhamos este aspecto em nossa monografia de bacharelado. Cf. RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Espírito e o Campo:* espiritualismo e ruralismo no discurso integralista de Plínio Salgado (1932-1937). 2006. 118 f. Monografia (Bacharelado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
[323] BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem:* Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 131-132.
[324] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O capitalismo internacional (Introdução à Economia Nova), p. 219. [o grifo é nosso].
[325] Ibid. p. 223.

ordem a ser cumprida. Diante de tal cenário, as reflexões de Miguel Reale levam-no a dizer que:

> (...) quem quer que no Integralismo exerça uma parcela mínima de comando, lembre-se, em todos os momentos, que o maior crime consiste em dar uma ordem e em ser obedecido à custa de um abalo na convicção ou de um estremecimento da confiança de quem a ordem recebe e cumpre.
> E ao transmitirem uma ordem, lembrem-se todos de fazer primeiro uma pergunta: 'Estarei eu ofendendo ou invadindo o patrimônio pessoal da dignidade e da liberdade?'.[326]

Agora, observemos Plínio Salgado:

> Nunca [um integralista] deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, ainda quando a julgue errada, porque uma ordem certa e discutida torna-se mais perniciosa do que uma errada e cumprida, porque esta, pelo menos, prestigia o princípio da autoridade e revela, em quem obedece, um triunfo moral sobre si próprio.[327]

Um exemplo sem dúvida extremamente simples o qual, por sua vez, encerra toda uma visão concernente ao indivíduo e a maneira como ele age ou deve agir. Neste caso, onde ambos discutem a questão da disciplina no interior do movimento – elemento fundamental ao Integralismo cuja relevância não é questionada por nenhum dos intelectuais – as posições defendidas por cada um são claramente opostas, pois, de um lado, temos observado Miguel Reale que compreende a existência de um limite onde o indivíduo tem uma parcela de "liberdade" para julgar como proceder diante de uma ordem que lhe seja dada, em outras palavras, ele, de acordo com sua personalidade, é capaz de discernir o que pode vir a ferir ou não suas próprias convicções e/ou visões de mundo. Ao indivíduo deve ficar reservado, e assegurado, um espaço cuja transposição por outrem (neste caso, aquele que ordena) na tentativa de fazer valer o seu ponto de vista (a ordem em si) é, nas palavras do próprio Reale, um *abalo* nas convicções daquele – e isto deve ser igualmente observado por aquele que transmite a ordem, tendo sempre consciência de que há um limite. Complementando a passagem destacada acima, acrescentamos: "E mesmo quando uma ordem injusta é cumprida, *sujeitando-se o subordinado ao extremo sacrifício da dignidade pessoal, o superior não pode se orgulhar nem deve ficar contente*"[328]. Quão distinto é da visão professada por Plínio Salgado onde, independente até mesmo da *validade* da ordem, a importância recai de forma direta em seu imediato cumprimento, sem questionamentos, sem a preocupação de que o

[326] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades brasileiras, p. 86.
[327] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma.* 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 29.
[328] REALE, Miguel. op. cit. p. 85. [o grifo é nosso].

patrimônio pessoal do indivíduo possa estar sendo invadido e que ele encontre-se impedido de emitir sua opinião ou queixa diante de algo que possa vir a ir contra aquilo que ele pensa. Para o chefe nacional, verificamos, é imperativa a subordinação do indivíduo, ou até mesmo sua *anulação*, quando defronte do cumprimento daquilo que venha a configurar-se em uma exigência, antes de tudo, da doutrina. Como foi visto, tal prática é demonstrativo de um *triunfo moral sobre si próprio*, isto é, é uma atitude louvável esta auto-anulação praticada pelo indivíduo porque demonstra seu compromisso não consigo, mas com o todo em cujo nome a ordem provavelmente foi dada. Não há, então, como evitar analisar este pequeno exemplo e vê-lo como marca indelével da posição que cada um destes intelectuais assume diante da liberdade – é evidente que pelo espaço que temos, assim como pela nossa proposta de trabalho, não podemos iniciar uma discussão acerca da liberdade (lembremos aqui das palavras de Hannah Arendt ao dizer que "levantar a questão – o que é a liberdade? – parece ser uma empresa irrealizável"[329]), sendo preciso que nos limitemos a algo mais simples, mas que, ou assim acreditamos, não invalida nossas reflexões, não deixando de ser um esforço empreendido em direção a análises mais detidas e que necessitariam, no mínimo, de um capítulo só para si. Devemos, então, prosseguir com nossa discussão tendo como base, sobretudo, os estudos de Isaiah Berlin no tocante à liberdade presentes no livro *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*.

Uma maneira profícua de adentrarmos ainda mais neste tópico e que apresenta, coincidentemente, uma ligação direta com os exemplos mostrados há pouco é observarmos as duas questões colocadas por Isaiah Berlin as quais, acredita ele, são capazes de sinalizar para as noções de liberdade positiva e negativa com que trabalha: "Por quem sou governado?" e "Até que ponto sou governado?"[330], respectivamente. Partamos, primeiro, para uma operação bastante simples, e talvez até mesmo desnecessária: se retirarmos o verbo *governar* e substituirmo-lo por *ordenar* ou *mandar*, teremos uma *aproximação* de que tipo de liberdade está mais próximo de Plínio Salgado e Miguel Reale. No pensamento do primeiro, o indivíduo deve submeter-se a uma vontade maior ou superior (de alguém ou de algo), passando a fazer parte dela, assumindo-a para si, enquanto anula a si mesmo; já no segundo, o indivíduo possui algum espaço de ação independente, um *ponto até o qual* é capaz de transitar sem intromissões, emitindo julgamentos, e quem sabe mostrar-se contra, acerca daquele algo ou

[329] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 188.
[330] BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução de Wamberto H. Pereira. Brasília: UnB, 1981. p. 23.

alguém que a ele se dirige – o que não permite, agora, associarmos de pronto a liberdade em Miguel Reale à liberdade negativa.

Voltando nossa atenção para Plínio Salgado, a quem já podemos ensaiar uma aproximação com a liberdade positiva, verifica-se que sua enérgica crítica à *liberdade* é, na verdade, feita contra a *liberdade negativa* que "é comparável com a criação de grandes e duradouros males sociais"[331]. Assim como o século XIX foi identificado pelo chefe nacional como o período da "morte do Espírito" em decorrência de seu extremo individualismo, o mesmo foi igualmente o século da liberdade; uma liberdade que, para Plínio Salgado, "espalhou pelas nações as doutrinas mais contraditórias, as afirmativas mais absurdas, os brados mais lacinantes de angústia do pensamento e do coração"[332]; que permitiu aos indivíduos uma "facultas agendi" ilimitada, não devendo responder a nada ou a ninguém, apenas a si mesmos. É esta uma liberdade individual a qual permite às pessoas agirem sem obstáculos, sem interferências, objetivando alcançarem aquilo que lhes agrada ou almejam – e por isto o chefe nacional ataca-a sem meias-palavras, acusando-a como sendo, na verdade, um *caminho para a escravidão*, principalmente por ter escravizado o homem aos seus instintos[333], ao *eu mais baixo*, se quisermos utilizar a expressão de Berlin. No segundo capítulo, mencionamos a expressão "filosofia do êxito" utilizada pelo chefe nacional para caracterizar a supremacia da matéria sobre o espírito, que nada mais é do que os "ensinamentos" do individualismo e da liberdade *negativa* colocados em ação. Ora, foi esta mesma filosofia do êxito que, de acordo com Plínio Salgado, teria provocado a morte do filho de Lindbergh, mas sua acusação não pára aí, ela avança até que seja apontado "um culpado, um criminoso, um assassino do filhinho de Lindbergh: – Aquele monumento que está no porto de Nova York: a estátua da Liberdade", a qual deve ser destruída[334]. Foi por causa desta liberdade que a humanidade passou a se degenerar, a decair – uma liberdade clamada por todos: pelos banqueiros, pelos industriais, pelo proletariado, pela imprensa, pelos membros de família, que fez com que cada um pensasse somente naquilo que lhes dissesse respeito e levasse direto para seus interesses, perdendo a consciência de grupo, de que faziam parte de unidades maiores (orgânicas), como a família ou a Nação.

Seguindo esta linha de raciocínio é que Plínio Salgado, criticando a liberdade negativa e passando gradativamente a defender a positiva, faz uma análise do Brasil e da população

[331] BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução de Wamberto H. Pereira. Brasília: UnB, 1981. p. 25.
[332] SALGADO, Plínio. *O Soffrimento Universal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p. 219.
[333] Ibid. p. 221.
[334] Ibid. p. 81-82.

nacional, chegando a uma interessante conclusão no tocante a idéia de liberdade: para o intelectual integralista, desde o século XVI os habitantes do que viria a ser o Brasil já a conheciam, pois "para nós, [a liberdade] não era um objeto de conquista; era uma fatalidade do meio físico e das condições de vida"[335] – bem diferente do que se operava na Europa, onde ela era, na verdade, "produto de refinamento filosófico, dos velhos rancores plebeus, da ânsia de expansão econômica da burguesia mal saída de uma situação inferior"[336]. A liberdade nas terras brasileiras sempre existiu, sendo conseqüência direta da vastidão do território a qual permitia aos homens um deslocamento constante, para onde bem entendessem e procurando aquilo que lhes satisfizesse os desejos; ela era causada por uma espécie de fatalidade geográfica, enquanto na Europa era fruto de uma reação histórica contra a situação vigente. E, evidentemente, caminhando junto desta liberdade "selvagem", encontra-se o individualismo do povo brasileiro que, se nos primeiros séculos chegou até mesmo a possuir alguma validade por ter levado ao desbravamento do continente e à fixação das primeiras fazendas e vilas, mais tarde levou-o para sua degradação, pois transformou-se em puro egoísmo (visto pelo chefe nacional como um dos grandes elementos negativos a constituir os caracteres do povo brasileiro). Diante deste quadro, a solução apresentada por Plínio Salgado, ou melhor, a conclusão na qual ele chega é de que, no Brasil, se a liberdade já é um fato, algo cuja existência é inquestionável, então o que se torna urgente de alcançar ou criar é uma série de *deveres* a limitá-la:

> A tarefa do nosso gênio político não deverá ser a de conquistar e consagrar liberdades segundo o critério que movia o surto do constitucionalismo europeu; impunha-se regular a liberdade, fixar normas precisas à liberdade, tomar essa liberdade que já existia e esse democratismo que já era o cerne da nossa psicologia de povo e discipliná-los, dando-lhes expressão política, jurídica, administrativa.[337]

É preciso abandonar esta liberdade anárquica, assim como quaisquer maiores tentativas de *conquistas libertárias* e *proclamação de direitos*, pois isto o brasileiro já possui (sendo justamente a fonte dos problemas nacionais), necessitando ele de algo que venha a combater tais elementos tão arraigados à sua "natureza".

Daquilo que se pode depreender desta breve exposição da crítica feita por Plínio Salgado a liberdade em sua forma *negativa*, somos capazes de vislumbrar como surge sua

---

[335] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 146.
[336] Ibid. p. 133.
[337] Ibid. p. 146.

feição *positiva* no pensamento do chefe nacional. Assim, procurou Isaiah Berlin demonstrar que "é a noção de liberdade em seu sentido 'positivo' que está no cerne dos apelos em favor de um autogoverno nacional ou social, apelos esses que estimulam os movimento públicos mais poderosos e moralmente justos (...)"[338] – ao analisarmos o integralismo de Plínio Salgado, encontramo-nos diante de situação muito semelhante em vista, em primeiro lugar, da ênfase que este dá ao movimento, à imperativa participação de todos os elementos da sociedade (independente das suas origens: operários, empresários, intelectuais, militares, etc.) em suas fileiras como *camisas-verdes*, como *militantes* da mesma causa (ou seja, como um único grupo coeso a possuir um objetivo em comum); e em segundo lugar pela noção de soberania que daí surge, isto é, a participação que estes mesmos elementos teriam quando o movimento chegasse ao poder. E não seriam apenas alguns, mas *todos*: todos capazes de participar deste governo e de gozarem de uma parcela de liberdade igual a de seus semelhantes – não mais seria a liberdade como o privilégio de alguns poucos, seja devido às suas próprias capacidades individuais ou ao espaço social em cujos limites encontram-se as oportunidades disponíveis. As diferenças são subtraídas, ou no mínimo deixadas de lado, porque todos os indivíduos, agora, passam a buscar um mesmo fim comum a todos; a homogeneização a qual fizemos menção no capítulo dois ocorre aqui: se a ideologia uniformiza o pensamento (e a ação), este objetivo ideal partilhado também contribui para tal equalização. Quando Plínio Salgado diz "quando nós abrimos mão de algumas liberdades, porque elas estão atentando contra o próprio princípio da liberdade, nós queremos em troca alguma coisa que substitua com vantagem o patrimônio de uma civilização que já passou"[339], em suas palavras ecoam a necessidade de, primeiro, deixar de lado a liberdade negativa – individual, egoísta – porque ela atenta contra a positiva, e depois de que surja algo a altura deste "sacrifício", neste caso, um tipo de governo superior ao anterior, um governo *melhor* o qual deverá contar com a participação irrestrita de todos.

Além do mais, ainda acompanhando as reflexões de Berlin e retomando um aspecto mencionado um pouco atrás, esta noção positiva da liberdade geralmente encontra-se relacionado a um tipo específico de *eu* ou *ego*, tido como sendo "verdadeiro" porque é aquele que não está dominado pelos instintos, pelos desejos egoístas, mas sim que é "algo mais amplo que o indivíduo (...), como um 'todo' social do qual o indivíduo constitui um elemento

[338] BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução de Wamberto H. Pereira. Brasília: UnB, 1981. p. 167.
[339] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma.* 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 64.

ou um aspecto"[340]. Seria como postular a existência de uma substância ou substrato em comum do qual as pessoas fariam parte, sendo a individualidade de cada uma somente um prolongamento daquele, e não algo inerente apenas ao indivíduo. Para Plínio Salgado esta submissão do indivíduo, ou melhor, sua *diluição* em uma substância mais ampla é processada em dois momentos os quais dizem respeito às ambições de seu pensamento: o primeiro momento trata do problema "concreto" do Brasil, ou seja, a busca pela completa identificação do povo brasileiro com a Nação e sua efetiva e irrefreável participação no governo do País, em uma palavra, a soberania (é a identificação com o *todo social*); o segundo é de razão bem mais extensa, poderíamos dizer quase metafísica, porque busca a identificação da *humanidade* a um mesmo princípio transcendental, com algo superior e absoluto: "É da idéia de Cosmos que deriva o senso das finalidades humanas"[341] (é a identificação com o *Todo*). Mas em ambos casos, pois o fundamento a animá-los é o mesmo (a compreensão de que a parte não pode existir isolado do conjunto), o objetivo a ser atingido é um ideal em comum, é a sobreposição do "eu verdadeiro" ao eu *mais baixo*, "empírico". É a procura pelo *autogoverno* não apenas no sentido político – da soberania e da participação do povo no controle da Nação e em sua vida política – mas também em relação a si próprio, em não se deixar levar por seus desejos, por vontades que nascem como resposta a estímulos externos. A humanidade precisa libertar-se para a verdadeira liberdade (positiva), deixando aquela falsa (negativa) que a fez ficar "escrava de todos os instintos; faminta de todos os prazeres, submetida a todos os caprichos e exigências da moda (...) – a sociedade contemporânea vive a vida exclusiva dos impulsos, que são tão impetuosos ao ponto de desconhecerem (...) as eternas leis do espírito"[342]. A nosso ver, não pareceria absurdo associar o pensamento de Plínio Salgado e sua defesa da liberdade positiva às palavras de Isaiah Berlin quando este diz:

> (...) na maior parte, a liberdade era identificada pelos autores de tendências metafísicas com a concretização do eu real não tanto nos homens considerados individualmente, mas também encarnados em instituições, tradições, formas de vida mais amplas do que a existência empírica espaço-temporal do indivíduo finito. Esses pensadores com maior freqüência, a meu ver, identificaram liberdade mais com atividade 'positiva' dessas formas institucionais ('orgânicas') de vida, crescimento, etc., do que com a simples

[340] BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução de Wamberto H. Pereira. Brasília: UnB, 1981. p. 143.
[341] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A quarta humanidade, p. 15.
[342] Idem. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Palavra nova dos tempos novos, p. 312.

> ('negativa') remoção de obstáculos inesperados dos caminhos de tais 'organismos', para não dizer dos caminhos dos indivíduos (...).[343]

A liberdade, então, para Plínio Salgado, é a *liberdade positiva* que propicia e identifica-se com a soberania do povo, a participação absoluta de todas as pessoas no governo do País e que as "liberta" de si mesmas, elevando o "eu verdadeiro" (superior) enquanto procura eliminar o "eu mais baixo", dos instintos e dos desejos egoístas.

Em Miguel Reale surge um panorama bem distinto. Certamente nele não há a condenação do sentido positivo da liberdade e exaltação do negativo, pois entraria em completa contradição com as críticas feitas ao individualismo desenfreado, mas o contrário também não é observado, sendo assim, como levar adiante nossa análise? Para isto, como tem sido constante ao longo de nosso trabalho, desde o estabelecimento dos principais caminhos que decidimos trilhar, devemos outra vez ter nossa atenção virada para o estudo empreendido por Ricardo Benzaquen de Araújo, onde encontraremos, semelhante ao caso do individualismo, uma liberdade *qualitativa*[344]. Assim, a liberdade para Miguel Reale afasta-se por completo de seu sentido negativo, aproximando-se, mas não *igualando-se*, de seu sentido positivo. O que impede a justaposição de ambos sentidos é o problema concernente à completa participação das pessoas na vida política, no governo do País, sua incondicional devoção ao grupo enquanto anulam-se como indivíduos, os quais acabam por se diluírem no todo social: "Para Reale (...) há uma profunda diferença entre a participação sugerida pela liberdade qualitativa e a que é proposta pela liberdade positiva", pois esta última implica "fundamentalmente na supervalorização da esfera pública, confundindo-se com a soberania, e anulando completamente as emoções e as qualidades privadas de cada cidadão"[345]. O intelectual integralista identifica esta forma de liberdade na Grécia antiga ao dizer que "o cidadão [ateniense] não é livre por ser homem, mas por ser cidadão: Liberdade e Soberania se confundem", e ainda complementa:

> Ninguém soube ver melhor que Benjamin Constant a nota diferencial entre a liberdade antiga e a moderna. "A liberdade antiga, escreve ele, é uma liberdade coletiva; consiste na presença por assim dizer, perpétua do cidadão na praça pública, sem ser incompatível com a submissão completa do indivíduo à autoridade do conjunto".

---

[343] BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Tradução de Wamberto H. Pereira. Brasília: UnB, 1981. p. 25. [o grifo é nosso]
[344] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 21-22.
[345] Ibid. p. 21.

> Só mais tarde, com o desenvolvimento da vida econômica e com a divisão do trabalho, mas sobre tudo por influxo do Cristianismo, a liberdade deixou de pertencer primeiro ao grupo para passar a pertencer primeiro ao homem como homem.[346]

Assim, a liberdade em suas feições tanto negativa quanto positiva é assim negada por Miguel Reale, pois a primeira é aquela "que a hipocrisia 'liberal' borda na colcha constitucional que vai cobrir o himeneu dos tradicionais cambalachos, com infames sacrifícios de homens", enquanto a segunda é a que "redunda em opressão, a liberdade daqueles que, fortes e poderosos, a reclamam tão-somente para dar a impressão de igualdade aos pobres coitados que lutam ou esperam por ela" [347]. Diante desta recusa de ambos aspectos, resta ao chefe da doutrina expor a sua própria concepção de liberdade, dizendo:

> (...) nosso conceito de liberdade é complexo e realista, visando a defesa dos direitos naturais do indivíduo e da pessoa, sem sacrificar o supremo direito do Estado que é o de coordenar e dirigir, e sem ofender os valores morais, para o bem particular de cada qual e o bem comum da Nação.[348]

Começam, aí, a se delinearem os contornos da liberdade denominada qualitativa que, como não poderia deixar de ser, aproxima-se do tipo particular de individualismo o qual apontamos anteriormente: a nosso ver, o espaço que o indivíduo possui para agir é o mesmo em que irá exercer sua liberdade, observando-se, todavia, os limites impostos pelo bem comum (pelo Estado) e os seus próprios limites, ou seja, o quanto suas próprias capacidades permitem para agir. Na situação envolvendo o que poderíamos chamar de *limites exteriores*, a liberdade, que é para Miguel Reale um direito natural do qual o ser humano deve dispor para poder realizar "finalidades superiores inerentes à sua existência", só pode ser considerada como tal (como liberdade e direito natural) quando ela opera visando produzir o bem, porque o ato por ela proporcionado passou a ser legitimado pelo fruto deste mesmo ato – do contrário, se fosse para levar a algum mal, não mais poderia-se falar em liberdade porque a ação que desencadeou o mal "sacrificou sua própria essência, deixando-se de ser um direito", ou seja, não estava de acordo com o princípio fundamental de que ela é um direito natural cuja função é proporcionar aos indivíduos realizações superiores. Daí Miguel Reale falar que

[346] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 70.
[347] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 83.
[348] Ibid. p. 85.

"a liberdade é um *direito* que exige a atualização de um *objeto de direito*"[349] – ela não é um absoluto, um fim em si mesmo, mas sim um instrumento a ser manipulado de forma benéfica pelo ser humano, caso contrário acabaria por se identificar somente com quem quer que se considerasse como seus "verdadeiros" detentores que, em nome do que julgam como bom e correto, poderiam fazer aquilo que bem entendessem, sacrificando o indivíduo em prol do todo. Os limites impostos pelo Estado visam, justamente, a impedir qualquer "má utilização" da liberdade (que, como foi visto, nem mais poderia ser chamado de liberdade) que possa vir a acarretar qualquer tipo de prejuízo a outrem.

Na situação acerca dos *limites internos*, ou seja, as próprias limitações naturais de cada ser humano, temos a aplicação daquela noção de liberdade no momento em que a ação perpetrada pelo sujeito, a qual não poderá gerar nenhum fim negativo, certamente estará relacionada às suas capacidades, empregadas no momento do ato – como direito natural de todos os indivíduos, a liberdade possibilita a cada um que aja conforme consegue. Além disto, esta visão de liberdade que age por meio de limites também é característica do pensamento conservador (ao qual aproximamos Miguel Reale) que, interpretando os seres humanos como desiguais, caminha nos seguintes termos: "A liberdade, portanto, apenas pode consistir na habilidade de cada homem para se desenvolver, sem qualquer estorvo ou obstáculo, *conforme a lei e o princípio de sua própria personalidade*"[350]. A passagem destacada demonstra com clareza o que mencionamos, pois insere a liberdade como forma de possibilitar a ação do ser humano inscrita entre os limites externos (o Estado, as leis, etc.) e internos (sua personalidade) – isto impede os problemas advindos de uma concepção "subjetiva" da prática da liberdade a qual poderia levar os indivíduos a agirem como bem entendessem conquanto estivessem dentro de suas capacidades: concede-se a ele a possibilidade de ações "descompromissadas" (para estabelecermos um diferencial com o pensamento de Plínio Salgado), porém, as mesmas devem ser vigiadas. A liberdade qualitativa presente no integralismo de Miguel Reale é, assim, uma liberdade a qual permite ao homem desenvolver-se independente do grupo, agindo segundo suas próprias intenções (mas sem prejudicar os outros, algo que Isaiah Berlin considera quase como inviável, senão impossível), e ao mesmo tempo possibilita-lhes a participação na política, contudo, não de forma individualizada, mas sim sempre no interior de "unidades orgânicas" maiores – no caso do integralismo de Miguel Reale, são os sindicatos e corporações: "abre-se um espaço no qual é possível se combinar a

[349] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 88.
[350] MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice M. (org). *Karl Mannheim:* Sociologia. São Paulo: Ática, 1982. p. 121. [o grifo é nosso].

atuação pública desses indivíduos, a 'expressão' de suas paixões e interesses *políticos*, com a presença efetiva do Estado"[351]. As pessoas não estão nem completamente submetidas à vida pública, agindo em conjunto de maneira a tolher-lhes sua individualidade, nem completamente à parte da política, vivendo somente para si mesmas.

4.2 Estado e Revolução

As palavras de José Luis B. Beired fornecem-nos um conciso – e preciso – panorama da questão envolvendo o Estado tanto no pensamento de Plínio Salgado como no de Miguel Reale. Diz o autor:

> (...) a produção ideológica de Salgado enfatiza muito mais a transformação do homem que a do Estado, ao passo que os escritos de Miguel Reale colocavam o Estado como nódulo central do problema integralista. Assim, Salgado escrevia sobre o Estado integralista com uma linguagem pomposa, colorida e ao mesmo tempo imprecisa, ao passo que Reale tratava o assunto de modo muito mais técnico e rigoroso do ponto de vista conceitual.[352]

Fica, aí, bem clara a motivação de cada um dos intelectuais integralistas para se deter sobre determinado elemento mais ou menos do que o outro – para Miguel Reale, o Estado é sua preocupação central, enquanto para Plínio Salgado, é certo fazer referência à *transformação do homem*, todavia, aquilo com que o chefe nacional de fato se ocupa em uma análise e/ou reflexões extensas é a *Revolução*. O que não exclui esta do pensamento do chefe da doutrina, cuja grande diferença recai sobre o grau de relevância (e tratamento) a ela concedido, e o mesmo poderíamos dizer acerca do Estado para Plínio Salgado, pois tal elemento, embora surja e tenha algumas páginas dedicadas a si, encontra-se em uma situação menos "privilegiada" caso comparada à revolução – na verdade, como procuraremos demonstrar, o Estado acha-se "subordinado" à Revolução, sendo fruto dela, enquanto, curiosamente, Miguel Reale postula justamente o contrário: se há uma Revolução, ela nasce do Estado que se ocupa de leva-la adiante e a controla-la. Destarte, destacamos estes dois últimos elementos porque os julgamos como aqueles que melhor traduzem as distinções mais amplas do pensamento integralista daqueles dois autores. E para não nos alongarmos além do que certamente planejamos no início desta empreitada, trabalharemos com ambos elementos juntos, ou seja,

[351] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus:* uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. p. 23. [o grifo é do autor].
[352] BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem:* Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 114-115.

falaremos do Estado e da Revolução para Plínio Salgado e, em seguida, para Miguel Reale, assinalando as diferenças e explicitando-as nos devidos momentos.

É inegável a importância concedida pelos intelectuais integralistas à mudança do sistema político vigente no Brasil à época e, conseqüentemente, a maneira como se organizava e operava o Estado. Plínio Salgado, claro, não tinha como se abster desta discussão e nem evitar formulações as quais contemplassem tal debate, contudo, o que surge diante de nossos olhos quando atentamos para sua produção intelectual, além daquelas "características" apontadas por Beired na citação anterior, é a diminuição do enfoque dado pelo chefe nacional ao Estado em detrimento da importância da Revolução[353]. Partamos do mencionado no parágrafo anterior acerca da relação entre ambos: em Plínio Salgado há a identificação entre o Estado e a Revolução à medida que da segunda nasce o primeiro, ou seja, a estrutura e organização daquele devem respeitar as mudanças e movimentos causados pela Revolução, fornecendo-lhe aquela que seria uma de suas principais características: a maleabilidade. Para Plínio Salgado, o Estado é uma "entidade flexível", sem qualquer traço de rigidez, fazendo com que se adeque sem dificuldades às situações vigentes: "criamos a nossa concepção de Estado, de finalidade prefixada, porém, de *plasticidade revolucionária*"[354]. Mas é preciso aqui uma maior atenção para não sermos enganados pelos truques que o pensamento de um indivíduo insiste em aplicar aos incautos que tentam analisa-lo: na mesma obra de onde retiramos esta passagem, *A quarta humanidade*, mais a frente o autor comenta que "o Estado, para nós, integralistas, é o interferente modificador", e logo depois, "nós concebemos a revolução como um dever do Estado refletindo os anseios do Homem que o criou"[355]. Estas passagens indicam, sem dúvida, justamente o contrário do que mencionamos anteriormente, isto é, na verdade, parece ser a Revolução que provém do Estado, de modo muito semelhante ao observado em Miguel Reale. Contudo, é neste ponto onde redobramos nossa atenção, porque precisamos dar atenção, primeiro, a maneira como Plínio Salgado conclui a última passagem: "refletindo os anseios do Homem que o criou". Ora, deixa o chefe nacional bem claro que o Estado é, primordialmente, uma obra humana, que nasceu da vontade dos homens; vontade esta capaz de produzir mudanças as quais, por sua vez, surgem daquilo que Plínio Salgado chama de *Idéia-Força*, de onde surge a Idéia Revolucionária. Na ausência de uma

[353] Acreditamos que aqui delineia-se um interessante aspecto do Integralismo que é a "ocupação" de cada autor com determinados elementos para que, mais tarde, possam compor um "todo". De acordo com Karl Mannheim: "No domínio intelectual sobre os problemas da vida, cabem a cada um segmentos diferentes, com os quais cada um lida bastante diferentemente, de acordo com os seus interesses vitais". Cf. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 56-57.
[354] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A Quarta Humanidade, p. 106-107.
[355] Ibid. p. 107 e 109.

terminologia melhor, esta Idéia-Força, ou simplesmente Idéia como por vezes é denominada, é uma espécie de *concepção filosófica* a qual não nasce do ser humano, mas sim é por ele "apropriada" ou "apanhada" em dado momento para ser, então, aplicada à realidade (ela vira, então, *Idéia-Fato*). Ela é uma *abstração* que procura por *intérpretes*. Em posse deste conhecimento é que podemos nos guiar quando seguindo o raciocínio do chefe nacional, pois verificamos, assim, a seguinte análise: o Estado advoga para si o "direito de ser revolucionário", mas só o faz porque *ele foi capaz de compreender a idéia revolucionária, e por conseguinte a Revolução por ela engendrada, para então aplica-la na realidade.* Neste momento, retomando o colocado há pouco, é o Estado o intérprete da Revolução. Observemos a seguinte passagem: "O ato revolucionário é originado de força puramente ideal, *atuando em relação aos fatos de fora para dentro*"[356]. Aqui, o Estado nada mais é que o canalizador da Idéia-Força (a Revolução) – antes eram os *indivíduos*, agora passa a ser uma "entidade" maior, acima deles.

É evidente, no entanto, que a noção de um Estado forte e centralizador permanece no pensamento de Plínio Salgado. Um Estado que represente os interesses de toda a Nação, acima dos grupos sociais e não mais subordinado aos interesses de alguns deles; que funcione de acordo com as necessidades do "país real" (e não do "país legal"), possuindo um conjunto de leis e uma filosofia as quais estejam totalmente adaptadas à realidade nacional; que organize os aspectos econômicos e financeiros do País, assim como fique responsável por resolver quaisquer problemas advindos desta natureza. Em oposição, como não poderia deixar de ser, ao Estado Liberal tão criticado pelo Integralismo, o Estado Integral promove estas mudanças na sociedade em consonância com os imperativos da Idéia Revolucionária, restando-nos, agora, examinar a importante questão da Revolução para Plínio Salgado.

Procurando seguir uma mesma linha teórica, acreditamos que a melhor maneira de se discutir este aspecto da Revolução no integralismo de Plínio Salgado é por meio da análise empreendida por Hannah Arednt em seu livro *Sobre a Revolução* – mas também utilizamos aqui o estudo de Reinhart Koselleck ("Critérios históricos do conceito moderno de revolução"[357]) que utilizou em larga escala aquela mesma obra de Arendt, formando uma espécie de síntese ao mesmo tempo em que fornecia suas contribuições no tocante às propostas da chamada *história dos conceitos* (abordagem esta que não nos interessa aqui). Devemos, então, retomar algumas considerações já introduzidas para, em seguida, passarmos

[356] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 27-28. [o grifo é nosso].
[357] KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do moderno conceito de revolução. In: _____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 61-77.

ao confronto entre aquilo observado nestes dois estudos e o elaborado por Plínio Salgado, sobretudo em seu livro *Psicologia da Revolução*, onde verifica-se não uma síntese de seu pensamento, pois isto não acontece, estando ele, como mencionado, disperso em suas obras, mas sim algumas linhas mestras as quais nos auxiliam no momento de sua compreensão. Assim, já trouxemos à tona dois conceitos essenciais visando tal objetivo, que são os de Idéia-Força e Idéia-Fato: o primeiro denominamos como sendo uma concepção filosófica, uma abstração que existe *independente* do ser humano; o segundo é a transposição da Idéia para a realidade, é quando transforma-se em ação em dado momento: "O *fato* é idéia concreta oposta à idéia abstrata"[358]. Ora, esta passagem da Idéia de um "estado" para o outro se dá quando o equilíbrio que se supõe perpassar o mundo do Espírito e da Matéria (o mundo humano) começa a se rarefazer, dando margem a conflitos e atritos entre as pessoas, exigindo mudanças que sejam capazes de estabelecer um novo equilíbrio – e isto é fruto de uma revolução.

É preciso compreender que, para o chefe nacional, as revoluções são uma espécie de imperativo ou necessidade da humanidade, que sempre ocorreram e continuarão a acontecer *aparentemente* para sempre. Pelo fato das sociedades seguirem as leis do movimento, elas almejam o repouso, a harmonia perfeita a qual não pode significar de maneira alguma imobilidade, mas sim equilíbrio que "é a integridade, é a forma do repouso no movimento"[359]. Mas pelo que se pode deduzir, este quadro de repouso nunca foi atingido pelo fato de que todas as revoluções pelas quais a humanidade passou sofreram com *erros* que nas palavras de Plínio Salgado foram de natureza matemática, e não moral. Com isto ele quer dizer que os erros produzidos, por exemplo, pela Reforma, pelo Humanismo ou pela Revolução Francesa não foram provenientes da Idéia-Força, mas sim da sua interpretação e passagem para Idéia-Fato – ou seja, foi uma falha provocada pelo ser humano. Curioso é, no entanto, notar como Plínio Salgado, quando apresenta tais formulações, está – só não temos como saber se de forma consciente ou não – criando uma divisão no interior de seu próprio pensamento, estabelecendo uma diferença entre as revoluções "passadas" e a sua Revolução Integralista (ou *revolução espiritual*, como é comumente conhecida, mas que nada ou pouquíssimo tem a ver com aquela a qual objetivava a *recristianização* do Brasil, observada em autores como Tristão de Athaíde). Embora todas as revoluções façam parte de uma única Revolução, o que se depreende da leitura da produção do chefe nacional é que, no fim, a Revolução Integralista

[358] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 23. [o grifo é do autor].
[359] Ibid. p. 32.

parece transformar-se nesta "Revolução Única" (ou então sempre foi esta), e tudo aquilo que veio antes somente seguia um caminho previamente traçado. Para não nos alongarmos em demasia, vamos, a partir de agora, tratar unicamente da Revolução Integralista proposta por Plínio Salgado, sublinhando algumas características as quais se coadunam com algumas observadas na noção *moderna* de revolução estudada pelos dois autores citados há pouco. Certamente um estudo a parte deveria ser feito tanto para expor de forma mais detalhada e extensa o pensamento "revolucionário" do chefe nacional quanto para demarcar a distinção que ocorre entre a Revolução Integralista e suas antecessoras, afinal, ainda que nos dois casos verifique-se a procura pelo repouso e pelo equilíbrio, apenas a primeira será capaz de atingir tal objetivo com perfeição, o que nos leva, assim, ao princípio deste parágrafo quando mencionamos que as revoluções ocorreriam *aparentemente* para sempre: se fosse o caso daquelas outras revoluções isto talvez fosse certo, mas ainda que possa vir a entrar em contradição com suas idéias – daí a ocorrência da divisão a qual fizemos alusão – a Integralista pressupõe, ou encerra em si, a possibilidade de um fim o qual, independente do tempo que demore, deverá ser atingido em algum momento. Ela não pode ser imediata porque requer "muitos anos de doutrinação, de educação constante"[360] das pessoas para que seu objetivo final seja alcançado – o que a Revolução Integralista produz de imediato é o novo tipo de Estado, daí sua maleabilidade para sempre manter-se no ritmo da sociedade cujos integrantes aos poucos também vão se transformando. Esta Revolução, a *revolução espiritual*, é o caminho pelo qual toda a sociedade deve ser não reformada, mas sim *transformada*.

Partindo para uma análise mais detida acerca de suas características, temos que algumas delas já foram ou mencionadas ou possuem ligação com aspectos tratados em capítulos anteriores. Como um caso já tratado, verificamos a relação traçada por Plínio Salgado entre o Estado e a Revolução, onde aquele deve colocar-se sob os ditames desta (da Idéia-Força), passando, em seguida, a ser seu intérprete e realizador – é algo semelhante a uma das características apontadas por Koselleck acerca do conceito moderno de revolução, quando diz que "Também o Estado submete-se ao preceito da 'revolução' (...). Aquele que respeita o Estado deve ser 'revolucionário'"[361]. No que pesem as diferenças, o historiador alemão chama a atenção para um fato importante que é a necessidade de se *transformar* o Estado, independente da forma como isto seria feito (por meios pacíficos ou violentos), algo que, como vimos, vai ao encontro da concepção de Revolução postulada pelo chefe nacional.

[360] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma.* 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 14.
[361] KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do moderno conceito de revolução. In: _____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 70.

Já no que diz respeito às características cujas interconexões são feitas através de outros aspectos trabalhados anteriormente, devemos recordar da "filosofia da história" proposta pelo intelectual integralista onde apresenta-nos suas reflexões das *quatro humanidades*, sendo a última, a *Integral*, aquela nunca antes conhecida, encerrando em si não só a possibilidade de um período completamente novo para a raça humana assim como a criação de um novo homem – e para atingi-la, fica evidente o papel desempenhado pela Revolução Integralista. Nestes termos, não podemos deixar de perceber a proximidade com os dizeres de Hannah Arendt ao operar uma ligação entre esta noção particular de revolução e "à noção de que o decurso da história começa subitamente de novo, de que uma história inteiramente nova, uma história nunca anteriormente conhecida ou contada está prestes a desenrolar-se"[362]. Não procura-se um retorno a uma época perdida nem a restauração de determinadas condições substituídas por outras, mas sim este novo princípio, um novo ponto de partida firmado pela revolução que se desenvolverá, com ineditismo, a partir daí. Nas palavras de Plínio Salgado, "A Idéia Revolucionária tem de lutar contra o Presente e contra o Passado", devendo afirmar-se contra "a grande conjuração dos falsos valores do Passado, assim como [contra] a conspiração tenebrosa do Presente, que é toda uma tempestuosa mobilização das mediocridades"[363]. E soma-se a este aspecto da novidade trazida pela revolução a idéia de liberdade que deve acompanha-la[364], assunto do qual também já tratamos – vamos aproveitando este quarto capítulo para fazer todas as ligações deixadas em aberto ao longo de nosso trabalho. A Revolução de Plínio Salgado não deixa de pretender levar a liberdade para a sociedade; uma liberdade que, curiosamente, pelo menos de acordo com seu pensamento, também é nova, porque não se trata daquela egoísta, negativa, já bastante conhecida pelo povo brasileiro, mas sim daquela a ser obtida por todos, a positiva, de intensa e irrestrita participação dos indivíduos – uma liberdade que, em última análise, só pode ser alcançada em conjunto e entre iguais, quando as pessoas são para ela *libertadas* tanto das opressões externas (causadas pela desigualdade social) quanto internas (causadas pelo eu "mais baixo" quando se opõe ao eu "verdadeiro").

Não é necessário deter-se mais nestas duas características da revolução (propiciar um novo começo e a este ligar a idéia de liberdade) pelo fato de já terem sido analisadas ao longo de nossa explanação do pensamento integralista de Plínio Salgado, devendo-se apenas ter em mente que a maneira como aqui tratamos, de forma dividida, foi puramente utilizada para uma

[362] ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moares Editores, 1971. p. 22.
[363] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 61 e 63.
[364] ARENDT, Hannah. op. cit. p. 33-34.

melhor organização de nosso trabalho, afinal, tudo faz parte de um único raciocínio o qual utiliza-se de toda a sua produção para elaborar suas propostas. Assim, acreditamos que podemos avançar mais um pouco, devendo ser contemplados outros aspectos que caracterizam a idéia de revolução produzida pelo chefe nacional. Será uma análise breve, onde iremos apresenta-las e, ao longo da exposição, notar-se-á todo um encadeamento entre elas – e não será nenhuma surpresa se acabarmos por reencontrar durante nosso estudo outros elementos previamente tratados. Iniciaremos com a *irresistibilidade* e a *necessidade histórica*.

Acerca da irresistibilidade, diz-nos Hannah Arendt que, ao contrário de outras noções que o termo revolução passou a encerrar os quais não se manifestavam em seu significado original proveniente da astronomia, tal noção, "de que o movimento giratório das estrelas segue um caminho predeterminado e está isento de toda a influência do poder humano"[365], permaneceu, e encontra ressonância na concepção que aqui analisamos. A revolução passou a ser considerada algo inevitável, que tal como o movimento dos astros, não podia ser impedida ou sufocada pelas pessoas diante de sua força e magnitude. A ela seria indiferente a existência, ou persistência, daqueles que poderiam vir-lhe a ser contra, pois não haveria qualquer forma de poder ou autoridade cuja ação fosse capaz de interpor-se entre a revolução e suas reivindicações e/ou realizações. Plínio Salgado parece levar tal noção ao extremo pelo fato de, como mencionado, apontar as revoluções como as propiciadoras de todos os movimentos humanos, e suas subseqüentes mudanças. Ao estabelecer para a Idéia Revolucionária uma atividade autônoma, ele declara de maneira inquestionável sua irresistibilidade, contra a qual os homens não podem se opor – e se quisermos ir mais além em nossa reflexão, podemos até mesmo dizer que sua força é tão grande, beirando o incomensurável (se é que já não o é), que por tal motivo ela é passível de interpretações "errôneas" por parte dos indivíduos, incapazes de apreende-la; talvez nem eles estejam ainda preparados para *compreende-la* ou lidar com algo que é impossível de ser impedido, demonstrando como, no fim, o homem é quase insignificante diante do Universo ou do Absoluto. E não é o Integralismo, como consideravam seus adeptos, a *marcha natural da história*? Ora, não há como negar, aí, a força irresistível do movimento integralista, da sua revolução, da sua *Humanidade Integral*. Mais uma vez voltando para Arendt: "Parecia que uma força maior que o homem interferira quando os homens começaram a reivindicar [da revolução] a sua grandeza e a defender a sua honra"[366]. Se novamente recordamos nossas análises sobre a ideologia integralista do chefe nacional, iremos encontrar a certeza por ele

[365] ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moares Editores, 1971. p. 46.
[366] Ibid. p. 48.

mantida de que o Integralismo triunfaria, declarando sua inexorável vitória – algo proveniente da revolução a qual empreende, e desta força que carrega.

Esta noção de *irresistibilidade*, de que nada pode impedir a revolução e o que vem em seu bojo, vem acompanhada de uma outra característica, que é a de *cumprimento de uma necessidade histórica*. As *quatro humanidades* e, principalmente, a consideração da existência autônoma da Idéia Revolucionária (Idéia-Força) no pensamento de Plínio Salgado fizeram-no elaborar uma filosofia da história – uma filosofia integralista da história, como chamaria Hélgio Trindade – a qual passou a considerar a história um processo cujos acontecimentos e fatos passados, antes "desprovidos" de sentido para os contemporâneos destes, revelaram-se diante dos olhos dos indivíduos que sobre eles se debruçaram para compreendê-los como detentores de um significado e objetivo e inteligível. As ações humanas, passíveis de serem consideradas como meros acidentes, ou vistas como incidentes isolados sem qualquer conseqüência, agora "conduzem inevitavelmente a uma seqüência de eventos que formam uma estória que pode ser expressa através de uma narrativa inteligente no momento em que os eventos se distanciarem do passado"[367]; elas são guiadas, na verdade, por uma força superior (a Idéia) que, ao encontrar um terreno propício para manifestar-se, o faz e transforma-se em ação por meio de seus intérpretes (os integralistas) que viram *agentes* da história, atuando no mundo tangível em conformidade com os desígnios daquela. Desta maneira, com a história sendo um processo, "destinada a tornar-se um meio da revelação da verdade"[368], criou-se a visão de que haveria etapas a serem cumpridas, movimentos a serem engendrados para que fossem supridas as "necessidades" das transformações as quais deveriam vir a se processar na história, sendo isto deixado a cargo da Revolução que carregaria em si o poder para levar adiante as modificações "exigidas" pelo processo histórico. Ela, a Revolução Integralista, vem para dar continuidade a algo previamente iniciado em consonância com a irrevogável existência de um fim que é e sempre foi seu objetivo, é a verdade que finalmente se revela em seu esplendor para os seres humanos após séculos de "ocultação" no interior de todos os movimentos e ações por eles mesmos levados adiante. Não é uma verdade auto-evidente, verificável imediatamente nas atitudes humanas, mas sim uma verdade que surge com o processo ao passo que este segue de modo coerente e lógico (como pretende a ideologia integralista de Plínio Salgado[369]). E tudo aquilo que a Revolução realizar será, assim,

[367] ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 121.
[368] Idem. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moares Editores, 1971. p. 52.
[369] "Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade fatual e concreta". Cf. Idem. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 123-124.

legítimo, por cumprir quaisquer necessidades da História que já permite um vislumbre de todo o seu sentido e significado, até serem desvendados por completo ao seu termo. Ou seja, se todos os esforços e ações dos seres humanos ao longo da História visavam este caminho, então a Revolução Integralista deve suprir quaisquer necessidades para que tal percurso continue até o final.

Desta última característica pode-se deduzir uma outra, que é a *irreversibilidade* da revolução, pois esta "transformou-se para todos em um *conceito perspectivista dentro da história da filosofia,* que apontava para uma direção irreversível"[370], e seus feitos não poderiam ser desfeitos nem ignorados – como por exemplo a Declaração dos Direitos do Homem – tornando-se, no entender de Plínio Salgado, barreiras que serviriam para impedir justamente qualquer espécie de retorno. Por isto mencionamos que, para ele, as três primeiras *humanidades*, ainda que passíveis de coexistência no espaço e no tempo, quando passavam de uma para a outra, não mais retornavam para a anterior, pois neste momento teria operado uma revolução a qual estabeleceu um ponto final e um novo início, mantendo, assim, sempre uma direção bem determinada, com um caminho a ser seguido. Daí ser o chefe nacional capaz de declarar que "nós não podemos (...) regressar à Idade Média, que desapareceu definitivamente na Renascença"[371]. A Revolução Integralista – e na verdade todas as outras revoluções – segue o mesmo princípio, erigindo "atrás" de si mais um anteparo capaz de impedir um recuo em sua marcha como também de não permitir que nada do passado (do que ficou do outro lado desta barreira) seja capaz de avançar, contaminando o rumo pelo qual segue a revolução e seus frutos.

Como as duas últimas características a serem mencionadas, temos, primeiro, a transformação sofrida pela revolução, passando de política para social, ou seja, ela não traz apenas uma mudança no governo e na forma de governar, mas sim uma série radical de modificações as quais perpassam toda a sociedade, efetuando alterações em toda a sua organização, atravessando o campo econômico, cultural, educacional, etc. A Revolução professada por Plínio Salgado claramente objetiva uma nova ordem política, abolindo o sufrágio universal e os partidos, para citarmos os elementos mais óbvios, assim como almeja uma transformação de amplo alcance na sociedade, instituindo sua organização em sindicatos e corporações, submetendo todo o trato da economia e das finanças aos cuidados do Estado

[370] KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do moderno conceito de revolução. In: _____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 71 [o grifo é do autor].
[371] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 85.

centralizado, organizando "de alto a baixo o ensino, criando a Universidade, segundo um conceito filosófico e político baseado no espiritualismo (...) e imprimindo caráter de extrema brasilidade à escola primária"[372] – e ainda poderíamos incluir neste rol dos elementos presentes na sociedade, o espiritual, compreendendo nele tantos aspectos culturais quanto morais e éticos, o qual sofreria igual interferência e mudança por parte da revolução, afinal, ela é *espiritual* e deve também ocupar-se das finalidades superiores do homem, cujo espírito deve ser continuamente trabalhado, elevando-o até atingir o Absoluto pretendido pelo Integralismo. (Surgem, neste momento, as referências à conhecida *questão social*, da qual falaremos em breve para não rompermos a linha que estamos seguindo). Já a segunda característica vem no bojo da antecessora no instante em que, tendo as revoluções tornado-se bem mais do que simplesmente políticas, então "suas 'realizações' deveriam beneficiar toda a humanidade. Em outras palavras, todas as variações modernas do termo 'revolução' pretenderam (...) uma *revolução universal* e (...) *permanente*, até que seus objetivos fossem cumpridos"[373]. Ora, estando a Revolução Integralista imbuída de "valores" tão positivos e benéficos a toda a humanidade, não seria estranho esperar que ela se espalhasse através do globo – sendo, aliás, como vimos, uma das pretensões dos movimentos totalitários. Nas palavras de Plínio Salgado, "a implantação de Estados Integralistas em cada uma das nações do Continente, será o primeiro passo que temos que dar em conjunto. Esse movimento, que se iniciou no Brasil, deverá estender-se pelos países sul-americanos"[374]. Aqui o chefe nacional faz referência unicamente à América do Sul, porém fica bem claro na proposta que faz de revolução que seu alcance é mundial, afinal, ela deve transformar toda a humanidade.

Pouco antes mencionamos a necessidade histórica da qual a revolução se ocupa, mas ela não é a única, havendo também a "necessidade periódica a qual toda a vida humana está sujeita"[375]. Se em um plano superior, muito além das desprezíveis preocupações mundanas da humanidade, há um processo que se desenvolve de maneira contínua, antecedendo e ultrapassando o curto espaço de tempo das vidas humanas, no plano onde estas mesmas se processam, quase sempre inconscientes quanto à existência do primeiro, ocorre algo semelhante, em escala reduzida, que diz respeito à própria sobrevivência das pessoas. É uma necessidade física, biológica, do *corpo* do ser humano a qual deve ser suprida a fim de que ele

---

[372] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 73.
[373] KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do moderno conceito de revolução. In: _____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 72.
[374] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: A quarta humanidade, p. 75.
[375] ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moares Editores, 1971. p. 59.

continue suas ações, e sua vida, no mundo – se a revolução possui a característica de cumprir as necessidades da História, então ela igualmente passou a se ocupar de resolver as necessidades do ser humano. Estas podem ser enquadradas naquilo que chamamos de questão social, que passou a ser essencial para o pensamento revolucionário. Fez-se urgente dar um fim a pobreza das pessoas, pois as submetia a um estado de constante miséria e necessidades que precisam ser satisfeitas, transformando-as em escravas do próprio corpo cujos reclames para serem alimentados, cuidados ou tratados não permitiam agirem de qualquer outra maneira a não ser para resolver as próprias angústias[376]. Daí não falarmos mais, ou não somente, em uma revolução política, mas também social. Incapaz de ignorar uma tal situação semelhante no Brasil, Plínio Salgado não descarta o alcance e a importância concedida a questão social da qual a revolução não pode manter-se afastada – afinal, como poderia-se processar sua feição espiritual, que requereria um trabalho contínuo se os corpos das pessoas careciam de atenções mais urgentes?

Imbuída na questão social, no cumprimento destas "necessidades" físicas das pessoas, há toda uma preocupação a cidadania das mesmas. Se pensarmos na cidadania como a forma pela qual os indivíduos relacionam-se com o Estado[377] (que é o responsável em promover e assegurar os direitos que a compõe) temos que, no Brasil da década de 1930, o que existe, principalmente pelo interior do País, são *não-cidadãos,* pessoas cuja cultura política quase por completo assemelha-se a chamada "cultura paroquial", marcada pela "alienação em relação ao sistema político, como redução das pessoas ao mundo privado da família ou da tribo"[378]. É uma população desprovida seja de seus direitos civis, políticos ou sociais (senão de todos). Desta maneira, a Revolução Integralista postulada por Plínio Salgado acaba por trazer consigo uma considerável ênfase na cidadania por procurar garantir ao povo um efetivo direito à propriedade, à participação no governo do País – neste caso há a exacerbação da mesma, como conseqüência da liberdade compreendida apenas em sua faceta positiva – à educação, à saúde, ao trabalho, etc. Tanto é que, como coloca Rosa Maria Feiteiro Cavalari, "a *revolução do espírito* era preparada, também, através de uma rede de escolas, criadas e mantidas pela AIB, que funcionava junto aos Núcleos Municipais e Distritais"[379]; escolas estas destinadas tanto a alfabetização quanto ao ensino profissional, cujo funcionamento era tanto no horário da manhã quanto da noite (sendo este geralmente destinado a alfabetização de adultos). Além

[376] ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moares Editores, 1971. p. 60.
[377] CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. p. 4.
[378] Ibid. p. 2.
[379] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193). São Paulo: EDUSC, 1999. p. 72. [o grifo é da autora].

disto, de acordo com resoluções para a organização interna da Ação Integralista Brasileira, os Núcleos integralistas deveriam ocupar-se daquilo que tangia à educação esportiva e sanitária, mantendo também bibliotecas, teatros e toda uma sorte de elementos dos quais a população local pudesse desfrutar, atuando onde o Estado não se fazia presente. Ainda seguindo os estudos de Rosa Maria F. Cavalari, destaca a autora a prática de distribuição semanal de alimentos assim como a existência de lactários visando auxiliar os habitantes da localidade.

É evidente que, no tocante as escolas, a alfabetização de adultos tinha como objetivo arregimentar uma quantidade considerável de eleitores para a eleição presidencial vindoura que contava com a candidatura de Plínio Salgado, porém, olhar apenas por este lado é ignorar toda a produção intelectual do movimento bem como sua preocupação em organizar-se de forma consistente em todo o território nacional – seria uma visão um tanto obtusa creditar isto tudo a apenas uma forma de ludibriar a população para que o Integralismo chegasse ao poder, representando somente seus próprios interesses; seria partir do princípio que seus integrantes simplesmente não acreditavam em nada do que produziam ou pregavam, o que, a nosso ver, pareceria uma enorme perda de tempo, pois existiriam métodos mais rápidos, e quem sabe mais eficazes, de se alcançar o governo do Brasil. Além do mais, existe ainda um outro fator importante a ser levado em consideração neste caso da alfabetização para o voto: não é este um dos elementos a compor a cidadania? Fosse por um objetivo dirigido ou não, o que deve ser ressaltado é a possibilidade daquelas pessoas, de algum modo, ainda que bastante simples (e que chegava até mesmo a contradizer os pressupostos do movimento de não acreditar nas eleições da maneira que eram feitas[380]), participar da vida pública e estabelecer um mínimo de contato com o Estado. Poderíamos, ainda, estender um pouco mais esta análise, porque, estando a Revolução Integralista imbuída de elementos nacionalistas, de identificação do Estado com a Nação (e do povo com esta), trabalha-se, neste caso, para a criação de uma identidade nacional a qual é "reconhecida como ingrediente indispensável da cidadania"[381].

Recapitulando as características[382] aqui mencionadas da revolução da maneira como é trabalhada por Plínio Salgado, temos: a novidade (no sentido de trazer *novas* propostas, bem

[380] É importante atentar para as mudanças de caráter "pragmático" pelas quais a AIB passou quando da proximidade das eleições. Pela sua escolha em alcançar o poder pela via pacífica, precisaria o movimento utilizar-se dos meios disponíveis para tal, embora não comungassem com eles. Pode-se conjecturar que, caso alcançassem a vitória, tal sistema seria modificado para atender as demandas do Integralismo.

[381] CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. p. p. 4.

[382] Certamente ainda existem outras as quais optamos por não trabalhar, mas de maneira alguma sua ausência interfere em nossas análises – de fato, elas as complementariam, como é o caso, por exemplo, da presença da *compaixão* da maneira como é apontada por Hannah Arendt. Deixamos, deliberadamente, esta abordagem para trabalhos que se ocupem de maneira integral da concepção de revolução de Plínio Salgado.

como de inaugurar um período *novo* na História, bem como um *novo tipo de homem*); a irresistibilidade; a irreversibilidade; o cumprimento de uma *necessidade histórica* e das *necessidades humanas* (incluindo-se, aí, a questão social e a cidadania), o que a leva a ser uma revolução, além de política, *social*; e sua pretensão a ser universal.

Das características observadas nos estudos de Arendt e Koselleck, uma parece não encontrar total ressonância na revolução integralista de Plínio Salgado, que é a "experiência de *aceleração do tempo*"[383], de que a revolução é capaz de apressar seus atos e conseqüências a fim de alcançar mais velozmente seus objetivos. Em momento algo o chefe nacional parece abalar-se diante da possibilidade de que a mesma "se processará devagar, porque estamos encharcados dos vícios de uma educação materialista, de uma educação farisaica de catonismos hipócritas em que se esfacelou uma República", e por isto "essa Revolução Espiritual durará muito tempo e o seu triunfo completo se dará nas futuras gerações"[384]. Mas deve-se notar que isto diz respeito mais ao seu aspecto "espiritual", não é o imediatismo que exige a mudança do Estado e da organização da sociedade – a transformação do primeiro se dará no tempo que lhe for necessário; a do segundo, sim, deverá ser o mais rápido possível. O suprimento das *necessidades humanas* (a questão social) é a primeira etapa para o sucesso da Revolução, em seguida, cumpre-se a segunda e derradeira etapa, o suprimento da *necessidade histórica*, satisfazendo todas as "exigências" do processo histórico até alcançar seu fim (é a criação de uma nova sociedade e de um novo homem, cujo espírito desenvolveu-se ao seu máximo). Ricardo Benzaquen de Araújo corretamente chamou a atenção para o fato de que a Revolução postulada por Plínio Salgado, diante de sua preocupação em engendrar transformações as quais fossem muito além do campo político, envolvendo também o próprio ser humano, acabava "por estabelecer uma relação especial e privilegiada com a ideologia"[385], ou seja, a ideologia integralista da qual nos ocupamos ao longo do segundo capítulo encontra na revolução um de seus grandes veículos de atuação – trabalhando em conjunto, são meio e fim do integralismo de Plínio Salgado.

Para Miguel Reale, como enunciado, ocorre o oposto do verificado em Plínio Salgado, ou seja, é o Estado que se destaca em suas análises enquanto a revolução desempenha um

[383] KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do moderno conceito de revolução. In: _____. *Futuro Passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 69. [o grifo é do autor].
[384] SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma.* 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt 1937. p. 18.
[385] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 76.

papel, quando muito, secundário[386]. Sua presença na produção intelectual do chefe da doutrina é um tanto pontual e não apresenta a amplitude da reflexão do chefe nacional (seja no âmbito da filosofia ou não), e isto acaba por se refletir no pouco espaço a ela destinado, cuja existência parece mais apontar, por vezes, para a utilização de um termo de grande apelo político, o qual estaria de acordo com as idéias centrais do Integralismo. Tanto é que, em um dos textos que compõe o livro *Atualidades Brasileiras*, cujo significativo título é "Bases da Revolução Integralista", há pouquíssimas menções à própria palavra "revolução", ocupando-se seu autor de traçar um panorama da atual situação mundial – falando sobre o liberalismo e o socialismo, indicando suas falhas – para, quase no final, falar sobre a nova política proposta pelo movimento integralista. E quando surge o termo em seu texto, é nos seguintes termos: "O mundo atual debate-se em uma revolução, e porventura, *na mais terrível*, na Revolução Econômica e Social"[387]. Não há aqui, e nem poderia dada sua proximidade ao pensamento conservador a insistência de Plínio Salgado em uma mudança radical, que exortava os camisas-verdes a "reagir, violentar os costumes", pois:

> se fordes os primeiros a vos submeter a eles [aos costumes], como sereis dignos da Grande Revolução?
> Se estais de acordo, se acompanhais quanto se faz em torno de vós, não pertencereis aos Tempos Novos, porém, aos Tempos Agonizantes de uma Civilização que nós teremos de destruir até seus fundamentos, para lançarmos uma Ordem Nova no mundo.[388]

É evidente que não se pode perder de vista a presença de uma forte retórica política nestas palavras, porém, ainda assim, são idéias propagadas pelo chefe nacional e que acabam por fazer parte de sua concepção de revolução, não podendo ser inteiramente descartadas. E de posse desta passagem, observemos, agora, Miguel Reale ao dizer que "se levanta a milícia dos camisas-verdes na vanguarda da revolução, sustentando o aniquilamento do regime capitalista, mas salvaguardando as conquistas da civilização"[389]. Aqui, o chefe da doutrina parece ser mais comedido, porque, se por um lado defende o *aniquilamento* do capitalismo, do outro luta para manter muito do que já existe na sociedade. Enquanto Plínio Salgado

[386] Vale ressaltar a idéia de *cidadania* sobre a qual discutimos no pensamento de Plínio Salgado também acha-se implícita no de Miguel Reale, mas quando este fala das transformações a serem empreendidas pelo Estado.
[387] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 102. [o grifo é nosso].
[388] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Palavra nova dos tempos novos, p. 314-315.
[389] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 38.

pretende inaugurar um período novo para a humanidade, Miguel Reale limita-se a sugerir mudanças que se enquadrem naquele momento.

É fato que ambos estejam de acordo com a idéia de que, havendo revolução, será o Estado a leva-la adiante, embora as bases para tal argumentação sejam bastante diferentes, mas um dado que vale sublinhar aqui é que, se para o chefe nacional os indivíduos e, em seguida, o Estado é o portador da Idéia-Força (revolucionária), passando a *agir* na História como seus *agentes*, para o chefe da doutrina isto é simplesmente impossível, não havendo qualquer tipo de interferência ou participação no processo: quando chegar o momento certo, então ocorrerá a revolução que for "permitida" por tal momento (e que estará submetida aos desígnios do Estado), caso contrário, será apenas o movimento de alguns poucos que não levará a nada. Enquanto a Revolução para Plínio Salgado significa a transformação dos indivíduos e a adequação do Estado aos seus imperativos, em Miguel Reale é este que promove as transformações nas pessoas, *subordinando a revolução aos seus imperativos*. Daí a ênfase dada ao estudo do Estado, elegendo-o como centro de suas preocupações e de seu pensamento integralista. Evidente que, aqui, só trabalharemos com suas propostas relativas ao Estado Integral, porém desde já, deixamos registrado que seus estudos abrangem também análises do Estado Liberal, do Fascista e do Comunista.

Procuraremos, por conseguinte, explorar rapidamente algumas de suas principais características, nas quais verificaremos ligações com aspectos já tratados tanto no terceiro capítulo quanto no presente, de forma a apresentarmos sua visão de Estado, elemento que guarda a mesma centralidade no pensamento de Miguel Reale como a de Revolução no de Plínio Salgado.

Para começarmos, parece interessante retornarmos a José Luis Beired que, ao reforçar a diferenciação entre as abordagens do Estado em Plínio Salgado e Miguel Reale, embora siga por um caminho o qual julgamos correto, deixa sua conclusão incompleta: diz o autor que o primeiro propõe um Estado forte, altamente centralizado; já sobre o segundo, declara que "para Reale o Estado tinha uma função declaradamente técnica e modernizadora, que não se manifestava em Plínio Salgado"[390]. Certamente estes aspectos ausentes nas propostas do chefe nacional explicam-se por sua abordagem menos detida, enfatizando a Revolução, mas no tocante a Miguel Reale fica a sensação de que sua proposta de Estado limita-se àquelas características, o que de maneira nenhum acontece porque, para ele, o Estado Integral é claramente um Estado forte – talvez até mesmo mais forte que o do chefe nacional pela forma

[390] BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem:* Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 120.

como este deve moldar-se às necessidades da sociedade e da Idéia-Força – de grande centralização e intervencionista (ainda que suas intervenções poderiam vir sob a feição de colaboração). Sua centralidade e rigidez no interior da sociedade transformam-no em uma entidade cuja presença dificilmente passaria despercebida – e não teria como, afinal, para Miguel Reale, seguindo a linha de pensamento de Aristóteles, o Estado, "do ponto de vista da ordem absoluta das coisas", seria anterior ao indivíduo e a família, pois seria ele o *todo* do qual estes elementos fariam parte[391]. Para o intelectual integralista, o Estado não pode se sustentar, como pretenderia Rousseau, na *vontade geral* que levaria em consideração apenas a dimensão cívica das pessoas; assim como não poderia seguir os preceitos de Kant, concebendo-o apenas como uma unidade jurídica onde reinaria a razão; e muito menos os de Marx, considerando-o em sua feição puramente econômica. Ele deve ser o Estado *aristotélico*, que é, ao mesmo tempo, um *meio* e um *fim*, auxiliando na "realização suprema do homem que é a *autarquia*", compreendida por Miguel Reale como a possibilidade das pessoas de possuírem as condições adequadas e necessárias para desenvolverem suas capacidades individuais, de modo a comportarem-se de maneira relativamente autônoma – é o "desenvolvimento completo da personalidade"[392]. O Estado é necessário porque, só assim, o indivíduo e as unidades "menores" que o compõe possuiriam significado e função – em outras palavras, para que eles possam se afirmar, desenvolvendo-se e agindo com certa liberdade, precisam reconhecer o fato de que sua existência está atrelada a de algo superior.

Isto acaba por fazer com que o Estado, na busca por seu completo desenvolvimento, e conseqüentemente o dos elementos que o compõe, assuma tal postura centralizadora, mas de forma a não permitir que seu alcance vá muito além daqueles limites comentados anteriormente que demarcam o espaço de atuação do indivíduo – estabelece-se, entre ambos, uma troca recíproca de faculdades, direitos e deveres que auxiliam na realização de fins comuns, embora, tal qual ressaltado, o Estado comumente possua mais direitos e faculdades do que o indivíduo. Mas o que interessa aqui é estabelecer a maneira como o Estado Integral deve portar-se, demonstrando justamente quais suas funções, para que seus objetivos e finalidades sejam atingidos. Sua relação com o indivíduo parece já ter sido bastante explorada e relembrada nestes últimos parágrafos, não havendo necessidade de nos repetirmos – prática

[391] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 129.
[392] Ibid. p. 128. O termo *autarquia* possui uma outra definição, ligada ao campo jurídico, que designaria uma entidade de direto público dotada de certa autonomia, mas tutelada pelo Estado que lhe fornece recursos e a quem auxilia em seus serviços.

a qual, admitimos, não tivemos como evitar em alguns momentos –, por isto avançaremos para outra que visa melhor explicitar a centralização do Estado.

Miguel Reale, em algumas passagens de seus livros, ocupou-se de esclarecer alguns aspectos de sua concepção de Estado (geralmente quando de sua similitude com o fascista) que teriam sido alvo de críticas por parte de outros autores, como Tristão de Athaíde ou Vicente Raó. Tais aspectos diziam respeito justamente a ênfase dada em sua centralização e a possibilidade dele, por isto, comportar-se de maneira a absorver tudo a sua volta (como um Estado *totalitário*), daí, nas palavras de Miguel Reale, "muita gente há que teima em ver no Integralismo uma corrente de centralistas extremados, desejosos de sufocar a vida nas províncias, passando uma esponja sobre as diferenças geográficas e as tradições regionais"[393]. Sua proposta para o Estado Integral, distanciando-se de pressuposições desta natureza, acaba por seguir o lema *centralização política e descentralização administrativa*, referindo-se as "opções" disponíveis para a organização nacional baseada ou na possibilidade de se estabelecer no Brasil uma unidade completamente homogênea, indiferenciada, ou na completa autonomia das "partes" que compõe o País, mas sempre revoltados contra este. Para o intelectual integralista, o antagonismo criado entre os estados e o poder central apenas prejudica o desenvolvimento do Brasil, agravando seu problemas – a solução deve ser sim o estabelecimento de um poder central, capaz de representar toda a Nação, e não apenas algumas regiões, porém, ao lado desta centralização, devem existir diversos meios para que estas mesmas regiões se desenvolvam, *expandindo suas possibilidades*. Seria como se coubesse ao Estado Integral a elaboração de um plano de ação a ser executado no Brasil, mas contendo em si diversas direções as quais seriam tomadas de acordo com as especificidades de cada estado. É, no dizer de Miguel Reale, a busca pela substituição do federalismo tradicional pelo *federalismo novo de base corporativa* o qual representaria não apenas os diversos grupos produtores do País como toda a sua complexidade que encerra as diferenças tanto culturais como geográficas das regiões brasileiras.

Já um outro esclarecimento advindo da natureza da centralização do Estado Integral é no tocante ao seu aspecto *não-totalitário*. Isto já ficou bastante claro, mas vale mencionar que, dadas as semelhanças entre o Estado Integral e o Fascista, as críticas ao primeiro eram por causa das declarações feitas por Rocco de que o segundo era *totalitário*, capaz de absorver tudo aquilo – como o indivíduo – que o compunha. Para Miguel Reale, pensar desta maneira

[393] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 29.

seria "reduzir toda a ciência jurídica italiana ao totalitarismo de Rocco"[394] o qual poderia ser até mesmo explicado como uma reação sua contra as "tentativas" dos vários grupos que compunham a sociedade de insurgirem-se contra o Estado, defendendo a idéia, errônea no entender do chefe da doutrina, de que as partes a comporem o todo possuiriam autonomia ou até mesmo supremacia sobre este último, encerrando eles fins em si mesmos. Mas assim como tal idéia é equivocada, achar que o todo é um absoluto, indivisível e indiferenciado também seria incorrer em erro, pois anularia as particularidades de seus componentes. É preciso, assim, formar uma unidade orgânica cuja integração não abandona a diferenciação: "o todo não deve absorver as partes (totalitarismo), mas integrar os valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos (integralismo)"[395]. O Estado Integral marcaria, assim, a reintegração (e reconciliação) do elemento individual ao social, mostrando como indissolúvel a união entre ambos.

Assim, no entender de Miguel Reale, o Estado Integral é um Estado *ético*[396], porque encontra-se subordinado às "leis éticas", isto é, a princípios que, por um lado, impedem o Estado de, em seu alcance e ação, anular os indivíduos e suas personalidades, e por outro, que o permitam agir sempre em defesa da Nação quando os interesses de alguns poucos grupos sociais tentem se sobrepor aos da sociedade. Esta ética do Estado Integral também significa, em consonância com o primeiro aspecto, a aceitação e reconhecimento por sua parte da complexidade que forma o ser humano – poderíamos dizer que o indivíduo também é um "todo" formado por várias dimensões incapazes de serem consideradas em separado. Não é mais possível considerar o Estado, e aqui aflora a formação jurídica de Miguel Reale, como "subordinado ao Direito como a uma única e suprema realidade [que], colocado no mesmo plano do indivíduo, acabou sacrificando o *fundo moral* do direito, conformando-se com o jogo material das fórmulas jurídicas"[397]. Sua função, assim, não mais deve ser de pura concessão dos direitos e a aplicação formal das leis que impedem os indivíduos de prejudicaram uns aos outros, ou seja, sua ação não pode ser apenas jurídica, que se relaciona somente com o homem cívico, mas sim de intervenção em todos os outros campos onde as várias dimensões a comporem os indivíduo se manifestam: no político, no econômico, no religioso e etc. Ele é capaz de distribuir justiça por iniciativa própria, seja contra indivíduos isolados ou grupos, sempre que um direito seja ofendido. Deverá o Estado Integral ser um participante ativo em

[394] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 131.
[395] Ibid. p. 132.
[396] Esta terminologia também pode ser observada nas breves análises de Plínio Salgado acerca do problema do Estado.
[397] REALE, Miguel. op. cit. 136. [o grifo é do autor]

todas as pendências jurídicas, e não um observador imparcial cuja função é de assegurar suas resoluções. Neste sentido, sua visão do Direito é de um instrumento capaz de "corrigir *hábitos*, de contrabalançar tendências para realização de um fim"[398]; ele é capaz de gerar mudanças na sociedade, não aceitando, assim, que sua existência vise apenas a reparar as eventuais falhas da imperfeição humana e suas impotências diante dos acontecimentos advindos do trato social.

Já tivemos a oportunidade de trazer à tona a aproximação que ocorre entre o Estado Integral e o aristotélico, ao que devemos, agora, melhor explorar este traço distinto do pensamento de Miguel Reale, não significando, contudo, dizer que haja uma direta correlação entre ambos, pois isto não acontece. O intelectual integralista considera como profícuas várias das idéias de Aristóteles, daí procurar aplica-las em sua proposta, mas observa que o "grande estagirita" (como por vezes refere-se ao pensador da Macedônia), ainda assim, falha em algumas considerações, "afinal de contas esse homem [Aristóteles] devia deixar alguma coisa para ser pensada por outrem"[399]. As maiores críticas que Miguel Reale faz ao seu pensamento são, justamente, daqueles elementos caros à constituição de seu integralismo: o trabalho, a "indústria" (a ação modernizadora do Estado) e o dinamismo da sociedade. Observemos o desdobramento de tais críticas e sua presença no Estado Integral de Miguel Reale.

O trabalho, como aponta Miguel Reale em Aristóteles, representa muito pouco, sendo relegado a um plano inferior, de pouca importância – posição contrária à defendida pelo intelectual integralista que o considera como "uma alegria espiritual, uma condição imprescindível, à afirmação de nossa personalidade"[400]. Não é sem propósito, então, a escolha dos sindicatos e das corporações profissionais como sendo os principais sustentáculos do Estado e da sociedade, afinal, sendo justamente o trabalho o melhor meio das pessoas colocarem em prática suas capacidades, desenvolvendo-as enquanto desenvolvem a si mesmas, contribuindo para uma melhoria em sua própria situação como da sociedade em que se acham presentes, deve ser ele a medida ideal para a organização social. A representatividade dos indivíduos no Estado Integral se dá mediante ao fato de *produzirem*, em conjunto, visando o bem do País, e neste aspecto, o trabalho acaba por assumir uma maior amplitude, pois são considerados trabalhadores tanto os *do braço*, como *do capital* e *da inteligência*. No momento em que os integrantes de cada categoria põem-se a trabalhar,

---

[398] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 136. [o grifo é do autor].
[399] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 113.
[400] Ibid. p. 112.

exercitando suas capacidades em prol tanto de si mesmos como da sociedade, eles estão produzindo algo que lhes permite assumir as posições *que a eles estão disponíveis* no interior do Estado. Assim, para Miguel Reale, "o sindicato não é considerado uma associação sem importância (...). O sindicato, por ser a expressão de uma certa atividade social, deve merecer toda a consideração do Estado"[401], e em vista disto, estende-se tanto a sua formação como a das corporações para além das de caráter econômico, devendo criar as corporações sociais e culturais nas quais incluiriam-se as igrejas, o exército, a magistratura, os cientistas, os artistas e etc, residindo aí uma das principais diferenças não só entre o corporativismo proposto por Miguel Reale e o fascista, como em relação ao pensado por intelectuais como Oliveira Vianna ou Azevedo Amaral[402]. O trabalho, considerado em seu aspecto tanto físico como intelectual, acaba por configurar-se como elemento fundamental ao integralismo de Miguel Reale e, por conseguinte, à organização do próprio Estado Integral.

A outra crítica do chefe da doutrina ao pensamento de Aristóteles reflete-se em seu apoio à modernização[403] da sociedade. Quando aquele menciona que este é "hostil à indústria, elogiando o Estado agrícola", acreditamos que por "indústria" ele se referia a quaisquer aspectos ou atividades as quais pudessem vir a "modernizar" sociedade e o Estado, daí declarar que "Aristóteles se atemoriza ante o surto mercantilista que ameaça o Estado urbano", e aponta-lhe um "preconceito da cidade [que] não lhe permite ver que os novos tempos se aproximam"[404]. Ora, como ficou bem demonstrado nas palavras de José Luis B. Beired, o Estado Integral de Miguel Reale possui uma visível característica modernizadora, a qual se coaduna com o apoio que deve ser dado à industrialização do País, vista como sua grande impulsionadora – é um traço bem distinto do pensamento integralista de Plínio Salgado no qual menções as indústrias são geralmente carregadas de um tom bastante negativo. Tanto é que o chefe da doutrina mostra-se contra a idéia de que o Brasil deveria manter-se como um país essencialmente agrícola, pois além de limita-lo apenas à atividade de fornecimento de matéria-prima, seria deixa-lo vulnerável diante das oscilações da economia

---

[401] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: ABC do Integralismo, p. 199.

[402] BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem:* Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999. p. 116.

[403] Este aspecto, certamente, deve contrastar com o tratamento dado ao pensamento integralista de Miguel Reale no capítulo anterior, onde sublinhamos suas características conservadoras. No capítulo seguinte tal questão será devidamente tratada e solucionada, justificando, assim, a existência de um "ímpeto de modernização" dentro do conservadorismo do chefe da doutrina.

[404] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, 112. t. I. Deve-se mencionar que Miguel Reale faz uma leitura de Aristóteles, reconhecendo que ele "paga o tributo ao seu tempo", com olhos voltados para sua própria época, procurando localizar elementos em comum entre os períodos. Nada mais condizente com o título da obra.

que poderiam vir a afetar os centros industriais do restante do mundo. É necessária "a fixação de um plano racionalizador [*sic*] de nossas atividades industrias"[405] que deverá ser um dos primeiros passos para a construção de um parque industrial integrado (orgânico), de bases sólidas e capaz de alçar o Brasil a uma maior posição de destaque no cenário econômico mundial, possibilitando-lhe não só sua modernização quanto autonomia e independência em relação aos países estrangeiros, colocando-o, também, no mesmo patamar destes – não deixa de haver aqui, no tocante ao Estado, a mesma ambição da *autarquia*. O Estado Integral é eminentemente industrial e modernizador, e vê com bons olhos as iniciativas que visam este caminho, mas não ao ponto de deixa-las sem controle, e aqui abrimos espaço para um tratamento um pouco mais amplo das características do Estado para Miguel Reale – a terceira, e última, crítica será tratada logo depois, pois auxiliará na conclusão do que viemos tratando até aqui.

Ainda que o Estado Integral não assuma *completamente* para si as tarefas voltadas para a modernização do Brasil, cabe a ele sua fiscalização e intervenção quando preciso – somam-se, aqui, seus aspectos interventores e modernizadores, além de mais uma vez demonstrar o importante papel desempenhado pelas corporações. Nas palavras do próprio Miguel Reale: "não há como negar a imprescindível necessidade de uma interferência estatal que venha a auxiliar e propulsionar as capacidades dos indivíduos e dos grupos, supervisionando e traçando uma diretriz harmonizadora"[406] – é, praticamente como uma constante em suas propostas, a idéia de um auxílio mútuo o qual visa benefícios tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, afinal, para o chefe da doutrina, aquele possui sempre uma face virada para si e outra para o grupo. Além do mais, surge neste espaço a relevância das corporações, porque as diretrizes ou planos para o crescimento industrial contam não só com o Estado como também com aquelas, de caráter industrial, que se reúnem para auxiliar nas formulações necessárias para, mais tarde, serem discutidas e aprovadas em conjunto com as demais corporações não-industriais. É função, então, do Estado cuidar do auxílio necessário àquelas indústrias consideradas como "promissoras", cujos frutos sejam capazes de auxiliar o Brasil em suas aspirações; deve ele criar escolas e faculdades técnicas que possam vir a expandir e incrementar o conhecimento sobre "nossas imensas riquezas"[407] para serem utilizadas no desenvolvimento do País. E para tal, Miguel Reale não descarta a utilização de capital estrangeiro conquanto seja sua entrada e aplicação no Brasil igualmente fiscalizada

[405] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 128.
[406] Ibid. p. 130.
[407] Ibid. p. 141.

pelo Estado, que também deverá impedir "*que aqui se estabeleçam capitalistas unicamente com o fito de manobrar recursos nossos sem nenhum proveito para a terra*"[408], optando, assim, por um caminho impensável por Plínio Salgado.

Continua, aí, evidente, a presença inconteste do Estado que, como não poderia deixar de ser, também assume para si o controle da economia; a *economia integralista* definida por Miguel Reale como "uma economia que, em lugar de estabelecer o antagonismo liberal-socialista entre os indivíduos e o Estado, sustenta a necessidade de desenvolver a ação do indivíduo pelo auxílio e pela vigilância do Estado"[409] – é uma sucinta apreciação daquilo que viemos tratando até aqui, desde o caso relacionado ao individualismo e da liberdade até a onipresença do Estado na vida humana. A iniciativa privada é louvada e incentivada, porém deve-se manter sempre nos estritos limites traçados para que se mantenha o bem comum; limites estes onde reside a liberdade dos indivíduos, ou melhor, a *verdadeira* liberdade proporcionada e assegurada pela justiça a qual impede uma possível opressão dos mais fortes e audaciosos sobre os mais fracos, pois, em mais um momento que parece revelar – de maneira consciente ou não, como sublinhamos no primeiro capítulo – os pontos de discordância entre Miguel Reale e Plínio Salgado, temos uma interessante declaração daquele a qual acaba por atingir o cerne do principal elemento do integralismo do chefe nacional, que é a Revolução:

> Para que a economia volte a se subordinar à moral <u>não basta a reforma interior do homem</u>, como pretendem alguns sociólogos brasileiros, tão utópicos como os liberais. Contra a ilusão de Robespierre, que desejava leis feitas para homens bons, deve se levantar vitorioso o realismo de Machiavelli, ensinando que a lei existe porque os homens são maus ou imperfeitos.[410]

É, novamente, a defesa feita por parte do chefe da doutrina das leis e do Direito cuja existência e aplicação, sim, são capazes de operar as imperativas mudanças na sociedade, e não a crença de que o indivíduo possa fazer isto "sozinho". Contra o aspecto mediato da Revolução Integralista postulada por Plínio Salgado, da transformação que poderá durar décadas, dando-nos a impressão de que realmente partirá do interior do indivíduo, surge o Estado Integral de Miguel Reale cujas leis farão as necessárias modificações, partindo do exterior até o interior de cada um.

---

[408] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Atualidades Brasileiras, p. 141. [o grifo é do autor]
[409] Idem. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 144.
[410] Ibid. p. 145. [o grifo é nosso].

Em suma, no tocante aos aspectos econômicos, o Estado Integral deveria agir de três maneiras distintas, dependendo da complexidade e importância das situações a ele apresentadas: *estimulando*, quando diante da iniciativa dos indivíduos, cujos resultados trouxessem algum bem ao País e a sociedade; *controlando*, quando surge a necessidade de interferir seja visando uma melhoria ou maior racionalização da Economia, ou para resguardar as pessoas envolvidas nos processos econômicos; e finalmente, *gerindo diretamente*, quando da crucial importância do caso em questão, como na organização de crédito, porque os "Institutos bancários devem ser nacionalizados, cabendo ao Estado o controle do meio circulante para preservar a economia nacional das garras do capitalismo financeiro"[411]. O Estado, para Miguel Reale, é o centro da sociedade a qual gravita ao seu redor, e tudo aquilo que ela encerra invariavelmente deve atravessá-lo, legitimando-o e sendo legitimado.

Retomando a última crítica feita pelo intelectual integralista na qual observamos mais um traço a compor seu integralismo e sua visão de Estado, encontraremos sua acusação dirigida a falta de *concepção histórica* de Aristóteles, da ausência de identificação de dinamismo e das transformações na sociedade. Dirá Miguel Reale que "escapa pois ao gênio grego o sentido da história, a qual somente permite descobrir os valores que permaneceram idênticos, apesar das variações verificadas entre os indivíduos, os grupos e as classes"[412]. A mudança é um dado constante para o homem e os tempos modernos; as modificações que ocorrem na sociedade – nas ciências, nas artes, na cultura, – não podem ser desconsideradas, pois constituem-se como realidades humanas. Esta aceitação do dinamismo do mundo reflete-se em sua concepção de Estado porque, como observamos, se não é ele a propô-lo, nele toma parte. As transformações são praticamente uma exigência para a sobrevivência e desenvolvimento da sociedade – e para alcançar a autarquia – e onde for preciso, estará lá o Estado engendrando-as, seja para mudar sua organização ou as pessoas. Retomando o que enunciamos anteriormente, agora com a exposição ora feita, podemos dizer com propriedade que é aqui, a despeito do pouco tratamento concedido por Plínio Salgado, que surge a principal diferença entre o Estado neste autor e em Miguel Reale: para o chefe nacional, ele é maleável o bastante para que possa enquadrar-se ou adequar-se às mudanças provenientes da sociedade; enquanto isto, para o chefe da doutrina, é o Estado a deter o poder de mudar a sociedade, adequando-a e transformando os elementos a constituírem-na. É por isto que ele

[411] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 2: O Estado Moderno, p. 146.
[412] Idem. REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 1: Atualidades de um mundo antigo, p. 113.

reserva para si o direito de revolução, ao passo que, para Plínio Salgado, é a revolução a verdadeira força modificadora de tudo, tanto das pessoas como de suas instituições.

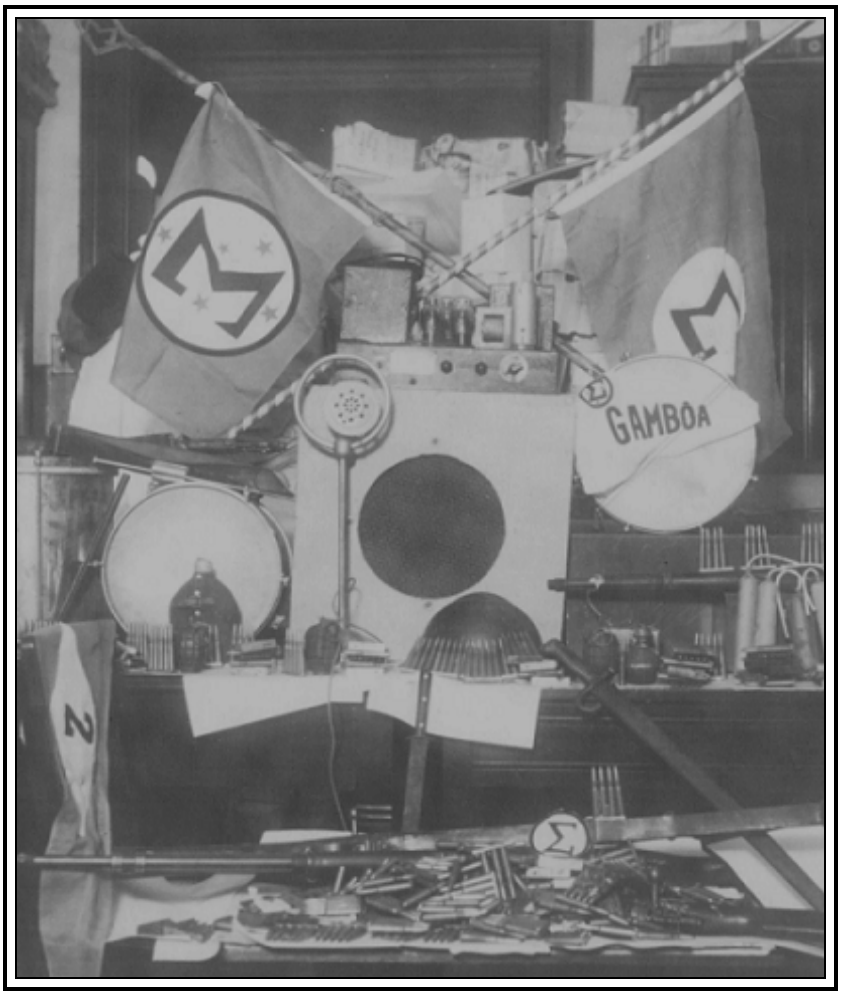
4.3 Conclusão

Individualismo, liberdade, Revolução e Estado – estes quatro elementos, presentes no pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, permitiram-nos expandir mais um pouco nossas análises a eles referentes, assim como deixaram com mais relevo quão diferentes eles são em termos de abordagens, pressupostos e conclusões. È certo que ainda existem outros aspectos a serem trabalhados, não apenas no tocante ao pensamento de Miguel Reale e Plínio Salgado quanto nas distinções entre ambos – até mesmo os pontos dos quais nos ocupamos até aqui poderiam ser aprofundados, mas isto nos levaria a um trabalho demasiadamente específico, algo que foge dos limites de uma dissertação de mestrado. De acordo com o objetivo que tentamos alcançar, em apresentar uma análise dos integralismos de cada um destes intelectuais, colocando-os lado a lado em um mesmo trabalho para, em seguida, faze-los se confrontarem, elegendo alguns elementos em comum – e importante para ambos – a fim de demonstrar suas diferenças enquanto exploramo-los um pouco mais, acreditamos que seguimos pelo caminho certo.

Agora é hora de, mais uma vez, separar o pensamento de Plínio Salgado e de Miguel Reale para que possamos, de algum modo, "defini-los" após tudo aquilo que expomos ao longo destes quatro capítulos. Aos leitores que acompanharam nosso estudo, esperamos poder contar com mais um pouco de atenção para as considerações a seguir.

Capítulo 5

Entre a família e o Estado (II): *Integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador*



Apreensão de armamento da AIB
(Núcleo da Gamboa, no Rio de Janeiro)

Capítulo 5: Entre a família e o Estado (II) – *integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador*

> *(...) human thought always and everywhere synthesizes the given into units that serve as subjects matters of the sciences. They have no counterparts whatever in immediate reality.*
>
> Georg Simmel

Este quinto capítulo tem como objetivo abarcar as considerações feitas nos capítulos anteriores, desenvolvendo, assim, uma análise a qual visa não apenas retomar alguns pontos possivelmente deixados em aberto como fornecer conclusões às questões que fomos levantando ao longo do presente trabalho. Desta maneira, dando prosseguimento ao nosso intuito de apresentar um estudo em que se evidenciem as diferenças entre os integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale, temos como objetivo apresentar uma definição para cada um, isto é, almejamos estabelecer (ou construir) os "conceitos" de *integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador* os quais exprimem as formulações daqueles dois intelectuais no interior da Ação Integralista Brasileira. Continuaremos, aqui, nos remetendo aos mesmos autores que nos auxiliaram ao longo do trabalho – sobretudo nos aspectos teóricos – havendo apenas algumas inclusões quando for necessário em vista do assunto não ter sido tratado, ou mencionado de maneira muito breve, anteriormente.

5.1: Os *integralismos* – definições: introdução

Não deve ter passado despercebido o fato de que, nos dois capítulos onde nos detemos exclusivamente sobre o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, embora estivéssemos partindo do princípio de que teriam características as quais nos permitiriam aproximá-los, respectivamente, do *totalitário* e do *conservador*, nós não demos o que poderia ser considerado como "a devida atenção" a uma maior explicação sobre estes dois conceitos. Certamente não iremos nega-lo, pois isto ocorreu, e ao mesmo, devemos afirmar, ou defender, tal feito, porque visamos um objetivo cujos horizontes, imaginamos, encontram-se mais além do que se poderia esperar. Pode parecer deveras curioso a verdadeira inversão que se opera no presente trabalho – que obviamente não é exclusividade ou ineditismo de nossa parte – com uma abordagem mais estritamente teórica localizada ao seu término, após termos utilizado

seus pressupostos nos capítulos anteriores, entretanto, é este o caminho pelo qual optamos trilhar.

Acreditamos ter ficado patente em vários momentos deste estudo uma de suas intenções cruciais, que é a de analisar o pensamento integralista (nas vertentes aqui tratadas) por meio da produção intelectual dele surgida; refletir sobre como se estruturava, como as idéias nele trabalhavam, quais os seus nexos e ligações internas; procurar como se conectavam e se complementavam concepções espalhadas pelos livros; em suma, de compreendê-lo, ao invés de apenas descreve-lo. Tem sido nossa intenção, nestes termos, apontar a especificidade, a singularidade do Integralismo que, é óbvio, não constituiu-se sozinho, nascendo de si mesmo, mas também não resumiu-se a transplantar para o Brasil o que era observado na Europa do mesmo período. Não se pode negar toda a influência, interna e externa, que sofreu, como seus integrantes sofreram, afinal, sendo suas idéias a permitirem sua criação e ação, elas foram concebidas e se desenvolveram com a ajuda, ou influência, do espaço social em que aqueles se encontravam. E justamente por isto, como poderíamos pensar que uma situação vivida em outro lugar, por outras pessoas, poderia produzir no Brasil algo idêntico? Como descartar as experiências destes indivíduos, substituindo-as pelas de terceiros? A nosso ver, só podemos responder a ambas indagações com negativas, encontrando-se, por conseguinte, nesta recusa, os motivos para corroborarem nossa insistência em considerar aquilo que se produziu sob a égide da Ação Integralista Brasileira como algo específico – assim como o foi o que se processou na Itália, na Alemanha, em Portugal, no Japão, na Espanha e etc. E em vista disto sentimos a necessidade em deixar para essas últimas seções um tratamento acerca daqueles dois conceitos, porque neles vemos instrumentos a auxiliarem nosso trabalho. Eles são pontos de partida, sim, mas não pontos de chegada. Neste aspecto, não é uma análise "cíclica". Nosso objetivo é duplo: o primeiro, analisar e localizar o pensamento de cada um dos intelectuais trabalhados; o segundo, compreende-lo e leva-lo a uma nova "classificação". Em outras palavras, não almejamos explicitar o que seja totalitarismo para, após um estudo do pensamento de Plínio Salgado, chegar até ele novamente; assim como não queremos falar de conservadorismo e percorrer o mesmo caminho com Miguel Reale. Pretendemos, sim, *localizar no totalitarismo e conservadorismo os elementos que permitem uma aproximação com o pensamento de Plínio Salgado e o de Miguel Reale para, a partir daí, definir que "tipo" de pensamento totalitário e conservador são estes.* Desta ambição nascem o *integralismo-totalitário* e o *integralismo-conservador*.[413]

[413] Convém lembrar que as definições as quais nos propomos a elaborar estão intimamente ligadas àquelas das quais partem (totalitarismo, conservadorismo e autoritarismo), devendo ser compreendidas, também, com base

5.2: Os *integralismos* – definições: O que é o *integralismo-totalitário*?

Não é surpresa o fato de que o uso da noção de *totalitarismo* para designar o nazismo na Alemanha e o comunismo na União Soviética extrapolou o campo puramente acadêmico, sendo usando um tanto levianamente, o que permitiu uma (falsa) similitude entre os dois casos. Em nossa análise do pensamento de Plínio Salgado no segundo capítulo, lançamos mão largamente do trabalho de Hannah Arendt no qual a aproximação entre nazismo e comunismo, de modo a assemelha-los, é evidente – mas uma aproximação que, posteriormente, não agradou a própria autora[414] – porém, através do exposto por Raymond Aron, igualmente demonstramos nosso desconforto em relação a tal idéia, afinal, operando desta maneira, não teríamos muito para justificar a singularidade do Integralismo não obstante as flagrantes diferenças. Ainda assim insistimos em sua utilização porque, a nosso ver, não há como negar sua validade e a existência de pontos de contato entre as considerações feitas não só por Arendt como por Aron – e também por C. Friedrich e Z. Brzezinski, no que pesem quaisquer outras intenções por trás de seus postulados. Mas antes de entrarmos na discussão para a qual reservamos este espaço, parece interessante fazer algumas considerações sobre a crítica feita por José Chasin acerca da noção de totalitarismo, e seu uso no tocante ao Integralismo, as quais poderão auxiliar-nos em nossas reflexões.

Como é sabido, a obra de José Chasin da qual lançamos mão é um alentado estudo acerca do pensamento de Plínio Salgado – não nos sentimos confortáveis em falar pensamento *integralista* porque, ao contemplar sua produção posterior ao período de vigência legal da Ação Integralista Brasileira e da fundação do Partido da Representação Popular, o autor está, a nosso ver, levando em consideração aspectos ou idéias cuja relação com o movimento integralista é muito tênue, tendendo a sumir[415] – onde observa-se a intensa tentativa por parte do autor de desvincular o Integralismo do fascismo; tentativa esta, aliás, que consideramos de crucial importância, pois estabelece um outro viés de análise bastante distinto da "tese oposta, a que tem, a partir do livro de [Hélgio] Trindade, seu paradigma"[416], a qual parece, até hoje,

---

no conhecimento acerca destas três noções. Por isto faremos aqui uma breve apresentação deles com base no que já enunciamos nos capítulos anteriores.

[414] LAFER, Celso. A política e a condição humana. In: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 344.

[415] Acreditamos que, se o que veio após a AIB e o PRP fossem, ainda, testemunhos de seu pensamento *integralista*, não haveria motivos para Plínio Salgado fazer uma série de reconsiderações ou adequações ao momento presente. E não apenas isto, mas seria também, após tudo o que aconteceu – seu exílio, a Segunda Guerra Mundial, a redemocratização do Brasil – cogitar a possibilidade de que seu pensamento não absorveu nada de novo ou modificou-se em certos aspectos; seria imagina-lo como algo estático, cristalizado e incapaz de compreender elementos novos.

[416] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 48.

ou persistir, ou não ser tão levada em consideração dependendo da natureza do estudo (porém, quase nunca criticada). Mas na (dura) crítica feita por Chasin, devidamente retribuída por Trindade quando da publicação de seu livro[417], um aspecto merece ser trazido para nossa discussão por consistir em sua recusa na utilização da noção de totalitarismo para classificar o movimento integralista – algo que localiza no estudo de Hélgio Trindade – pois, para o autor, tal noção é fruto de uma *análise e crítica liberais* (o que nos faz recordar do que foi mencionado no parágrafo anterior) as quais partem do princípio de que "o totalitarismo é uma oposição radical ao estado liberal", o que conduz "à impossibilidade de compreender os fenômenos que precisamente julgar determinar"[418]. O que se torna central nas ressalvas feitas por José Chasin é o fato de que todo o raciocínio e reflexão acerca do conceito de totalitarismo e de sua aplicação possuem um substrato de natureza "política", neste caso, de defesa dos princípios liberais os quais passam a se tornar a antítese de tudo aquilo passível de ser encontrado em um movimento e governo totalitários. A noção de totalitarismo, assim, cunhada sob uma ótica liberal, passa a ser a negação de tudo aquilo que o liberalismo político sustenta – é, no dizer de Chasin, o liberalismo com o sinal trocado. Formula-se uma oposição de elementos, cada qual representando um determinado lado: se o liberalismo procura uma difusão do poder e uma estrutura pluripartidária, o totalitarismo concentra o poder e estabelece o monopólio do partido único; no liberalismo deve predominar a liberdade e as leis, no totalitarismo, há a repressão e a violência (o terror).

Um outro aspecto a ser levantado, que sai um pouco desta relação de oposição entre liberalismo e totalitarismo, mas ainda seguindo as mesmas "necessidades políticas"[419] as quais engendram a utilização deste último, é para ocultar ou mascarar a realidade que provocou aqueles movimentos, partindo para uma análise deles por meio de um *universal abstrato*, ou seja, o emprego de um conceito capaz não só de dar conta de uma série de fenômenos, reduzidos a uma única forma de manifestação, como também de levar em consideração somente aspectos que fogem completamente do tangível, abstraindo-se todo o contexto histórico-social da época – neste caso, desvincular o capitalismo da causas dos movimentos totalitários. Há ainda uma série de outros exemplos que poderíamos retirar da

[417] À nota 5 da introdução escrita por Gumercindo Rocha Dorea para o volume 18 dos "Perfis Parlamentares", dedicado a Plínio Salgado, o autor reproduz a crítica de Hélgio Trindade saída no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, do dia 11/03/1978: "Teoricamente monolítico e apoiando-se estritamente em textos de Plínio Salgado, seu fio condutor é um esforço exaustivo e monocórdico em negar o caráter fascista do Integralismo a fim de preservar sua postura teórica".

[418] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 49 e 52.

[419] Estamos evitando o termo "ideologia", utilizado por José Chasin, para não criarmos nenhuma confusão com o termo "ideologia", de acordo como Hannah Arendt o compreende, utilizado no segundo capítulo.

crítica feita por José Chasin[420], mas estes já apontam de forma esclarecedora o trajeto pelo qual caminham as ressalvas feitas pelo autor que, na verdade, podem ser resumidas de uma maneira muito simples: a noção de totalitarismo, para utilizarmos uma expressão do próprio autor, embora tenhamos procurado evita-la, é "somente um instrumento ideológico" que procura ressaltar os grandes "valores" do liberalismo, além de ser:

> (...) uma generalização de aparências, relativas a concretos distintos dos quais, por força não empírica, foram abstraídas, sem justificativa, determinadas características, dentre as quais exatamente aquelas que tornariam irrelevante a similitude fenomênica, e impossível a confusão dos concretos, reduzindo, portanto, radicalmente o alcance das generalizações. [421]

Alguns comentários precisam ser feitos no tocante a esta visão de José Chasin, bem como a forma como a leva adiante, o que suscita observações tanto positivas quanto negativas. Comecemos por estas últimas.

Há, sem sombra de dúvida, uma completa desqualificação por parte do autor do emprego da noção de totalitarismo, porém, a nosso ver, e isso pode até ser justificado pelo andamento das pesquisas na época ou em relação aquelas que ele teve acesso, Chasin incorre em erro ao fazer, também, uma generalização, em ver em qualquer utilização do termo o "instrumento ideológico", o mascarar da realidade, esquecendo-se que, antes de mais nada, ele é um instrumento teórico, ou de análise, que visa a constituição de um modelo cuja formulação possa vir a auxiliar a constatação sejam das semelhanças quanto das particularidades dos objetos que a ele são submetidos para prova. Poderia-se argumentar que há uma certa "ingenuidade" de nossa parte em pensarmos assim. Ora, se é este o caso, então aceitar a crítica de Chasin levaria a um mesmo "engano" porque fica muito clara a motivação do autor a formulá-la, pois, se é o liberalismo que constrói a noção de totalitarismo para resguardar seus princípios, colocando-os como valores positivos os quais não podem, em hipótese alguma, serem relacionados aos princípios e valores negativos provenientes dos movimentos totalitários, então, ao negar a validade do totalitarismo, Chasin, em conseqüência, nega a do liberalismo, desqualificando-o e apresentando não apenas uma melhor abordagem para o problema, como, ainda que implicitamente, princípios e valores que lhe são superiores. Em outras palavras, a questão, aqui, não é a crítica a um conceito visto como incapaz de proporcionar uma reflexão sólida (o que inegavelmente é válido), mas sim a maneira como ela é conduzida, transportando-a para um campo além do acadêmico, o que não

[420] Para a leitura na íntegra desta crítica Cf. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p 46-61.
[421] CHASIN, José. op. cit. p. 55 e 57.

resolve o problema inicial, apenas *duplica-o*, pois abre espaço a um conflito cujas motivações e intenções são de uma natureza muito diferente. E uma outra observação a ser feita, ainda na esteira do que viemos tratando, é o fato de que, se o totalitarismo, para José Chasin, utilizado de acordo com a análise liberal, ocupa-se apenas da esfera política, deixando o resto de lado, para o autor, o que parece importar, é o econômico, é o *modo de produção*, daí uma das principais, se não a principal, idéias a sustentar sua tese ser o fato de que não poderia haver fascismo no Brasil porque as condições econômicas para tal não o permitiam. É sair de uma análise que só contempla um lado e passar para uma a qual limitar-se-á apenas a outro lado – alegando, daí, que "adotamos a perspectiva da que julgamos possuir *exclusivos atributos científicos* (...)"[422]. Certamente a chamada "análise liberal" também julgava possuir estes mesmos atributos científicos.

Uma última observação, bastante simples, diz respeito a oposição criada entre liberalismo e totalitarismo (a liberdade e o terror; a difusão de poder ou sua concentração). Não é preciso refletir muito para saber que existe, aí, um certo fundo de verdade, afinal, e aqui podemos nos referir diretamente ao Integralismo, o mundo ocidental passava por uma crise que atingia justamente o sistema liberal. Ora, se era ele o problema, se eram a liberdade, a difusão dos poderes, o pluripartidarismo, o individualismo e etc que estavam prejudicando a sociedade, nada mais esperado do que abandonar tais princípios e buscar refúgio em outros, que foram seus opostos. Ao nos recordarmos do que foi escrito acerca de Plínio Salgado, veremos que as críticas feitas pelo chefe nacional são dirigidas a tudo que o liberalismo encerra, e suas soluções são justamente o oposto daquilo. O que não significa dizer que, invariavelmente, tal crítica levará ao totalitarismo, mas sim que este pode ser seu ponto mais extremado, é o espaço mais longe a alcançar. Enquanto a produção de conhecimento ficar submetida a outras ambições que lhe são estranhas, não sendo ela um fim em si, é provável que as lacunas as quais nos propomos a preencher aumentem cada vez mais.

Nada disto surge como um grande anátema na obra de José Chasin onde observamos, embora como meios de criticar o totalitarismo, a pretensão de uma abordagem bastante lúcida e profícua do problema do Integralismo, pois para o autor, muitas das análises dele feitas:

> (...) tombaram diante do perfil de certas exterioridades, hipervalorizaram semelhanças organizacionais e restringiram toda preocupação analítica em estabelecer a identidade funcional das duas manifestações ideológicas [Integralismo e fascismo]. Escapou-lhes, conseqüentemente a natureza real do integralismo, uma vez que nem inimigos comuns, nem papéis idênticos por si só conduzem à compreensão de uma ideologia, visto que, apesar da

[422] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 61. [o grifo é nosso].

> identidade dos inimigos, as finalidades do combate podem ser distintas, e distintas também as gêneses que as determinam.[423]

Não é possível pensar na elaboração de idéias como algo desligado de *todas* as condições sociais às quais se encontra submetido seu criador, e Chasin procura seguir esta linha de argumentação, utilizando-se do referencial teórico de Lukács – embora não seja, em princípio, muito distinta, por exemplo, para nos limitarmos aos autores com os quais trabalhamos, da Sociologia do Conhecimento de Mannheim que defende a tese de que "existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiveram obscuras suas origens sociais"[424]. Mas estas similitudes de abordagem, que nem são tão difíceis de explicar, não nos interessam aqui. Importante foi mostrar a validade da observação feita por José Chasin a qual poderia vir a contribuir para com a noção de totalitarismo ao invés de anula-la. Ela não deixa de ser um ponto de partida válido que não precisa necessariamente ficar limitada a algumas "generalizações" ou "abstrações" – a nosso ver, devem partir delas para, por fim, transcende-las.

Seguimos, assim, com o conceito de totalitarismo em nossas reflexões – e não poderia ser diferente se ele já achava-se presente ao longo do trabalho. Porém, como mencionamos, o que fizemos no segundo capítulo (assim como com o conservadorismo no terceiro) foi partir de algumas de suas características, localizando semelhanças ou diferenças com o integralismo de Plínio Salgado. O termo em si não foi devidamente tratado para que evitássemos o que chamamos de análise cíclica. Faremos, então, aqui, considerações sobre ele[425], trazendo à discussão outros autores cujas análises, abordagens e conclusões, algumas bem distintas e, por isto mesmo, interessantes, serão de grande auxílio na caracterização do integralismo-totalitário de Plínio Salgado. Iniciemos, contudo, com quem já surgiu nestas páginas e tem sido nelas uma constante, Ricardo Benzaquen de Araújo.

As considerações feitas pelo autor acerca do totalitarismo concentram-se no último capítulo do livro *Totalitarismo e Revolução*, onde não só as apresenta em conformidade com o pensamento de Plínio Salgado, operando as ligações necessárias entre este e o totalitarismo, como fornece-nos, também, uma valiosa discussão sobre este, e sobre o fascismo, por meio de uma série de autores. Desta maneira, julgamos não ser preciso repetir o que já foi (bem) feito, interessando-nos, aqui, observar a qual conclusão chegou o autor: para Ricardo Benzaquen, a

---

[423] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 60.
[424] MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 30.
[425] Embora pareça contraditório, não faremos referência explícita a Hannah Arendt pelo fato de sua obra ter sido largamente utilizada no segundo capítulo, servindo como base para nossas reflexões.

noção de totalitarismo encontraria-se oscilando entre dois pólos, com o primeiro realçando a "idéia do 'Estado totalitário' como uma versão moderna do despotismo, versão que associa o totalitarismo a um regime político onde o poder é sempre exercido de maneira autoritária, de cima para baixo, concentrando-se no estado (...) o monopólio da soberania"; e o segundo referindo-se ao totalitarismo como:

> uma ideologia que prega a construção de uma ordem mais justa e fraterna através da eliminação de todas as diferenças sociais, num processo que, para homogeneizar a sociedade, exige a participação de todos e que, por isso mesmo, desloca a soberania para o povo e nunca para o Estado.[426]

Esta segunda "conceituação" elaborada pelo autor parece ser a que melhor se coaduna com o pensamento integralista de Plínio Salgado, pois destaca os elementos com os quais já trabalhamos, como a ideologia, a pretensão da igualdade entre os indivíduos e a soberania do povo (o exercício da liberdade positiva). E observando tais aspectos, podemos lançar mão de outro autor que nos auxiliou nas reflexões acerca do individualismo tão combatido pelo chefe nacional: retomamos, assim, Louis Dumont para quem o totalitarismo, em primeiro lugar, não pode ser considerado como uma espécie de *holismo*, ainda que o termo evoque a idéia de uma totalidade social, pois não significa, aqui, que se busque um possível retorno ao passado, com uma visão ingênua da sociedade como um todo – ele é um fenômeno claramente moderno do qual seria impossível esperar um tal comportamento. Para o autor, o totalitarismo "aparenta voltar-se contra o individualismo no sentido corrente do termo", resultando, assim "da tentativa de *subordinar o individualismo ao primado da sociedade como totalidade, numa sociedade em que o individualismo está profundamente enraizado e predomina*"[427]. Sabemos que a preocupação de Dumont não é com o estudo do totalitarismo, sendo este, na verdade, um dos elementos que surgem em meio aos temas sobre os quais se debruça, todavia não podemos deixar passar a apreensão que faz acerca de um ponto importante, afinal, se há um aspecto com o qual o pensamento de Plínio Salgado debata-se constantemente é o individualismo para ele enraizado de forma tão profunda na sociedade brasileira – cuja origem remonta aos tempos da colonização, o que, desde já, impede qualquer pretensão de retorno a um passado "idílico" – e que, por isto, deve ser combatido até ser eliminado ou no mínimo, como já falamos, subordinado à sociedade, onde todas as manifestações humanas estão voltadas para a totalidade, nunca visando a si mesmo. Embora limitada, esta brevíssima noção

[426] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 97.
[427] DUMONT, Louis. *Homo aequalis*. Tradução de José Leonardo Nascimento. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 24-25. [o grifo é do autor].

de totalitarismo apresentada por Dumont é capaz de apreender uma de suas principais características, essencial para nosso objetivo.

Raymond Aron fornece-nos sua definição de forma semelhante àquelas apresentadas por Ricardo Benzaquen e Louis Dumont – ou seja, enfatizando alguns aspectos. Assim, para Aron, uma definição satisfatória de totalitarismo deve considerar como essencial "either the monopoly of the party or the state control of economic life or the ideological terror"[428], além de não descartar o papel crucial desempenhado pela ideologia na constituição e propagação do movimento. Deve-se, ainda, considerar o elemento revolucionário nele presente, do contrário, poderia-se pensar que qualquer regime político monopartidário é sinal de totalitarismo, o que não é o caso, bastando observar a Itália fascista que possuía um sistema de partido único, mas não pode ser considerada como possuindo um governo totalitário, como Hannah Arendt já havia alertado em seu *Origens do Totalitarismo*, além do que, nela não houve a "ideological proliferation nor was the totalitarian phenomenon comparable to the great Soviet purge or to the excess of the last years of Hitler regime". Para Aron, aquilo que ele chama de *partido revolucionário*, desempenha um papel decisivo na constituição do totalitarismo, porque "the regimes did not become totalitarian through a kind of gradual impulse, but through an original intention – *the will to transform fundamentally the existing order by means of an ideology*"[429]. Na passagem em destaque há uma clara aproximação com a ambição do integralismo de Plínio Salgado, aglutinando-se, aí, não só a importância conferida à revolução (os integralistas são os portadores da Idéia Revolucionária) como da ideologia, estando, assim, o totalitarismo ligado a pretensão de uma mudança radical na sociedade. E ainda no tocante à revolução, podemos acompanhar as palavras de Claude Lefort, para quem há uma relação entre ela e o totalitarismo. Diz ele que:

> (...) a idéia de Revolução, como acontecimento absoluto, fundação de um mundo no qual os homens dominariam inteiramente as instituições, concordariam no conjunto de suas atividades e de seus fins, de um mundo no qual o Poder se dissolveria no fluxo das decisões coletivas, a lei no fluxo das vontades, de onde o conflito seria eliminado, essa idéia pactua secretamente com a representação totalitária.[430]

É praticamente impossível não localizar nas palavras do autor aquilo que subjaz na proposta do chefe nacional: fim dos conflitos e das diferenças, a soberania do povo a quem compete todas as decisões tomadas em uníssono, a radical transformação do mundo em um outro desconhecido até então pelo humanidade. E aos poucos, como pode-se constatar, vamos

[428] ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism.* Michigan: University of Michigan Press, 1990. p.194.
[429] Ibid. p. 195. [o grifo é nosso].
[430] LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 126. [o grifo é do autor].

aproximando os vários traços capazes de compor a noção de totalitarismo da qual retiraremos aqueles que encontram eco no integralismo de Plínio Salgado[431].

O último autor a quem devemos fazer referência é Roque Spencer Maciel de Barros cujo livro *O fenômeno totalitário* apresenta algumas abordagens, pressupostos e conclusões por vezes bastante distintas daquelas dos autores com os quais trabalhamos até aqui. Obra volumosa, *O fenômeno totalitário* é dividido em duas partes, com a primeira tratando mais detidamente do totalitarismo, onde o autor aproveita para fazer uma prolongada discussão bibliográfica acerca do tema, e a segunda sendo composta por vários "estudos complementares" (título desta parte) cujas temáticas, variadas, encontram-se por possuir em comum justamente a questão do totalitarismo a qual surge em suas análises. A julgar por sua declarada proximidade da filosofia liberal, a leitura do livro de Roque Spencer é capaz de causar certa "desconfiança" naqueles que estejam de total acordo com as críticas feitas por José Chasin e mencionadas anteriormente, mas sua contribuição, sobretudo para o presente estudo, a nosso ver, acha-se muito além de quaisquer discussões desta natureza. Infelizmente não temos como fazer uma exposição mais demorada acerca das idéias de Roque Spencer dada a extensão de seu livro, restando-nos, apenas, trazer à tona algumas capazes de sintetizar o que o autor compreender como totalitarismo para darmos prosseguimento em nossa análise e posterior elaboração de um termo específico ao caso do integralismo de Plínio Salgado (*integralismo-totalitário*). Para iniciar, convém somente explicitar alguns pontos mais gerais defendidos pelo autor: para Roque Spencer, o totalitarismo não é um fenômeno moderno, mas algo capaz de ser observado em sociedades antigas (daí falar em um totalitarismo *moderno* e outro *antigo*)[432]. Declara isto o autor pela sua própria forma de abordagem do problema: através da filosofia ("o nosso propósito é filosófico – e é como livro de Filosofia, sem mais adjetivações, que gostaríamos que este trabalho fosse considerado"[433]), o que o leva a um estudo que contempla aspectos políticos, sociais e econômicos, contudo encontra seus principais fundamentos em reflexões concernentes à "natureza humana", aquilo que ele chama de *ente humano* – o autor opta por trabalhar com a noção de *ente* ao invés de *ser* por considerar que o primeiro, por tratar-se de algo que efetivamente existe, é capaz de ser sujeito,

[431] Já mencionamos isto no segundo capítulo e voltamos a falar: o integralismo de Plínio Salgado não comporta a idéia de *terror* presente no totalitarismo. É um dos principais traços a distingui-lo e que nos obriga a procurar por um tratamento mais específico, onde tal dimensão não se acha presente.

[432] Devemos, aqui, registrar, nossa discordância com tal idéia *nos termos em que é apresentada*. Acreditamos ser de grande validade a maneira como o autor aborda o totalitarismo, porém, não nos parece correto ampliar tão largamente sua aplicação. Sua distinção entre *moderno* e *antigo* é compreensível, mas talvez fosse mais correto, no caso do segundo, a utilização de um outro termo mais adequado para que a necessária *divisão* entre eles fosse bem demarcada.

[433] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1990. p. 11.

enquanto o segundo não pode ser tido como sujeito, pois desconhece-se sua essência e sua existência[434]. Nas palavras do autor, o fenômeno totalitário "extravasa o campo da política (...) englobando outros aspectos da realidade (...) que podem permanecer num plano virtual, meramente teórico"; e também "extravasa o campo político porque decorre de um sentimento e de uma concepção do mundo e do homem radicada no mais profundo do humano"[435]. Assim, Roque Spencer constantemente retoma a concepção do *ente* humano ser marcado por uma ambigüidade a ele inerente – ele é, ao mesmo tempo que parte de um todo, um todo por si só, ou seja, ele só pode existir como *ente* entre outros *entes*, mas como *indivíduo* quando se destaca daquela coletividade da qual faz parte (nele haveria tanto um movimento tendendo à singularização quanto à totalização). A validade deste tipo de abordagem interessa-nos bastante pelo fato de Plínio Salgado, não obstante suas propostas mais "concretas", operar suas reflexões em um campo mais filosófico, ou metafísico[436]. E no que pesem as diferenças entre Roque Spencer e os outros autores (sobretudo por considerar o totalitarismo como, antes de tudo, um fenômeno *humano*), acreditamos não haver qualquer tipo de conflito entre eles que possa vir a prejudicar nossas análises.

Observemos, agora a definição dada por Roque Spencer Maciel de Barros do totalitarismo, que se caracteriza:

> pelo esforço de eliminação de toda e qualquer singularidade, pela exigência de absorção no Todo, de que o Partido se proclama representante, pela abolição, enfim, de tudo que seja particular, pessoal, individual. Ele exige a supremacia do coletivo sobre o individual, do nós impessoal sobre o eu pessoal, que deve ser sacrificado em nome daquele (...), sacrifício constituído pela "perda do eu", diluído no anonimato do nós – ou do "eles".[437]

Definição que guarda grandes semelhanças com as palavras de Louis Dumont, ela aponta para a principal tese do estudo de Roque Spencer por incutir o problema do totalitarismo em uma discussão que leva em conta, num primeiro plano, o próprio *ente* humano que é acometido pela ambigüidade mencionada no parágrafo anterior, colocando-o em uma posição na qual precisa "escolher" a qual *imperativo* de sua natureza deve obedecer: assimilar-se ao todo, homogeneizando-se, ou dele se descolar, singularizando-se. E a partir daí é que o fenômeno totalitário começa a ganhar forma no mundo "exterior". É a tentativa de construir uma nova

[434] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1990. p. 44, nota 1.
[435] Ibid. p. 13.
[436] Acreditamos ser de suma importância um estudo que contemple este aspecto profunda e exclusivamente. Infelizmente não tivemos esta oportunidade aqui, dada a preferência por abordar outros elementos, mas quando for possível, tentaremos enveredar por tal empreitada.
[437] BARROS, Roque Spencer Maciel de. op. cit. p. 16. [o grifo é do autor].

ordem e sociedade para a humanidade a qual dar-se-á por meio, num primeiro momento, da política. Para Roque Spencer, o que ele chama de "política totalitária", empreendida pelo movimento o qual se incumbe de realizar na sociedade nas transformações almejadas de acordo com a *ideologia*[438] a sustenta-lo, é a forma pela qual forjar-se-á uma nova ordem capaz de dar cabo daquela ambigüidade, criando um "estado de unidade perfeita"[439] que é localizado como algo inevitável no decorrer do processo histórico. Este é o totalitarismo do *devir*, pois busca aquela ordem ideal, unificada e indiferenciada em um tempo futuro, localizado no fim da História da qual o movimento totalitário é seu arauto e realizador. A organização da sociedade passa a ser fruto das decisões tomadas pelo movimento as quais são aceitas por todos porque dele fazem parte agora; o que antes encontrava-se restrito ao campo político logo ultrapassa-o, aplicando-se a todas as outras dimensões da vida humana.

As reflexões de Roque Spencer, pelo tamanho de sua obra, estendem-se muito além desta parcela mínima de suas idéias das quais permitimos apenas um rapidíssimo vislumbre. Mas, só de expor sua principal tese, já ficamos de posse de um elemento crucial para a compreensão do pensamento integralista de Plínio Salgado e, finalmente, sua "definição". Pelo que apresentamos por toda o segundo capítulo e partes do quarto, podemos verificar que o integralismo do chefe nacional propugnava uma série de idéias e práticas por meio das quais a sociedade brasileira (e logo a humanidade) pudesse ser capaz de transformar-se radicalmente, conhecendo uma forma de vida até então completamente desconhecida – o individualismo egoísta e a liberdade desagregadora bastante familiares dos brasileiros deveria ser substituída por um sentimento de solidariedade, de conjunto e de ordem; aquela liberdade, privilégio de uns poucos, deveria ser repartida para todos. O movimento integralista era uma força quase que nascida da História para que pudesse cumprir-lhe seus desígnios; era o verdadeiro intérprete da Idéia Revolucionária cuja adequada compreensão fora sempre permeada por erros humanos, e sendo assim, era o movimento através do qual *a* Revolução, iniciada há milênios e em movimento constante, poderia finalmente percorrer seu caminho sem falhas ou desvios. Sustentado e perpassada por uma ideologia capaz de explicar qualquer problema colocado em sua frente, justificando sua existência e atos, bem como sua validade e inquestionável vitória, comportando-se como a única visão de mundo verdadeira que deveria

[438] A definição de ideologia é parecida com a de Hannah Arendt da qual lançamos mão em nosso trabalho. De acordo com Roque Spencer, "a ideologia é uma concepção total de mundo, marcadamente gnóstica ou maniquéia (...) que pretende, cientificamente, dar conta da situação do homem e que oferece uma solução política, que se acredita decorrer de sua visão 'científica', a qual afetará o ente humano na sua totalidade, transformando-o ou restaurando-o". Cf. BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O Fenômeno Totalitário*. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1990. p. 27.
[439] Ibid. p. 24.

ser partilhada por todos e direcionando-lhe suas ações e pensamento, o integralismo de Plínio Salgado era a realização da última aspiração do ser humano, onde surge a grande contribuição das idéias de Roque Spencer Maciel de Barros. O integralismo de Plínio Salgado encerra e propicia, por meio da política, mas transcendendo-a logo em seguida, a conciliação da humanidade com o Todo, com o Absoluto, pois atingi-lo é "a ânsia permanente do Espírito Humano"[440]. Ele é o fim da ambigüidade humana a qual levou as pessoas a um processo de constante individualização, de singularização que, em última análise, foi a causa de todos os problemas existentes na sociedade. Após acumular tanto seus efeitos negativos, não poderia mais a humanidade suporta-la; ela precisava reencontrar a si mesma, alcançar aquele estado também a ela inerente. Atingir o *Uno*, onde todas as diferenças terminariam, e conseqüentemente os problemas e conflitos delas advindos. Para Plínio Salgado, é o integralismo que realizaria tal estado no interior da própria sociedade humana. Os indivíduos agora indiferenciados, unificados, vivendo em harmonia. Quando isto fosse alcançado, então o ser humano, o Espírito humano, completamente integrado, detentor de uma essência partilhada por todos, formará uma totalidade e alcançará o Absoluto.

Do *totalitarismo* partimos para uma análise do pensamento de Plínio Salgado. E agora, vislumbramos o *integralismo-totalitário*.

Depois de tudo com o que nos ocupamos nestas páginas, alcançamos uma definição para a proposta de Plínio Salgado no interior da Ação Integralista Brasileira. O chefe nacional elabora, assim, o *integralismo-totalitário* o qual pode ser definido como *uma das principais vertentes do Integralismo que, sustentada por uma* ideologia *que deve ser inevitavelmente assimilada e da qual parte toda a força do movimento e deve constituir-se como única fonte de obediência, postula uma* revolução *de movimento ascendente (de baixo para cima) capaz de modificar por completo a sociedade, de forma imediata (mudança no sistema político, deslocamento da soberania para o povo, e na organização cultural, social e econômica; fim das diferenças e instituição de uma igualdade sem precedentes entre as pessoas); e mediata através de uma radical homogeneização dos indivíduos, eliminando suas singularidades, que devem ser transformados em um todo indiferenciado e indivisível que aspirará à uma finalidade superior, de cunho metafísico, como solução a uma ambigüidade inerente à natureza do ser humano.*

Verifiquemos, agora, o caso do *integralismo-conservador* de Miguel Reale.

---

[440] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado.* São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 7: Psicologia da Revolução, p. 174.

5.3: Os *integralismos* – definições: ABC do *integralismo-conservador*

Tratar do conservadorismo no pensamento integralista de Miguel Reale é uma tarefa com o mesmo grau de complexidade do totalitarismo em Plínio Salgado, mas isto não significa dizer que os *motivos* que justificam tal igualdade sejam os mesmo, pois não é este o caso. Não estamos aqui, pelo menos não no tocante aos autores com os quais trabalhamos, diante de visões muitos díspares acerca do pensamento conservador as quais poderiam levar-nos a fazer considerações e/ou exposições da maneira como fizemos na seção anterior. No tocante a esta questão não há muito o que fazer, restando-nos apenas, em um primeiro momento, procurar conceituar o conservadorismo da maneira como fizemos com o totalitarismo para, em seguida, encontrarmos a especificidade que o pensamento de Miguel Reale encerra (o *integralismo-conservador*), e é neste ponto, na transição de uma abordagem do problema para o seguinte que reside o grau de complexidade ao qual fizemos menção. O que pretendemos dizer com isto? Devemos chamar atenção para o fato de que, diferente do totalitarismo e dos vários autores que ressaltaram uma ou outra características, o conservadorismo, da maneira como apresentado e utilizado, não possui esta "variabilidade"; mesmo com as distinções existentes entre o integralismo proposto pelo chefe nacional e outros movimento totalitários, ele foi capaz de situar-se nos "limites conceituais" estabelecidos pelos autores, e isto não acontece, como imaginamos ter sido possível de observar, sobretudo, no capítulo anterior, no caso do conservadorismo e do integralismo de Miguel Reale – as idéias do chefe da doutrina extrapolam-lo de maneira visível. Não há, aqui, uma questão de incompatibilidade com este ou aquele elemento, é algo mais amplo porque não se coaduna inteiramente com traços básicos do pensamento conservador, afinal, como explicar aquele "ímpeto modernizador" que o Estado Integral possui? Sua compreensão das mudanças na sociedade? A noção de conservadorismo da qual lançamos mão não é capaz de responder satisfatoriamente tais perguntas, daí a necessidade de procurarmos uma outra direção na qual possamos *fornecer respostas de modo que não se incompatibilizem com tudo o que já foi tratado no capítulo três e partes do quarto.* Sendo assim, para isto, devemos voltar nossa atenção para o *autoritarismo*, previamente mencionado de forma bastante breve. Será ele o instrumento capaz de harmonizar o que poderíamos chamar de *base* ou *princípios fundamentais do pensamento integralista de Miguel Reale*, e a *aplicação das idéias* daí provenientes. Começaremos tratando do conservadorismo, fornecendo uma definição mais bem delimitada, e em seguida trabalharemos com o autoritarismo. Por fim, baseado no que foi apresentado, chegaremos a uma "definição" do *integralismo-conservador* de Miguel Reale.

Com base nos estudos de Karl Mannheim (largamente utilizado por nós), de Antonio Carlos Peixoto e Robert Nisbet, podemos chegar a uma definição "provisória" do que é o conservadorismo – falamos em *provisória* porque para Mannheim os "traços característicos individuais, não pretendem somar um conceito que representaria o 'conservadorismo' como tal. Eles são apenas exemplos que de alguma forma prenunciam uma intenção básica (...) que existe na raiz desse estio de pensamento"[441]. Sendo assim, consideramos o pensamento conservador como um *estilo de pensamento surgido na sociedade moderna como "reação" às mudanças e idéias trazidas sobretudo pela Revolução Francesa; caracterizava-se, em suas análises, pela ênfase dada aos aspectos qualitativos da realidade a qual era aceita sem questionamentos por tratar-se do resultado do desenvolvimento natural da sociedade, e por focar-se em elementos concretos, passíveis de serem encontrados no mundo a sua volta. Além disto, geralmente priorizava o social em detrimento do individual, visto como* parte *de uma* unidade orgânica *maior, acreditava na hierarquia social como forma de se evitar a desorganização da sociedade e valorizava o passado histórico e suas instituições*[442]*. Era contrário ao pensamento do direito-natural, não via com bons olhos a modernidade econômica e descartava a idéia de progresso, tanto da sociedade quanto do ser humano.*

Esta breve (e não conclusiva) conceituação de conservadorismo[443], elaborada com os estudos daqueles três autores, encerra, como pode-se observar, aspectos que foram vistos quando de nossa análise do pensamento integralista de Miguel Reale. Porém, e já havíamos chamado atenção no mesmo capítulo três, alguns de seus traços característicos acabam por se chocar com idéias presentes naquele, daí dizermos que, ao contrário do verificado em Plínio Salgado, a noção de conservadorismo não é capaz de dar conta completamente do integralismo professado pelo chefe da doutrina, deixando escapar alguns de seus aspectos – o que mais uma vez corrobora nossa intenção em procurar uma definição específica para o pensamento destes intelectuais. Desta maneira a solução, a qual já apontamos anteriormente, é voltar-se para o autoritarismo, e embora concordemos quando Ricardo Benzaquen de Araújo diz que a relação entre "conservadorismo e autoritarismo está longe de ser natural, direta ou

---

[441] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 126.

[442] NISBET, Robert. Conservadorismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 139-148.

[443] Devemos mencionar um outro estudo acerca do pensamento conservador, intitulado "Conservadorismo", de Andrew Vincent, do qual pode-se retirar algumas informações valiosas, mas optamos por não utiliza-lo em nossa definição em vista de sua abordagem que divide o conservadorismo em cinco vertentes (tradicionalistas, românticos, paternalistas, liberais e da Nova Direita), com constante sobreposição de algumas delas – principalmente das três primeiras. Cf. VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas.* 2. ed. Tradução de Ana Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

automática"[444], não podemos deixar de localizar em Miguel Reale alguns traços próprios do pensamento autoritário, notadamente aqueles destacados por Bolívar Lamounier em seu "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República", presente no *História Geral da Civilização Brasileira*. Mas antes de nos voltarmos por completo para o trabalho de Lamounier, devemos retomar aquela característica sublinhada por Hannah Arendt que diferencia o autoritarismo do totalitarismo ao estabelecer que o primeiro é a forma de governo menos igualitária existente em face de sua estrutura hierárquica que "incorpora a desigualdade e a distinção como princípios ubíquos"[445]. Desta maneira, Arendt estabelece a clássica imagem da pirâmide para representar sua idéia de um governo autoritário, onde a fonte de todo o poder localiza-se em seu topo e vai se infiltrando daí até a base através de todas as camadas que a compõe: cada uma destas, por sua vez, retém para si uma quantidade de poder e autoridade a qual será sempre invariavelmente maior que a consecutiva inferior. Acreditamos que um dos motivos para classificarmos o pensamento integralista de Miguel Reale como conservador *e* autoritário residiria, também, nesta "afirmação" da desigualdade, pois basta recordarmos a ênfase dada pelo primeiro no aspecto qualitativo dos seres humanos – traço característico que acaba sendo comum a ambos, o que nos deixa, assim, diante de um "conservadorismo autoritário"[446], para utilizar a expressão de Ricardo Benzaquen de Araújo – , além da organização do Estado e da sociedade que postula seguir aquela mesma clássica forma piramidal, com seus níveis detendo diferentes quantidades de poder, autoridade e responsabilidades.

Os estudo sobre governos autoritários de Juan J. Linz oferecem-nos análises interessantes, porém não nos sentimos confortáveis para utilizar a definição[447] que propõe no caso o qual estudamos agora, mas isto não invalida algumas de suas observações, principalmente as que dizem respeito aquilo que chama de "estatismo orgânico", quando passa a abordar a questão das idéias corporativistas no pensamento autoritário. Assim, dirá que "não é de se surpreender que as concepções autoritárias emanadas de um clima de rejeição de partidos políticos, da amargura do conflito ideológico nas democracias instáveis,

---

[444] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* o Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 81, nota 18.
[445] ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 136.
[446] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. op. cit. p. 84.
[447] "Sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento, e no qual um líder, ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis". Cf. LINZ, Juan J. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *O Estado Autoritário e movimentos populares.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 121.

(...) poderia proceder soluções corporativistas"[448] – e soluções estas intimamente ligadas ao pensamento conservador que rejeitava as idéias do liberalismo e o individualismo que vinha em seu bojo, procurando sempre enfatizar a posição do indivíduo como membro de diversos grupos sociais. Ocorre, porém, que as análises de Juan Linz, embora acertadas em alguns momentos, acabam por se mostrarem com lacunas principalmente porque subestimam, nas palavras de Lamounier, "a importância da argumentação que (...) os ideólogos autoritários desenvolveram, particularmente sua visão do Estado senão como um fim em si mesmo, como um arcabouço institucional capaz de mitigar a luta de classes", e "sua orientação corporativa, em nome da qual é traçado todo o um projeto de sociedade, a partir da representação autônoma de interesses"[449]. Linz não concederia às idéias produzidas por aqueles *intelectuais autoritários* o relevo que elas possuem como soluções concretas a uma situação vigente, desenvolvidas em consonância com o momento histórico e social pelo qual seus autores atravessavam. Não foram elas resultado de uma prática mimética, mas sim de uma interpretação particular dos problemas do País, as quais seriam capazes de gerar (ou teorizar sobre) uma outra forma de organização – política, social, econômica, etc. – dotada de particularidades capazes de diferencia-la de um regime, por exemplo, democrático ou totalitário. A questão envolvendo o Estado no pensamento autoritário, justamente a que nos interessa em particular e sobre a qual Bolívar Lamounier detém-se mais longamente em suas reflexões, fornece não apenas o elemento até agora ausente para uma análise a mais completa possível do integralismo de Miguel Reale como, de modo bastante eficaz, resume o que falamos neste parágrafo:

> A visão do Estado como uma força capaz de moldar a ordem social, é necessário lembrar, estava sendo constituída quando os sistemas autoritários modernos surgiram, no período que culmina entre as duas guerras; não era um mero [fingimento] da imaginação, mas uma conceituação adequada do que efetivamente vinha se passando, em especial uma vasta expansão das funções e do aparelho estatal. Essa transformação deu-se por toda a parte, embora, naturalmente, com diferenças de grau devidos à disparidade dos problemas e dos recursos mobilizáveis.[450]

Diante desta preponderância do papel a ser desempenhado pelo Estado no pensamento autoritário brasileiro é que Lamounier vai propor o modelo de *Ideologia de Estado*, capaz de

---

[448] LINZ, Juan J. Estatismo Orgânico. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *O Estado Autoritário e movimentos populares.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 180.
[449] LAMOUNIER, Bolívar. Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan J. Linz. *Estudos CEPRAP – 7*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1974. p. 88.
[450] Ibid. p. 89. No original, a palavra entre colchetes é "figmento", que não existe no registro culto da Língua Portuguesa. Acreditamos tratar-se de um erro, e por isto decidimos substituí-la por outra semelhante capaz de manter o significado da oração (chegamos também a cogitar a palavra "pigmento").

ser "ajustado" ao "pensamento dos críticos da Primeira República e aos ideólogos autoritários da Revolução de 1930" e que pode ser visto "como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste [XX]"[451]. A proposta do autor é fornecer um modelo capaz de apreender alguns dos elementos mais caros a este tipo de pensamento o qual procura afastar-se da idéia do Mercado como regulador da sociedade. Propõe, assim, oito pontos a serem verificados: o predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de "mercado"; a visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão paternalista-autoritária do conflito social; não organização da "sociedade civil"; não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; e o Leviatã benevolente. Julgamos desnecessária uma explicação prolongada destes elementos, os quais consideramos como quase auto-evidentes – desta forma, nos limitaremos a uma breve exposição de cada um imediatamente acompanhada por sua correspondência (ou não) ao pensamento de Miguel Reale. E desde já adiantamos que estes pontos não poderão ser todos encontrados da forma como foram expostos, e nem forçaremos seu enquadramento.

O primeiro elemento, acerca do *predomínio do princípio "estatal"*, demonstra a valorização da intervenção constante do Estado na sociedade bem como em todas as dimensões que a compõe, assegurando, assim, que os interesses do País estejam sempre acima dos particulares. Além disto aponta para "a desaprovação dos mecanismos políticos de representação da sociedade civil baseados na livre competição, tais como o sistema partidário e a luta parlamentar"[452], eliminando, assim, qualquer influência dos princípios do mercado em toda a organização política da sociedade, e substitui-os por valores baseados na hierarquia, na moral e na ética. A aproximação com o pensamento integralista de Miguel Reale é evidente dada sua proposta de um Estado altamente interventor, erigido hierarquicamente e baseado nas chamadas *leis éticas*. Sobre os aspectos coercitivo e burocrático do Estado, ambos ressaltados por Lamounier, acreditamos que o primeiro faz-se presente justamente quando da necessidade de intervenção visando defender os interesses do País, além de sua constante vigilância sobre meios de comunicação (imprensa, cinema, teatro) a fim de evitar que se transformem em *elementos de desagregação* e desordem. Já acerca do segundo, deduz-se sua presença por meio da própria organização do Estado Integral com sua estrutura hierárquica,

[451] LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel, 1977. p. 357. Não precisamos lembrar que o conceito de ideologia trabalhado por Lamounier difere do que utilizamos no segundo capítulo.
[452] FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 70.

onde os indivíduos nele alocados detêm maior ou menor autoridade e poder de acordo com sua posição. Maria Cecília Spina Forjaz, valendo-se deste mesmo estudo de Bolívar Lamounier, menciona também uma "centralização político-administrativa"[453] a qual, todavia, não é encontrada em Miguel Reale, pois como mencionado, sua proposta é de uma centralização política e descentralização administrativa.

Sobre a *visão orgânico-corporativa da sociedade*, ela possui como "representação preferencial da estrutura econômica uma sociedade de pequenos produtores", além de traduzir uma tentativa do pensamento autoritário brasileiro de "imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, amebóide"[454]. É preciso que todos os "órgãos" (grupos profissionais, classes, instituições) da sociedade sejam devidamente diferenciados, mas operem de modo complementar, em conjunto, para que haja harmonia e todos possam alcançar uma estabilidade social. Esta idéia vai ao encontro da *autarquia* de Miguel Reale, vista como objetivo final a ser alcançado pelos indivíduos, e a defesa do corporativismo demonstra sua preocupação em fornecer maior coesão à sociedade brasileira, formando assim um organismo saudável, cujas partes acham-se integradas.

A *visão paternalista-autoritária do conflito social* prevê a "idéia de erradicação total do conflito pela adoção do modelo político (técnico) apropriado"[455], contudo é uma erradicação baseada na força do Estado para evitar ou resolver os possíveis atritos surgidos em uma sociedade onde a desigualdade não só ainda é mantida como transforma-se em um de seus princípio básicos. Qualquer traço de conflito é visto não por causa desta desigualdade, mas sim como advindo da própria "natureza humana". O integralismo de Miguel Reale contém esta dimensão no momento em que, mantendo as diferenças da sociedade, postula a resolução de quaisquer problemas no âmbito do Estado, sob os cuidados dos órgãos competentes a ele ligados, com o único diferencial de que as leis ganham uma maior relevância, porque, para o intelectual integralista, "se existe lei, é porque os homens são maus ou, pelo menos, imperfeitos"[456] – aqui não importa qual a situação do indivíduo, mas sim que ele possui uma condição "natural" a qual o impele a cometer erros, sendo, assim, dever do Estado Integral resguardar a sociedade.

---

[453] FORJAZ, Maria Cecília Spina. op. cit. p. 70.
[454] LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel, 1977. p. 360 e 362.
[455] Ibid. p. 366.
[456] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937)*. Brasília: Editora da UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 46.

A *não organização da sociedade civil* caracteriza-se pela incompreensão (e recusa) de qualquer tipo de associação autônoma entre as pessoas visando determinado interesse, provocando assim duas situações: é preciso haver uma cooptação antecipada dos grupos sociais cuja representatividade dependerá de sua corporativização; ou então qualquer "intento de projeção de interesses particulares numa arena *pública* mais ampla"[457] será ilegítimo – daí a recusa do sistema partidário, que representaria somente os interesses de alguns grupos. No tocante ao pensamento de Miguel Reale, não há muito o que mencionar que já não tenha sido explorado nos dois capítulos anteriores: os sindicatos e corporações são os elementos fundamentais para a organização da sociedade e do Estado, estando a este diretamente ligados, e não deixando espaço para qualquer outra forma de associação – tanto é que as corporações não se limitam ao mundo do trabalho, devendo abranger igualmente as esferas religiosas, culturais, militares, científicas.

De íntima ligação com este último elemento é a característica da *não mobilização*: se não existe qualquer tipo de organização autônoma, fora da esfera de ação estatal, por conseguinte, não há como haver qualquer tipo de mobilização por parte das pessoas, seja em defesa de interesses hostis aos do Estado ou em sua exaltação. Ao contrário, é ele quem "dirige-se" para a sociedade a fim de captar dela, de maneira moderada, recursos e força que auxiliem em sua manutenção. Sendo assim, a *não mobilização* implica na integração político-social das pessoas sob a tutela do Estado, impedindo que se desfaça "a demarcação jurídica e burocrática entre Estado e Sociedade"[458] e cerceando qualquer integração mobilizadora que venha a opor-se aos planos daquele. Sobre a proximidade com o integralismo de Miguel Reale, deduz-se tal aspecto do que já foi mencionado anteriormente – como as únicas associações legítimas são os sindicatos e corporações ligados ao Estado Integral, fica impedida qualquer tentativa de mobilização. Com uma imagem talvez um pouco exagerada, mas que guarda certa consonância com o que falamos, a sociedade é refém do Estado, subjugada a ele pelo fato de necessitar tanto de sua proteção quanto de ajuda para seu desenvolvimento. Qualquer ação da sociedade contra o Estado transformaria-se em uma ação "contra" si própria.

A idéia de *objetivismo tecnocrático* encontra correspondência no pensamento de Miguel Reale porque, expressando-se também na oposição bastante conhecida entre "país real" e "país legal", aponta para a recusa na "crença de que 'as mesmas instituições produzem

[457] LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel, 1977. p. 368.
[458] Ibid. p. 369.

sempre os mesmos efeitos políticos'"[459] e a necessidade de uma organização a qual se adaptasse ao Brasil, algo semelhante ao encontrado na produção do intelectual integralista com o único diferencial, como tivemos a oportunidade de destacar, de que o mesmo não acredita na necessidade de se forjar um sistema político novo para o País. Para Miguel Reale é preciso não só instituições como um conjunto de leis capazes de respeitarem as singularidades presentes em todo o Brasil, daí a escolha por um "modelo" já conhecido (o fascista), mas com modificações capazes de atenderem as particularidades do caso brasileiro.

Os últimos dois elementos (*elitismo e voluntarismo* e *o Leviatã benevolente*) apresentam algumas incompatibilidades com o pensamento de Miguel Reale, não possuindo, assim, um nível de correspondência como os anteriores. Sobre o primeiro, diz Lamounier que o pensamento autoritário "anseia pelo fortalecimento do Estado a fim de organizar e dar direção harmônica à sociedade, e entende que esse projeto (...) requer somente a persuasão das elites e um emprego limitado e temporário da força"[460]. Não há como negar no chefe da doutrina a imperativa necessidade de se fortalecer o Estado, o qual promoverá todas as mudanças necessárias, contudo, não se encontra aquela força persuasiva voltada somente para as elites: ela dirige-se para toda a sociedade, sem exceções. O que existe, de fato, é que o *governo* será função de uma elite, ou seja, aqueles que se destacarem e possuírem qualidades para tal – nada mais esperado em uma sociedade hierárquica. Mas os esforços do movimento integralista para o sucesso do Integralismo são destinados a todos os elementos do País. Já o segundo, temos o *Leviatã benevolente:*

> que aparece no pensamento autoritário brasileiro é o guardião e a força vital de uma sociedade igualmente benevolente, "cordial" e cooperativa. Ele é benevolente porque a reflete em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa, mas afetuosamente, nas más: nos impulsos infantis do comportamento rebelde; nas ações altruístas, mas errôneas (...). [461]

De fato o Estado Integral de Miguel Reale aparece como o guardião da sociedade, dando-lhe direção, vontade e incentivo, mas não encontramos em seu pensamento traços expressivos desta "benevolência" a qual reflete a sociedade. O intelectual integralista é taxativo quando diz que os seres humanos não são naturalmente bons, daí a necessidade de um corpo de leis e alguém (o Estado) com autoridade e poder para aplicá-los. Quando ele fala da organização orgânico-corporativa da sociedade, ela aparece como *a solução ideal* para o Brasil – é um fato

[459] LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel, 1977. p. 364.
[460] Ibid. p. 370.
[461] Ibid. p. 370.

da realidade do qual as pessoas se abstraíram, não enxergando suas funções como partes de um todo – e não como algo previamente existente. O Estado precisa intervir a fim de criar este organismo, guiando a sociedade para seu desenvolvimento e progresso – se o Estado Integral reflete algo, são suas próprias intenções de transformação.

Estes oitos componentes do modelo da *Ideologia de Estado* proposto por Bolívar Lamounier, embora tratados de forma muito breve, serviram para explicitar um pouco mais a face autoritária do pensamento de Miguel Reale, ainda mais pelo fato de concentrar suas atenções, como o próprio nome diz, sobretudo no Estado, elemento de crucial importância para o integralismo do chefe da doutrina. É evidente que um tratamento mais aprofundado daqueles componentes e da produção intelectual deste poderá revelar outras distinções – além das que ressaltamos – além de importantes nuances para melhor caracterizar seu pensamento, porém, é correto dizer que dificilmente surgirão incompatibilidades com tal modelo. Depreende-se disto tudo uma interessante característica do integralismo de Miguel Reale: *ele é conservador em suas bases e construção, mas ganha uma dimensão autoritária em sua (proposta de) execução*. Vejamos.

Certamente pareceu dissonante a análise do integralismo de Miguel Reale com base nas características verificadas no conservadorismo e a constatação de que o Estado Integral detém um "ímpeto modernizador", promovendo e incentivando mudanças as quais são vistas quase como uma fatalidade da vida humana – e justamente por isto acabamos por lançar mão da noção de autoritarismo em uma tentativa de compreender o pensamento do chefe da doutrina da forma mais ampla possível. Enquanto a leitura feita por Plínio Salgado de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna levou-o a uma proposta mais "radical", de transformação total da sociedade brasileira, a de Miguel Reale destes mesmos autores fez com que deles se aproximasse, aproveitando algumas idéias e ampliando outras, criando assim uma proposta visivelmente mais "moderada", de reformulação. A convivência, que se poderia julgar impossível, daqueles dois aspectos em Miguel Reale se dá, em um primeiro plano, pela própria constituição de seu pensamento, pelos elementos nele presente; e em um outro plano pelas possibilidades que estes propiciam, porque como verificamos, o pensamento conservador não é rígido ou inflexível – ele comporta aquela característica denominada por Mannheim de *reformismo conservador*, o qual opera de forma imediata nos "detalhes", deixando a estrutura intacta[462]. Nesta "brecha" proporcionada pelo conservadorismo insinuam-se as idéia de modernização – poderíamos até mesmo dizer de *otimização* – de

[462] MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 112.

alguns aspectos da sociedade as quais, ao invés de provocar uma espécie de negação de todo o restante do pensamento que as possibilitaram, fundem-se a ele, ganhando, assim, sua feição autoritária em vista de sua origem e posterior execução. A sociedade teria chegado a um ponto onde para garantir sua própria manutenção deveria aceitar mudanças, e o integralismo de Miguel Reale opera de forma a ser condizente com sua *visão de mundo*, resguardando-a e assegurando sua perenidade: se as pessoas são desiguais, então devem-se criar meios para que a desigualdade se mantenha, mas de forma a ser benéfica para a sociedade (ou que não venha a prejudica-la). Cabe ao Estado Integral qualquer tipo de intervenção objetivando as modificações, e quando não for ele diretamente seu empreendedor, sua vigilância deverá assegurar que ação esteja de acordo com seus termos. Todas as suas atitudes partem, para usar uma expressão bastante conhecida, de cima para baixo – se para *conservar o todo* for preciso *modernizar as partes*, então assim será feito, pois são nelas que o ímpeto modernizador do Estado se aplica. Ficamos, assim, diante do fato de que o pensamento integralista de Miguel Reale possui, indiscutivelmente, traços autoritários provenientes do modelo de *Ideologia de Estado* proposto por Bolívar Lamounier, mas eles se fazem visíveis através do conservadorismo que deles se utiliza.

Do *conservadorismo* partimos para analisar o pensamento de Miguel Reale, chegando até um certo ponto onde foi preciso lançar mão, também, do *autoritarismo* para uma melhor compreensão daquele. E agora podemos vislumbrar o *integralismo-conservador*.

Após as reflexões feitas nos dois últimos capítulos e em parte do presente, acreditamos ser possível fornecer uma definição para a proposta de Miguel Reale no interior da Ação Integralista Brasileira. O chefe da doutrina postula o *integralismo-conservador* o qual pode ser definido como *a outra vertente mais importante do Integralismo, ao lado do* integralismo-totalitário *de Plínio Salgado, a qual é capaz de produzir uma* utopia conservadora *e caracteriza-se pela visão hierárquica da sociedade composta por indivíduos naturalmente desiguais que só "existem" quando fazendo parte de uma unidade orgânica que, por sua vez, liga-se a uma outra ainda maior a qual engloba todas as menores, que é o Estado Integral, elemento central deste tipo de* integralismo *na medida em que organiza e protege toda a sociedade, e promove, direta ou indiretamente e de cima para baixo, toda a sorte de mudanças necessárias, o que lhe imprime certa característica autoritária em meio a um conservadorismo patente (que dela se aproveita para a afirmação de seus postulados), fazendo com que seja conservador em sua formulação e autoritário em sua execução.*

5.4: Conclusão

Evitando aquilo que denominamos de análise "cíclica" – ou seja, partir de um mesmo marco teórico para retornar a ele depois – apresentamos as definições de *totalitarismo* e *conservadorismo* neste capítulo para que nos auxiliassem a forjar outras as quais pudessem ser adequadas às propostas de Plínio Salgado e Miguel Reale. Sendo assim, após uma reflexão com base nos autores utilizados ao longo de nossa dissertação, chegamos as noções de *integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador*, ligadas, respectivamente ao chefe nacional e ao chefe da doutrina. Mas como qualquer tipo de definição ou conceituação, as elas são incapazes de abordar da maneira devida *todas* as características e nuances dos pensamentos que os produziram – elas procuram ressaltar os pontos mais importantes e as linhas gerais a serem seguidas para estudar estes dois tipos de integralismo, seja para corroborar, complementar ou refutar as análises feitas. Assim, como forma de concluir este capítulo, gostaríamos de arrolar isoladamente algumas das características de cada um destes *integralismos*[463].

1) *Integralismo-totalitário*

a) presença de uma *ideologia* (que sustenta e perpassa todo o movimento e seus integrantes);
b) ausência da dimensão do *terror totalitário*;
c) pressupõe a existência de um líder (que ora confunde-se com a ideologia, ora é visto como um indivíduo excepcional);
d) propõe uma atitude altruísta por parte do militante;
e) retira seu apoio e força das massas populares;
f) não possui programa político definido (a ideologia "assume" esta função);
g) é contra qualquer tipo de individualismo;
h) encerra uma dimensão positiva da liberdade;
i) prega uma Revolução a qual mudará por completo a sociedade e seus integrantes;
j) propõe uma homogeneização da sociedade a qual visa por termo a todas as diferenças e desigualdades delas provenientes e a uma ambigüidade natural do *ente humano*.

2) *Integralismo-conservador*

a) forja uma *utopia* de caráter conservador;

[463] Inspiramo-nos, para isto, na exposição feita por Karl Mannheim ao fim da segunda seção de seu *O Pensamento Conservador* – não havendo qualquer pretensão de assemelhar-se ao que fez o sociólogo húngaro.

b) é marcadamente *qualitativo* (todos os fenômenos e manifestações sociais devem ser vistas isolada e qualitativamente, e não quantitativamente);
c) pressupõe uma desigualdade natural entre as pessoas (e busca assegura-la);
d) é altamente hierárquico;
e) atém-se apenas ao que é real, concreto (em momento algum trabalha com o *vir a ser*);
f) reconhece uma liberdade e um individualismo qualitativos;
g) estabelece o Estado como grande agente de mudanças (as quais devem ocorrer nos momentos certos);
h) possui um "ímpeto modernizador" (reformismo conservador);
i) atua, por vezes, de forma *autoritária* na sociedade.

Acreditamos que estes são as principais características destes dois tipos de *integralismo*.

Capítulo 6

Um ensaio: os “limites do Integralismo” e o caso de Olbiano de Melo

Panfleto de propaganda integralista

Capítulo 6: Um ensaio – os "limites do Integralismo" e o caso de Olbiano de Melo

Felizes estes que não têm uma pausa para meditação,
para uma revisão de métodos, para discutir processos,
para examinar situações difíceis ou perigosas.

Olbiano de Melo

Este último capítulo poderia ser considerado como um apêndice, sobretudo por seu aspecto ensaístico. Sua existência, assim, justifica-se por dois motivos os quais passam a operar, aqui, como os objetivos que procuraremos alcançar. O primeiro diz respeito a uma proposta de análise das idéias integralistas produzidas no interior do movimento tendo como base, ou ponto de partida, as conclusões alcançadas no capítulo anterior referente às noções de *integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador* – elas funcionariam como uma espécie de "limite intelectual" do movimento, "impossibilitando" a elaboração de outras propostas muito distintas daquelas duas. Sendo assim, procuraremos fundamentar esta forma de análise por meio do que denominados de *limites do Integralismo*, e a partir daí caminharemos para nosso segundo motivo/objetivo o qual pretende fornecer um primeiro passo para a viabilização desta idéia: um rápido estudo do integralismo de outro importante intelectual integralista, Olbiano de Melo. Visando tal intento traçaremos brevemente alguns dados biográficos seus – em menor escala, é algo parecido com o previamente feito nos casos de Plínio Salgado e Miguel Reale no primeiro capítulo – para em seguida adentrarmos na discussão de seu integralismo, onde faremos alusões às semelhanças com os dois autores previamente trabalhados, pois acreditamos que a proposta de Olbiano de Melo obedece aqueles *limites*, situando-se entre eles. Começaremos, assim, por justificar a escolha de Olbiano de Melo bem como demonstrar em que consiste a sugestão de análise que fizemos; por fim falaremos de seu integralismo.

6.1: O porquê de Olbiano de Melo e os *limites do Integralismo* (uma proposta de análise)

Se o primeiro capítulo desta dissertação possuía o objetivo máximo de apresentar os intelectuais (e suas obras) sobre os quais nos debruçaríamos, por que Olbiano de Melo surgiria repentinamente, após a "conclusão" de nossas análises envolvendo Plínio Salgado e Miguel Reale? Resposta: porque sua presença vem, em um primeiro momento, complementar o que foi alcançado no quinto capítulo, levando-nos a este "ensaio". Mas não é esta a única razão: se até nós chegou somente uma análise mais detida do integralismo de Miguel Reale,

não obstante o papel nele desempenhado, algo semelhante ocorreu com Olbiano de Melo, pois, afora as análises feitas por Hélgio Trindade junto de outros intelectuais integralistas, temos somente um trabalho referente ao seu pensamento: a dissertação de mestrado de Célia Cerqueira de Araújo, intitulada *A ideologia integralista de Olbiano de Melo: Estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930,* defendida em 1991 na PUC-SP. Pretendemos, desta maneira, mesmo que de maneira simples e sem maiores pretensões, levar adiante uma análise acerca de suas idéias, integrando-o aos grandes expoentes do pensamento integralista – poderíamos ter escolhido sem maiores problemas Gustavo Barroso, contudo, bem ou mal[464], seu papel já está devidamente reconhecido no interior da Ação Integralista Brasileira.

Tal como já foi mencionado acreditamos que Plínio Salgado e Miguel Reale formam os dois[465] grandes limites no interior do pensamento integralista, situando-se, cada um, em um pólo, formando a distinção básica entre os teóricos do Integralismo. Entre eles, ou seja, entre estes dois limites, imaginamos que se encerram outros intelectuais de maior projeção no interior do movimento cujas idéias e/ou propostas apresentam inclinações para um ou outro pólo – atentando-se, porém, que isto não significa dizer que estes mesmos autores estejam, de algum modo, *submetidos* aqueles dois ou que sua produção nada mais é que uma variação das duas correntes principais; o que pretendemos é apenas mostrar a complexidade e variabilidade de idéias presentes na AIB (se nos for permitido esse comentário, poderíamos dizer que seria como a existência de vários matizes, ou tons, de *verde* no movimento integralista). Acreditamos, assim, que Olbiano de Melo vai ocupar um espaço de interseção, ele está *entre* Plínio Salgado e Miguel Reale. Ele é nossa primeira tentativa de, pelo menos, apontar para a viabilidade do estabelecimento destes dois limites no interior do Integralismo em cujo espaço interno localizam-se outros intelectuais. Por tais motivos observamos a pertinência de despender algumas páginas para este intelectual e nossa proposta, com a qual nos ocuparemos agora.

Temos feito todas as nossas análises seguindo o pressuposto de que existiram *integralismos* no interior da Ação Integralista Brasileira, de que "o pensamento particular de cada um deles [dos autores integralistas] apresenta nuances e posições um pouco diferentes,

[464] Acreditamos que o pensamento detidamente *integralista* de Gustavo Barroso carece de maiores estudos porque os que existem procuram ressaltar mais seu anti-semitismo, deixando de lado análises de igual interesse e importância acerca da sua visão do Integralismo e todos os outros elementos que a compunham.

[465] Não custa lembrar que estes dois limites nada tem a ver com aqueles três correntes identificadas por Olbiano de Melo no interior da AIB – tratamos, aqui, do pensamento (idéias, propostas, etc) dos intelectuais integralistas.

com particularidades específicas e próprias"[466], e acreditamos ter demonstrado isto ao longo do nosso trabalho por meio da hipótese de que Plínio Salgado elabora uma proposta (o integralismo-totalitário) enquanto Miguel Reale propõe outra distinta (o integralismo-conservador). Mas estes são apenas dois intelectuais de uma série de outros que também possuíram algum tipo de produção a qual, extensa ou não, contribuiu para a construção de um considerável "corpo teórico" do Integralismo – significaria isto, então, que existem outros integralismos, tantos quais os autores que dele se ocuparam? Sim e não. Não podemos aqui, como fizemos no início deste parágrafo, concordar com as palavras de Edgard Carone quando este comenta a existência, além das obras de Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo, de outras repetitivas e sem originalidade escritas por outros autores[467]. Mas também não podemos coloca-las no mesmo patamar da produção daqueles, o que de forma alguma seria classifica-las como "sem originalidade" – não seria cometer qualquer injustiça em dizer que houve intelectuais maiores e menores, que influenciaram mais ou menos na visão mais geral do movimento bem como os outros autores. Assim, pretendemos introduzir e elucidar algumas questões concernentes ao tratamento a ser dispensado às outras idéias integralistas. Como desenvolvimento natural do exposto anteriormente, aqui visamos dois objetivos: mostrar como as noções de *integralismo-totalitário* e *integralismo-conservador* constituem-se em *limites intelectuais* no interior da Ação Integralista Brasileira; e, diretamente com base nisto, mostrar como entre tais limites são elaborados outros integralismos por meio da utilização de elementos presentes naqueles dois, mas que não são capazes de formarem, eles mesmos, uma outra variante com a dimensão (ou força) do *totalitário* e *conservador* – o que não exclui, todavia, a existência de idéias próprias destes mesmos autores, não sendo eles meros compiladores. Por isto demos como resposta à indagação acima tanto um sim quanto um não: é possível haver outros integralismos, porém muitos podem ser considerados como "menores", ou melhor, *incompletos* – ou são apenas contribuições isoladas sem pretensões de se criar algo semelhante ao de Plínio Salgado e Miguel Reale, por exemplo.

Antes de avançarmos para nosso primeiro objetivo, devemos explicitar rapidamente, mas da forma mais clara possível, porque podemos utilizar a noção de limites do Integralismo para as propostas de Plínio Salgado e Miguel Reale. Assim, começamos por esclarecer que tal proposição se faz por uma apreciação tanto quantitativa quanto qualitativa da produção intelectual, *restrita ao período de existência legal da AIB*, destes dois autores – no que pesem

[466] CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1976. p. 223.
[467] Ibid. p. 226.

os livros de Plínio Salgado formados por artigos publicados antes do lançamento do Manifesto de Outubro, não se pode perder de vista a importância deles para o integralismo como, principalmente, o fato de que foi ele o criador do movimento; e sobre Miguel Reale, o fato de ter sido transformado no chefe da doutrina com pouco mais de 20 anos também diz muito a seu favor. Independente das diferenças entre os livros de ambos (às quais fizemos alusão no primeiro capítulo), suas abordagens possuem um alcance amplo capaz de fornecer a dimensão mais completa possível do que era o Integralismo para cada autor; elementos crucias para uma análise e posterior proposta de mudanças para a sociedade brasileira foram por eles tratados. Além disto, precisamos sublinhar o fato de que aspectos "cronológicos" não foram levados demasiadamente em consideração – isto é, quem produziu o quê primeiro, porque se fosse este o caso, teríamos, por exemplo, Olbiano de Melo em uma posição semelhante a de Plínio Salgado diante da sua influência no movimento (tanto por suas idéias quanto pelas propostas de organização). Importa-nos, então, como as idéias foram apreendidas, interpretadas e somadas as outras na elaboração do integralismo, e a nosso ver foram justamente Plínio Salgado e Miguel Reale, cada um a sua maneira, privilegiando o que julgavam mais importante ou essencial, os dois autores que conseguiram criar as propostas mais "completas" possíveis. (Note-se que não estamos afirmando que estes dois intelectuais tenham sempre escrito consciente e explicitamente com tal intenção, mas não se pode deixar de lado que obras como *Psicologia da Revolução, O que é Integralismo, O Estado Moderno e ABC do Integralismo* procuraram fornecer uma visão bastante ampla, embora condensada, da visão de cada um). Outro aspecto importante para reafirmar nossa escolha é o encadeamento das idéias expostas nas obras do chefe nacional e do chefe da doutrina, havendo entre elas ou um constante diálogo ou um maior desenvolvimento das mesmas ao longo dos livros.

Acreditamos que tudo isto seja válido o suficiente para estabelecermos os integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale como os *limites intelectuais* do movimento, faltando apenas um último elemento: a diferença entre eles. Ora, se o totalitarismo e o conservadorismo (mais o autoritarismo) são bastante diferentes entre si, conseqüentemente as propostas de ambos intelectuais também são distintas, chegando a possuir elementos praticamente contrários. Assim, dentro das "possibilidades" de existência da Ação Integralista Brasileira (no interior daquilo que José Luis Beired chamou de *direita nacionalista*), o pensamento conservador e o totalitário são quase pólos contrários, possibilitando ainda mais a noção de limites do Integralismo: quaisquer que sejam as idéias produzidas por outros intelectuais, elas não ultrapassam ou transcendem a elaboração de Plínio Salgado e Miguel

Reale. Elas podem pender mais para um lado ou para o outro, ficar em seu centro ou estar em total concordância com um dos limites, mas não vão além deles.

Posto isto, como ficam outros intelectuais do porte de Olbiano de Melo e Gustavo Barroso? Certamente ambos tiveram uma relevância imensa no interior da Ação Integralista Brasileira, com destaque para o segundo que já era um escritor conhecido no Brasil inteiro além de Presidente da Academia Brasileira de Letras[468], mas é preciso atenção quando examinamos suas obras. Sobre Olbiano de Melo, deve-se sublinhar que sua produção é anterior a criação do Integralismo e levou muitas de suas idéias para o movimento, porém os livros realmente *integralistas* que escreve retomam, como não poderia deixar de ser, algumas das considerações feitas anteriormente, principalmente no tocante ao corporativismo também presente em Miguel Reale, e ao mesmo tempo aparentam possuir a influência das idéias do chefe nacional em suas reflexões, conciliando, assim, aquelas visões mais características de Salgado e Reale sem, contudo, elaborar um outro integralismo com elementos distintos do *totalitário* e do *conservador*. Muito disto se deve, é importante sublinhar, a uma produção em menor escala, incapaz de se deter sobre muitos assuntos. Desta maneira, acreditamos que o integralismo de Olbiano de Melo corresponderia a uma daquelas propostas as quais chamamos de "incompleta" – a frente faremos alguns apontamentos acerca de suas principais proposições, ressaltando sua posição intermediária entre Plínio Salgado e Miguel Reale, o que nos ajuda a confirmar a existência dos limites do Integralismo. Já o caso de Gustavo Barroso é um pouco mais complexo porque sua produção integralista é vasta e seu prestígio só encontrava rivalidade no do chefe nacional – tanto que é comum destacarem estes três intelectuais (Salgado, Reale e Barroso) como os principais da AIB. Porém não podemos afirmar categoricamente se o integralismo que surge de sua obra é tão distinto ao ponto de figurar como um *terceiro* limite intelectual do movimento ou não. Ocorre este problema pelo fato de que suas idéias padecem de maiores análises, pois os trabalhos que se ocupam de Gustavo Barroso geralmente concentram-se unicamente em seu anti-semitismo – sem dúvida ele é um elemento importante para a compreensão de seu integralismo, mas não é o único, devendo-se levar em conta outros como aqueles que surgem em Miguel Reale e Plínio Salgado (e se não surgem, seria interessante saber o porquê) –, e tal prática limita largamente reflexões mais aprofundadas. Até mesmo em estudos onde mencionam-se vários autores integralista, o enfoque recai sobre o anti-semitismo. Desta maneira, deixamos em suspenso

[468] João Ricardo de Castro Caldeira sublinha a importância da visita de Gustavo Barroso ao Maranhão em 1933 para o núcleo integralista local. Cf. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 31-40.

uma conclusão peremptória sobre este aspecto, mas registramos que, a nosso ver, o integralismo de Gustavo Barroso *não constitui um terceiro limite do Integralismo*, não obstante os componentes "novos" e únicos de sua proposta. Acreditamos que ela encontre-se muito próxima da de Plínio Salgado, distinta apenas por seus elementos. À guisa de justificação, temos o fato de que ele "apresenta um diagnóstico da sociedade que aponta a *solução totalitária* como única possibilidade de superação dos graves problemas existentes à época"; e que "a revolução barrosiana, apesar de indicar em várias passagens a importância do medievo (...) não sugere um retorno ao passado, já que o mesmo teria sido destruído (...)"[469] – surgem, aqui, dois traços próximos do chefe nacional: o totalitarismo e a revolução, os quais se assemelham em sua *execução*. No fim, optamos pode deixar esta discussão em aberto.

Fica, assim, exposta nossa proposição de análise das idéias integralistas por meio da noção de *limites do Integralismo*, consistindo em observar as propostas dos vários autores balizadas pelas produzidas por Miguel Reale e Plínio Salgado: como as idéias são recebidas e utilizadas juntas da própria contribuição, e quando não o são, tentar mostrar a razão para tal. Passemos, agora, para Olbiano de Melo.

6.2: Olbiano de Melo – dados biográficos

Olbiano Gomes de Melo, um dos mais importantes intelectuais da Ação Integralista Brasileira ao lado de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, oriundo de uma família de proprietários rurais[470] nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, no dia 12 de dezembro de 1892, filho do capitão José Gomes de Melo e Ana Antônio de Sousa Melo. Formou-se em odontologia e farmácia pelo Ginásio Ouro Preto e freqüentou a Escola de Medicina de Belo Horizonte até 1916, quando adoeceu e precisou interromper seus estudos[471]. Sendo filiado do tradicional Partido Republicano Mineiro (PRM), obteve o cargo de diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, e foi enquanto possuía tal ocupação que, no ano de 1925, começou a atentar para as questões políticas do Brasil em vista de um folheto

[469] MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky:* o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 25 e 27. [o grifo é nosso].
[470] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 129.
[471] COUTINHO, Amélia. MELO, Olbiano de. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. 1 CD-ROM.

que lhe chegou às mãos, enviado por Plácido de Melo. Nas palavras do próprio Olbiano de Melo, este folheto

> seria a chave com que abriria eu, em pouco, sofregamente as portas dum novo mundo de conhecimentos. Este folheto despertaria minha curiosidade intelectual para o estudo dos problemas sociais, econômicos, financeiros e políticos dos quais maioria esmagadora da minha geração era ausente, inclusive o punhado de militares que naquele momento percorria o interior do Brasil na 'Coluna Prestes'.[472]

Tal folheto era um trabalho escrito pelo mesmo Plácido de Melo acerca das origens do cooperativismo no mundo e de como, no Brasil, organizava-se uma rede de cooperativas formada por pequenas sociedades de crédito. Diante do grande impacto que a leitura teve para Olbiano de Melo, ele logo entrou em contato por correspondência com o autor, louvando-lhe o trabalho que vinha desenvolvendo junto de outros adeptos das mesmas idéias. Plácido de Melo respondeu a carta e enviou-lhe uma série de textos sobre o assunto, e a partir deste contato, Olbiano de Melo passou a debruçar-se sobre os estudos referentes ao socialismo, passando pelo marxismo e pelo fascismo, tendo, com isto compreendido "toda a razão da guerra de 1914-1918 e da explosão da Rússia, em 1917, da revolução comunista e da marcha sobre Roma realizada por Mussolini em 1922"[473].

Assim como Plínio Salgado voltou-se para as leituras de intelectuais como Farias Brito e Jackson de Figueiredo após um acontecimento de ordem pessoal – o falecimento de sua esposa –, e elas tiveram grande influência em seu pensamento, algo semelhante ocorreu com Olbiano de Melo diante da leitura do mencionado trabalho de Plácido de Melo, pois foi por causa dele que, nos anos seguintes, Olbiano de Melo tomou contato com as idéias em voga na Europa, dedicando-se "por três anos a fio [ao] estudo da Economia Política e da Sociologia", tendo lido "com sofreguidão livros teóricos e técnicos que passei a adquirir no Rio quando ali ia a negócios ou a passeio"[474] – e com base nestas leituras começou a estruturar suas idéias, cujo resultado foi o livro *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil*, publicado em 1930, onde o autor apresentava um esboço de como seria um Estado Sindical-Corporativo a ser implantado no País. Certamente não foi somente aquela nova literatura com a qual teve contato que impeliu Olbiano de Melo à redação deste livro e de outros subseqüentes – como *Comunismo ou Fascismo* e *Levanta-te, Brasil!* – havendo também outros acontecimentos em sua vida, mais precisamente no que tangia à política em Minas Gerais, os quais contribuíram

[472] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 20.
[473] Ibid. p. 22.
[474] Ibid. p. 20

de forma decisiva. Poderia-se dizer que, se as idéias cooperativas de Plácido de Melo e mais a frente o corporativismo fascista ganhavam mais e mais a simpatia de Olbiano de Melo, foi com os preparativos para a sucessão presidencial de Washington Luiz e o chamado "Acordo de Caxambu" que o futuro intelectual integralista abraçou-as de vez.

Em linhas gerais, o "Acordo de Caxambu" foi um pacto de conciliação firmado pelas lideranças políticas das duas facções existentes nos municípios de Minas Gerais, polarizadas entre aqueles ligados à situação e à oposição, sendo que Olbiano de Melo fazia parte do grupo situacionista. Com os preparativos para as eleições presidenciais, Antonio Carlos, presidente de Minas Gerais que deveria suceder Washington Luiz, procurou diminuir ao máximo as disputas internas travadas, justamente, por aqueles dois grupos – a situação, que chegara ao poder no governo de Arthur Bernardes, era apoiada pelo governo central; enquanto isto, a oposição lutava pelos municípios, mas almejando igualmente o poder estadual –, e para isto convocou os dois chefes políticos de cada facção a fim de chegarem a um acordo, mesmo sendo necessário que a situação cedesse a algumas reivindicações da oposição – logo, em todos os municípios do estado, acordos semelhantes foram feitos entre a situação e a oposição. Os municípios deveriam mostrar-se unidos e coesos, facilitando, assim, a chegada de Antonio Carlos à presidência da República. Todavia, para Olbiano de Melo, tal prática não significava nada mais que "aquela triste politicalha nacional, estadual e municipal, baseada unicamente em interesses de famílias dominantes"[475], decidindo, assim, romper de vez com o Partido Republicano Mineiro: demitiu-se do cargo de diretor da Câmara Municipal de Teófilo Otoni e redigiu uma carta para Alfredo de Sá, vice-presidente do Estado e chefe do grupo situacionista em Belo Horizonte, apresentando seus argumentos contrários ao "Acordo de Caxambu" e seu desligamento do PRM. De acordo com Olbiano de Melo, os desdobramentos de tal acontecimento quase renderam-lhe uma prisão porque sua carta foi publicada em um jornal de Teófilo Otoni o qual, em número posterior, apresentou duras críticas a ela feitas pelo diretor do mesmo jornal, Marinho Viana. Olbiano de Melo teria ido até ele para solicitar a publicação de uma resposta sua, mas ocorreu que o diretor "rebelou-se contra isto e tentou me agredir, sacando dum revólver"[476]. Sucedeu-se uma briga onde, de acordo com Olbiano de Melo, ele conseguiu desarmar o diretor do jornal que acabou ferido junto do auxiliar de redação, e por isto instaurou-se contra o próprio Olbiano de Melo um inquérito por lesão corporal. À guisa de conclusão, tal acontecimento não resultou em maiores problemas porque

[475] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 29.
[476] Ibid. p. 30.

o processo prolongou-se e a ação penal prescreveu-se com a anistia geral para crimes e ferimentos leves decretada pelo Governo Provisório. Não deixa de ser interessante como surge uma leve semelhança com o ocorrido com Plínio Salgado: assim como Olbiano de Melo era filiado ao PRM, Plínio Salgado era filiado ao Partido Republicano Paulista e embora só tenha dele se desligado em 1930, fazia parte de uma corrente em seu interior que pretendia justamente reforma-lo. Assim, ambos encontravam-se envolvidos nos respectivos partidos políticos locais, contudo mostraram-se insatisfeitos com suas práticas e a forma como agiam, não sendo muito surpreendente o fato de mostrarem-se incrédulos quanto ao sistema liberal-democrata, procurando novas soluções e caminhos.

Olbiano de Melo, que entre 1928 e 1930 exerceu o cargo de inspetor federal de ensino em Teófilo Otoni[477], prosseguiu como uma figura "independente" da política local, dando continuidade a suas leituras e já de completo acordo com as idéias fascistas – embora não houvesse revelado isto publicamente. Redigia neste período seus dois primeiros livros, *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* e *Comunismo ou Fascismo*, quando soube, durante um dos congressos cooperativistas realizados por Plácido de Melo no Rio de Janeiro, dos planos da Aliança Liberal de deflagrar um movimento armado caso perdesse as eleições presidenciais. Desde já, Olbiano de Melo mostrou-se completamente contrário a tal prática, alegando que uma atitude destas apenas "resultaria [em] um regime de exceção, sem rumo filosófico e sem plasma ideológico, capazes de criar as condições de libertação da Nação do estado de colonialismo econômico em que vivia"[478]. Fez parte, então, da "Concentração Conservadora" organizada por Carvalho de Brito que deveria opor-se à Aliança Liberal, sobretudo em Minas Gerais onde esta ganhava força, apoiando, assim, a candidatura de Júlio Prestes. Nela, Olbiano de Melo ficou encarregado de produzir e esquematizar um plano de ação para a nova administração pública que seria levada a cabo pelo governo de Júlio Prestes – e este plano possuía, obviamente, como ponto nevrálgico a organização de empresas e bancos cooperativistas.

Júlio Prestes venceu as eleições e Olbiano de Melo, no Rio de Janeiro, em meados de setembro de 1930, toma conhecimento dos preparativos para a deflagração de um movimento armado liderado pela Aliança Liberal. Logo depois entra em contato com Carvalho de Brito para avisar-lhe do que aconteceria, mas este mostra-se descrente com qualquer sucesso dos insurretos. Olbiano de Melo, então, retorna no início de outubro para Teófilo Otoni, e na

[477] COUTINHO, Amélia. MELO, Olbiano de. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. 1 CD-ROM.
[478] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 37.

manhã do dia quatro é considerado prisioneiro pelas forças revolucionárias locais por ser um dos líderes da Concentração Conservadora[479].

Ao final de 1930 Olbiano de Melo lançou o livro *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* e, no início do ano seguinte, o livro *Comunismo ou Fascismo.* Ambos foram muito bem recebidos na época, sobretudo o primeiro, que recebeu grandes elogios tanto do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, quando do Ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. Com a boa recepção de seus trabalhos, Olbiano de Melo passou a manter constante correspondência com várias pessoas que congregavam com suas idéias, lançando no outro ano, 1932, um terceiro livro, intitulado *Levanta-te, Brasil*, que, no dizer do próprio autor, era "mais um manifesto à Nação contendo um programa de ação partidária baseado no exposto nos livros anteriores, os estatutos dum partido a ser fundado (...), a criação das milícias da agremiação, seu uniforme e o juramento *pela Família, pela Pátria e Por Deus* (...)"[480]. É neste mesmo ano que Olbiano de Melo recebe uma carta de Plínio Salgado, naquele momento um dos redatores do jornal paulista *A Razão*, onde ressalta a semelhança das idéias pregadas por ambos e comunica-lhe a criação, em São Paulo, da Sociedade de Estudos Políticos, ao que pede a Olbiano de Melo para que organize em Minas Gerais algo semelhante, além de solicitar-lhe o envio de outras cópias de seus livros para que pudessem ser divulgadas pelos membros da SEP. Plínio Salgado também sugeriu que Olbiano de Melo enviasse artigos para serem publicados no *A Razão* – o que Olbiano de Melo fez, tendo sido publicados sete artigos por ele assinados.

A troca de correspondências com Plínio Salgado continuou, e por meio delas marcaram de se encontrar, junto de Severino Sombra, no Rio de Janeiro. Porém, com a Revolução Constitucionalista, tal encontro não ocorreu, pois Plínio Salgado ficou retido em São Paulo – e o jornal *A Razão* foi empastelado pelos revoltosos. Em outubro, com Olbiano de Melo já tendo retornado para Teófilo Otoni, este recebeu um telegrama de Plínio Salgado onde comunicava-lhe a fundação da Ação Integralista Brasileira. Após transmitir a notícia para os adeptos de suas idéias em Belo Horizonte – entre eles Artur Atschin, diretor do

[479] Não conseguimos localizar maiores informações concernentes ao que se sucedeu, com Olbiano de Melo, após este acontecimento. Nem mesmo em seu livro *A Marcha da Revolução Social no Brasil* o autor tece qualquer tipo de comentário, limitando-se a dizer que foi o Coronel Turíbio José Álvares, chefe revolucionário local, que lhe avisou sobre o levante armado e que Olbiano de Melo deveria considerar-se como prisioneiro da revolução, mas que o mesmo Turíbio José Álvares "deu-me contudo, como 'ménage' a cidade, desde que não procurasse me comunicar com meus correligionários nela residentes ou nas fazendas e povoados vizinhos".

[480] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 60-61. [o grifo é do autor].

semanário "O Satélite", que o coloca a serviço do movimento[481] – e fundar um núcleo integralista em Teófilo Otoni, Olbiano de Melo partiu, em dezembro de 1932, para São Paulo, onde participou da elaboração dos estatutos da AIB, da escolha do uniforme e do símbolo[482], do juramento ("Deus, Pátria e Família", baseado naquele proposto em seu livro *Levanta-te, Brasil*) e do hino do movimento.

Em 1933 ocorreu na cidade natal de Olbiano de Melo, Teófilo Otoni, o segundo desfile de "camisas-verdes" no Brasil – o primeiro fora em São Paulo –, e neste mesmo ano Plínio Salgado fez uma visita oficial a Minas Gerais acompanhado de Gustavo Barroso e o capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, os quais, juntos de Olbiano de Melo, proferiram durante três dias conferências no Teatro Municipal de Belo Horizonte. No ano seguinte, participou e dirigiu os trabalhos de plenário do 1º Congresso Integralista realizado na cidade de Vitória, no Espírito Santo, onde Plínio Salgado foi aclamado *chefe nacional* da Ação Integralista Brasileira, estabelecendo, assim, para o Integralismo, uma direção única – coube a Olbiano de Melo a leitura da Proclamação assinada pelos representantes das chamadas "províncias integralistas" os quais passavam a chefia do movimento ao escritor paulista, sendo o mesmo Olbiano chefe do núcleo municipal integralista de Teófilo Otoni e da "província" de Minas Gerais. Aliás, a Teófilo Otoni coube o título de 2ª Cidade Integralista concedido por Plínio Salgado em 1934 já na posição de chefe nacional da AIB.

O período de 1934 a meados de 1936 foi particularmente difícil para Olbiano de Melo porque foi quando começou a sofrer os efeitos de uma campanha antiintegralista levada a frente pelas lideranças políticas tradicionais de Teófilo Otoni. Ocorreram confrontos entre militantes integralistas e pessoas contrárias ao Integralismo que resultaram em feridos e presos. Conta-nos o próprio Olbiano de Melo que, pelo fato dos detidos pela política serem "camisas-verdes", membros da milícia integralista local – onde se incluía o irmão de Olbiano de Melo, Andrelino Gomes de Melo – estavam armados e "marchariam sobre o prédio da cadeia e atacariam a força pública"[483] caso outros integralistas fossem presos. A situação acalmou-se porque, a pedido de Olbiano de Melo, foi enviado à cidade um delegado militar. Porém, o chefe da província de Minas Gerais acabou por ganhar inimigos, e os confrontos entre camisas-verdes e políticos do situacionismo refletiram negativamente na cooperativa de

[481] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 36.
[482] Em seu livro *Razões do Integralismo*, Olbiano de Melo narra como se deu a escolha do *sigma*. Cf. MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 73-80.
[483] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 82.

crédito – chamava-se "Banco Comercial e Agrícola de Teófilo Otoni" – fundada em março de 1926 por Olbiano de Melo em consonância com o que era feito por Plácido de Melo, a qual acabou por fechar. Com sua ação limitada, decidiu mudar-se para um grande centro, dirigindo-se para o Rio de Janeiro em 1936 onde passou a ser um dos redatores do jornal integralista *A Ofensiva*, fundado por Plínio Salgado em maio de 1934, e virou o secretário-geral da Câmara dos Quarenta. Participou ativamente dos preparativos para as eleições presidenciais onde a AIB concorreria que, como se sabe, não chegaram a ocorrer pelo estabelecimento do Estado Novo por Getúlio Vargas.

Assim como outros integrantes da alta cúpula da Ação Integralista Brasileira, Olbiano de Melo tomou conhecimento das intenções de Getúlio Vargas através de Plínio Salgado que contou sobre os planos do presidente e a outorga de uma nova Constituição, encomendada a Francisco Campos, a qual o chefe nacional teve acesso. Assim como Miguel Reale, Olbiano de Melo era contrário a qualquer tipo de entendimento com o governo central e chegou a sugerir que o Integralismo reagisse contra o golpe, aproveitando, para isto, um desfile de "camisas-verdes" a ser feito no dia do golpe: "Seria um 'golpe nosso' dentro do 'golpe deles'. Estabeleceríamos uma confusão tão grande neste país que de duas uma: dividiríamos o governo com eles num acordo de 'igual para igual' ou ficaríamos, de vez, com a situação"[484]. Porém o que prevaleceu foi o proposto por Plínio Salgado e o movimento integralista apoiou o golpe.

Não há necessidade de repetirmos o que já foi dito no primeiro capítulo acerca da "traição" de Getúlio Vargas à "causa integralista" e a tentativa fracassada, em 1938, de um levante armado contra o mesmo que contava com a participação de integralistas e outros elementos insatisfeitos com o golpe de estado. Interessa-nos, aqui, apenas mencionar que seria Olbiano de Melo o responsável pela articulação e liderança de um dos focos da revolta armada situada em Minas Gerais, "onde as milícias integralistas da região nordeste do estado deveriam ocupar Teófilo Otoni, Governador Valadares e o restante da Zona da Mata, rumando depois para o Espírito Santo e o sul da Bahia"[485], mas como as primeiras tentativas no Rio de Janeiro fracassaram e o movimento foi rapidamente controlado, tais planos não foram levados adiante e Olbiano de Melo acabou não tendo qualquer participação, o que não impediu, todavia, que fosse detido e mantido preso por mais de cinqüenta dias. Ainda no final de 1938

[484] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 114.
[485] COUTINHO, Amélia. MELO, Olbiano de. In: ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. 1 CD-ROM.

foi para São Paulo onde fixou residência e aí fundou uma firma de publicidade – "A Civitas Publicidade Ltda.". Com a prisão de Plínio Salgado em 1939, Olbiano de Melo acompanhado de outros membros da alta cúpula do Integralismo – como Miguel Reale e Gustavo Barroso –, procurando evitar um desgaste político ainda maior do chefe nacional e do próprio movimento redigiram uma "representação por escrito ao chefe nacional do integralismo recomendando-lhe aceitar a proposta que fora feita ao movimento pelo Dr. Getúlio Vargas"[486], isto é, de que a pasta da Educação do novo regime fosse ocupada por um integralista. Tal documento sofreu o efeito esperado, pois provocou reações por parte dos membros do governo, o que fez com que Plínio Salgado fosse levado ao exílio, em Portugal.

Do exílio Plínio Salgado mandou instruções sobre como deveriam proceder os integralistas no Brasil, tendo escolhido Raimundo Padilha como seu substituto à frente do movimento. Olbiano de Melo discordou da forma como as instruções foram passadas e desentendeu-se com o mesmo Raimundo Padilha, e a partir daí começou a rever algumas de suas posições, afastando-se das atividades políticas até 1946, quando filiou-se ao Partido da Representação Popular (PRP), embora houvesse sido contra sua imediata criação em 1945, onde assumiu o cargo de conselheiro nacional. Tentou, em 1947, candidatar-se a deputado estadual de Minas Gerais, mas não conseguiu, e logo depois desligou-se do partido e de maiores participações na vida política nacional. Desenvolveu, nos anos seguintes, uma "nova" forma de organização da sociedade a qual denominou de *societarista* – sendo, assim, contrário ao capitalismo, ao comunismo e ao fascismo – e passou a julgar como utópicas as soluções corporativistas as quais abraçara durante anos. Foi chamado, em 1953, para dirigir uma associação formada por adeptos de sua doutrina societarista, a "Quarta Força – Movimento de Recuperação Nacional", mas recusou o convite.

A principal questão que certamente poderia se levantada quando diante das obras que aqui utilizaremos para rapidamente apresentar o pensamento integralista de Olbiano de Melo, colocando-o lado a lado com o de Plínio Salgado e Miguel Reale, seria referente ao fato de que seus principais livros foram escritos antes da fundação da Ação Integralista Brasileira, sendo apenas dois a constituírem-se como "genuinamente" integralistas, isto é, redigidos enquanto seu autor já achava-se no interior do Integralismo. Caso, certamente, que lembra o de Plínio Salgado no que diz respeito à sua produção, a qual consideramos como relevante para nosso estudo, pois é possível encontrar, em seu pensamento, algumas idéias cuja origem

[486] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 142.

remete a escritos do fim da década de 1920 e, sobretudo, aos primeiros anos da década de 1930. Assim como o chefe nacional, Olbiano de Melo delineara em suas obras anteriores a outubro de 1932 uma série de pressupostos e propostas a qual foi levada consigo para dentro da AIB, contribuindo não só para algumas características mais gerais do movimento, com destaque para aquilo que se passou a denominar de "mística" do Integralismo (juramento, uniforme, etc), como para possibilitar a existência "autônoma" de mais uma corrente de pensamento no movimento integralista. Ou seja, assim como Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, possuíam grandes particularidades em suas formulações, dando maior ou menor ênfase a certos elementos, excluindo alguns ou adicionando outros, Olbiano de Melo também figurou como importante intelectual, pois, se Miguel Reale, como mencionamos no princípio de nosso trabalho, pode ser considerado como o teórico do Estado Integral, Olbiano de Melo pode muito bem assumir o posto de teórico do corporativismo integralista, dada a sua grande preocupação com a elaboração e fundamentação do sindicalismo e do corporativismo. Sendo assim, é simplesmente impossível não incluir sua produção anterior ao Integralismo em um estudo acerca de seu pensamento integralista: este nada mais é que conseqüência daquela, com a diferença de que agora ele produz no interior de um movimento político organizado e estabelecido. Por tais motivos precisamos lançar mão destas obras.

Na primeira parte da seção anterior já introduzimos as obras anteriores ao Integralismo escritas por Olbiano de Melo, restando mencionar as posteriores às quais nos remeteremos. Deste modo é possível dividir a produção intelectual de Olbiano de Melo, embora tal divisão justifique-se por razões puramente organizacionais, em dois grupos: um "pré-integralista", onde estão os livros *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil*, de 1930, *Comunismo ou Fascismo*, de 1931 e *Levanta-te, Brasil*, de 1932[487]; e outro "integralista", onde encontramos os livros *Razões do Integralismo*, de 1935, e *Concepções do Estado Integralista*, de 1936. Ainda existem algumas obras posteriores, contudo elas ultrapassam a delimitação de nosso estudo, excetuando-se aí, como já se viu, o livro *A Marcha da Revolução Social no Brasil*, onde Olbiano de Melo narra sua trajetória na sociedade e política brasileiras desde a descoberta do cooperativismo até o suicídio de Getúlio Vargas, sendo interessante, também, além das contribuições no que diz respeito a sua biografia e alguns acontecimentos importantes para a Ação Integralista Brasileira, a exposição que faz, de maneira mais sistematizada, da sua idéia de revolução, a qual já aparecia em seus trabalhos

[487] Em 1929 Olbiano de Melo escreveu a tese *Crédito Agrícola*, defendida no Congresso de Crédito Popular e Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1930, mas para nossos fins, optamos por não incluir tal trabalho.

anteriores. Tendo isto posto, podemos, agora, tecer alguns comentários breves acerca destas obras, apresentando-as.

Diferente do que ocorreu com os livros de Plínio Salgado e Miguel Reale, os de Olbiano de Melo aos quais nos remetemos e utilizamos não sofreram qualquer tipo de reedição posterior ao término legal da Ação Integralista Brasileira – pode-se conjecturar que isto tenha ocorrido como conseqüência de alguns acontecimentos em sua vida mencionados anteriormente: sua indisposição com o movimento integralista durante o exílio de Plínio Salgado, sua revisão de idéias que acarretou em seu repúdio ao fascismo, a descrença no corporativismo[488]. Assim, consultamos direta e unicamente as primeiras edições datadas da década de 1930.

Olbiano de Melo declarou que lamentava a ausência de disciplinas das Ciências Sociais nos currículos universitários – incluindo a si mesmo no rol daquelas pessoas que possuíam um diploma, mas não tinham qualquer tipo de conhecimento ou instrumental para observarem e compreenderem a sociedade a sua volta –, só tendo entrado em contato com uma gama de leituras a elas relacionadas muito tardiamente. Mesmo assim, como Plínio Salgado e Miguel Reale, incorporou-as às suas reflexões, citando ao longo de suas obras uma série de autores e obras que ajudaram-no na formação de seu pensamento – por exemplo, embora não cite em nenhum momento, é provável que Olbiano de Melo tenha lido Friedrich Nietzsche e dele se utilizou porque, em seu *Razões do Integralismo*, declara ser aquele instante da História nacional o momento da "autêntica *transmutação de valores*"[489]. Todavia, esta utilização, procurando sempre apontar para os autores lidos, assemelha-o ao observado em Miguel Reale em suas obras, assim como a maneira de escrever: Olbiano de Melo possui uma linguagem mais "técnica" e objetiva – com exceção talvez da primeira metade de *Levanta-te, Brasil*, pois é a porção da obra onde o autor preocupa-se com a denúncia dos problemas nacionais, a falibilidade do sistema liberal e etc – a qual se utiliza largamente de

[488] Ficamos inclinados a acreditar que este último tenha sido em decorrência do Estado Novo e a outorga de sua Constituição a qual Olbiano de Melo, em seu *A Marcha da Revolução Social no Brasil,* declara que Francisco Campos teria escrito-a baseando-se em vários pontos de seu livro *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil*, mas nunca recebeu os créditos ou qualquer tipo de reconhecimento posterior por ter desenvolvido idéias concernentes ao corporativismo – além do fato das mesmas terem sido "mal-utilizadas". Por exemplo, sobre o imposto sindical, diz: "Bem sabia eu que *este imposto por mim, em primeira mão, pleiteado em 'República Sindicalista'* já estava sendo há muito tempo desviado, em pleno Estado Novo, para fins ilícitos (...)". Cf. MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 60. [o grifo é nosso].

[489] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 126. [o grifo é nosso].

termos provenientes do marxismo[490]. Suas obras, principalmente as pré-integralistas, influenciaram, principalmente, a *organização* e *estruturação* da Ação Integralista Brasileira.

6.3. O integralismo de Olbiano de Melo

Para que possamos compreender, mesmo que de forma mais breve caso comparássemos com nossas análises concernentes ao pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, como se configura o integralismo de Olbiano de Melo, acreditamos que o primeiro passo a ser dado seja por meio do modo como o movimento integralista insere-se na "evolução histórica" da humanidade a qual se encontraria muito perto de atingir seu termo. Assim como Plínio Salgado e Gustavo Barroso produziram o que Hélgio Trindade denominou de *filosofia da história integralista*[491] – o primeiro tendo como base as Quatro Humanidades e o segundo, os Quatro Impérios – Olbiano de Melo, já como membro da Ação Integralista Brasileira, lançou mão de semelhante reflexão visando compreender a História humana, procurando explicar os rumos tomados e qual seria o papel do Integralismo neste movimento. Desta maneira, parte ele do mesmo princípio de que a humanidade encontraria-se em um processo evolutivo, contudo, não acreditava que o mesmo poderia ser traçado de maneira retilínea ou então que fosse marcado pelo convívio de etapas distintas – como no caso das *humanidades* de Plínio Salgado, ainda que as mesmas caminhassem, invariavelmente, para um determinado fim –, julgando, assim que tal movimento formaria uma espiral:

> A humanidade não tem progredido através dos séculos, como à primeira vista poderá parecer, ao longo de uma linha reta. O progresso que é a resultante do choque de idéias velhas contra idéias novas, (...) sempre se processou, se pudéssemos gravar a sua evolução, por meio de uma espiral que se vai ampliando à medida que se afastar dos fatos sociais antigos e se encaminhar, futuro dentro, rumo a atualidade.[492]

Mas, vale ressaltar, para Olbiano de Melo, esta "marcha progressiva da humanidade" dizia respeito às maneiras pelas quais as sociedades se organizavam, ou seja, o tipo de sistema político que adotavam era a marca fundamental dos estágios existente na História, sendo estes em número de quatro – excluindo-se, daí, o estágio marcado pelo advento do Integralismo. Desta forma, tal espiral apresentaria aqueles quatro estágios onde um sucedia ao outro, mas que sempre havia um retorno a "um padrão estatal já com existência no passado" e "as

[490] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 246.
[491] Ibid. p. 210.
[492] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 83.

sociedades antigas, como as modernas, jamais puderam fugir destes quatro estágios"[493]. Seriam eles o *teocracismo*, o *aristocracismo*, o *democratismo*, e o *cesarismo* – passando o primeiro para o segundo, este para o terceiro e finalmente para o quarto, o que viria a acontecer seria o retorno ao primeiro.

À tal concepção, Olbiano de Melo ainda soma as idéias de Vico, Saint-Simon e Spengler, as quais acredita complementarem a teoria de H. Ferron – e com elas constrói sua filosofia da história integralista. Diz ele que, para Vico, as sociedades, assim como os indivíduos, conheciam três idades distintas: a infantil (divina), a realística (com o predomínio da razão e dos sentimentos) e a velhice (onde predominava unicamente a razão); já para Saint-Simon, cuja preocupação recai sobre a nação, esta conheceria duas fases distintas: a primeira é a *orgânica* (onde crescia e se desenvolvia), e a segunda é a *crítica* (de esbanjamento e decripitude), onde, "naquela a nação cresce, desenvolve e prospera; nesta, após um certo período de fausto, riqueza e esbanjamento de tudo quanto se conseguiu na primeira, entra em franca decadência, em degenerescência física, intelectual e moral"[494]. Ainda de acordo com Olbiano de Melo, Spengler teria se baseado nos postulados de Saint-Simon para descrever a "decadência do Ocidente". Assim, Olbiano de Melo diz que estes três autores complementam e tornam mais clara a filosofia da história pensada por H. Ferron, pois trazem consigo os aspectos culturais e sociais que devem ser somados aqueles políticos, além de novamente reafirmarem que a humanidade conhece um movimento cíclico (espiral) permeado por fases distintas as quais se alternam com uma idéia constante de ascendência e declínio.

Utilizando-se das quatro fases destacadas por H. Ferron, Olbiano de Melo estabelece o seguinte percurso histórico: a humanidade teria se achado em um estágio teocrático (tal como fora antes no Egito e na Grécia antiga), após o *cesarismo* de Roma, com o advento do cristianismo, e tal período prevaleceu até a Idade Média, quando houve a passagem, na Renascença, para a fase *aristocrática*, marcada pelo "fausto das cortes e [pela] miséria das ruas"[495]. Sucedeu esta o estágio *democrático*, originário da Revolução Francesa e que conheceu o seu fim em 1918, possibilitando a entrada, novamente, da humanidade na última etapa daquele movimento cíclico, ou seja, no *cesarismo*, como podia ser constado pelos governos de Mussolini, Stalin e Hitler. Ou seja, o momento histórico vivido pela humanidade na década de 1930 corresponderia a última fase do esquema de Ferron que Olbiano de Melo adota, preparando-se para o retorno ao *teocracismo*. E é aí que o Integralismo entra em cena:

[493] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 84.
[494] Ibid. p. 85.
[495] Ibid. p. 89. Olbiano de Melo, nesta passagem, faz referência às *Cartas a D'Alembert*, de Voltaire.

correspondendo ele a um inédito quinto estágio neste processo evolutivo – tal qual a *humanidade integral* –, irá cessar o movimento de retorno a algo já conhecido e vivido pelas pessoas, inaugurando um período de paz e prosperidade o qual não pode sofrer qualquer tipo de reversão. Olbiano de Melo chama este quinto estágio de Era Integralista, nascido dos derradeiros momentos de um período marcado pelo individualismo (*cada um por si e Deus para todos*), onde a sociedade foi dividida em classes distintas e o trabalho e o capital tornaram-se inimigos; tal Era não será, assim, marcada nem pelo *homem-economicus*, *homo-sapiens*, *homo-mysticus*, ou *Homem-Pascal*, mas sim pelo "*homem total*. O homem sentimento, o homem razão, o homem matéria ao mesmo. O homem, enfim, *integral*"[496]. E demarcando a irreversibilidade do processo desencadeado pelo advento do Integralismo, declara, ainda, Olbiano de Melo:

> Superando o fascismo e todas as suas modalidades hoje em franco e vitorioso experimento político, embasado em cesarismos orgânicos, a bandeira do Integralismo Brasileiro, desfraldada por nós-outros, neste ocaso de uma civilização egoística, incorpora ao ciclo evolutivo de H. Ferron mais uma etapa que será a tangente política por onde rumará brilhantemente a humanidade, fugindo pela primeira vez em toda a sua longa caminhada a um retorno maciço, de marcha batida, reacionariamente ao passado.[497]

É desta maneira que Olbiano de Melo, por meio da elaboração de uma filosofia da história, concebe a evolução da humanidade e estabelece o momento em que surge o movimento integralista o qual demarcará o ápice daquela. Resta-nos, então, agora, demonstrar porque o Integralismo é capaz de tal proeza, sendo necessária a compreensão de sua idéia de *revolução social* e qual o papel aí desempenhado pelo sindical-corporativismo e a construção do Estado.

Como ficou demonstrado, o momento em que vive Olbiano de Melo é de crucial importância para a humanidade, e como não podia deixar de ser, também o é para o Brasil que se acha diante do seguinte dilema: "ou enveredará pela estrada larga, onde são processados novos métodos de produção e trabalho, que o conduzirá (...) a finalidade progressista a que tem direito, ou então estacará à margem da civilização contemporânea (...)"[498]. E não apenas isto, mas como é característico de diversos intelectuais integralistas – com destaque para Plínio Salgado –, Olbiano de Melo ainda acredita que este mesmo momento é marcado pela ação de homens que "passam a colocar o seu bem estar material acima de tudo mais, deixando-se dominar pelos seus apetites egoístas, esquecendo-se de cultivar em maior escala

[496] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 92.
[497] Ibid. p. 93. [o grifo é nosso].
[498] Idem. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 22.

as suas grandes tendências espirituais"[499]. O que acontece é, de acordo com o esquema traçado anteriormente, uma desarmonia ou uma forte desestabilização das *forças sociais*[500] que operam no interior da sociedade, ou seja, para Olbiano de Melo, o momento de passagem de um dado estágio da história para o seguinte é marcado por tal desequilíbrio em vista da incapacidade humana de manter uma harmonia entre aquelas forças de forma a assegura-las assim de maneira contínua, bloqueando, por conseguinte, a mudança. É um momento de *decadência* cujo resultado é o enfraquecimento de tudo aquilo que poderia manter a sociedade estabilizada. Nas palavras de Olbiano de Melo, "as sociedades atuais adoeceram" pois constituíram-se sob o signo da Revolução Francesa, sendo orientadas somente pelos aspectos econômicos que "foi dar de cheio a livre concorrência, ao individualismo, ao capitalismo"[501]. A predominância da "concepção material da vida", como queria Plínio Salgado, é aproveitada por Olbiano de Melo em seu pensamento, estabelecendo-a como uma das principais demonstrações dada pela humanidade de que começava a declinar outra vez, devendo procurar um novo equilíbrio que só resultaria, no entanto, na retomada de um estágio previamente conhecido. A questão, assim, é procurar a harmonia e o equilíbrio das forças sociais que atuam na sociedade, mas de forma a impedir o retorno *e* capaz de se manter assim; e a resposta é a revolução social que estabelecerá a Era Integralista.

Foi visto no início do parágrafo anterior que o Brasil encontrava-se diante de um dilema marcado pela sua necessária modernização ou, caso contrário, ficaria à margem das civilizações industrializadas, e a maneira de se evitar a segunda situação seria encontrar uma solução para os conflitos entre *capital* e *trabalho*. Se em suas obras pré-integralistas Olbiano de Melo já apresentava um visível teor espiritualista – sobretudo ao observarmos o capítulo "A ilha da Utopia", em *Comunismo ou Fascismo*, onde o autor tece duras críticas ao regime soviético, sublinhando suas "motivações" ateístas e anti-religiosas as quais tiraram "violentamente Deus das escolas, dos lares, das igrejas. Varreram-se por toda a parte os sentimentos de amizade, de afeição e de amor (...), despovoaram-se os altares, sendo as suas imagens trazidas em profanação para as praças públicas e aí queimadas"[502] – no período integralista ele se acentuou e ganhou um espaço essencial em seu pensamento, articulando-se com suas idéias anteriores. Ou seja, como já foi mencionado, Olbiano de Melo levou seus planos de um Estado Sindical-Corporativista para a Ação Integralista Brasileira, e os

[499] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt , 1935. p. 26.
[500] Estamos inclinados a crer que para Olbiano de Melo estas forças sociais, com base nos argumentos utilizados em seus livros, seriam: força política, força econômica e força moral.
[501] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 27-28.
[502] Idem. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 92-93.

princípios de sua instalação, a organização dos sindicatos e corporações que se apresentava justamente como uma maneira de solucionar os conflitos entre *capital* e *trabalho* os quais provocariam, também, o desequilíbrio entre as forças sociais, passou a formar um dos elementos fundamentais de seu integralismo. Se de um lado havia desarmonia resultante do enfraquecimento ou esquecimento dos valores morais e espirituais que levaram o homem a um individualismo e egoísmo sem limites, do outro exista aquela provocada através da exploração das classes trabalhadoras pela burguesia, os detentores do *capital* – assim, o Brasil não apenas precisava se modernizar e industrializar para que pudesse conquistar sua hegemonia, libertando-se do "domínio imperialista" dos EUA e dos países europeus, como deveria faze-lo de forma a solucionar todos os problemas sociais existentes. Por isto Olbiano de Melo expõe que o estabelecimento de uma situação financeira favorável para todas as pessoas seria um dos passos mais importantes a ser dado no País.

De acordo com o raciocínio de Olbiano de Melo apresentado em *Levanta-te, Brasil*, o problema do País não poderia ser resolvido, como muitos pensavam, por meio da simples educação e instrução da população – este era um fator de importância flagrante, como pode ser observado quando Olbiano de Melo faz uma projeção, em meio a sua crítica ao sufrágio universal, de quantos eleitores no Brasil seriam realmente "conscientes" de seus votos: primeiro ele faz um apanhado do número de habitantes do País, depois retira os que tinham direito ao voto e, a partir daí, faz um série de subtrações cujo resultado mostra apenas um número de aproximadamente 80.000 eleitores "conscientes", enquanto todo o restante seria formado por "inconscientes, de semi-bárbaros, de jecas-tatus, de impaludados, (...) de lechmaniosiados, de sifilíticos, de semi-analfabetos, enfim, civicamente grandes valores negativos"[503]. Era, pois, urgente dar condições às pessoas de se sustentarem e levarem uma vida digna, pois, caso contrário, continuariam elas "oprimidas" pelas políticas personalistas e individualistas que dominavam o Brasil. E, nas palavras de Olbiano de Melo, dar emancipação econômica ao homem ou a mulher através do voto seria fazer "do povo idiota, imbecil"[504]. Sendo assim, para que todos os indivíduos pudessem usufruir de condições econômicas favoráveis, evitando, ao mesmo tempo, caírem nas armadilhas dos governos e sua políticas "personalistas", pleitearia-se, então, a imediata implantação de um sistema sindical-corporativista no Brasil – identificado por Olbiano de Melo como uma das várias correntes socialistas existentes.

[503] MELO, Olbiano de. *Levanta-te, Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Terra do Sol, 1932. p. 11.
[504] Ibid. p. 12.

Para Olbiano de Melo, todas aquelas correntes as quais mencionamos na seção anterior deste capítulo, sob o nome geral de socialismo – e daí o próprio declarar ser um socialista – vieram à tona diante do momento de transição que a humanidade atravessava, identificada por ele como a passagem do individualismo para o grupalismo, isto é, a "civilização" capitalista organizada nos moldes da democracia liberal, cujas bandeiras "foram a livre concorrência e o individualismo", gerou "a desigualdade entre os homens e as nações, e, em conseqüência, a luta de classes"[505]; por conseguinte, como forma contornar, ou reparar, tal situação, começou-se a delinear no horizonte humano a possibilidade da inauguração de "uma época de solidariedade humana, numa organização socialista"[506], propiciada por aquilo que Olbiano de Melo chamou de *revolução social* – e no fim das contas, todas aquelas idéias socialistas (comunismo, sindicalismo, saint-simonistmo, etc), viriam em seu bojo, sendo fruto da inquietação das pessoas. A idéia de revolução de Olbiano de Melo, essencial para a compreensão de boa parte de seu pensamento integralista, foi elaborada em seu livro *Concepções do Estado Integralista*, onde distingue três fases distintas em seu desenrolar: a pré-insurreição, a insurreição, e a reconstrução. Todavia, parece-nos que uma exposição mais clara de tal idéia encontra-se na obra *A marcha da revolução social no Brasil*, sendo assim procuraremos nos remeter a ela[507]. Devemos, então, analisar a questão da revolução no pensamento integralista de Olbiano de Melo para, em seguida, aproximá-la das idéias corporativistas e o papel desempenhado em sua filosofia da história integralista.

Os primeiros indícios do surgimento daquilo que Olbiano de Melo viria a denominar de revolução social aparecem, para ele, com a Revolução Industrial, pois, "com o advento da máquina, substituindo o braço humano, surgia, também, o problema dos sem trabalho"; e a dispensa de diversos trabalhadores das fábricas – criando, assim, o problema dos sem trabalho – teria aberto as portas para a "derrocada do individualismo com o aparecimento do espírito de classe", ou seja, os operários teriam começado, já no interior das fábricas, a solidarizar-se uns com outros porque não mais se viam como inimigos, mas sim como membros de um mesmo grupo que partilhavam tanto das mesmas idéias como dos mesmos sofrimentos em vista da vida que levavam, confraternizando-se "assim, nas alegrias como nos pesares, durante

[505] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 45.
[506] Ibid. p. 46
[507] Embora seja ele da década de 1950, não existem diferenças marcantes entre o que foi escrito ali e em *Concepções do Estado Integralista* as quais poderiam vir a atrapalhar nossas análises. Não obstante a revisão de posições operada por Olbiano de Melo, sua concepção de revolução social não sofreu com elas.

as horas de trabalho diuturno e nas de lazer"[508]. Nasceria, daí, um espírito de solidariedade entre a classe operária o qual deveria se contrapor com as mudanças negativas provocadas pela utilização, nas indústrias, das máquinas: houve o barateamento da mão de obra, o aumento da produção que induzia as pessoas a um consumo cada vez maior, e, conseqüentemente, o "fenômeno da superprodução industrial, a crises econômicas, os *dumpings*, as guerras aduaneiras, os conflitos, as crises sociais (...)"[509]. Possibilitava-se, assim, uma união por parte dos trabalhadores, uma organização de classes que se transformaria no *sindicato* dos operários cujo objetivo seria defender seus interesses, intercedendo sempre que fosse necessário quando de disputas entre eles e os patrões. Para Olbiano de Melo, antes, o trabalhador isolado "tinha que se submeter às exigências, as mais iníquas, do patrão com o sacrifício de sua saúde física e moral", porém, com o sindicato, acontece uma modificação: "operou-se um equilíbrio de forças entre o capital, até então, poderoso e inatingível e o trabalho que, já agora, se manifestava, não mais pelo valor isolado de cada obreiro, mas pela totalidade de cada classe profissional devidamente arregimentada"[510]. O sindicato seria, assim, o primeiro sinal desta mudança de "mentalidade" por parte das pessoas. Célia Cerqueira de Araújo, em sua dissertação de mestrado, destaca a seguinte passagem:

> Estamos no dealbar de uma nova era. Vivemos uma época de legítima transição social. (...) Saltaremos em pouco de um estágio de puro individualismo para outros de franca cooperação de todos os valores. D'uma fase evolucionária violenta iremos dar em cheio (...) no encaminhamento da humanidade para uma nova estação social em que o homem isoladamente pouco ou nada valerá. Dentro de um grande espírito de solidarismo em todos os sentidos – moral, político, econômico – é que o homem contemporâneo achará a chave com que abrirá definitivamente as portas do futuro".[511]

As idéias sindicalistas apontariam, desta maneira, para o início do processo de revolução social que aos poucos começava a se delinear, e que encontraria sua consolidação na Rússia e na Itália, pois, para Olbiano de Melo, o que ocorreu em ambos países foram, justamente, "duas 'revoluções sociais' porque ambas transformaram as formas de Estado existentes num e outro país, criaram dois novos tipos de regimes políticos e fundamentaram

[508] MELO, Olbiano de. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 64.
[509] Ibid. p. 65.
[510] Ibid. p. 66.
[511] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 47-48.

novos princípios de economia"[512]. Resta-nos, agora, apenas apresentarmos, embora já introduzido com a citação anterior, o que Olbiano de Melo compreendia como *revolução social*, as fases em que se dividia, sua diferenciação das revoluções "meramente políticas" e a forma como suas idéias coadunariam-se com ela.

Olbiano de Melo conceitua revolução social como "a passagem definitiva de um certo equilíbrio social, que não mais poderá ser mantido, para um novo equilíbrio", devendo ser encarada "como se desenvolvendo por três etapas conseqüentes uma das outras e sempre na mesma direção"[513]. Acerca da primeira parte, no que diz respeito à importância conferida à noção de equilíbrio, já a mencionamos quando da explicação dada por Olbiano de Melo por meio de sua filosofia da história cuja sucessão daqueles quatro períodos específicos – mas sempre em um movimento cíclico – ocorre justamente diante de um desequilíbrio no seio da sociedade que não mais consegue se sustentar nem manter-se, devendo dar margem a um rearranjo da situação vigente de forma a restabelecer um novo equilíbrio. Aqui surge uma ressalva a ser feita: neste aspecto o pensamento de Olbiano de Melo parece possuir uma contradição porque, se a revolução caracteriza-se, sobretudo, pela criação de uma nova harmonia a qual substitui *definitivamente* a anterior a qual entrou em decadência, como poderia haver o movimento de retorno da última para a primeira etapa e sua perpetuação? Contudo, imaginamos que a maneira de se superar tal contradição seria recordarmo-nos das forças sociais existentes na sociedade: política (de fundo intelectual), econômica (de fundo biológico) e moral (de fundo espiritual), sobre as quais diz o intelectual integralista: "Todas as vezes que estas forças se conflitarem origina-se um brechamento da sociedade. Surgem opressores e oprimidos. Explode a luta de classes. Inicia-se a revolução"[514]. Com base na leitura do conteúdo de seus livros, não há qualquer esforço por parte do autor de examinar os pormenores dos momentos de transição de uma etapa para a próxima – ou uma datação mais precisa –, porém, diz ele que: "Se debruçarmos sobre a história veremos que também todas as vezes que a humanidade abandonou uma dessas fases e elegeu outra como clímax político, o fato se deu em pleno caos social. *Em plena degenerescência intelectual e moral*"[515]. Note-se, aí, que em momento algum Olbiano de Melo menciona as "forças econômicas", mencionando as outras duas – e de acordo com sua "teoria" do equilíbrio das forças, é preciso que *todas* elas entrem em conflito para que surja a revolução social, o que não teria acontecido das

[512] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 15.
[513] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 11-12.
[514] Ibid. p. 12.
[515] Idem. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 88. [o grifo é nosso].

outras vezes. Parece que, consciente ou inconscientemente, Olbiano de Melo não concebe a existência de classes sociais em outros períodos da História, sendo a luta de classes "fenômeno" recente diretamente ligado às forças econômicas que agora poderiam influir de forma decisiva no caminho trilhado pela humanidade. Por conseguinte, parece que, para Olbiano de Melo, a revolução social é algo também recente, que remonta apenas ao século XVIII com a Revolução Francesa a qual incidiu "sobre todo o panorama político-sócio-econômico mundial de sua época", e seguindo seus passos vieram aquelas observadas na Itália e na Rússia no século XX, semelhantes ao "movimento insurrecional francês, [pois] vinham agitando às massas sofredoras de seus países de origem, e por ação indireta e catalítica a todos os povos da terra, a bandeira sedutora da libertação econômica (...)"[516].

Operando, então, a revolução social quando da desarmonia provocada pelo conflito entre *todas* as forças, ela ainda irá se caracterizar por possuir três fases pelas quais precisa atravessar – caso contrário não pode ser considerada como tal, sendo, na verdade, uma revolução "meramente política". Estas três fases são: a *opinsurreição*, a *insurreição* e a *reconstrução*[517]. A primeira, a *opinsurreição*, inicia-se de forma lenta e imperceptível na sociedade, surgindo "no subconsciente da massa", quando:

> começam a trabalhar as idéias. As que deram causa ao desequilíbrio reagindo contra as que se focalizam como contrapeso à hipertrofia do poder daquelas (...). Sobem para o palco político nacional apóstolos de novas idéias. Gritam-se novas doutrinas. É o presente e, às vezes, o próprio futuro, reagindo contra o passado. Revolucionarismo e reacionarismo. É o período da agitação dos espíritos (...). Estamos, então, diante da sublevação dos espíritos. É a opinsurreição.[518]

É um momento onde criam-se e definem-se novas idéias – o sindicalismo, e outras correntes socialistas que Olbiano de Melo aponta em seu livro *Communismo ou Fascismo?*, é um prova deste primeiro momento. A revolução social a qual começara a se processar e parecia ter encontrado seu ápice nas primeiras décadas do século XX iniciou-se neste momento de opinsurreição, com a criação de novas doutrinas que se chocavam e lutavam contra aquelas antigas – no caso, a liberal-democracia.

A fase seguinte, a *insurreição*, é o momento que se situa entre a opinsurreição e a conquista do novo equilíbrio das forças sociais antes em conflito. É quando as idéias produzidas anteriormente são colocadas à prova, após denunciarem os problemas do presente

[516] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 15.
[517] Como mencionamos, utilizamos, aqui, a formulação presente no livro *A Marcha da...* Na obra *Concepções do Estado Integralista*, Olbiano de Melo denomina a primeira fase (opinsurreição) de "pré-insurreição", porém a única mudança é com o conceito.
[518] MELO, Olbiano de. op. cit. Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 12. [o grifo é do autor].

e proporem o que deve ser feito a fim de soluciona-los. Poderíamos dizer que é o instante em que passam para o mundo da ação, levadas a frente pelas pessoas cujo objetivo é superar as dificuldades para, em seguida, atingir uma nova harmonia social. Tal fase é marcada por um momento de intensa "perda de energia", pois, de acordo com Olbiano de Melo, a revolução possui "uma certa semelhança com o fenômeno químico, se apresenta ao mesmo tempo participando de uma caracterização exógena e logo em seguida endógena": para ele, as duas primeiras fases correspondem a uma reação exógena, de perda de energia provocada por todo o trabalho e esforço despendido por todos aqueles envolvidos no processo revolucionário, pois "a sociedade, quando no entrechoque das idéias (...) perde, pelo conjunto de toda a população irrequieta ou em armas, energias de todos os matizes (...). São perturbações de ordem econômica e de ordem financeira, como de ordem sanitária ou espiritual"[519]. Sendo, por conseguinte, o momento da revolta e da "desordem" que visa alcançar um equilíbrio social, o processo revolucionário exige demais da sociedade, devendo, poderíamos dizer, recompensa-la. É quando ocorre a passagem para o terceiro e último estágio, quando "virá a situação de calma e de sossego para a massa", o denominado *reconstrução*, o qual é caracterizado como uma reação endógena pois é o momento "em que a sociedade adquirirá tudo quanto perdeu anteriormente". Esta fase marca o sucesso da revolução social por ter sido capaz de atingir um novo equilíbrio das forças sociais, encarregando-se de compensar a sociedade por todos os esforços, entregando-lhe um "novel clima político que se lhe abre como um período de sua restauração econômica, política e moral"[520]. Somente pelo cumprimento ou passagem por estes três períodos a revolução social seria capaz de se consolidar, e de acordo com Olbiano de Melo, o Brasil, naquele momento, encontrava-se nesta segunda etapa – a opinsurreição teria tido início no governo de Hermes da Fonseca com a campanha civilista de Rui Barbosa, alcançando a fase inssurreicional com a Revolução de 1930 que não poderia, todavia, ser considerada como uma *revolução social*.

Para Olbiano de Melo, a Revolução de 1930 foi uma revolução *política*, incapaz de passar para a terceira e derradeira etapa, pois o que ela provocou foi apenas uma troca nos quadros governamentais do governo, daí sua distinção entre as revoluções políticas e sociais, porque "aquelas se desenvolvem apenas no espaço. Estas primeiramente em espírito e depois em espaço. Aquelas não passam do choque de ambições pessoais (...) Estas são determinadas

[519] MELO, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil.* Rio de Janeiro: Edições "o Cruzeiro", 1957. p. 11-13.
[520] Ibid. p. 13-14.

por uma necessidade de aperfeiçoamento interno de cada indivíduo"[521]. Em outras palavras, de acordo com o pensamento de Olbiano de Melo, a situação nacional permaneceu a mesma do período anterior à Revolução de 1930, com as forças sociais ainda em desequilíbrio, tanto que, dois anos mais tarde, em 1932, diagnosticou o intelectual integralista "a ocorrência de uma segunda etapa revolucionária ('uma revolução dentro da própria revolução')"[522]. Teria sido aí o momento em que as idéias antes em gestação foram trazidas para o campo da ação, atuando e preparando o terreno para o clímax da insurreição a qual daria lugar, em seguida, a reconstrução, cumprindo, assim, todo o necessário trajeto para o cumprimento da revolução social. E é claro que o Integralismo seria o principal movimento possuidor de idéias capazes de provocar as mudanças necessárias na sociedade, além de ser o único habilitado para o restabelecimento do equilíbrio das forças, concluindo o período de reconstrução, *e para a manutenção eterna desta harmonia.*

Vale aqui um breve comentário em relação a análise da revolução no interior do pensamento de Olbiano de Melo feita por Célia Cerqueira de Araújo em sua dissertação de mestrado: corretamente ela diz que o conceito de Revolução assumido pelo autor caracteriza-se pelo fato de ser "dentro dos 'espíritos' que se manifesta, em primeiro lugar, a necessidade de transformação" – afinal, como foi observado, o primeiro passo a ser dado no caminho da revolução social é a criação de novas doutrinas capazes de superar os problemas enfrentados no presente; e logo depois afirma ela que "não parte este raciocínio da noção de que o espírito humano apreenda essas necessidade a partir de suas experiências empíricas"[523] – acreditamos que, aqui, há um erro. A questão do "espírito" é, sem dúvida, muito cara para alguns intelectuais integralistas como o próprio Olbiano de Melo e Plínio Salgado, e não pode ser descartada, ainda mais quando observamos a insistência, neles presentes, em um processo teleológico de evolução da humanidade o qual levará o ser humano ao ponto mais alto de seu desenvolvimento espiritual. Entretanto, colocar neste mesmo "espírito" a completa responsabilidade pelos desejos de transformação dos indivíduos, sem qualquer ligação com *suas experiências empíricas*, é ignorar não apenas a filosofia da história trabalhada por Olbiano de Melo como as próprias etapas da revolução social, porque, se ela ocorre, é justamente por uma situação de conflito entre, sim, as forças morais (espirituais), mas igualmente entre as políticas e econômicas. Ora, se não fosse, por exemplo, pelo advento das

[521] Ibid. p. 15.
[522] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 89.
[523] Ibid. p. 80.

máquinas no interior das fábricas, que levaram ao desemprego de milhares de trabalhadores, estes nunca teriam se unido para formarem os sindicatos; assim como nenhum daqueles intelectuais teriam concebido suas doutrinas socialistas se não fosse por uma situação que se mostrava calamitosa. Desta forma, acreditamos que a noção de revolução para Olbiano de Melo está ligada, também, a uma necessidade *concreta* da sociedade.

Deve-se, agora, após esta sucinta exposição da filosofia da história desenvolvida por Olbiano de Melo e de sua idéia de revolução social, procurar mostrar, por meio da identificação dos principais elementos presentes em seu pensamento, como o seu integralismo era concebido e se desenvolvia. Já foi apresentada a idéia de que o movimento integralista colocaria um fim no processo de mudança e retorno das etapas a marcarem a História, e a ela devemos nos reportar novamente para demonstrar a associação feita entre o Integralismo e a *revolução social*: para Olbiano de Melo, "o integralismo é a própria Revolução Brasileira, agora em marcha rítmica, consciente, disciplinada, hierárquica (...) rumo a sua etapa final que é a implantação no País do Estado Corporativo-Nacionalista. *Do Estado Integral*"[524]. E neste esquema, o Estado Integral seria justamente o último ponto a ser alcançado na evolução da humanidade – e a AIB não seria um partido político, mas sim um movimento político-social imbuído de um "espírito audaciosamente bravio e revolucionário", constituindo-se, assim, quase como parte do próprio processo que é a História. Sendo, assim, o Integralismo a revolução "encarnada", uma série de elementos que o formam vêm à tona de forma a corresponder ao conceito de revolução social trabalhado por Olbiano de Melo, e nós nos debruçaremos sobre eles, destacando-se aí: sua organização sobre um sistema sindical-corporativo-nacionalista, a chamada "economia integralista", o viés espiritualista/humanista e o Estado Forte (Técnico).

Propomos, partindo de uma seqüência distinta da apresentada acima, como primeiro elemento a ser analisado o que denominamos de viés espiritualista/humanista do pensamento integralista de Olbiano de Melo.

Previamente apresentado, e visível pelo fato de permear diversos aspectos já trabalhados até aqui, este elemento deve ser ressaltado porque, a nosso ver, retomando algumas considerações já feitas, mas necessárias de serem revistas para que possamos melhor explica-las no interior desta análise mais concentrada a qual procuramos operar no momento, o viés espiritualista/humanista – logo explicaremos porque fazemos a aproximação entre espiritualismo e humanismo – configura-se como "novidade" no interior do pensamento de

[524] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 88. [o grifo é do autor]. p. 14. O autor nesta passagem, e em outras, ao falar na "Revolução Brasileira" refere-se à própria revolução social.

Olbiano de Melo, o que não significa dizer que em sua produção intelectual pré-integralista não houvesse uma insistência nos valores espirituais e morais, traduzidos na importância conferida à Igreja e à religião (tal como mencionamos anteriormente, citando o capítulo "A Ilha da Utopia", onde Olbiano de Melo referia-se à Rússia Comunista). A "novidade", por assim dizer, diz respeito ao fato de sua efetiva incorporação em seu pensamento integralista como *instrumento de análise e de reflexão*, pois antes assemelharia-se mais como um objeto, ou melhor, era apenas visto como uma "instituição". O que pretendemos dizer com isto? O espiritualismo de Olbiano de Melo, representado na ênfase concedida a idéia de Deus e a necessária presença da Igreja e do sentimento religioso na sociedade, era antes uma espécie de dado empírico do qual não se podia abjurar, tanto que um de seus argumentos a demonstrar a incompatibilidade do regime soviético no Brasil era em vista da "índole" do brasileiro: "O Brasil tem outro *habitat*. É outro feitio moral, cívico e religioso, do povo que o habita comparado com a Rússia dos *soviets*"[525]. Em outra passagem, seguindo a mesma "lógica", diz o intelectual integralista: "Por sua vez o *socialismo-marxista* é repelido pelas tradições que informaram, no passado, e cimentam no presente, a sociedade brasileira: a crença em Deus, o amor à Família, o sentido integral da Pátria"[526]. Somente com sua entrada na Ação Integralista Brasileira, Olbiano de Melo, provavelmente por meio da influência da produção intelectual de Plínio Salgado, não apenas mantém o espiritualismo como algo natural da sociedade brasileira como utiliza-o em sua faceta moral e ética para suas análises, ficando, agora, sob o nome de "humanismo" – daí falarmos em um viés espiritualista/humanista.

No terceiro capítulo da obra *Razões do Integralismo*, intitulado "O sentido humanista do Integralismo", há uma interessante demonstração deste fundamental elemento do pensamento integralista de Olbiano de Melo, sendo aí onde ele dá os primeiros passos para a construção de seu esquema da História baseada nos quatro estágios que se sucedem, formando um movimento em espiral. Analisando, assim, os desequilíbrios entre as forças sociais sobre as quais já falamos, e procurando sempre manter sua atenção sobre o momento em que vive, o autor chega a conclusões semelhantes às de Plínio Salgado no tocando à exacerbação do materialismo em detrimento do espiritualismo: "os homens passam a colocar o seu bem estar material acima de tudo mais, deixando-se dominar pelos seus espíritos egoístas, esquecendo-se de cultivar em maior escala as suas grandes tendências espirituais", o que provoca, na sociedade "a dissolução dos bons costumes, das boas normas de viver"[527].

[525] MELO, Olbiano de. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 121
[526] Idem. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 124. [o grifo é do autor].
[527] Ibid. p. 26-27.

O grande diferencial que observamos em relação ao pensamento de Plínio Salgado, ainda que ambos partam de um ponto em comum, é que o elemento espiritual passa a funcionar como importante fator de mudanças na *organização e na estrutura da sociedade*, não permanecendo tão-somente preso ao indivíduo, o que nos leva a crer que, neste momento, há uma transfiguração de tal princípio espiritualista para o "humanista", porque a preocupação de Olbiano de Melo recai sobre a construção de uma nova sociedade que se caracterize pela busca, e alcance, do bem comum. Ele pretende operar de maneira a transformar a realidade social vigente em uma que seja melhor para todos, dando um fim, assim, aquele "sentido de vida pelo *bem próprio* individual em detrimento do *bem comum*, da coletividade"[528]. Daí o intelectual integralista falar em uma "economia desumanizada", o que nos leva a análise dos outros elementos essenciais para a compreensão do seu pensamento, pois acabam todos se interligando e possuindo como ponto de partida este primeiro elemento o qual ficará ainda melhor explicitado, sobretudo no tocante a sua característica "humanística"[529]. Sendo assim, devemos passar ao tratamento da questão envolvendo o sindical-corporativismo porque, como base da nova sociedade a qual o integralismo de Olbiano de Melo se pretende a erigir, ela é a maior demonstração do "sentido humanista" daquele porque procura sempre atender as necessidades do grupo, do todo.

Nas palavras de Olbiano de Melo, "quem diz integralismo diz sindicalismo-corporativo-nacionalista"[530]. Analisemos cada um destes elementos: como mencionado na seção anterior, o intelectual integralista, sob o termo geral de socialismo, aponta para a existência de várias correntes de pensamento (comunismo, cooperativismo, anarquismo, etc), dentre as quais acharia-se o *sindicalismo* cuja superioridade em relação a todas as outras assentava-se sobre o fato dele ser capaz de sintetizar em si as (melhores) características daquelas correntes. Tendo nascido, então, da solidariedade entre o proletariado, visando sua proteção e defesa de seus interesses, os sindicatos deveriam multiplicar-se, abrangendo igualmente todas as outras classes profissionais, onde estariam inclusos, além do operariado, o patronato, os trabalhadores liberais, os intelectuais, etc, possuindo tanto a função de organização de seus membros como do controle dos mesmos. A existência dos sindicatos deveria seguir uma espécie de "complementaridade", ou seja, onde existisse um determinado sindicato, deveria haver outro onde se congregassem membros da categoria oposta – havendo, por exemplo, em um município um sindicato de industriários, deveria haver outro dos

[528] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1935. p. 29. [o grifo é do autor].
[529] Não custa lembrar que este "humanismo" é algo relacionado, a nosso ver, exclusivamente ao pensamento de Olbiano de Melo, tratando de sua preocupação com o bem-estar do ser humano.
[530] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 30.

operários das indústrias[531], o que proporcionaria uma igualdade de direitos entre as classes "oponentes" a fim de discutirem seus problemas e reivindicações em um mesmo nível, e funcionando desta maneira, o problema envolvendo os conflitos entre trabalho e capital, essencial no pensamento integralista de Olbiano de Melo, poderia ser resolvido porque faria com que ambas categorias entrassem em um consenso, tendo como árbitro o Estado cuja resolução deveria ser sempre a favor do bem comum. Verifica-se, aí, como Olbiano de Melo achava-se próximo das idéias de Miguel Reale no tocante à organização sindical-corporativista do Estado brasileiro – algo que, como se sabe, já era bem conhecido no País nas primeiras décadas do século XX – interessando, aqui, de acordo com a análise que empreendemos do pensamento de Olbiano de Melo como nele há uma articulação entre tal princípio organizador e o elemento espiritualista semelhante ao de Plínio Salgado. E ainda dentro daquela aproximação com Miguel Reale, a sociedade sob tal organização continuaria a partir do princípio de que os indivíduos são diferentes entre si – possuem diferentes capacidades as quais se refletem em seu trabalho – e de que somente aqueles mais bem preparados ou capazes poderiam avançar pelos patamares mais altos do governo da Nação, pois, ainda que diante da possibilidade de haver ainda eleições, seguiria-se a idéia de Miguel Reale de que o Estado deveria ser *democrático na base, mas com a diminuição da participação do povo enquanto os problemas ficassem mais complexos*. Somente quem se destacasse (em outras palavras, fosse mais capaz) nos vários níveis dos sindicatos e corporações é que poderia entrar em contato e participar de discussões e/ou decisões nos escalões mais altos do governo.

A organização da sociedade em torno dos sindicatos tenderia a levar as relações entre as diversas categorias profissionais para fora do campo da luta de classes, instaurando uma prática de ajuda mútua entre elas, sempre em busca de resoluções que fossem as mais benéficas possíveis para toda a população. Além disto, diante de tal organização, e com o fim do sufrágio universal, todo o sistema eleitoral seria baseado no voto profissional, e todas as escolhas para o governo seriam feitas estritamente pelas classes produtoras, concedendo-lhes a devida representação política assim como segurança e estabilidade econômica e social – no programa do Partido Nacional Sindicalista, presente na obra *Levanta-te, Brasil*, Olbiano de Melo prevê a necessidade da sindicalização de todas as classes profissionais, sendo este um dos requisitos para a filiação ao partido a qual achava-se aberta para todos os brasileiros de

[531] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 119.

ambos os sexos com idade superior a 21 anos (em idade inferior, apenas com o consentimento dos pais ou tutores). Assim, para o intelectual integralista, seguindo estes termos, é no sindicato onde "realiza-se a cooperação integral, estabelecendo-se os equilíbrios necessários entre os interesses e as forças do mundo econômico e social, banindo-se as possibilidades das greves e *lockout* que são por isso interditados e garantindo-se, finalmente, a ordem pública"[532].

No tocante ao corporativismo, diz-nos Olbiano de Melo em sua elaboração do Estado Integral que seriam as corporações – formadas pelos sindicatos e onde se aglutinariam todas as forças sociais, políticas, econômicas, culturais, da sociedade – a constituírem a base daquele. Ficará mais claro o seu papel quando falarmos do Estado Forte (técnico), sendo mais interessante agora passarmos a análise do componente *nacionalista* em uma organização desta natureza.

Olbiano de Melo distingue dois tipos de sindicalismo: o nacionalista e o internacionalista. Originários de uma mesma idéia fundamental cujos adeptos empunharam "a mesma bandeira de reivindicações sociais até 1914"[533], a divisão ocorreu em 1918, gerando o sindicalismo nacionalista, observado na Itália fascista, e o internacionalista, proveniente da Rússia bolchevista. Olbiano de Melo traça diversas diferenças[534] que considera essenciais, contudo, interessa-nos, aqui, apenas o fato de que o sindicalismo internacionalista teria como grande mal o agravamento, ou instigação, da luta de classes, pois nele não haveria a *colaboração* entre as classes que existiria no nacionalista, mas sim um conflito intenso o qual deveria resultar na hegemonia de uma delas. Neste caso, colocava-se "a sorte da burguesia nas mãos do proletariado, mudando apenas o eixo de gravitação da questão social"[535]; enquanto isto, no nacionalista, seu o objetivo central é o bem da Nação, pois todos trabalham em conjunto de modo que, também, devem servir como um anteparo contra as intrusões de outros países no Brasil, impedindo que ele "continue sendo uma colônia financeira", visto que "está com os pontos nevrálgicos da sua economia interna ocupada por 'trusts', cujas estradas de ferro foram por contratos aleatórios e onerosos cedidas a companhias estrangeiras", além de ter seus "serviços portuários explorados por elementos alienígenas" e "cuja rede bancária, na sua maior porção, vem precedida pelas palavras *The* e *Le*"[536]. Como não podia deixar de ser,

[532] MELO, Olbiano de. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 105
[533] Ibid. p. 75.
[534] Ibid. p. 75-79
[535] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 107
[536] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 114-115.

este nacionalismo do pensamento de Olbiano de Melo – não precisamos lembrar que é um traço elementar do Integralismo como um todo – caracteristicamente econômico, muito semelhante ao de Miguel Reale, mas também o de Gustavo Barroso em vista de sua crítica mais ferrenha ao capitalismo internacional, objetiva não só o crescimento da Pátria como sua devida proteção contra ameaças externas, pois um País internamente bem organizado e coeso, cujo sentimento de Nação acha-se presente, não permitiria que se deixasse "dominar" pelas potências estrangeiras, perdendo, assim, sua hegemonia que Olbiano de Melo tanto enfatiza, principalmente em *Levanta-te, Brasil*.

Apenas um último comentário ainda acerca do sindicalismo é que Olbiano de Melo compreende-o como sendo *totalitário*, mas sem qualquer tipo de relação com o totalitarismo do pensamento integralista de Plínio Salgado. É totalitário porque, no entender do intelectual integralista, ele deverá abarcar *todas as classes*, sem exceções – opondo-se, assim, mais uma vez, ao sindicalismo soviético (internacionalista) que só compreende quatro classes: camponeses, soldados, operários e intelectuais. Diz Olbiano de Melo:

> Colherá de uma maneira geral, de alto em baixo, o grande, o médio e o pequeno burguês, como todo o proletariado (operários e camponeses), militares, etc. Colherá deste modo dentro de plano vertical-sindical tanto o operário como o jornaleiro, o agricultor como o negociante, o industrial como o empregado no comércio, o técnico como o intelectual, o militar como o funcionário público.[537]

Desta maneira é possível não só a manutenção da atual configuração da sociedade, mantendo-se todas as suas distinções, como se submete todas as classes à idéia de bem comum.

Toda esta organização, assim, pauta-se por aquilo denominado por *economia integralista*, também de feições "humanísticas", a qual opõe à chamada economia marxista: ambos tipos de economia, possuem, na verdade, pontos em comum, mas logo depois ambas "se afastam, tomando cada qual, em seguida, um roteiro próprio para *jamais se encontrarem*"[538]. Estes pontos em comum observados, de acordo com Olbiano de Melo, são passíveis de serem encontrados no fato de que ambas partem de pressupostos humanistas a fim de resolverem os problemas da sociedade, almejando, assim, a subversão de toda a ordem social moderna que é construída sobre a "exploração do fraco pelo forte, ou melhormente do *trabalho* pelo *capital*"[539]. Tal colocação faz com que o intelectual integralista concorde com as análises efetuadas por Marx no tocante às suas análises do capitalismo e da sociedade industrial, porém, tal como Miguel Reale, não se coloca a favor das soluções por aquele

[537] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 106-107.
[538] Ibid. p. 52 [o grifo é nosso].
[539] Ibid. p. 53 [o grifo é do autor].

sugeridas. Reconhecendo a validade das reflexões acerca do *sobre-valor* (mais-valia) – e considerando-o como o centro da questão social – argumenta que o estabelecimento do *justo preço* e do *salário justo*, além da participação eqüitativa e obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas, seria a solução ideal, de uma economia humanizada, para a situação de pobreza e miséria na qual viveriam as pessoas; seria necessária a adoção de uma economia distributivista onde, ao contrário das soluções postuladas pelo marxismo, não haveria o fim da propriedade privada, vista como um dos símbolos maiores da liberdade individual, caso contrário os homens não mais seriam livres, passando a viver submissos ao Estado e em uma ditadura "baseada num iníquo *monismo* de classe", como era o caso do "coletivismo soviético"[540].

Os ideais humanistas buscados pela economia integralista seriam observáveis na Itália fascista, onde uma legislação social teria sido capaz de regular todas as relações entre capital e trabalho (estabelecendo contratos de trabalho coletivos e individuais, salário mínimo, a participação nos lucros da empresa pelos empregados), com todas as forças produtivas trabalhando em cooperação, visando sempre o bem da Nação. Para isto, claro, "foi preciso transmudar-se o regime político de outrora, erigindo em seu lugar o corporativo, baseado na sindicalização ampla das classes profissionais (...)", devendo o mesmo ser feito no Brasil, mas com uma importante ressalva: para Olbiano de Melo, mesmo o regime sindical-corporativista da Itália possuía um problema crucial que era o fato de ser uma ditadura, o que não se coadunaria com uma "população caracteristicamente de índole republicana" como a brasileira, sendo, então, tal problema resolvido pelo fato de postular, para o Brasil, eleições nos níveis municipais, estaduais e federal por meio das quais seriam escolhidos os prefeitos, governadores e o presidente da República[541].

Como último elemento a ser mencionado, temos o Estado Forte, ou Estado Técnico como por vezes o chama Olbiano de Melo. Sua organização daria-se da seguinte forma:

> O aparelhamento vertical dar-se-á em torno do Estado, fora dele e sob sua imediata fiscalização. É formado pela rede sindical do País, começando pelos sindicatos profissionais e cooperativas dos municípios, tangenciando nas suas federações nas capitais das províncias e coroando-se nas diversas confederações de classe na Capital Federal. O aparelhamento horizontal dar-se-á dentro do próprio Estado. Transformar-se-á no próprio Estado. Constituir-se-á pelas diversas assembléias corporativas (...) formadas por representantes eleitos tão somente pelas diversas e diferentes associações de classes e institutos culturais e artísticos, sempre com número igual de representantes para cada grupo.

[540] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 57.
[541] Ibid. p. 58

Verifica-se aí o que já foi mencionado anteriormente, que é a presença decisiva dos sindicatos (submetidos ao Estado) e corporativas (que formam o Estado), onde somam-se, também, as cooperativas que desde a década de 1920 já eram do interesse do Olbiano de Melo – o cooperativismo era uma das correntes socialistas existentes com a qual o intelectual mais se identificava após o sindicalismo nacionalista, daí recorrer a ele, incorporando-o em seu plano de um Estado Sindical-Corporativista. Definia o cooperativismo como "uma sociedade de pessoas agregadas para, sob uma mesma bandeira, mutuamente se auxiliarem", e que comportava três subdivisões: uma cooperação de consumo, uma de produção e uma de crédito, todas com o objetivo de eliminação do intermediário[542]. Como podemos observar, as cooperativas enquadravam-se perfeitamente em suas concepções de uma economia humanista, distributivista, onde todos trabalham em prol do grupo, à procura do bem comum. É a idéia de grupalismo já aventada e que se constitui como uma das principais do pensamento de Olbiano de Melo, visto que nos Estados Fortes (Técnicos) existentes na Itália e na Rússia (e que deverá ser implantado no Brasil) "o indivíduo foi abolido, foi posto à margem pelo próprio Estado que considera, apenas e tão somente, os agrupamentos, as diferentes classes (...)"[543], pois a humanidade caminha "para uma nova estação social em que o homem isoladamente pouco ou nada valerá"[544].

Nestes termos, somente o Estado que Olbiano de Melo denomina de Técnico pode fazer-se presente, pois é necessária sua presença na organização de uma economia seguindo aqueles pressupostos, onde deve haver ordem e disciplina, além de uma delimitação firme dos direitos e deveres de cada um para seu correto funcionamento. É este Estado que deve amparar os elementos mais fracos da sociedade, regulando as relações de trabalho, acompanhando, assim, "toda a vida econômica da Nação, procurando regular, disciplinar, metodizar, tecnizar o trabalho em proveito de todos"[545]. A primeira vista, pode parecer que a preocupação de Olbiano de Melo acerca do papel a ser desempenhado pelo Estado recai unicamente em sua constante presença nas questões envolvendo a economia e o trabalho, contudo tal impressão não se realiza porque, para ele, o Estado (que será, claro, o Estado Integral) possuiria seis instâncias administrativas, a saber: a *econômica*, sendo esta a encarregada da organização das classes profissionais e dos sindicatos; a *financeira*, responsável por toda a situação financeira do País, coletando o chamado imposto único (onde se achava presente a taxa de sindicalização que seria repassada aos sindicatos); a

[542] MELO, Olbiano de. *Communismo ou Fascismo?* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Pongetti, 1937. p. 46-47.
[543] Ibid. p. 62.
[544] Idem. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 98.
[545] Ibid. p. 101.

representativa, que organizaria todo o sistema eleitoral; a *educacional*, encarregada da educação dos jovens, visando "o aprimoramento cívico, moral, cultura, técnico, físico e recreativo" e encarregado também pela "defesa sanitária da Nação"[546]; a *militar*, que deveria ocupar-se da defesa do País; e a *judiciária*, responsável por toda a legislação e sistema judiciário. Em outras palavras, ainda de acordo com Olbiano de Melo, estaria o Estado Integral presente na *ordem política*, assegurando uma organização baseada no sindicalismo-corporativista-nacionalista; na *ordem econômica*, pois aplicaria os princípios da economia dirigida, onde há o predomínio do social sobre o individual; na *ordem intelectual*, visto que deveria haver "a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado"; e na *ordem moral*, pois haveria a "cooperação espiritual de todas as forças que defendem as idéias de Deus, Pátria e Família (art. 1º, parágrafo único, dos Estatutos da A.I.B.)"[547].

Estado "colaborador", presente em todas as questões e problemas da sociedade, é caracterizado como Forte em vista do poder e força que possui – instância máxima da sociedade, capaz de regular, organizar e controlar as ações e destinos de todos aqueles grupos de indivíduos a ele submetidos, é uma espécie de entidade supra-humana concebida unicamente pela união da vontade de todas as pessoas que visam o bem comum; e como Técnico por sua racionalidade e execução – visando cumprir todas as benesses que anuncia quando da sua implantação, divide a sociedade em deve operar sempre com base na Razão (e na Moral) diante do fato de se viver, naquele momento, "diante de uma era verdadeiramente econômica (...) dentro da qual terá a palavra de ordem somente a técnica, a especialização (...)"[548]. Mas independente de sua denominação, importa que o Estado *Integral* marca a consolidação de toda a estrutura a qual o integralismo de Olbiano de Melo pretende erigir no Brasil (se quiséssemos fazer uma comparação, tão comum, com o corpo humano, teríamos o sindical-corporativismo como esqueleto, a economia integralista como os músculos e os princípios "humanistas" como o sangue o qual perpassa a todos, fazendo-os funcionar corretamente). E então iniciaria-se a Era Integralista, pondo um fim no movimento que sempre aprisionou a humanidade, fazendo-a avançar e retroceder entre momentos harmônicos e desequilíbrios – seria estabelecido na História um processo irreversível cujo desenrolar nossa breve reflexão é incapaz de apresentar.

---

[546] ARAÚJO, Célia Cerqueira de. *A ideologia integralista de Olbiano de Melo:* estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Melo nas décadas de 1920 e 1930. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991. p. 122.
[547] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 104.
[548] Idem. *Levanta-te, Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Terra de Sol, 1932. p. 46.

6.4. Conclusão

Término do último capítulo (com um certo quê de ensaio ou apêndice, diríamos) da presente dissertação de mestrado. Acreditamos que foi possível, embora de maneira breve, alcançar os objetivos os quais nos propomos a alcançar: propor um tipo de análise das propostas integralistas através da que chamamos de *limites do Integralismo* formados pelas idéias de Plínio Salgado e Miguel Reale. Demonstramos alguns dos traços principais do integralismo proposto por Olbiano de Melo, como sua insistência na organização sindical-corporativista e da chamada economia integralista – ambas perpassadas por valores espirituais que almejam a construção de uma sociedade mais "humana", onde todos possam usufruir dos bens da cooperação entre trabalho e capital – e, por meio destes elementos, a construção do Estado Integral (um Estado Forte e Técnico). Embora muito do que escreveu na AIB era um desenvolvimento de idéias anteriores, elas se plasmaram a outras, complementando-se e tornando-se capazes de produzir um integralismo (certamente "incompleto"), sob alguns aspectos, distinto dos outros, sem, contudo, ir além dos limites do *totalitário* e do *conservador* – seria, então, mais um *matiz de verde*.

Conclusão (em duas partes)

No que pesem as diferenças que sempre procuramos frisar ao longo de nosso trabalho, as frases com que Hannah Arendt inicia o primeiro capítulo da Parte III de seu estudo sobre as origens do totalitarismo parecem soar verdadeiras para o caso do Integralismo: "Nada caracteriza melhor os movimentos totalitários em geral – e principalmente a fama de que desfrutam seus líderes – do que a surpreendente facilidade com que são substituídos". E continua a filósofa alemã:

> *Essa impermanência tem certamente algo a ver com a volubilidade das massas e da fama que as tem por base; mas seria talvez mais correto atribuí-la à essência dos movimentos totalitários, que só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo o que os rodeia.*[549]

Difícil não encontrar nestas palavras alguma similitude com o ocorrido com o movimento integralista quando da implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que como uma tempestade arrancou do mastro a bandeira azul e branca do sigma que nele austeramente tremulava; e depois disto, com a tentativa do golpe de 1938, o exílio de Plínio Salgado, as prisões que os integralistas sofreram e a Segunda Guerra Mundial, não haveria mais qualquer possibilidade de que ela fosse hasteada novamente (teria sido ela a primeira a ser "queimada", antes daquelas que representavam os estados brasileiros?). O Integralismo conheceu um fim o qual certamente pareceu-lhe muito estranho, afinal, se nos recordamos das palavras de seu *chefe*, sua vitória era inevitável, e sua obra seria sentida e mantida por décadas e décadas a frente. Traiçoeira a História, onde tanta crença foi depositada. Seu sorriso poderia estar voltado para os integralistas, mas seus olhos viam outros horizontes, horizontes nos quais a camisa-verde era uma lembrança prosaica de um período turbulento, de extremismos e exacerbações. A velocidade de sua ascensão provavelmente é comparada a de sua queda, a qual não foi vislumbrada da forma devida por todos aqueles intelectuais que se congregaram, junto de indivíduos das mais diferentes profissões e estratos sociais, sob o nome de Ação Integralista Brasileira. Tal qual um eclipse, o Integralismo fascinou as pessoas; e como um, acabou pouco depois. Moveu-se, e mostrou-se, o quanto pôde. Mas quando seu movimento cessou, tudo aquilo ao seu redor dispersou-se, com as forças de atração passando para um outro eixo. Restaram, porém, imagens, documentos e idéias materializadas em livros. E com

[549] ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1989. p. 355-356.

isto tentamos visualizar, ou compreender, um pouco mais daquele curioso fenômeno. Com base nisto levamos o presente trabalho, que também atinge seu fim.

Os estudos mais antigos acerca do Integralismo ressaltaram o fato de que, no interior do movimento, conviviam idéias bastante distintas as quais correspondiam às particularidades intelectuais de cada autor – daí falarem em *integralismos*, algo que sempre procuramos ressaltar e continuamos até aqui, pois foi a partir desta hipótese bastante difundida que iniciamos nosso trabalho. Mas deve-se chamar atenção para o fato de que, embora fosse uma premissa corrente, faltavam trabalhos cujos objetivos centravam-se em demonstrar quão diferentes eram estes integralismos, e em quais aspectos. Excetuando-se os estudos aqui largamente utilizados de Ricardo Benzaquen de Araújo os quais privilegiaram análises isoladas de autores como Plínio Salgado e Miguel Reale – mas procurando remeter-se às considerações feitas sobre um ou outro – não tivemos acesso a nenhum outro que privilegiasse um confronto direto entre os intelectuais integralistas, e a eles se limitasse. Por isto propomos o presente estudo nos moldes em que foram apresentados, observando não só uma reflexão concentrada na proposta integralista de cada um como as diferenças que aos poucos iam surgindo, para enfim, por meio da escolha de alguns elementos que julgamos como importantes para o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale, mostrar onde se achavam as distinções, em que ponto os *integralismos* ganhavam forma, e a dimensão das mesmas. Decerto foi um trabalho longo, e às vezes repetitivo pela própria natureza de nosso objeto, pois como as idéias de cada autor inevitavelmente dialogavam com outras, avançavam e recuavam, não tínhamos como evitar um movimento semelhante, apontando para desenvolvimentos futuros bem como para os tópicos previamente tratados. Seguindo, assim, um caminho de interrupções e retomadas, produzimos esta dissertação de mestrado visando explorar as peculiaridades de cada *integralismo*, localizando suas características e pontos de repulsão quando colocados frente em frente para, por fim, procurar defini-los com base em seus traços mais marcantes reunidos, no caso de Plínio Salgado, a partir da noção de totalitarismo, e de Miguel Reale, na de conservadorismo (e autoritarismo).

Como ficou demonstrado, a busca por estas distinções, a nosso ver, deve ter seu primeiro passo levando-se em consideração os aspectos biográficos de cada autor, observando-se o meio em que cada intelectual adquiriu e interpretou o conhecimento que serviu de base para aquele que produziu mais tarde. Embora tenham compartilhado as mesmas leituras (sobretudo no caso de autores brasileiros, como Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Alberto Torres), as idéias nelas presentes tiveram recepções diferentes, assim como foram diferentes os efeitos provocados e as construções de novas visões de mundo e propostas

de ações na realidade[550]. Desta maneira, Plínio Salgado acabou por "radicalizar" algumas delas, enquanto Miguel Reale procurou modifica-las apenas em alguns aspectos; e ainda deve-se levar em conta a ênfase concedida por cada um em dado autor: a recepção de Farias Brito pelo chefe nacional foi certamente maior, mas por sua vez, o chefe da doutrina valeu-se de uma série de autores com os quais tomou contato na faculdade – e isto acabou por se refletir nos integralismos de cada um. Foi cogitando estas relações que elaboramos o primeiro capítulo, além da intenção em fornecer um rápido panorama concernente as obras de cada um que seriam utilizadas ao longo de nossa pesquisa. Ao traçar uma breve biografia dos autores, acreditamos que foi possível, ainda que não de forma explícita, responder algumas questões que poderiam ter surgido no tocante às singularidades de cada formulação.

Os dois capítulos seguintes, segundo e terceiro, formaram o núcleo de nosso estudo, pois neles nos debruçamos sobre o pensamento integralista de Plínio Salgado e Miguel Reale, observando suas especificidades e o *integralismo de cada um*. Através da noção de *totalitarismo*, localizamos os pontos de contato entre este e a proposta do chefe nacional (assim como marcamos os possíveis limites e incompatibilidades), o que nos permitiu vislumbrar os elementos a formá-lo e como se interligavam e trabalhavam em conjunto. Assim alcançamos uma conclusão *parcial* acerca da natureza totalitária do pensamento de Plínio Salgado e como sua proposta de integralismo resvalava para o totalitarismo. E o mesmo foi feito com Miguel Reale, porém nossa reflexão teve como ponto de partida a noção de *conservadorismo*, a qual mostrou-se frutífera, ainda que, como no caso anterior, também possuísse limites e pontos com os quais não era possível manter contato – aqui também sinalizamos para a utilização do *autoritarismo*, capaz de solucionar as questões em aberto. E por fim atingimos uma conclusão, também parcial, acerca da natureza conservadora (com traços autoritários) do pensamento e do integralismo de Miguel Reale. Nos dois casos falamos em conclusões parciais porque ambas propostas não poderiam ser simplesmente enquadradas nas noções utilizadas sem que suas características próprias se perdessem. Além do que, nossas análises ainda não poderiam encontrar termo sem uma observação mais detida sobre aspectos importantes ao pensamento dos dois intelectuais, o que nos levou ao quarto capítulo.

Foram, assim, dois os objetivos do capítulo quatro: aprofundar nossas reflexões e apontar com maior clareza as distinções entre o integralismo de Miguel Reale e o de Plínio Salgado. Certamente que a leitura dos capítulos anteriores por si só já apontava para as diferenças entre ambos, contudo um confronto direto no mesmo espaço e levando-se em

[550] VILLAS-BÔAS, Glaucia. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. p. 25.

consideração os mesmos elementos proporcionaria uma visualização mais nítida. Assim aproveitamos para trabalhar aquilo que poderia ter sido brevemente mencionado ou então foi deixado temporariamente de lado, verticalizando um pouco nosso estudo por meio da análise concernente ao Estado, à Revolução, à Liberdade e ao Individualismo no pensamento do chefe nacional e do chefe da doutrina. Embora poucos, estes elementos permitiram-nos compreender com maior clareza os integralismos trabalhados, ao passo que também mostraram o "afastamento" destes, tornando-se cada vez mais opostos, abrindo espaço, então, para o quinto que não só achava-se diretamente ligado ao anterior por ter complementado as reflexões anteriores e estabelecido as diferenças as quais vínhamos perseguindo, como também ao resto do trabalho, pois fornecia aquilo que faltava para uma conclusão um pouco mais sólida nos capítulos dois e três. Nele fizemos uma breve discussão acerca das noções de *totalitarismo* e *conservadorismo* (e acrescentamos a de *autoritarismo*) utilizadas para evitar aquela análise "cíclica", ou seja, estabelecer suas características, encontrá-las no pensamento de Miguel Reale e de Plínio Salgado para, em seguida, afirma-los como conservador e totalitário. Após esta discussão retornamos ao trabalhado anteriormente para, finalmente, avançarmos, caminhando para uma definição do integralismo de Plínio Salgado e de Miguel Reale. Chegamos, assim, ao *integralismo-totalitário* e ao *integralismo-conservador*, cada um distinto do outro e encerrando em si características do totalitarismo (no caso de Plínio Salgado) e do conservadorismo e autoritarismo (em Miguel Reale), mas mescladas às particularidades e contribuições de cada autor.

O último capítulo apresentou-se como uma espécie de ensaio onde procuramos propor um tipo de análise com base no que desenvolvemos ao longo da dissertação por meio da noção de "limites do Integralismo", e em seguida apresentamos um primeiro exemplo capaz de mostrar sua viabilidade. Por meio de um rápido estudo do pensamento de Olbiano de Melo, procuramos demonstrar como aqueles limites (representados pelos *integralismo-conservador* e *integralismo-totalitário*) se fazem presentes nas propostas dos outros autores integralistas, pois delimitam as idéias que estes lançam mão para pensarem o Integralismo. Outros estudos certamente poderiam surgir para corroborar ou refutar esta proposição que fazemos neste último capítulo.

Assim acreditamos que todos os objetivos que nos propomos a alcançar foram atingidos, como a tentativa de mostrar como é verdadeira a asserção de que no interior da Ação Integralista Brasileira não havia uma "ideologia" ou doutrina única, elaborada uniformemente por seus intelectuais e que perpassavam todo o movimento, e embora tenhamos em nosso trabalho estudado somente duas opções possíveis, julgamos que eram elas

as principais, além de serem as mais distintas, o que aponta, então, para a comprovação da existência dos múltiplos integralismos. É evidente que estas vertentes elaboradas por Miguel Reale e Plínio Salgado achavam-se circunscritas a um espaço delimitado, mas mesmo assim isto não exclui a possibilidade de haver opostos – retomando a alusão feita à cor verde no capítulo anterior, o verde mais claro e o verde mais escuro continuam sendo verdes, porém a distinção entre ambos é evidente, assim como o é todos os outros *matizes de verde* existentes entre ambos, que também fazem parte daqueles. O que nos leva, contudo, a uma pergunta: existia este *verde*, isto é, existia *o Integralismo*?

Alguns estudos referentes a AIB serviriam para ilustrar uma certa visão por parte de historiadores e cientistas sociais da:

> falta de 'lógica' da nossa história (como se a história, aliás, obedecesse aos esquemas forjados pela imaginação, como se cada homem e cada época não fossem a explicação de si próprios, na plenitude de sua liberdade), para a singularidade dos caminhos por nós percorridos.[551]

Porém, não faltaria "lógica", visto que:

> basta penetrar os motivos e os fins que os homens realmente se propõe, ao invés de pretender enquadrá-los nos nossos 'sistemas causais' e em nossas hierarquias de valor para que tais fins e motivos apareçam na sua limpidez e coerência, contrariando talvez a nossa lógica, mas ajustando-se perfeitamente a sua própria.[552]

Uma abordagem, no que diz respeito ao Integralismo, a qual tenta procurar por esta "lógica" – verdadeira ilusão – faria com que o peso das idéias produzidas pelos intelectuais integralistas, ou por seus simpatizantes, fosse drasticamente reduzido em prol de fatores externos; as diversas correntes, suas propostas, seriam esvaziadas ou ignoradas, permitindo-se, assim, falar em *uma* "ideologia integralista" (o que não existe), uma espécie de monólito em cujo entorno assentariam-se todos os pensadores da AIB. Deveria-se, sim, pensar, caso se deseje a imagem de algo "único", em uma espécie de construto, composto por uma série de idéias; e poderia-se, igualmente, apelar para a clássica figura da Hidra: as cabeças representando os vários *integralismos*, porém ligadas a um único corpo, *o Integralismo*. Resta, então, saber como ele se constitui, como sua existência é possível em meio a outros integralismos. Para isto, a fim de demonstrar uma unidade do movimento, devemos lançar mão da idéia de *mentalidade*.

---

[551] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986. p. 14.
[552] Ibid. p. 15-16.

É Roque Spencer Maciel de Barros em seu livro *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, onde, deixando de lado a forma "tradicional" de se pensar a associação de indivíduos sob a figura do partido – o que provocaria uma falsa sensação de homogeneidade intelectual, apagando-se importantes características de seus integrantes as quais, certamente, seriam mais significativas do que aceitar sem uma análise ou crítica mais profunda a simples filiação a determinado partido político – revela-nos a idéia de *mentalidade* e proporciona, pela maior amplitude desta categoria, uma apreensão mais abrangente e, poderíamos dizer, menos limitante e deformadora daquilo que se estuda. A noção de *mentalidade*, a nosso ver, impediria justamente a tentativa de se "enquadrar" ou "encaixar" certo indivíduo, pelas idéias que tem ou professa, em uma categoria de análise restrita, *deformadora,* a qual toma por referencial os aspectos puramente externos – por exemplo, a filiação de um indivíduo a um partido político: "Em partidos diferentes, entretanto, [os indivíduos] conservam-se geralmente presos a um tipo, a uma mentalidade. (...) os homens se definem em função de sua mentalidade – e então não há mais *partidos*, mas *tipos* (...)"[553].

Embora Roque Spencer M. de Barros utilize, em seu livro, a noção de mentalidade para tratar de questões circunscritas em sua grande maioria no século XIX, isto não invalida sua relevância para nosso estudo, o que nos permite, assim, visando localizar *o Integralismo*, falar em uma *mentalidade integralista*, composta por uma série de idéias ou elementos comuns aos militantes (intelectuais ou não) do movimento, independente de qual daquelas vertentes estejam mais de acordo.

O primeiro aspecto a ser destacado no interior da mentalidade integralista seria, sem dúvida, sua posição *espiritualista*[554]. O espiritualismo da mentalidade integralista acha-se exposto em vários textos escritos por membros da AIB, destacando-se, aí, seu próprio *Manifesto*, publicado em outubro de 1932 onde se lê na primeira linha: "Deus dirige o destino dos povos". De acordo com um de seus membros, que declarou ter se tornado "integralista levado, inicialmente, por motivos religiosos": "era a primeira vez que, num documento político [o Manifesto integralista] se falava em Deus e, mais ainda, se o colocava no seu pórtico, como fundamento de todo o enunciado que se lhe seguia"[555]. E este espiritualismo é

[553] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986. p. 23.

[554] Embora as idéias católicas estejam claramente presentes no Integralismo, optamos pelo termo "espiritualista", e suas possíveis variações, por ser ele comumente usado pelos próprios integralistas e também porque, de acordo com estudos recentes, em Juiz de Fora (MG), o movimento integralista teve grande apoio da Igreja Metodista local, que se identificou com suas propostas: Cf. SILVA, Giselda Brito. (org). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007. p. 81-96.

[555] COMPAGNONI, Luiz. Por que me tornei e continuo integralista. In: ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959. 12 v. V. 5: Estudos e depoimentos, p. 73 e 75.

repetido por Miguel Reale, quando diz: "O Estado Integral não é agnóstico como o Estado Liberal Democrático, mas também não é sectário. O Integralismo exige que todo o camisa-verde seja espiritualista e fundamente no princípio de Deus todo o sistema da ordem social"[556]. A mentalidade integralista não declara que a Igreja Católica possa vir a controlar o Estado ou a domina-lo nem mesmo de maneira indireta, mas sim que os militantes espelhem-se nos ideais *cristãos*, sendo que o mesmo vale para a organização política e social do País; mas nunca coloca a possibilidade de uma espécie de governo "teocrático" nem submetido à Igreja Católica[557]. Não é à toa que, mesmo havendo tal aproximação, a posição daquela em relação a AIB sempre foi de neutralidade, não obstante que vários padres e bispos mostrassem-se simpáticos a ela ou mesmo se filiassem (certamente o caso mais conhecido foi o do padre Hélder Câmara)[558] – e por vezes a mobilização popular propugnada por Plínio Salgado não era muito bem vista. O que se verifica na mentalidade integralista é, justamente, que todas as relações sociais (incluindo-se aí a economia e tudo aquilo que encerra, como a regulação do trabalho e do capital, e a própria política) deveriam ser perpassadas por um espiritualismo que regeria toda a vida humana, colocando-se sempre contra as tendências materialistas as quais viessem a interferir no aprimoramento do espírito humano. Isto é, possuindo o ser humano uma "sobrenatural finalidade"[559], ele não deveria se ocupar com o mundano, pelo menos, não de maneira *exagerada* ou *exclusiva*, pois, quando isto acontece o "homem materialista esmaga cruelmente o seu semelhante, afronta-o com a sua espetacular opulência, oprime os trabalhadores e os intelectuais, cego e surdo aos clamores da massa que geme a seus pés".

Tal espiritualismo, contudo, compreende o ser humano como "um índice biológico, isto é, o Homem é um ser completo, com aspirações na Terra"[560]; seu limite localiza-se, assim, quando perde-se a consciência de suas finalidades superiores, daí a crítica constante sustentada pela mentalidade integralista em relação ao individualismo e ao liberalismo. A mentalidade integralista é claramente coletivista[561], e a preocupação com a sociedade, com o *todo*, sempre coloca-se como primordial: "indivíduos, grupos e o Estado, são o *relativo* ante a

---

[556] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 34.
[557] AYRES, Leopoldo. Carta Aberta aos Sacerdotes da minha Pátria. In: ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959. 12 v. V. 5: Estudos e depoimentos, p. 129.
[558] Cf. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999; e PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê:* os camisas-verdes no poder. Fortaleza: UFC, 1999.
[559] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1955. p. 18.
[560] Idem. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 22.
[561] Optamos, aqui, pelo termo coletivismo para evitarmos aquela prática a qual fizemos alusão na introdução de nosso trabalho, acerca da "teoria dos contrários".

coletividade, o interesse geral da nação que é o *absoluto*"[562]. E ainda que se defenda de maneira enfática a propriedade privada, deve-se respeitar a supremacia da coletividade sobre o indivíduo: "O Integralismo (...) repele o uso anti-social da propriedade que encontra um limite imposto pelo bem comum"[563]. A mentalidade integralista, assim, coloca-se contra o liberalismo – que julga "oprimir" as pessoas, prometendo-lhes uma liberdade que, na verdade, só pode ser usufruída pelos mais fortes; e uma justiça que se mantém distante dos problemas advindos justamente desta situação de opressão – e suas instituições, pois o Estado liberal reduziu o ser humano à sua dimensão física (ignorando o *espírito humano*) e o sufrágio universal nada mais seria que uma ilusão cujo sentido é fornecer às pessoas um falso sentimento de decisão e soberania. O indivíduo isolado, na teoria, exprimiria por meio do voto a sua vontade, ou seja, seria um ato egoísta, pois ele deve representar a vontade da coletividade, daí a escolha por parte do Integralismo do modelo sindical-corporativo na organização do Estado e da sociedade – as escolhas são do grupo, e sempre visam o *todo* social. Não é à toa que a família ("a base da felicidade na terra"[564]) possui papel de destaque, não só pela inspiração cristã, mas também porque se comporta como o elemento mais reduzido da organização social, servindo bem aos ideais coletivistas da mentalidade integralista – as quais desenvolvem-se, assim, desde o nível mais fundamental até o mais elevado (as corporações no interior do Estado).

Lembramos que a concepção de espiritualismo para o Integralismo vai muito além de um visão estritamente "religiosa" em vista do fato dela englobar os aspectos morais e intelectuais dos seres humanos, por isto a grande ênfase dada pela mentalidade integralista "aos pensadores, filósofos, cientistas, artistas, técnicos, proclamando-os supremos guias da Nação"[565]. Tudo aquilo desenvolvido pelo *intelecto* humano, suas manifestações, acha-se ligado ao *espírito* humano, por isto é preciso cultiva-lo e resguarda-lo de quaisquer ameaças, pois ao mesmo tempo em que o materialismo prejudica a pessoa também a impede de utilizar seu intelecto para pensar e criar.

A noção da decadência do ocidente está presente nestes intelectuais e, por conseguinte, o período imediatamente anterior ao advento do Integralismo, que marca o instante em que se situam, é justamente o que demonstra de forma mais clara o estado decadente da sociedade. Plínio Salgado, por exemplo, diz que o século XX é o "século

[562] MELO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 32. [o grifo é do autor]
[563] REALE, Miguel. *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. 3 t. T. 3: Perspectivas Integralistas, p. 24. [o grifo é nosso].
[564] SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955. p. 24.
[565] Idem. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 9: O que é Integralismo, p. 76.

hertziano de *cocainizações* coletivas..."[566]; e aos olhos de Olbiano de Melo, "a humanidade orientando-se desde a Renascença pela estrada do bem próprio individual deu de cheio no individualismo desenfreado dos nosso dias"[567]. O pensamento integralista não foge à tendência de se classificar a sua contemporaneidade como doente ou moribunda; no Brasil ou no resto do mundo, a situação é calamitosa e apresenta-se como argumento para sua imediata transformação: "O assassínio do pequeno Lindbergh representa a falência do Estado Liberal. Representa a derrocada de um tipo de civilização feito de orgulhos grosseiros, de grandezas puramente materiais, de mentiras democráticas e hipocrisias puritanas"[568]. Ela é uma proposta de renovação pautada por um corolário de idéias onde se mesclam os mais variados elementos, resgatando aqueles claramente tradicionais como incluindo outros modernos.

Uma outra dimensão a ser destacada na mentalidade integralista é aquela representada pelo nacionalismo. Certamente uma das características essenciais do Integralismo, as idéias nacionalistas que deveriam orientar as ações dos militantes achavam-se bem disseminadas, independente do contorno maior que ganhavam: nacionalismo cultural, político ou econômico; não importava sua origem, mas o efeito que poderia causar na mobilização das pessoas. Ligado, pelo menos no tocante a Plínio Salgado, ao contexto da década de 1920, o nacionalismo propagado retomava a idéia da exaltação da terra e do homem brasileiro, assim como procurava no passado os fundamentos da Nação[569]; mas ele também colocava-se como uma barreira ao imperialismo (incluindo-se aí o "imperialismo soviético") e assegurava a soberania nacional. Hélio Vianna diz que é contra a "situação do progressivo ataque à unidade nacional, é que justamente se levantou o Integralismo, única força capaz de restaurar, em toda a sua plenitude, o patriotismo no Brasil"[570]. O bem da Nação deveria estar acima de tudo – surge aí mais um elemento a auxiliar nas idéias coletivistas do pensamento integralista. O nacionalismo coloca-se não só para a defesa da cultura nacional, pois acaba por proteger o País da influência do capitalismo financeiro e de quaisquer dominações "ideológicas" externas. É um nacionalismo, contudo, que não pode ser traduzido em simples ufanismo (Plínio Salgado, por exemplo, "rechaça o ufanismo"[571], tanto que em seu romance *O*

[566] SALGADO, Plínio. *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 v. V. 5: Despertemos a Nação, p 70. [o grifo é nosso].
[567] MELO, Olbiano. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p. 91.
[568] SALGADO, Plínio. *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1934. p.79.
[569] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974. p. 220.
[570] VIANNA, Hélio. Bases históricas da unidade nacional. In: ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959. 12 v. V. 5: Estudos e depoimentos, p. 69.
[571] CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 139.

Estrangeiro, questiona *como* nas livrarias ainda é vendido o livro *Porque me ufano do meu País* – interpretando-o, claro, como uma espécie de panfleto ufanista, sem maiores reflexões): a mentalidade integralista assume postura crítica em relação aos problemas da Nação, devendo-se estuda-los a fim de se acharem soluções adequadas; a exaltação, que não pode ficar de lado, é acompanhada da observação da realidade brasileira para que a mesma possa ser modificada.

Poderíamos, aqui, continuar arrolando uma série de outras características as quais ajudariam a compor isto que nós denominamos de mentalidade integralista, que, a nosso ver, é o elemento capaz de unificar todos os integralismos, "criando" um Integralismo o qual abarca todos eles, mantendo-os circunscritos a um único movimento, todavia já apontamos para a conclusão que nos interessava. Decerto seria possível acrescentar características como a predileção por um Estado forte ou por uma liderança única[572], mas estas breves páginas finais com as quais nos ocupamos demonstraram a existência do Integralismo, sem, contudo, excluir a possibilidade das vertentes distintas em seu interior, pois, embora tenha havido idéias tão díspares, como verificamos, também houve aquelas, que compuseram a mentalidade integralista, que serviram para aproximar e, por fim, unir todos os integrantes da Ação Integralista Brasileira.

Agora, se em algum momento, de todas as possibilidades, de todos os integralismos, um se sobressaísse com força o suficiente para obliterar os outros, isto é praticamente impossível de ser respondido, sendo apenas uma pergunta para aqueles momentos quando deixamos um pouco de lado todas as nossas obrigações acadêmicas e permitimos a nós mesmos, no silêncio de nossas meditações, quando somos *dois-em-um* em nossa solitude, conjecturar sobre o (possível) rumo dos acontecimentos passados. Porque sobre isto nossas fontes simplesmente se calam.

[572] O fato de Jeovah Mota ter se desligado da AIB após não ter sido aceita sua proposta da composição de um triunvirato para a liderança do movimento, ao invés da liderança única, mostra, a nosso ver, como este pode ser um ponto valioso para a composição da mentalidade integralista.

Posfácio

Gostaria, neste brevíssimo posfácio, fazer alguns apontamentos para futuros estudos do Integralismo sob uma abordagem semelhante a apresentada ao longo do presente trabalho, pois acredito que os leitores tenham notado em algumas passagens do texto, incluindo-se aí o que foi escrito no prefácio, pequenas sugestões de análises já que não poderia debruçar-me sobre tudo aquilo que me ocorreu durante este estudo – e certamente ainda há aquilo ao qual não atentei.

Acredito que um primeiro apontamento surge do ensaio apresentado como capítulo final da presente dissertação, onde não apenas seria interessante uma reflexão mais aprofundada sobre a noção de *limites do Integralismo* como também do autor do qual lançamos mão para uma primeira verificação: Olbiano de Melo. Sua trajetória política antes de filiar-se à Ação Integralista Brasileira, como observamos na concisa biografia que traçamos, revela alguns pontos que julgamos relevantes, como sua participação no Partido Republicano Mineiro e na articulação contra a Aliança Liberal, sua presença nos congressos cooperativistas e até mesmo os primeiros contatos mantidos com Plínio Salgado. Também seria interessante analisar sua influência no interior do movimento, bem como suas funções. Já no que diz respeito às idéias que circulavam entre os intelectuais integralistas, a utilização dos *limites* poderia lançar nova luz sobre as propostas elaboradas, possibilitando, talvez, a demarcação das linhas de pensamento existentes, bem como quais eram mais amplas e/ou hegemônicas. A *mentalidade integralista* que permite a convivência entre as distintas posições defendidas por alguns intelectuais pode sofrer um desenvolvimento ainda maior, abrangendo outros traços característicos dos militantes do movimento.

Imagino também que a produção integralista de Gustavo Barroso deva ter uma maior atenção, não limitando-se apenas ao anti-semitismo. E talvez fosse interessante procurar descobrir se sua militância integralista chegou também ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e ao Curso de Museus nele ministrado, ou se havia uma separação entre o *chefe das milícias* e sua atuação no MHN.

Como mencionamos no prefácio, há, ainda, uma série de autores que carecem de análises, sejam aqueles que escreveram livros ou aqueles que produziram para os jornais e revistas do movimento integralista – periódicos estes que também constituem grande fonte de análises, pois é onde verificamos a circulação das idéias integralistas bem como a de outros autores, estrangeiros ou nacionais, e como são recebidas, interpretadas e repassadas aos leitores. Muitos dos artigos reeditados na *Enciclopédia do Integralismo* podem ser tidos como

pontos de partida, e alguns de seus volumes em particular são capazes de sugerir outras análises, sobretudo os que descrevem a organização do movimento e toda a sua ritualística.

Tudo isto, como pode-se perceber, diz respeito mais a produção intelectual do Integralismo a qual, a meu ver, ainda não obteve a atenção necessária. Aguardemos as novas pesquisas.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

1.1. *Obras de Plínio Salgado*

SALGADO, Plínio. "A Quarta Humanidade". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. V.

_____. "Páginas de Ontem". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. X.

_____. "Despertemos a Nação". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. X.

_____. "Discurso às estrelas". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. XX.

_____. "Geografia Sentimental". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. IV.

_____. "Literatura e Política" In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. XIX.

_____. "Madrugada do Espírito" In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. VII.

_____. "Nosso Brasil". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. IV.

_____. "O que é Integralismo?". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. IX

_____. "Oriente". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v.XVIII.

_____. "Palavra nova dos tempos novos". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. VII.

_____. "Psicologia da revolução". In: *Obras Completas de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. VII.

_____. *A Doutrina do Sigma*. São Paulo: Editora Verde-Amarelo, 1935.

_____. *O Cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Unitas, 1933.

_____. *O Esperado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1981. 5ª Edição.

_____. *O Estrangeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937. 4ª Edição.

_____. *O Integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955.

_____. *O Sofrimento Universal*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1934.

_____. *Páginas de combate.* Ed. Livraria Antunes, 1937.

1.2. *Obras de Miguel Reale*

REALE, Miguel. "ABC do Integralismo". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. 3.

_____. "Atualidades de um mundo antigo". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. I.

_____. "Formação da política burguesa". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. I

_____. "O Estado Moderno". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. II.

_____. "O Capitalismo Internacional". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. II.

_____. "Perspectivas Integralistas". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

_____. "Atualidades brasileiras". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

_____. "Nós e os fascistas da Europa" In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

_____. "Corporativismo e unidade nacional" In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

_____. "Integralismo e democracia". In: *Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

1.3 *Obras de Olbiano de Melo*

MELO, Olbiano de. *A marcha da Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições 'o Cruzeiro', 1957.

_____. *A república sindicalista dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Terra de Sol, 1931.

_____. *Comunismo ou Fascismo?* Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1937. 2ª Edição.

_____. *Concepção do Estado Integralista*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

_____. *Levanta-te, Brasil!* Rio de Janeiro: Tipografia Terra de Sol, 1931.

_____. *Quarta Força.* São Paulo: Cupolo, 1935.

_____. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

1.4. *Outras obras integralistas*

MACIEL, Anor Butler. *O Estado Corporativo*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1936.

VÁRIOS. *Enciclopédia do Integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959. 12 volumes.

2. Fontes secundárias

ABREU, Alzira Alves de *et al*. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30.* vols. I-V. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. 2ª Edição.

ANKERSMIT, F.R. *Political Representation*. Califórnia: Stanford University Press, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale.* Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução – O Integralismo do Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. "As classificações de Plínio Salgado – uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938". In: *Revista de Ciência Política, volume 21, nº 3*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 10ª Edição.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. 4ª Edição.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Morais Editores, 1971.

ARON, Raymond. *Democracy & Totalitarianism.* Michigan: University of Michigan Press, 1990.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte / São Paulo: EDUSP / Itatiaia, 1990.

BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João. (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: UNICAMP, 1993.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945).* São Paulo: Loyola, 1999.

BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade.* Tradução de Wamberto Hudson Pereira. Brasília: Editora UnB, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX – O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. & FRIEDRICH, Carl J. *Totalitarismo e Autocracia*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

BURON, Thierry; GAUCHON, Pascal. *Os fascismos*. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra: a formação do PRP*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Perfis Parlamentares 18 – Plínio Salgado.* Brasília: Câmaras dos Deputados, 1982.

CARONE, Edgard. *A 2ª República*. São Paulo: Difel, 1973.

CARONE, Edgard. *A República Nova*. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: DESA.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". In: *Estudos Históricos*, *nº 18*. Rio de Janeiro: CDPDOC, 1996.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro *et al*. Integralismo*: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Editora do Arquivo de Rio Claro, 2002.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-193).* São Paulo: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: *Ideologia e Mobilização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

CHAUÍ, Marilena. "Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado". In: *A Inteligência Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DIB, Simone Faury (Coord). *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. UERJ; Rede Sirius. Rio de Janeiro, 2007.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis*. Tradução de José Leonardo Nascimento. São Paulo: EDUSC, 2000.

DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FORACCHI, Marialice M. (org). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. New York: Cornell University Press, 1983.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

GUERRA, Luiz Felipe Hirtz & SOMBRA, Luiz Henrique (orgs). *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Arquivo do Rio de Janeiro, 1998.

GUIBERNAU, Monteserrat. *Nacionalismos – o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 26ª Edição.

KOSELLECK, Reinhart. "Critérios históricos do moderno conceito de revolução". In: _____, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 61-77.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República" In: *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 3º Volume, nº 9*. São Paulo: Difel.

LAMOUNIER, Bolívar. "Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan. J. Linz". In: *Estudos CEBRAP,* nº 7. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda., 1974.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LENHARO, Alcir. *Nazismo – O triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVINE, Robert. *O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938).* Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LINZ, Juan. "O Integralismo e o fascismo internacional". In: *Revista do IFCH/UFRGS.* Porto Alegre, ano 4, nº 4, 1976.

LINZ, Juan. "Regimes autoritários". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAIO, Marcos Chor. "O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso". In: *Anais do Museu Histórico Nacional – Volume 35*. Rio de Janeiro, 2003.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky – o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MANNHEIM, Karl. "O pensamento conservador". In: MARTINS, José de Souza (org). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura.* Tradução de Roberto Gambini. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Caras, 1979.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (orgs). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1978-1979.

MEDEIROS, Jarbas. "Introdução ao Estudo do Pensamento Político Autoritário Brasileiro". In: *Revista de Ciência Política.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1975.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

MONJARDIM, Williams Roosevelt. *Farias Brito ou a aventura do espírito*. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

NISBET, Robert. "Conservantismo". In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. *Histórica da Análise Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

NOGUEIRA FILHO, Paulo: *A Guerra Cívica – 1932*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

PEIXOTO, Antonio Carlos. "Liberais ou conservadores". In: Maria Emília Prado; Lúcia Maria P. Guimarães (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001, pp. 11-29

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Maria Emília. *Joaquim Nabuco: a história como política e moral.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *O Espírito e o Campo: espiritualismo e ruralismo no discurso integralista de Plínio Salgado (1932-1937).* Rio de Janeiro: UERJ, 2006. (Monografia de Bacharelado).

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2 – De Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 2ª Edição.

RENAN, Ernest. "O que é uma nação?". In: ROUANET, Maria Helena (org). *Nacionalidade em questão*. Cadernos da Pós/Letras. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

SILVA, Giselda Brito (org). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 14ª Edição.

TRENTO, Angelo. *O Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

TRINDADE, Hélgio. "Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30". In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964).* v. 3. São Paulo: DIFEL, 1981.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1974.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982. 2ª Edição.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas.* Tradução de Ana Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 2ª Edição.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979. 4ª Edição.

WOLFF, Kurt H (Ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press, 1950.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo